

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies



FACULDADE DE LETRAS



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/International Journal of African Studies
Anual

Edição, propriedade, assinaturas e distribuição:

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto
Telf/Fax: (00351) 226077141
e-mail. ceaup@letras.up.pt Site: www.africanos.eu
Nº de contribuinte: 504045466

Director: Maciel Morais Santos (maciel999@yahoo.com)

Conselho Editorial: Carlos Pimenta (FEP), Elvira Mea (FLUP), Felizardo Bouene (ISPAB), José Capela, Maciel Morais Santos (FLUP).

Conselho Científico: Alberto Amaral (Univ. do Porto – CIPES), Brazão Mazula (Ex-Reitor da U.E.M. – Maputo), Elikia M'Bokolo (E.H.E.S.S. – Paris), Franz-Wilhelm Heimer (CEA-ISCTE – Lisboa), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG – Lisboa), Jill Reaney Dias (F.C.S.H. – U.N.L.), João Gomes Cravinho (Univ. Coimbra), Joaquim Alberto da Cruz e Silva (I.I.C.T. – Lisboa), José Novais Barbosa (Ex-Reitor da Univ. do Porto), Isabel de Castro Henriques (F.L.U.L.), João Teta (Reitor da U.A.N. – Luanda), Patrick Chabal (King's College – London), Michel Cahen (IEP – Univ. Bordéus IV), Peter Meyns (Univ. Duisburg), Peter Vale (Univ. Western Cape), Saul Dubow (SOAS – Londres), Teresa Cruz e Silva (U. E. M. – Maputo), José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior).

Editor: Miguel Filipe Silva (miguelfilipesilva@gmail.com)

Capa: Inês Figueiredo

Revisão do texto: Amélia Queirós, La Salette Coelho, Miguel Filipe Silva, Rosário Melo

Secretariado da direcção: Raquel Maria Machado da Cunha (ceaup@letras.up.pt)

Paginação e Composição: Inova-Artes Gráficas

Impressão: Inova-Artes Gráficas

Nº de Registo: 124732

Deposito Legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

Tiragem- 500

Advertência:

Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou electrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

A Africana Studia é uma revista da rede Africa-Europe Groupe for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

Apoios

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies
Nº 9 - 2006

Editorial	3
Artigos	5

I - A CONSTRUÇÃO CARTOGRÁFICA

A Sociedade de Geografia de Lisboa e as edições próprias de Cartografia Ultramarina Oitocentista	9
<i>Luis Aires-Barros, Helena Grego, Cristina Matias</i>	
As Missões Geográficas (1883-1940). Construção de um Documento Cartográfico	17
<i>Paula Cristina Santos</i>	
Cartografia de Propaganda e Unidade Geográfica do Império (C. 1920-1945)	41
<i>Nuno Silva Costa</i>	

II - ESPAÇOS E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS AFRICANAS

1. África Ocidental	71
The traditional authorities cross the colonial border: Opposing views on the role of religious leaders Jola Huluf and Ajamaat of Lower Casamance (1886-1909)	73
<i>Jordi Tomàs</i>	
Regulado do Gabú (1900-1930): A difícil compatibilização entre legitimidades tradicionais e a reorganização do espaço colonial ..	99
<i>Eduardo Costa Dias</i>	

2. África Centro-Ocidental.....	127
A Cartografia dos Poderes. Da Matriz Africana à Organização Colonial do Espaço	129
Maria Emília Madeira Santos	
A ocupação do Ambriz (1855): Geografia e diplomacia de uma derrota inglesa	145
João Pedro Marques	
Angola-Congo. L'invention de la frontière du Lunda (1889-1893)	159
Jean-Luc Vellut	
3. África Oriental.....	185
Reconhecimentos hidrográficos na cartografia portuguesa da costa centro e sul de Moçambique no século XIX.....	187
Ana Cristina Roque, Lívia Ferrão	
O Zumbo: Um problema de “Direitos Históricos” na delimitação da fronteira.....	205
Cristina Sampaio	
Boundary demarcation between British and Portuguese colonial territories in East Africa	223
Peter Collier	
O <i>Modus Vivendi</i> entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909): Um caso de «imperialismo ferroviário»	239
Felizardo Bouene, Maciel Santos	
Dos territórios linhageiros aos regulados Coloniais no Vale do Lú- rio e na circunscrição de Montepuez durante e após a <i>Companhia</i> <i>do Niassa</i> . Notas exploratórias para uma análise antropológica da cartografia	269
Eduardo Medeiros	
Reorganização do espaço na colónia de Moçambique. Estudo do fenómeno urbano	299
Olga Iglésias	
4. Brasil.....	335
Cartografia e Quilombos: Territórios étnicos africanos no Brasil.	337
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	
Resumos	357

CARTOGRAFAR ÁFRICA EM TEMPO COLONIAL
(C. 1876-1940)

A história da cartografia portuguesa tem cultivado com particular atenção a época dos descobrimentos e da expansão. No entanto, pouco se sabe sobre os mapas elaborados pelos cartógrafos portugueses nos séculos XIX e XX, quando são notáveis a quantidade e a qualidade das cartas que representam as mais variadas áreas do globo com particular incidência nas colónias portuguesas de África.

O colóquio ***Cartografar África em Tempo Colonial (c.1876-c.1940)*** resultou do projecto ***Cartografia, Política e Territórios Coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936): um registo patrimonial para a compreensão histórica dos problemas actuais***, que se propunha proceder à reconstituição virtual da produção e funcionamento da Comissão de Cartografia. Pretendia-se, assim, construir, através do vasto acervo disperso por várias unidades do IICT e outras instituições afins, um instrumento operativo com várias aplicações, desde a cartografia, à política e à diplomacia, até ao estudo das realidades históricas, antropológicas, geográficas, e ambientais das regiões tropicais que foram objecto de missões científicas enviadas aos territórios coloniais.

O período cronológico abrangido por este colóquio é um pouco mais extenso do que a duração da Comissão de Cartografia. Primeiro porque os antecedentes esclarecem as origens e interacções da Comissão e, depois, porque, após a sua extinção, muitos trabalhos foram concluídos pelas instituições que se lhe seguiram.

A terra africana não tinha fronteiras fixas e permanentes. Era habitada por povos cujos chefes podiam guerrear-se pelas riquezas, pelo poder ou pelos caminhos, não tanto pelos territórios. Quando a política internacional demarcou as fronteiras coloniais, atendendo a interesses europeus, faltava ainda conquistar o interior – esses povos que os exércitos coloniais viam mudar de lugar, fugindo-lhes por entre os dedos. De nada serviriam as fronteiras, enquanto as populações não fossem conhecidas e submetidas.

À cartografia dos exploradores científicos – Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, Serpa Pinto, Henrique de Carvalho, Augusto Cardoso – e da própria Comissão de Cartografia, acrescentava-se agora a das Campanhas Militares, dos Serviços Geológicos, Obras Públicas, Serviços Meteorológicos e de qualificados cientistas autónomos.

A conquista, seguida da ordenação administrativa colonial do espaço, decapita as hierarquias políticas africanas, instala o forte militar junto à embala do Soba, constrói estradas e caminhos de ferro. A divisão administrativa primeiro decalca, depois rejeita, por vezes mantém a realidade africana.

A cartografia manuscrita tudo regista para não apagar as autoridades tradicionais submersas, os potenciais inimigos derrotados ou submetidos por assinatura de tratados e que a qualquer momento podem reorganizar-se para resistir.

Esta cartografia reservada guardou a imagem de uma África pré-colonial que foi sendo submergida à medida que se instalava o sistema colonial; por seu lado, a cartografia impressa recobria o espaço na totalidade. A cartografia divulgada fez ainda coabitar elementos dessa imagem com a reorganização colonial. Depois, as marcas do passado africano foram progressivamente encobertas pela administração militar e civil.

A cartografia colonial, tendo constituído um processo relativamente curto, funciona como um *interface* cuja abrangência cronológica se estende, por um lado, em direcção ao passado pré-colonial e, por outro, atinge a actualidade, não só pela permanência das fronteiras coloniais mas também pelo reaparecimento da toponímia tradicional, como exemplos mais evidentes.

O estudo deste processo tem a vantagem de nos conduzir a períodos cronológicos muito mais vastos e de contribuir para uma mais ampla compreensão de outros fenómenos: quer dos que ali se repercutem a partir do passado quer dos que se reproduzem no presente.

Maria Emília Madeira Santos

IICT – Lisboa.

ARTIGOS

I – A Construção Cartográfica

A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA E AS EDIÇÕES PRÓPRIAS DE CARTOGRAFIA ULTRAMARINA OITOCENTISTA

Luís Aires-Barros, Helena Grego e Cristina Matias¹

pp 9-16

Na segunda metade de oitocentos deu-se o movimento de corrida a África das potências industriais da Europa. As Sociedades de Geografia de Paris e de Londres promoveram viagens de exploradores que percorreram o interior do continente africano.

Em nome das ciências geográficas avançam-se projectos de ocupação de largas áreas da África, em particular do seu interior e centro. Surgiram assim justificadas preocupações quanto ao futuro da presença portuguesa em África.

Deve-se a Luciano Cordeiro e a um vasto número de intelectuais da época, a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) em 1875. Na petição que apresentam ao rei D. Luís, afirmam taxativamente que *os requerentes (...) julgam cumprir simplesmente um dever para com a Ciência (...) e para com a Pátria (...) procurando agremiar os esforços e realizar as aspirações de inúmeros estudiosos; ligar o país ao convívio científico do mundo civilizado (...), e finalmente evocar a luz e a justiça da Crítica moderna para o grandioso e infelizmente esquecido, caluniado ou mutilado trabalho com que a Nação Portuguesa, pelos velhos cosmógrafos e navegadores, há contribuído para a civilização geral e para a vasta e completa Ciência da Terra.*

¹ Sociedade de Geografia de Lisboa.

De maneira menos prosaica, os Estatutos da SGL, de 1876 e ainda em vigor, após pequenos retoques, no seu Artigo 2º define que “os fins da Sociedade são:

- “o estudo e conhecimento da geografia nos seus diversos ramos, princípios, relações e progressos;
- o estudo e conhecimento especial da geografia, da história e da etnologia portuguesa;
- a demonstração científica do lugar de Portugal na história da civilização e, em especial, na história da geografia, da navegação e do comércio, bem como a reivindicação histórica dos seus direitos e da sua individualidade independente e soberana;
- a colheita, discussão e vulgarização de notícias e documentos que façam mais e melhor conhecidos os territórios e povos incluídos na soberania ou na influência de Portugal, fora da Europa;
- o estudo e a consulta dos meios de melhorar, aproveitar e desenvolver as forças e recursos naturais e económicos de Portugal e, especialmente, dos seus domínios ultramarinos;
- o estudo e auxílio das colónias portuguesas existentes em país estrangeiro, no sentido de nelas conservar, fortalecer e desenvolver, e por elas fazer servir e honrar, a tradição, o sentimento e os interesses da nacionalidade portuguesa;
- o desenvolvimento das relações e permutações científicas, e a representação de Portugal, no movimento internacional de trabalho e cooperação de estudo, especialmente enquanto importe às ciências geográficas;
- o desenvolvimento do ensino da geografia e do gosto pelos estudos geográficos e pelas explorações e excursões científicas;
- a cooperação com o Estado, e a representação e consulta aos Poderes Públicos e ao país, na esfera de Ciência e das Leis, enquanto importe aos fins sociais;
- a cooperação, convivência e protecção dos seus sócios, no sentido de facultar-lhes e facilitar-lhes, pelo trabalho em comum e pela assistência mútua, a instrução, o estudo, a economia e as diversões educativas”.

A realização destes fins é referida em 14 itens do artigo 3 dos Estatutos.

Citamos apenas o item 10 pela sua importância e projecção no futuro da Sociedade. Diz ele: “organizando, promovendo ou auxiliando explorações, expedições e excursões científicas ou de estudo, e a formação de grupos ou clubes seccionais de excursões, de exercícios ou de diversões educativas que concorram para melhorar e fortalecer a educação cívica nacional, e auxiliar a difusão e aperfeiçoamento dos conhecimentos geográficos”.

Importante ainda é salientar que a SGL realiza a “preparação, instrução e desenvolvimento da sua actividade e representação científica” por meio de Comissões Gerais e Secções Profissionais.

Salientemos que a SGL pelas suas Comissões Africana e Asiática muito especialmente procura *o estudo e a consulta dos meios de melhorar, aproveitar e desenvolver as forças e recursos naturais e económicos de Portugal e, especialmente dos seus domínios ultramarinos.*

Desde o início e de modo particular após a criação da Comissão Nacional de Exploração e Civilização de África, por proposta da direcção subscrita por Barbosa du Bocage, Luciano Cordeiro e Rodrigo Pequito aprovada em 27 de Março de 1877, esta Sociedade promove e patrocina múltiplas empresas de exploração e ocupação territorial de que se salientam as expedições de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.

Deste modo a SGL foi dando corpo e forma aos movimentos de opinião pública sobre o Ultramar português, divulgando-os e promovendo amplas discussões estendidas à sociedade civil, levando ainda ao governo resultados desta importante actividade cultural. Acresce que a Sociedade se lança em campanha de relações com agremiações congéneres estrangeiras sendo interlocutora, do lado português, com os meios científicos internacionais, inclusivamente apoiando a acção dos nossos diplomatas.

Concomitantemente com esta acção da SGL, instituições como a Real Academia das Ciências de Lisboa promoveram uma série de conferências públicas sobre temas ultramarinos em que participaram o Marquês de Sousa Holstein, Pinheiro Chagas entre outros.

Entretanto o Ministério da Marinha e Ultramar cria, por decreto de 17 de Fevereiro de 1876, a Comissão Central Permanente de Geographia. Neste acto ficam bem expressas as preocupações do governo português pelo conhecimento científico do ultramar, na esteira do que faziam as demais potências europeias com interesses em África.

Lê-se no preâmbulo deste decreto que “considerando como é de máxima conveniência pública a existencia de uma comissão permanente, composta de pessoas que, pelos seus variados conhecimentos scientificos, possam cooperar para o progressivo desenvolvimento e aperfeiçoamento da geographia, da historia ethnologica, da archeologia, da anthropologia e das sciencias naturaes em relação ao territorio portuguez, mormente das possessões do ultramar; já organizando explorações scientificas; já colligindo exemplares e documentos que interessem ás mesmas sciencias; já promovendo e auxiliando quaesquer trabalhos e publicações que se julguem adequadas; já, finalmente propondo ao governo todas as providencias que tendam a tornar mais e melhor conhecidas aquellas vastas e importantes regiões ultramarinas”.

Esta comissão era “composta de dezoito vogaes effectivos residentes em Lisboa, e de delegados, sem numero fixo, não só no reino e nas provincias ultramarinas, mas tambem nos paizes estrangeiros”.

Entretanto, dado o êxito das actividades da SGL e procurando articular as funções do Estado com as da Sociedade, visto que os objectivos a alcançar eram os mesmos foi, esta comissão, em 1880, pelo decreto de 12 de Agosto integrada na Sociedade de Geografia com o nome de Comissão Central de Geografia.

Sem dúvida que a SGL, ao tempo, para além do prestígio que adquirira pelas suas actividades, tinha grande influência no Governo. Acresce que os homens públicos que opinavam quer no Ministério da Marinha e Ultramar, quer na SGL, julgaram mais adequado que a Sociedade fosse o que hoje se chama um “thinking tank” e o Ministério o decisor das ideias geradas naquela. Deste modo a integração da Comissão na SGL servia a estes fins dadas as suas características de associação sócio-cultural virada para os assuntos ultramarinos a que faltavam os meios de acção que agora lhe eram outorgados pela existência da mencionada comissão.

A originalidade deste facto resulta da integração de um organismo oficial em uma associação particular. Todavia deve salientar-se que

a personalidade jurídica da comissão, mesmo com o nome alterado, manteve-se. Não houve fusão entre as duas entidades. A SGL apenas assegurou o funcionamento da agora designada Comissão Central de Geographia, facultando-lhe instalações, material e pessoal. Quer dizer que a comissão passou a ser um organismo do Estado ao cuidado da SGL, mantendo os poderes públicos o apoio financeiro para que a Comissão pudesse actuar.

De novo sobressai o nome cimeiro de Luciano Cordeiro que com a sua rara inteligência, capacidade de trabalho e sageza procurava com esta simbiose, em um meio político um tanto volátil, garantir uniformidade de critérios e opiniões na planificação e execução das acções a empreender sobre o ultramar português. Dado o atraso do país no conhecimento científico, geográfico em particular, dos territórios ultramarinos urgia que a SGL e governo trabalhassem em convergência de interesses.

A Comissão Central Permanente de Geographia salientara devidamente a necessidade da ocupação geodésica, cartográfica e hidrográfica dos territórios ultramarinos. Entretanto a SGL faz saber ao governo da necessidade urgentíssima de se realizar o levantamento hidrográfico das costas e dos portos dos territórios ultramarinos.

É então que o governo cria a Comissão de Cartografia, composta pelo major de engenharia Agostinho Pacheco Leite de Bettencourt como presidente, capitão-tenente Hermenegildo Capelo, capitão de engenharia Carlos Roma do Bocage, primeiro tenente Roberto Ivens e tenente de engenharia Afonso de Moraes Sarmento como secretário. Esta comissão trabalhava no Ministério da Marinha e Ultramar.

Vale a pena reler os considerandos que justificam a criação desta Comissão de Cartografia pois dão ideia do enorme trabalho a realizar face à precária ocupação cartográfica do ultramar português.

A acção e os trabalhos da Comissão de Cartografia foram de enorme interesse como afirma o Prof. Luís de Albuquerque (ALBUQUERQUE, 1983, p. 10) quando diz “a decisão, finalmente tomada em 1883, no sentido de através de provas cartográficas cientificamente preparadas, ficar testemunhada a amplitude dos direitos coloniais portugueses em África, aproxima-se, quanto a intenções e a resultados, das medidas que nos séculos XV e XVI se tomaram, através igualmente de meios cartográficos, para documentar a extensão das navegações desse tempo”.

Foi em ambiente de sintonia política e científica que o então ministro Prof. Barbosa du Bocage (que havia sido Presidente da SGL de 1877 a 1883) referenda o Decreto de 19 de Abril de 1883 que institui a Comissão de Cartografia *encarregada de elaborar e publicar uma colecção de cartas das possessões ultramarinas de Portugal e bem assim quaisquer estudos geographicos a ellas immediatamente ligados, segundo as instruções que, pela secretaria d'estado dos negócios da marinha e ultramar, lhe serão ministradas (...)*.

Para além de Luciano Cordeiro deve-se recordar Ernesto de Vasconcelos. Foi Secretário-Geral da SGL (1911-1930) e foi Presidente da Comissão Central de Cartographia. Aqui a sua acção foi notável: promoveu a criação de diversas missões geográficas e científicas, a elaboração de inúmeras cartas dos territórios ultramarinos, organizou e publicou muita documentação justificativa dos direitos portugueses no traçado de fronteiras, organizou várias exposições de que se recorda a de cartografia (1903/4), as de produtos coloniais (1903 e 1906), a dos meios de transporte (1909) e dois Congressos Coloniais (1924 e 1930).

Há um documento dactilografado, anónimo, sem data com o título *Breve resumo da actividade da antiga Comissão de Cartografia e da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais* que refere, sucintamente as mencionadas actividades entre 1883 e 1943.

Este documento foi publicado em 1983 no volume *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica e Tropical (1983) 100 anos de História*. Acresce que este relatório é enriquecido por várias extensas notas esclarecedoras.

Todavia não foi despicienda a produção cartográfica específica da SGL no lapso de tempo 1880-1894.

Acrescentam-se a seguir alguns elementos sobre esta documentação cartográfica existente na Biblioteca e Cartoteca da SGL limitando-nos a mencionar a cartografia manuscrita e/ou editada pela SGL, deixando de lado aquela editada pela Comissão de Cartografia que aliás existirá também no actual IICT. Deste modo se disponibiliza à comunidade científica interessada o conhecimento deste importante espólio.

Apresentam-se os resultados do levantamento e estudo das cartas editadas pela SGL. Numa primeira fase, trabalhou-se o ficheiro manual de cartografia, assim como um antigo catálogo impresso, realizado

por ocasião da exposição de cartografia de 1903-1904, bem como 111 artigos do Boletim da SGL editados entre 1883 e 1936 e relativos a cartografia (s.l.). Grande parte das cartas foram editadas com textos relacionados. Como a maioria das cartas são itinerárias os textos relacionados são narrativas de viagens. Num segundo passo, elaborou-se um registo manual, descritivo dos elementos mais significativos desta cartografia – título, autor, local e data de edição, escala, dimensões, e outras características relevantes que cada exemplar pudesse revelar.

Posteriormente os registos manuais foram transpostos para registos informáticos. Houve cuidado especial, não só no preenchimento dos itens futuramente visualizáveis pelo investigador comum, como também nos itens codificados, que poderão ser utilizados em pesquisas mais avançadas e/ou constituição de índices específicos. Estão estudados e catalogados os seguintes conjuntos cartográficos:

- Conjunto de 15 cartas itinerárias, relativas a expedições geográficas africanas, relativamente às quais o papel preponderante da SGL é sobejamente conhecido.
- Cinco cartas relativas à delimitação de fronteiras e construção de caminhos de ferro.
- Conjunto de 11 plantas de cidades das ex-Colónias, apresentadas ao então Ministério da Marinha e Ultramar, com o objectivo de serem enviadas ao Congresso Internacional de Ciências Geográficas.
- Conjunto de 10 cartas hidrográficas parcelares de Moçambique e Angola, que se inseriam num projecto mais amplo da SGL, tendo em vista o conhecimento hidrográfico e o incremento das comunicações.
- Conjunto de 3 cartas gerais.

Em anexo apresentam-se algumas das cartas e plantas de cidades que foram edições próprias da SGL.

Todavia, no âmbito do projecto da FCT que subsidiou a investigação sobre cartografia política e de territórios coloniais de que se apresenta aqui o essencial quanto à actividade da SGL, fez-se a descrição pormenorizada de todas as cartas editadas por esta Sociedade de Geografia. Elaborou-se ainda relação exhaustiva dos artigos do Boletim da SGL

que se referem aos mesmos estudos de cartografia, no intervalo de 1883 a 1936.

Verifica-se da análise dos dados do levantamento da cartografia editada que é pouca a posterior a 1893. Cerca de 90% desta cartografia (40 cartas) são editados entre 1881 e 1893. Representarão a acção específica da SGL para a cartografia oitocentista ultramarina, bem como a actividade do período em que a Comissão Central de Geographia estava inserida na SGL.

Se procurarmos saber a distribuição das cartas em apreço pelos territórios ultramarinos é a seguinte:

Angola	8
Moçambique	17
Guiné	3
Ajudá/Daomé	1
S. Tomé e Príncipe	3
Cabo Verde	5
Índia	2
Macau	3
África	2

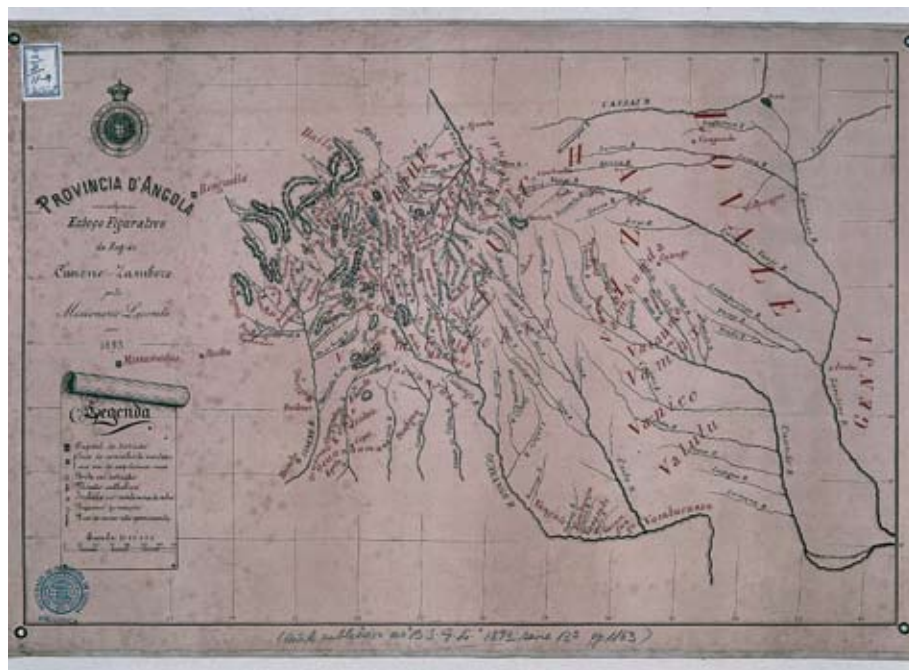
Boa parte deste trabalho foi realizado no âmbito do projecto da FCT “Cartografia Política e Territórios Coloniais” POCTI/HAR/42217/2001.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, L. de, 1983, “A Comissão de Cartografia e a cartografia portuguesa antiga” in *Rev. do Inst. Geográfico*, Cad. n.º 3, p. 9-15, Lisboa.
- IICT, 1983, *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) – 100 anos de História*, Lisboa, IICT.

ANEXOS

CSGL 2-D-11a
CSGL 2-D-11b
BSGL 57-C-2



LECOMTE, Ernesto, Padre, Sóc. da SGL

Provincia d'Angola: Esboço Figurativo da Região Cunene-Zambeze pelo Missionario Lecomte em 1893 [Material cartogr.]. – Escala 1:3 000 000 ; Coord.: Lat. 10° 30' – 18° 30' Sul/Long. 13° 00' – 24° 00' Este. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, 1893. – 1 f.: color. ; 32,0 x 49,0 cm em folha de 39,0 x 57,0 cm² ex.: 32,0 x 49,0 em folha de 35,5 x 52,0 cm). – Existem 3 ex. – No canto superior direito: Emblema da S.G.L. – No canto inferior esquerdo: Legenda: Capital de districto; Sede de concelho de residencia ou de capitania-mor; Forte ou estação; Missão catholica; Imbala ou residencia de soba; Pequena povoação; Rios de curso não permanente. – Por baixo da legenda: Carimbo da Biblioteca da SGL. – Existe um ex. manuscrito, sem título, que tem a cota CSGL 2-D-11. – N° 713 do Cat. da Expos. Nac. de Cartogr. de 1903-1904. – 2° ex.: colado sobre tela. – Texto relacionado: Entre o Cunene e o Zambeze: Carta do Padre Lecomte – In: Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa. – Sér. 13, n° 12 (Dez. 1894). – p. 1163-1165. – O 3° ex. foi publicado junto com o texto: Chronica das Missões: Relatório do Padre Lecomte acerca das missões do interior de Benguella. – In: Portugal em África. – Vol. 1, n° 5 (Maio 1894), n° 6 (Jun. 1894). – p. 161-172, p. 183-205. – Publicado em: Tesouros da Soc. de Geografia de Lisboa. – p. 60. Ed. da S.G.L.

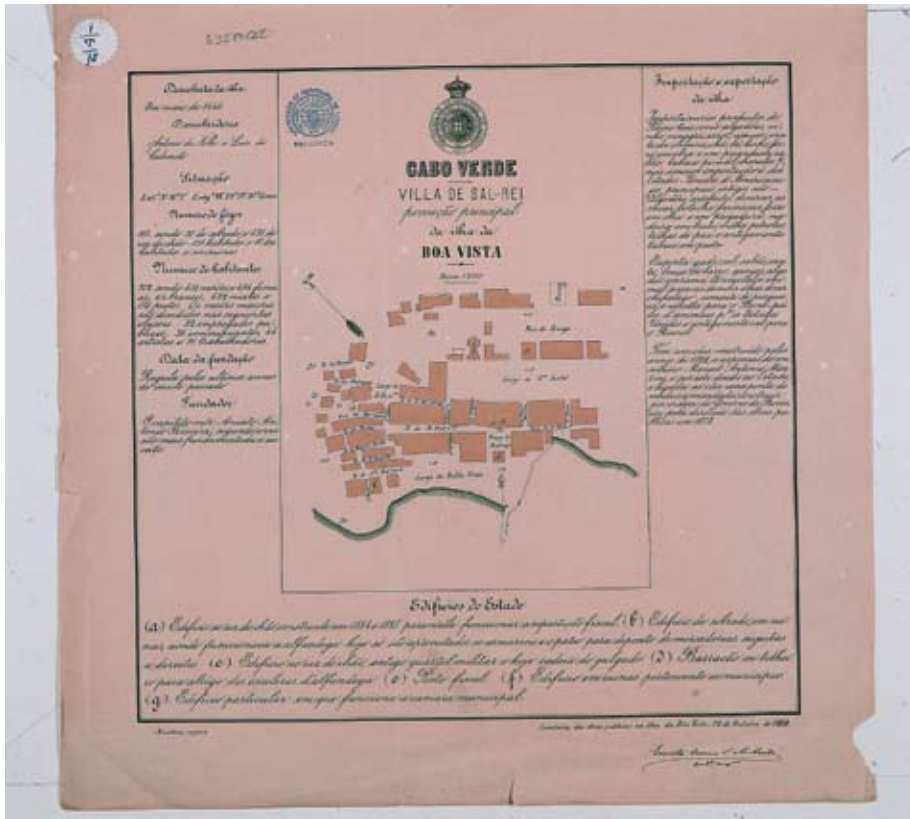
Angola–Cartografia/Angola–Viagens/Angola–Missões Religiosas/Angola–Hidrografia



ROSA, Ramiro da, Oficial do Exército, Sóc. n.º 1854, de Out. 1891

Carta Chorographica das Possessões Portuguezas ao sul do imperio da China: Feita e desenhada pelo tenente Ramiro da Roza, S.S.G.L. (1891) [Material cartogr.]. – Escala 13:500 000 ; Coord.: Lat. 22° 3' – 22° 16' Norte/Long. 113° 25' – 113° 39' Este. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, 1891. – 1 f.: color. ; 59,0 x 59,0 cm em folha de 64,0 x 64,0 cm. – No canto superior direito: Emblema da S.G.L.. – No canto inferior direito: Rosa dos ventos e escala gráfica. – No canto superior esquerdo: Carimbo da Biblioteca da SGL. – No canto inferior esquerdo: Latitude e longitude de Macau; Legenda: Fortalezas; Territorios Portuguezes; Dos Chinas. – Na margem inferior direita: 1891 – Lithografia da Imprensa Nacional. – Existe um exemplar ms., que tem a cota CSGL 3-G-17. – Texto relacionado: Territorios portuguezes ao sul da China: Carta Chorographica do Tenente Ramiro da Rosa, S.S.G.L. – In: Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa. – Sér. 10, n.º 6-7 (Jun.-Jul. 1891). – p. 289-292. Ed. da S.G.L.

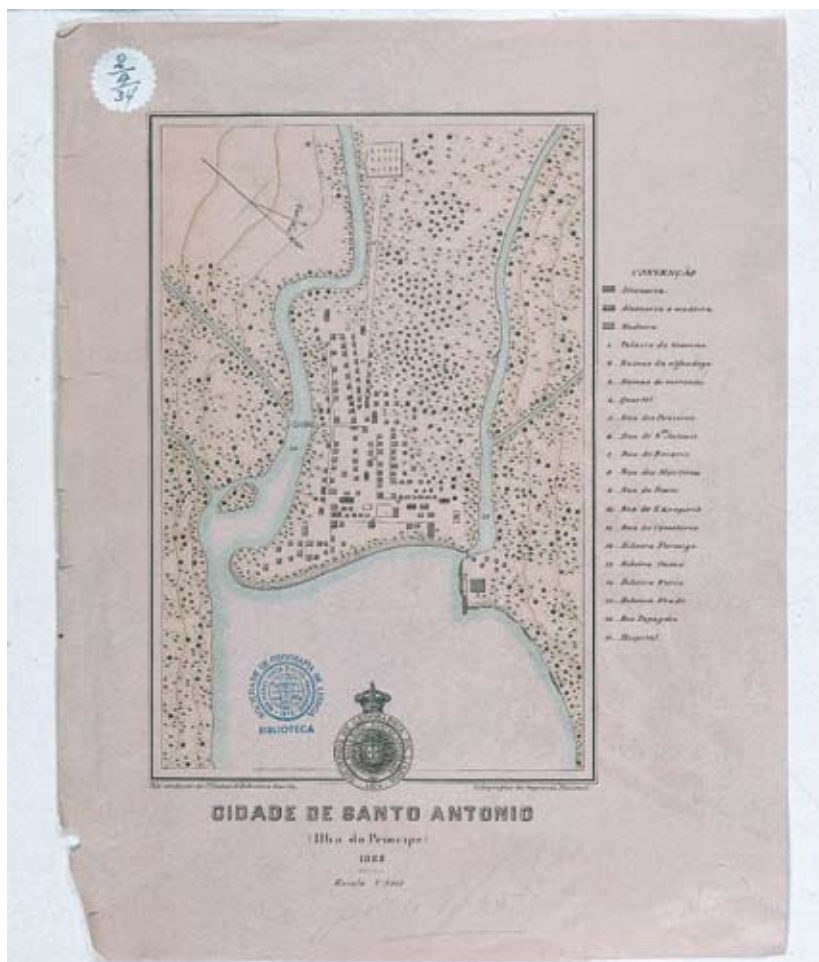
Macau–Cartografia/China–Cartografia



ANDRADE, Ernesto Soares de, Condutor auxiliar

Cabo Verde: Villa de Sal-Rei: Povoação principal da ilha da Bôa Vista [Material cartogr.]/Ernesto Soares d'Andrade. – Escala 1:2 500. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, [1888]. – 1 f.: color. ; 36,5 x 37,0 cm em folha de 45,2 x 45,5 cm. – Litogr. – À esquerda: Dados históricos, coordenadas geográficas e dados estatísticos. – À direita: Dados sobre importação e exportação da ilha. – Em baixo, legenda: Edifícios do Estado. – Em cima: Emblema da S.G.L. – Na margem inferior, à esquerda: Nozolino, copiou. – Na margem inferior, à direita: Secretaria das obras públicas na ilha da Bôa Vista, 12 de Outubro de 1888. – Assinalado o norte magnético. – N° 635 do Cat. da Expos. Nac. de Cartogr. de 1903-1904. – Publicado em: Tesouros da Soc. de Geografia de Lisboa. – p. 59. – Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar. – Vol. 2. – p. 134. Ed. da S.G.L.

Cabo Verde–Cartografia–Boa Vista–Sal-Rei/Cabo Verde–Urbanismo–Boa Vista–Sal-Rei/Cabo Verde–Toponímia–Boa Vista–Sal-Rei



- GARCEZ, Bernardo Heitor Pereira, Condutor da 1ª Classe, Sóc. n.º 2194, de 1892
- Cidade de Santo António: Ilha do Príncipe [Material cartogr.]/B. H. Pereira Garcéz.
 – Escala 1:5 000. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, 1888 (Lisboa: Impr. Nac.) .
 – 1 f.: color. ; 26,8 x 18,1 cm em folha de 37,8 x 29,5 cm. – Existem 2 ex. – Na margem direita: Convenção (legenda com indicações do tipo de construção, alguns edifícios, ruas e hidrografia). – Em baixo: Emblema da S.G.L.. – No canto superior esquerdo, variação magnética: 18° 00'. – Na margem inferior, à direita: Lithografia da Imprensa Nacional.
 – Publicado em: Tesouros da Soc. de Geografia de Lisboa. – p. 58. – Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar/Luís Silveira. – Vol. 2. – p. 169. Ed. da S.G.L.
- São Tomé e Príncipe–Cartografia–Príncipe–Santo António/São Tomé e Príncipe–Urbanismo–Príncipe–Santo António/São Tomé e Príncipe–Toponímia–Príncipe–Santo António



HEITOR, António, Condutor Civil das Obras Públicas de Macau, Sóc. n.º 3473, de 1898

Planta da Península de Macau [Material cartogr.]/color. e desenho António Heitor. – Escala 1:5 000 ; Coord.: Lat. 22° 11' (sic) Norte/Long. 113° 33' Este. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, [1889]. – 1 f.: color. ; 1 ex.: 81,5 x 57,0 cm em folha de 84,0 x 59,5 cm² ex.: 81,5 x 57,0 cm em folha de 92,0 x 68,1 cm. – Existem 3 ex. – Na margem inferior esquerda: Assumpção, lith.. – Na margem inferior direita: Lithographia da Imprensa Nacional. – No canto inferior direito: Emblema da S.G.L. – Assinalados com cor vermelha, em destaque, os edifícios militares e religiosos. – No farol da fortaleza da Guia estão assinaladas as coordenadas geográficas. – À esquerda do tit.: Norte Magnético. – N.º 890 do Cat. da Expos. Nac. de Cartogr. de 1903-1904. – Publicado em: Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar. – Vol. 3. – p. 472. – Pl. topográfica (estão assinaladas as altitudes). Ed. da S.G.L.

Macau–Cartografia/Macau—Urbanismo

CSGL 1-S-42



SILVA, José Francisco da, ca. 186– , Técnico gráf., Desenhador da Dir. das Obras Públicas, Sóc. n.º 3033, de 1883; Despediu-se em Set. 1891; Reeleito em Set. 1897

Índia Portuguesa: Planta da Villa de Mapuçá: Concelho de Bardez [Material cartogr.]/ José Francisco da Silva. – Escala 1:5 000. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, 1888. – 1 f.: color. ; 23,0 x 39,7 cm em folha de 31,0 x 47,5 cm. – Existem 2 ex. – No canto inferior esquerdo: Legenda dos edificios, dados demográficos e superficie em metros quadrados. – No canto superior direito: Emblema da S.G.L.. – À esquerda do tít.: Norte Magnético. – Referido em: Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar/Luís Silveira. – Vol. 3. – p. 360. – Inclui reprod. em tamanho reduzido. Ed. da S.G.L.

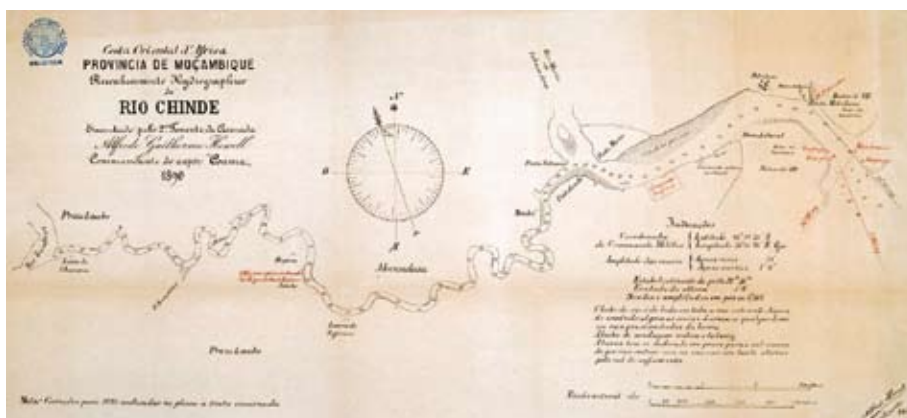
Índia–Cartografia–Bardez–Mapuçá/Índia–Urbanismo–Bardez–Mapuçá/Índia–Toponímia–Bardez–Mapuçá



AFREIXO, Jaime Maria da Graça, 1867-1942, 1º Tenente da Armada
 Traçado Rápido dos Cursos dos Rios Inhamacurra, Maali e Nameduro: Levantamento feito pela Lancha – Canhoneira – Sabre em Agosto de 1893 [Material cartogr.]/J. Affreixo. – Escala 1:74 000 (em milhas). – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, [1893]. – 1 f.; color. ; 77,0 x 51,5 cm em folha de 83,5 x 55,3 cm Pormenor do lado esquerdo: 11,1 x 6,3 cm. – Litogr. – À esquerda, na parte superior da mancha: “Rede dos rios do Norte de Quilimane até ao Licungo”. – À direita, na parte superior da mancha, abaixo do tít.: descrição de 13 rios. – O mapa contém medições em metros da largura dos rios e a sua profundidade em pés e braças. – N° 825 do Cat. da Expos. Nac. de Cartogr. de 1903-1904. Ed. da S.G.L.

Moçambique–Cartografia/Moçambique–Hidrografia

CSGL 2-E-37
BSGL 35-B/C



HOWELL, Alfredo Guilherme, 2º Tenente da Armada, Sóc. nº 2040, de 1892; Passou a Sóc. Corresp. nº 2357 em Mar. 1895; Passou a Sóc. Ordinário nº 2779 em Fev. 1897

Carta Oriental d'África: Província de Moçambique: Reconhecimento Hydrographico do Rio Chinde: Executado pelo 2º Tenente da Armada Alfredo Guilherme Howell Comandante do vapor "Coama": 1890 [Material cartogr.]. – Escala 1:50 000 ; Coord.: Lat. 18º 33' 25" Sul/Long. 36º 35' 34" Este. – [Lisboa]: Soc. de Geografia de Lisboa, 1897. – 1 f.: color. ; 00,0 x 00,0 cm em folha de 00,0 x 00,0 cm. – Existem 2 ex. – Na margem superior, à esquerda: Boletim nº 11 da S.G.L. – Série nº 16. – No canto inferior esquerdo: Nota. – No canto inferior direito: Alfredo Howell, 1º Tenente, 1897. – À direita: Indicações: – Coordenadas do Comando Militar; Amplitude das marés (Águas vivas 13'; Águas mortas 57' 6"); Estabelecimento do porto IVh 30m; Unidade de altura 5' 8"; Sondas e amplitudes em pés ou 0,305m; Etc. – Com sondagens. – Variação magnética: 17º NO. – O 2º ex. esta enc. entre as p. 146 e 147 do mesmo Bol., embora não exista aí qualquer texto relativo à região em questão. Ed. da S.G.L.

Moçambique–Cartografia–Chinde/Moçambique–Hidrografia–Chinde

AS MISSÕES GEOGRÁFICAS (1883-1940) CONSTRUÇÃO DE UM DOCUMENTO CARTOGRÁFICO

Paula Cristina Santos¹

pp 17-40

Introdução

A geodesia, para lá do seu ramo científico que estuda a forma, dimensões e o campo gravítico da Terra participa, por intermédio das coordenadas que determina de pontos à sua superfície, na resolução dos mais diferentes propósitos, entre eles a delimitação de fronteiras e a elaboração de cartas geográficas.

No último quartel do século XIX, em plena época da partilha de África e no período áureo das grandes explorações pelo sertão africano, sai enunciado da Conferência de Berlim o princípio da **“ocupação efectiva”** como modo de legitimação da posse política de um território africano. Não se baseava nos direitos históricos mas no conhecimento geográfico, que pressupunha a implantação de linhas de fronteiras e a existência de cartografia.

Para uma completa e organizada ocupação científica do Ultramar havia sido instituída, no Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, a Comissão de Cartografia, precursora do actual Instituto de Investigação Científica Tropical. Esta e os organismos que lhe sucederam, criaram missões denominadas umas vezes geodésicas, outras geográficas ou, ainda, geo-hidrográficas que, durante 53 anos,

¹ Programa Desenvolvimento Global, Instituto de Investigação Científica Tropical.

procederam ao estudo geográfico dos territórios sob jurisdição portuguesa, tomaram parte nas negociações para definição de fronteiras e à sua demarcação no terreno.

Nos primeiros anos, as missões foram constituídas por militares, sobretudo da Marinha, por estes possuírem a preparação necessária para trabalhos tão exigentes do ponto de vista técnico, físico e psicológico. Instituído em 1922, o curso de engenheiro geógrafo, foi a Universidade habilitando, na ciência da engenharia geográfica, os seus licenciados em matemática que, gradualmente, ingressaram nas missões geográficas, ainda então dirigidas por oficiais da marinha. A sua participação sistemática verificou-se a partir de 1942.

Trabalhos geodésicos

De início, a actividade da Comissão de Cartografia centrou-se, particularmente, na questão das fronteiras, grande impulsionadora das primeiras campanhas em África, na sua delicada discussão, melindrosa demarcação, por vezes em arbitragens como nos casos de Manica, Sofala e Cuando. Recorrendo muitas vezes a técnicas astronómicas, definiam-se no terreno pontos das fronteiras acordadas, a partir dos quais se construíam alinhamentos, troços de meridianos ou de paralelos.

A cobertura geodésica de um território consiste de várias operações: reconhecimento, medição de ângulos horizontais e verticais entre os pontos que constituem a rede, medição de comprimentos (bases), observações astronómicas e, a partir da década de 50, nivelamento geométrico e gravimetria. O aperfeiçoamento dos conhecimentos, o avanço tecnológico e a maior disponibilidade de meios humanos e logísticos, traduziu-se na contínua introdução de novos métodos e práticas que facilitaram e permitiram aperfeiçoar a qualidade dos trabalhos.

O **reconhecimento** é a operação preliminar na cobertura geodésica de um território e dele vão depender a rapidez e o sucesso dos trabalhos posteriores. Consiste na recolha, no campo e, eventualmente, em gabinete recorrendo a documentos cartográficos existentes, dos elementos que

permitirão escolher os pontos cujas posições se pretendem determinar de modo a constituírem vértices de triângulos que, por encadeamento sucessivo, irão constituir a rede de triangulação geodésica. As figuras geométricas compostas por estes triângulos, são escolhidas de forma a diminuir-se nos resultados a incidência dos erros nas observações e a dispor-se de verificações dos resultados pretendidos.

Porquê triângulos? Porque são figuras geométricas simples com relações entre ângulos e lados bem definidas. Conhecendo-se o comprimento de um dos lados e dois ângulos, é possível determinar o terceiro ângulo e os outros lados. A medição do terceiro ângulo permite um controlo angular. Definidas a posição do ponto fundamental, a orientação e a dimensão de um dos lados da rede, a localização dos demais pontos é obtida pelos valores observados dos ângulos dos triângulos, recorrendo às leis da trigonometria.

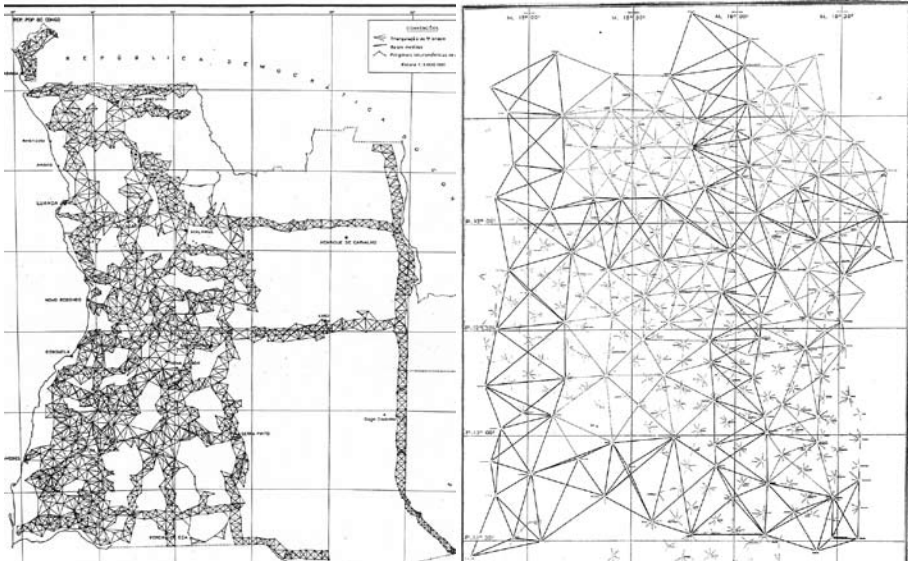
Nos primeiros tempos, os trabalhos de reconhecimento foram condicionados pela falta de informação cartográfica: a bússola, o conta-quilómetros, as horas de viagem a pé, o guia, a dizerem o que não estava escrito em lugar nenhum. Gago Coutinho (1911) refere mesmo ter recorrido a “... meios análogos àqueles de que se serve a navegação: soltar rumo, viajar à bússola, fazer observações astronómicas para rectificar o rumo, reconhecer terra do alto das árvores, sondar, ou seja nivelar para encontrar no terreno pouco accidentado e coberto de floresta o ponto mais elevado; observar a variação da agulha e medir ângulos a sextante do alto das árvores...”



Operações de reconhecimento em Angola e Moçambique

Com as primeiras cartas o trabalho suaviza-se. As picadas, a encosta que melhor consentirá o acesso ao local pretendido, podem ser escolhidas em gabinete, assim como seleccionar sobre a carta, de entre as hipóteses possíveis, os pontos que formarão a malha geodésica.

A distância entre dois pontos consecutivos varia conforme a orografia do terreno e com as orientações que se adoptaram no estabelecimento da triangulação. A legislação que criava as Missões previa, como regra, que fossem lançadas cadeias de figuras com lados de comprimento mediando os 30 km, orientadas, em grandes territórios, preferencialmente segundo paralelos e meridianos. As excepções seriam motivadas por imperativos do terreno. As áreas vazias, delimitadas pela quadrícula, seriam depois preenchidas por malhas complementares hierarquizadas, cada uma delas apoiando-se nas anteriores, e em que as distâncias entre os vértices iam decrescendo, até assumirem uma densidade capaz de acorrer aos trabalhos correntes de cartografia de maiores escalas.



Esquema (reduzido do original) da rede de triangulação de 1ª ordem de Angola (Documentação da Missão Geográfica de Angola)

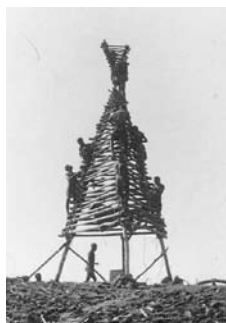
Esquema (reduzido do original) da rede complementar de 1ª ordem e da rede de 2ª ordem do Distrito do Huambo (Documentação da Missão Geográfica de Angola)

Os pontos que constituíam as redes ficaram, regra geral, materializados no terreno por marcos com fundas sapatas. O tamanho dependia da sua função. Uma testemunha em latão no centro do marco definia o vértice geodésico. Nos primeiros tempos, quando por dificuldades logísticas tal não era possível, sinalizava-se apenas o centro e colocava-se um monte de pedras soltas por cima. Nos marcos eram gravadas as iniciais da Missão, ano de construção, número e, eventualmente, outras informações.



Sobre estes erguiam-se sinais, cuja altura, por forma a garantir intervisibilidade, podia atingir 12 metros. Eram constituídos por grandes pirâmides de base triangular, construídas com paus cortados nas florestas próximas e amarrados com cordas feitas de cascas de árvores, de raízes ou trepadeiras, sem recurso a pregos ou arames. Deviam ser montados de modo a que nenhuma das pernas ficasse na direcção da visada. O revestimento das faces do sinal, inicialmente de capim, passou a ser feito com paus, por assim oferecer melhores condições de visibilidade. Além disso, era mais pesado e estável, expunha menor superfície ao vento e tinha menor possibilidade de ser destruído pelas queimadas.

A experiência foi mostrando que durante a época do cacimbo, época própria para as observações pela ausência de chuvas, as condições de visibilidade eram precárias devido à bruma. Nessa altura, os sinais dificilmente eram visíveis. Assim, foram gradualmente substituídos por heliótropos nas visadas a efectuar de dia com Sol e por projectores, farolins ou candeeiros petromax para as observações nocturnas. Os hélios eram formados por um ou dois espelhos planos móveis em torno de dois eixos perpendiculares montados numa estrutura que, manuseada



Construção de um sinal: montagem do tripé com os três paus principais, centralização e colocação dos paus horizontais que o revestem e cravação das estacas a que se devem ligar os pés do sinal. Em baixo, ao centro, esquema de um sinal. Em baixo à direita, sinal com revestimento de capim.

por capatazes devidamente treinados, reflectia, na direcção dos vértices ocupados pelos observadores, um feixe de raios solares. O movimento aparente do Sol requeria um quase permanente deslocamento dos espelhos, para manter ajustado o feixe reflectido, para manter ajustado o feixe reflectido. O recurso sistemático a heliótropos e a sinais luminosos nocturnos, permitiu um mais elevado rendimento das observações, ampliando o período dos trabalhos e o alcance das visadas.

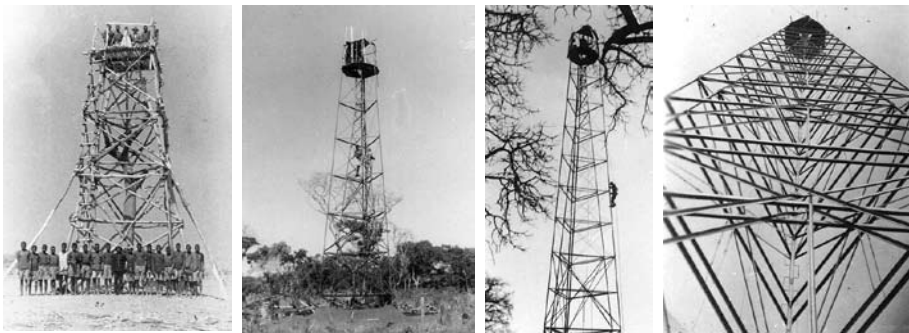


Heliótopos (hélios)



Sinais luminosos: petromax, projector e farolins

Por vezes, para se conseguir intervisibilidade entre os vértices, as observações realizavam-se sobre torres. As primeiras, de madeira, foram mais tarde substituídas por torres de ferro portuguesas e torres de aço Bilby com uma altura média de 30 metros que se aumentava com extensões. Em Cabinda, chegaram a atingir 52 metros de altura.



Torre de Madeira (esquerda), Torre Portuguesa (centro) e Torre Bilby (direita)

A legislação que criava as missões pressupunha a implantação de uma rede fundamental com a precisão angular das de 2ª ordem europeia, norma comum às triangulações então em curso nos países vizinhos (Rodésia, Congo Belga). Os métodos de observação utilizados foram o dos Ângulos Independentes e o dos Giros do Horizonte, ambos a oito origens. No entanto, a partir de 1953, o esquema das observações angulares foi modificado no sentido de se aumentar a precisão para a da 1ª ordem. Adoptou-se, então, na Missão de Moçambique e Geo-Hidrográfica da Guiné o método dos Giros do Horizonte a dezasseis origens e, na de Angola e Timor, o Método de Schreiber.

As **observações de ângulos azimutais** eram distribuídas por três períodos, manhã, tarde e noite, procurando obter-se uma média de condições de observação e, conseqüentemente, a atenuação de influências sistemáticas provenientes de refrações laterais. **A medição dos ângulos verticais** na triangulação, destinada à obtenção de cotas designadas por trigonométricas, foi efectuada, pelo processo de distâncias zenitais recíprocas às horas mais quentes do dia, período de refração mínima e muito sensivelmente constante de dia para dia.

Os lados da rede são medidos no terreno ou calculados. Os medidos designam-se por bases. Uma rede de triangulação, para a dimensionar, conterà pelo menos uma base. Na prática, para controlo e manutenção do rigor, **estabeleciam-se bases** nas figuras de cruzamento das cadeias, inicialmente de 200 em 200 km e mais tarde a cada 150 km. Bases são segmentos de recta com alguns quilómetros, nos primeiros tempos dois a seis e mais tarde superiores a 10 km, medidos com elevada precisão. Não se medindo directamente um dos lados da rede, o comprimento obtido é nela integrado por intermédio de uma figura de expansão, composta por uma sequência de triângulos de grandeza crescente. Para a base, procurava encontrar-se um caminho o mais plano possível e sem obstáculos. Quando inviável evitá-los, recorria-se à medição de bases quebradas, observando-se os necessários elementos para a redução ao segmento de recta que ligava os seus extremos.

Durante seis décadas usaram-se fios de invar, utilizados pela primeira vez, em territórios sob administração portuguesa, por Gago Coutinho, nas bases de Inhambane e Manhiça, em Moçambique. Construídos pela Casa Carpentier de Paris, constituíam uma medida de rigor transportável e de comprimento bem estudado. Eram submetidos previamente a esforços e tratamentos especiais que garantiam a invariabilidade prática do seu comprimento. Os fios de invar permitiam precisões que facilmente ultrapassavam uma parte por milhão, garantindo pelo menos, a precisão de 1/300.000 no lado da figura de expansão que se integrava na rede. Antes de cada campanha os fios aferiam-se em Sèvres, no Bureau des Poids et Mesures, e mais tarde, no Instituto Geográfico e Cadastral.

A medição a fios de invar consistia na sua colocação sucessiva sobre tripés, alinhados ao longo da base, e cuja tensão era regulada por pesos geralmente de 10 kg. Em referências colocadas na cabeça dos tripés, lia-se a posição das réguas terminais dos fios, valores que se somavam algebricamente ao seu comprimento, geralmente de 24 m. Cada troço era medido com dois fios num sentido e dois outros no sentido contrário. Além dos fios de 24 metros, havia outro de oito e uma fita de quatro dividida em decímetros e milímetros, para medição de comprimentos inferiores. À média dos valores aplicavam-se as usuais



Remoção de troncos e alinhamento



Estruturas para atenuar a inclinação do terreno e galgar um valado



Colocação dos tripés ao longo da base e nivelamento



Colocação dos fios sobre os tripés e peso tensor



Leituras nas *regletts* e registo nas cadernetas



Limpeza e colocação dos fios no tambor



Medição de uma base (fotografias das Missões Geográficas de Angola e Moçambique)



correções: equações dos fios e fita, temperatura, inclinação, variação dos pesos tensores, gravidade local e redução ao nível do mar. Para o transporte, os fios eram enrolados em tambores de alumínio de 50 centímetros de diâmetro, que se guardavam numa caixa de madeira, onde giravam por meio de uma manivela. Uns espigões com molas mantinham as pequenas régua terminais direitas, conservando os fios sob uma tensão moderada. Para os preservar da ferrugem eram embebidos numa mistura de vaselina e parafina.

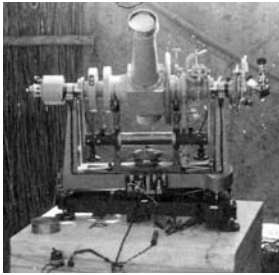
A escolha de um terreno propício ao estabelecimento da base e o seu modo operativo, tornavam a medição a fios de ínvar morosa e dispendiosa. Assim, logo que surgiram, foram adquiridos meios electrónicos adequados, telurómetros em 1961 e, em 1971, um geodímetro (AGA LASER modelo 8) com o qual se passou a medir directamente lados da triangulação, substituindo em definitivo os fios de ínvar.

As **observações astronómicas** intervêm no posicionamento da rede por intermédio de um ponto fundamental, onde se observam longitude e latitude, e na sua orientação por meio de azimutes. Os métodos utilizados dependiam da localização de cada território e da logística da respectiva Missão. Como acontece com as bases, em lados separados por intervalos regulares, observavam-se azimutes astronómicos aos quais é aplicada uma correcção, dita de Laplace, que os converte em geodésicos, para participarem nos cálculos.

A latitude astronómica pode definir-se como sendo a altura do pólo acima do horizonte, considerada positiva para lugares do hemisfério Norte e negativa para os do Sul. Quando uma estrela cruza o meridiano de um lugar, expressões matemáticas simples relacionam elementos observados em campo com a sua declinação e os vários erros que intervêm na medição.

Nas Missões Geográficas para determinação de latitudes astronómicas usaram-se essencialmente dois métodos. O de Horrebow-Talcott e o de Sterneck, entre nós designado por de Gago Coutinho. Em ambos os métodos, observam-se pares de estrelas de distâncias zenitais próximas e inferiores a 30° culminando em lados opostos do zénite e pouco separados no tempo. Com o aparelho no meridiano do lugar, este é representado

pelo fio vertical do retículo. No método de Talcott, por meio de um micrómetro ocular com fio móvel, mede-se a diferença das distâncias zenitais do par. Níveis de grande sensibilidade fixados transversalmente ao eixo de báscula permitem detectar eventuais alterações da inclinação do instrumento. No método de Sterneck, medem-se as distâncias zenitais das estrelas no círculo vertical, com as correspondentes leituras do nível que lhe está associado. Não sendo obrigatória, é conveniente a observação sucessiva de cada estrela de um mesmo par. O primeiro método, embora mais preciso que o segundo, não é tão rápido e exige os níveis especiais, o que nem sempre foi possível para as Missões.



Instrumento de passagens
Bamberg



Teodolito wild T4



Teodolito universal de Heyde e
Heyde

Instrumentos para observação de latitude, longitude e azimute

A longitude é o ângulo entre o meridiano celeste do lugar e o meridiano de referência. Por outras palavras, é a diferença em tempo entre os instantes de passagem de uma estrela pelo meridiano do lugar e pelo de referência. A diferença entre dois meridianos é a diferença dos tempos locais das duas estações considerando 24 horas representarem 360° . A hora sideral local determina-se quando a estrela cruza o fio do retículo do instrumento colocado no meridiano. Via rádio, obtém-se a hora correspondente no meridiano de referência. A diferença fornece a longitude. Antes de haver rádios era muito complicado observar longitude. Para determinar a diferença dos cronómetros, e portanto das longitudes, recorria-se a métodos mais trabalhosos que não permitiam tanto rigor, como por exemplo um sinal telegráfico, ou um sinal luminoso, requerendo-se neste caso a intervisibilidade das estações, e ao transporte de cronómetros de uma estação para outra. Gago Coutinho chegou a determinar a longitude por observação da posição da Lua.

A observação de estrelas dava a hora local em que a Lua se encontrava numa determinada posição. Num catálogo de efemérides obtinha-se o instante, no meridiano de referência, em que a Lua ocupava aquela mesma posição. Também se podiam usar os eclipses dos satélites de Júpiter.



Cronómetro



Cronógrafo



Receptor de sinais rádio

Instrumentos para determinar o tempo durante as observações astronómicas

O azimute astronómico de uma marca é definido pelo ângulo medido no horizonte entre o meridiano da estação e o vertical da marca, contado no sentido retrógrado (movimento dos ponteiros de um relógio).

O método mais corrente, em estações afastadas dos pólos ou do equador, consiste em somar-se algebricamente o azimute de um astro faz, num dado instante, obtido por cálculo, ao ângulo que o vertical do astro, nesse instante, com o da referência colocada na estação. É usual observar-se, em qualquer ponto do seu percurso, a estrela polar no hemisfério norte ou a σ -Octantis no hemisfério Sul.

Em latitudes próximas do Equador (São Tomé e Príncipe, Malange-Angola), em que as estrelas circumpolares se situam próximas



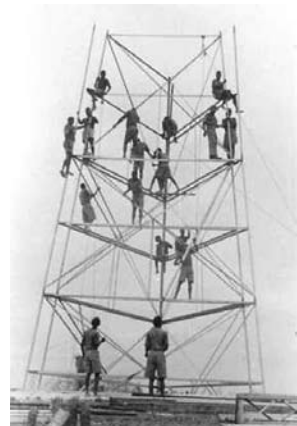
Observatórios de campo



do horizonte, recorre-se, por vezes, à observação do azimute de uma marca meridiana conjuntamente com séries de tempo, usadas para a observação da longitude. Posteriormente, mede-se o ângulo entre essa marca e o vértice cujo azimute se pretende.

A completar a cobertura geodésica observavam-se ainda **redes de nivelamento geométrico e de gravimetria**. O nivelamento geométrico, efectuado com nível e miras, pretende disponibilizar uma rede de pontos cotados com alta precisão que cubra o país e controle os valores calculados trigonometricamente. A medição de valores de intensidade de gravidade, em pontos de nivelamento geométrico, permite calcular a correcção ortométrica a aplicar a estes e proceder ao cálculo das cotas dinâmicas. A sua execução obedeceu, desde o início, a cuidados que garantiam a alta precisão, não só pela aparelhagem utilizada como pelos preceitos que orientavam as medições. Estes trabalhos só tiveram início na década de 50, portanto, fora do âmbito da Comissão de Cartografia, e por conseguinte não serão aqui descritos.

Os trabalhos geodésicos resultaram da coordenação de esforços de vastas equipas. Com os engenheiros colaboravam auxiliares de geodesia, capatazes e respectivos grupos. A estes competia a abertura dos acessos, picadas, pontes e passareiras nos leitos dos rios, até aos vértices da triangulação, montagem de torres, construção de marcos e sinais. Os capatazes de “hélio” eram, como referido, técnicos especia-



Alguns trabalhos dos auxiliares, capatazes e serventes

lizados que iam passando, eles próprios, o seu conhecimento de uns para outros. Nos últimos anos, a Missão de Angola chegou a envolver, no campo, cerca de 500 pessoas.

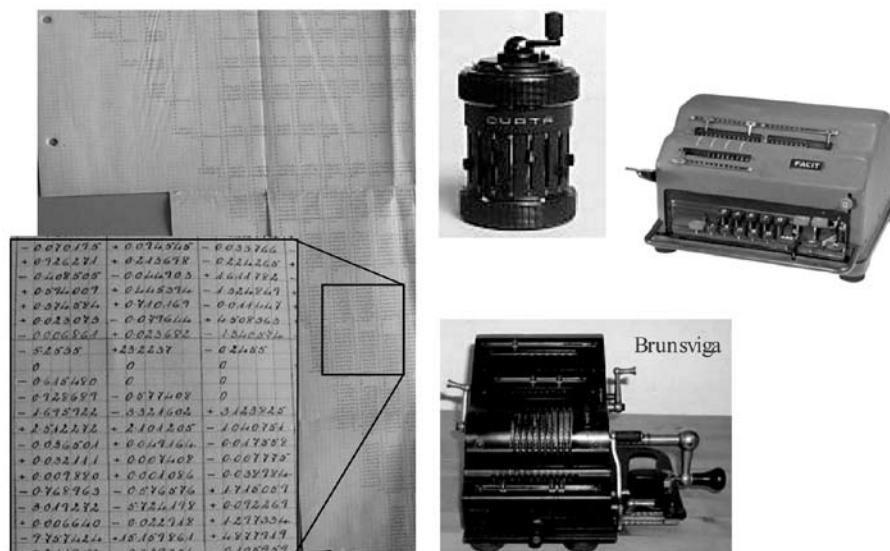
Numa primeira fase, as Missões, coadjuvadas por técnicos dos serviços de agrimensura, serviços cadastrais e outros, procediam também ao levantamento cartográfico. Com a alidade e prancheta estacionadas num dos vértices da rede, desenhava-se na carta, directamente no campo, os acidentes do terreno, cursos de rios, povoações, etc. Estas observações eram completadas com as de telémetros (distâncias) e barómetros (altitudes). Os nomes a inscrever eram recolhidos no local junto das populações. O rigor e o detalhe dependiam da escala pretendida. Logo que possível, passou a usar-se fotografia aérea.



Cartografia: levantamento com alidade e prancheta

Findas as campanhas, as Missões efectuavam os cálculos das observações recolhidas no campo e programavam os trabalhos da campanha seguinte. Recorrendo a tabelas de logaritmos, que com o desenvolvimento das máquinas de calcular foram substituídos por outros métodos com valores naturais, calculavam-se as coordenadas dos vértices e ajustavam-se troços de triangulação. O ajustamento de uma cadeia, fazendo intervir todas as observações efectuadas no campo, ângulos, astronomias, comprimentos, envolvia a resolução de centenas de equações, em folhas consecutivas, coladas umas às outras, formando o que se designava por lençóis de cálculo, que podiam atingir vários metros.

Em 1960 introduziram-se os computadores electrónicos em Portugal e, desde logo, a Missão Geográfica de Angola passou a utilizá-los,



Lençoi de cálculo e primeiras máquinas de calcular

para o que desenvolveu programas para o cálculo da triangulação, nivelamento, astronomia e ajustamento de redes.

Missões geográficas

As Missões instituídas com regulamentação que explicitamente as vinculava à construção de um determinado documento cartográfico extinguíam-se, por vezes, com a sua conclusão. Assim aconteceu com as Missões da Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Quando, pela dimensão do território, a amplitude dos trabalhos exigia mais tempo para a obtenção dos seus objectivos, as Missões, embora mantendo a mesma designação, alargavam as suas competências, perdiam o seu carácter circunstancial e adquiriam a feição de normais serviços de geodesia. Tal foi o caso das Missões de Angola e de Moçambique.

São Tomé e Príncipe

Na Ilha de São Tomé e Príncipe, sob condições atmosféricas desfavoráveis, uma orografia fortemente acentuada, espessas e elevadas manchas florestais, a Missão Geodésica de S. Tomé e Príncipe, chefiada por Gago Coutinho, estabeleceu uma rede de triangulação de 1^a e 2^a ordens, integrando os ilhéus, e uma rede de poligonais ao longo das estradas principais. Mediu duas bases geodésicas a fios ínvar e estabeleceu seis estações de latitude.

A determinação da latitude no Ilhéu das Rolas mostrou que o equador passa lá e não entre ele e a Ilha de S. Tomé, como até aí se julgara (Reis e Cortesão, 1970). Por circunstâncias derivadas da 1^a guerra mundial, não foi possível determinar longitudes, efectuadas uma década mais tarde pela Missão Geo-Hidrográfica de S. Tomé e Príncipe. Esta estabeleceu na ilha do Príncipe uma rede constituída por uma triangulação principal, envolvendo os Ilhéus Pedra da Galé, Bombom e Carçoço, e uma rede secundária, destinada a cobrir a parte norte da ilha. Em lados destas triangulações apoia-se uma outra de 3^a ordem, constituída por pontos de difícil acesso, formada por triângulos isolados. Foram medidas duas bases quebradas a fios de ínvar, e estabelecidas quatro estações astronómicas de latitude e longitude dispostas simetricamente em relação ao Morro do Papagaio, onde se estimou serem mínimos os desvios da vertical (IH, 1965), e duas de azimute.

Enquanto se desenrolavam os trabalhos geodésicos, recolheram-se os elementos cartográficos para a publicação da carta. A escala adoptada para o levantamento foi de 1/25000. As cartas das Ilhas de S. Tomé e do Príncipe foram publicadas em 1921, pela Comissão de Cartografia, nas escalas 1/50 000 e 1/30000 respectivamente (CSA, 1953).

Arquipélago de Cabo Verde

Dado o seu interesse para a navegação mundial, desde cedo, a Comissão de Cartografia reconheceu a necessidade de efectuar trabalhos de geodesia e topografia no Arquipélago de Cabo Verde. No entanto,

a primeira Missão Geográfica só foi constituída em 1918. Até aí, os trabalhos haviam-se limitado a levantamentos rápidos das principais baías e respectivas sondagens.

Os trabalhos iniciaram-se na Ilha da Boavista, dado o elevado número de naufrágios que ali se registaram, superior a cinquenta e cinco entre 1843 e 1916, prosseguindo nas ilhas de S. Vicente e Sal. Concluídos os trabalhos em 1921, a Missão interrompeu a sua actividade por falta de meios. É reactivada em 1926, para concluir os levantamentos geodésico e cartográfico das restantes ilhas do arquipélago, prolongando-se por seis campanhas.

O relevo de constituição vulcânica, com elevadas montanhas e profundas ravinhas, caminhos perigosos e comunicações difíceis, dificultou os trabalhos na maior parte das ilhas do arquipélago. Com fracos recursos, mas com grande espírito de sacrifício e esforço pessoal, a Missão Geográfica de Cabo Verde estabeleceu em cada uma das ilhas uma rede de triangulação, observou em todo o arquipélago 59 estações astronómicas e mediu 10 bases a fios de invar, cujos comprimentos variaram entre 760 e 2600 metros.

As más condições de visibilidade não permitiram, durante o período de actividade da Missão, ligar geodesicamente entre si as várias ilhas e, por isso, extinta a Missão Geográfica de Cabo Verde, cujos elementos foram constituir em 1932 a Missão Geográfica de Moçambique, foi confiada à Missão Hidrográfica do Arquipélago de Cabo Verde (1954-1959) essa tarefa.

Para o levantamento cartográfico recorreu-se aos métodos tradicionais, prancheta e alidade, pois, apesar dos esforços desenvolvidos, não foi possível utilizar fotografia aérea.

Foram publicadas pela Comissão de Cartografia, cartas nas escalas 1/50000, 1/75000 e 1/100 000, conforme a área de cada ilha. Com base nestas, a Junta de Investigações do Ultramar, publicou em 1962 a Carta Geral do Arquipélago na escala de 1/500 000.

Guiné

Em 1889, a Comissão de Cartografia dotou a Guiné duma carta itinerária. Nos anos seguintes, foram criadas várias Comissões para delimitação de fronteiras com a África Ocidental Francesa e Missões Geo-Hidrográficas.

A primeira, criada em 1912, tinha objectivos exclusivamente cartográficos. Solicitada para outros trabalhos, interrompeu a sua actividade em 1915. Deste período destaca-se a observação da longitude astronómica de Bolama em que, pela primeira vez, nos territórios africanos sob administração portuguesa, se recorreu à telegrafia sem fios. Foi reactivada em 1925, para colaborar com uma missão francesa na revisão da fronteira. Com a reestruturação de 1944 iniciam-se, organizadamente, os trabalhos da cobertura geodésica do território.

Devido á falta de relevo e á densidade do coberto vegetal, foi adoptado o método das poligonais. Até 1947 observaram-se 500 km de poligonais geodésicas com lados médios de 15 km, medidos com fitas de aço. Com a aquisição de torres metálicas foi possível lançar uma cadeia de triangulação principal, ao longo do paralelo médio do território entre as bases de Bissau e Piche, e de algumas cadeias secundárias. A Missão observou dois pontos astronómicos e, além do nivelamento trigonométrico, uma linha de nivelamento geométrico ao longo do vale do rio Geba.

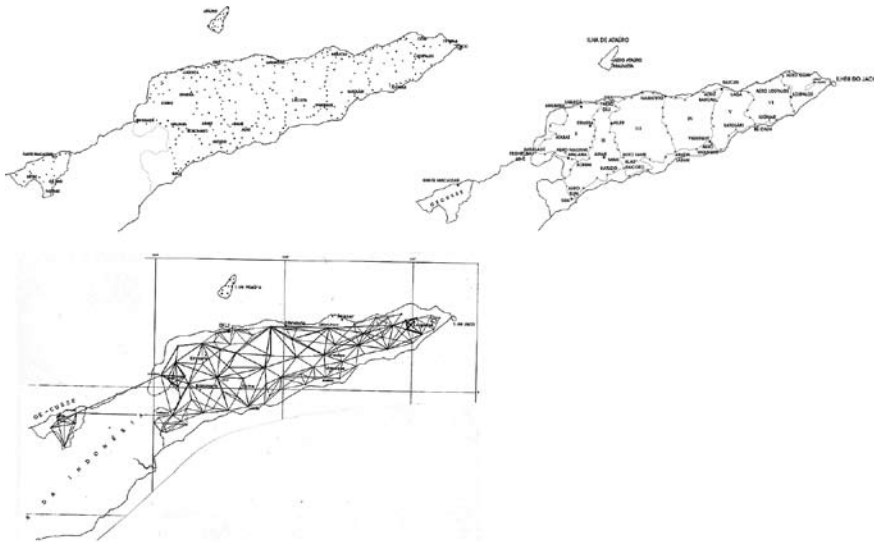
As operações foram dadas por concluídas em 1959 e, posteriormente, publicada uma carta de todo o território na escala 1/50000.

Timor

A Missão Geográfica de Timor foi criada em 1937 e reconstituída em 1954 para realizar a cobertura geodésica e o levantamento cartográfico na escala 1/25000, posteriormente alterada para 1/50000. Devido á ocupação japonesa durante a II guerra mundial, quase todo o trabalho realizado até fins de 1941 foi perdido, pelo que se considera como

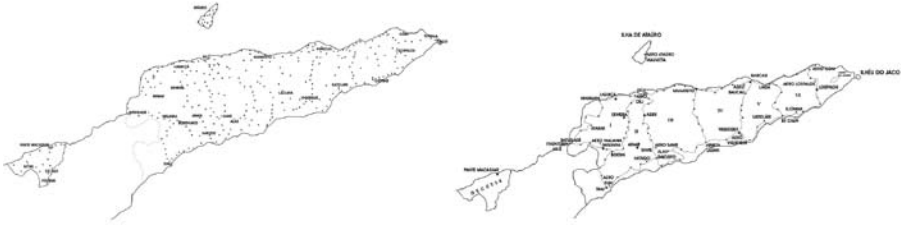
período de actividade efectiva da Missão o que decorre entre 1955 e 1973, data em que se deram por concluídos os trabalhos de campo.

A cobertura geodésica de Timor fez-se através de três triangulações, correspondentes às parcelas em que se divide o território: metade leste da Ilha de Timor com o Ilhéu de Jaco, Enclave do Oé-Cusse e Ilha de Ataúro. Na Ilha de Timor, uma cadeia principal desenvolvendo-se pelo norte, estabelece a ligação entre as duas bases Fuiloro e Maliana. Uma segunda cadeia estendendo-se pelo sul, apoia-se em toda a sua extensão na cadeia norte. Nas malhas destas cadeias e dispersas por todo o território, observaram-se pequenas triangulações de adensamento. À rede de Timor ligam-se as de Ataúro e Oé-Cusse. Foram medidas três bases a fios de invar, duas na Ilha de Timor e uma quebrada no Oé-Cusse, duas telurométricas no Ataúro e efectuadas observações astronómicas em cinco vértices.



Rede Geodésica estabelecida em Timor pela Missão Geográfica de Timor

A ilha de Timor foi ainda coberta por uma rede de nivelamento geométrico de precisão, quase coincidente com a rede principal de estradas, e uma rede gravimétrica cobrindo uniformemente toda a ilha.



Rede Gravimétrica e de Nivelamento Geométrico estabelecidas em Timor

Moçambique

Moçambique foi o primeiro território a ser objecto de operações regulares com vista à sua cobertura geodésica, com precisão apropriada às necessidades cartográficas e de cadastro. Para a execução de tais operações foi criada em 18 de Janeiro de 1907 a Missão Geodésica da África Oriental que, sob a orientação de Gago Coutinho, ali operou até 1910.

Em quatro campanhas, num total de 26 meses de trabalho, esta Missão estabeleceu uma rede de triangulação apoiada em cerca de 83 vértices, com um desenvolvimento linear de 800 km. Estabeleceu duas bases geodésicas, Inhambane (8 km) e Manhiça (12 km), distanciadas de 300 quilómetros medidas com fios de invar, e observou duas estações astronómicas de latitude e azimute. Por falta dos instrumentos necessários, não foram realizadas observações de longitude, pelo que o seu valor foi determinado por ligação trigonométrica entre o Observatório de Lourenço Marques e as estações geodésicas da fronteira inglesa, que estavam ligadas com a triangulação do Transvaal e da África do Sul e, portanto, com o Observatório de Cape Town.

Os trabalhos realizados por esta Missão foram continuados pela Missão Geográfica de Moçambique instituída em 1932. O seu objectivo principal, segundo as instruções que recebera da Comissão de Cartografia, era o de realizar uma triangulação que se desenvolvesse ao longo do paralelo 15° de latitude sul, do Zumbo ao mar, em conexão com os

trabalhos ingleses no meridiano de 30° leste, iniciados em 1897. Com a reorganização em 1934 foi dada maior amplitude ao programa de trabalhos, passando-se ao propósito de cobrir geodesicamente todo o território.



Chefiada pelo comandante Baeta Neves e, a partir de 1952, pelo eng^o Sales Grade, esta Missão estabeleceu, até 1973, uma rede de triangulação com cerca de 930 vértices. Nas zonas do sul do Save e junto à orla marítima, regiões planas e fortemente arborizadas, foram apoiadas em vértices da triangulação, poligonais teluométricas integrando 92 vértices e numa extensão de 220 km. A rede de triangulação abrange um desenvolvimento linear de 9000 km, cobrindo todo o território com uma malha larga apropriada à cobertura cartográfica de 1/250000.

Além do nivelamento trigonométrico, que envolve todos os vértices da rede geodésica de 1^a ordem, a MGM estabeleceu uma rede de nivelamento geométrico de alta precisão, envolvendo cerca de 6000 marcas em linhas cujos comprimentos somaram mais de 5600 km, e uma rede gravimétrica com cerca de 1300 pontos.

A cartografia foi executada directamente no campo por processos clássicos mas em toda a faixa costeira, no curso de certos rios e nas regiões planas do sul do Save, foi possível usar fotografia aérea.

Angola

Em 1886 a Comissão de Cartografia criou a primeira missão geodésica que, em Angola, deveria “*proceder ao prévio reconhecimento do terreno para o estabelecimento de uma base geodésica e escolha de pontos para uma triangulação de 1º ordem*”... “*que se estenda de preferência pelo litoral da província, como também que possa orientar-se para o interior*...”. Mal provida de meios materiais e humanos, esta Missão operou apenas nos meses de Junho e Julho de 1886, tendo realizado apenas um reconhecimento provisório, abrangendo um grau quadrado de triangulação, entre Luanda e o Rio Onzo, cobrindo o Cacucaco, o Caxito e o Dande (Carvalho, 1985). Em 1921, por iniciativa do governo de Angola, é criada uma Missão Geográfica para a execução de todos os trabalhos geodésicos, geográficos e cartográficos. Até ser extinta em 1924, procedeu ao reconhecimento geodésico de uma longa faixa de triangulação do Huambo a Benguela e daí ao Lubango.

Um problema de fronteiras deu origem à Missão Hidrográfica do Zaire que, em quatro campanhas, 1930-1933, estabeleceu uma cadeia ao longo do rio Zaire com vários vértices comuns aos da triangulação do Congo Belga

Foi uma segunda missão geográfica criada em 1941, e que se manteve no terreno até 1974, que procedeu de uma forma sistemática e organizada à recolha dos dados que constituem a cobertura geodésica de Angola, e ao seu tratamento matemático. Constituída por uma rede de triangulação e nivelamento trigonométrico, apoiada em cerca de 3000 vértices, abrangendo uma área de 520 000 km², 31 pontos de Laplace, 18 bases medidas a fios de invar e 17 figuras a geodímetro. O rigor das medidas permitiu atingir precisões ao nível das melhores redes europeias.

A rede de nivelamento geométrico apoiada em cerca de 4000 pontos, estende-se por 4650 km com a precisão recomendada pela União Geodésica Internacional, e a gravimétrica em 1100 cobre uma extensão de 5450 km, inclui todos os percursos nivelados e outros perfazendo 800 km sobre marcas com altitudes ainda não determinadas.

Conclusão

Estas Missões realizaram um notável trabalho, não só pela extensão da sua cobertura como pela precisão alcançada, só conseguido à custa de muito esforço e sacrifício, tendo ficado uma obra de reconhecido mérito internacional. No aspecto climático suportaram as mais variadas condições, desde as grandes amplitudes térmicas do deserto, o calor e a humidade permanentes da zona equatorial, até ao ambiente mais agradável dos planaltos.

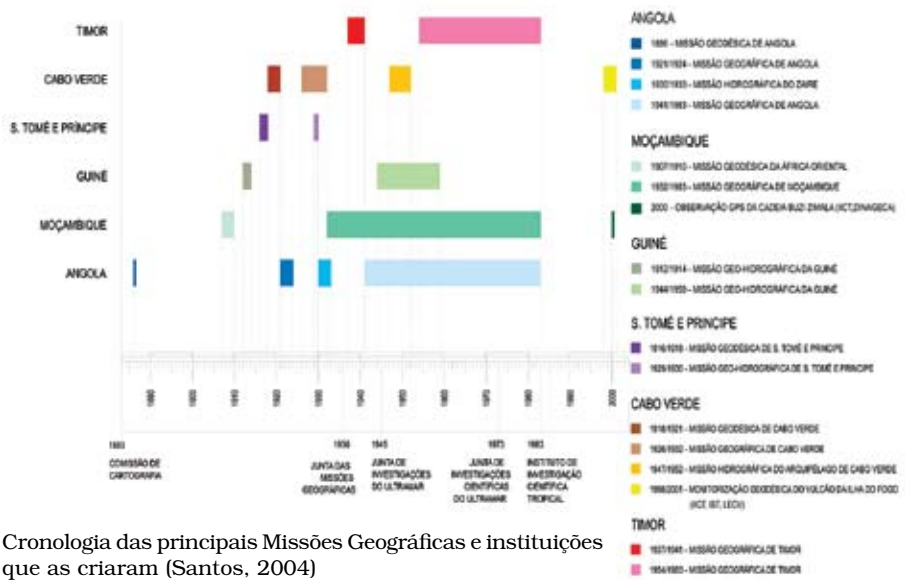
Nos países por onde actuaram são ainda, na sua maioria, os únicos elementos geodésicos que existem e, apesar dos anos, são muito importantes para os respectivos países pois neles se apoia a cartografia que possuem.

Facilmente convertíveis nos sistemas de coordenadas usados pelos actuais sistemas de posicionamento e navegação como o GPS, permitem conjugar a informação existente com a que se venha a obter, o que é essencial para qualquer projecto de planeamento e desenvolvimento desses territórios. Essa conversão depende apenas da observação com GPS de alguns vértices das redes existentes. Para Moçambique, por exemplo, usaram-se 30 pontos e, para Angola, prevê-se a observação de 50 pontos entre os 3000 existentes.

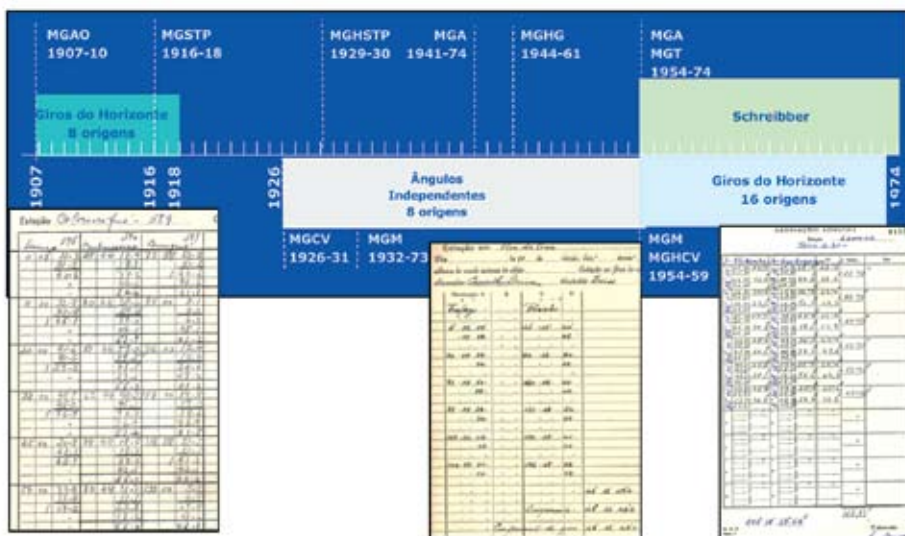
Com a disponibilização dos patrimónios geodésicos dos respectivos países de língua oficial portuguesa, dar-se-á o remate das funções desempenhadas pelas Missões Geográficas ao longo de um século que, espera-se, contribua para o desenvolvimento de acções de cooperação que fortaleçam os actuais laços de amizade entre os vários povos da língua portuguesa.

Referências

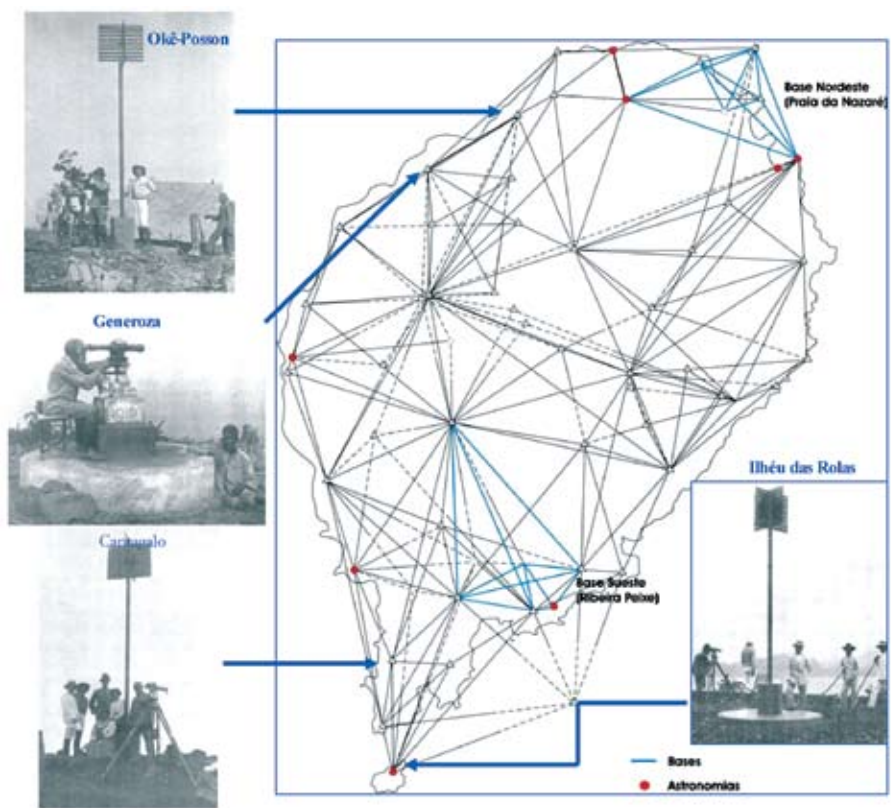
- 1 – Carvalho, Luís Crespo de (1985)** – *Orto e ocaso da geodesia na Angola colonial, I – Antecedentes – Ensaio na linha memorativa duma constelação de centenários: Sociedade de Geografia, Comissão de Cartografia e Primeira Missão Geodésica Ultramarina*. Revista do Instituto Geográfico e Cadastral, nº5. Dezembro, 1985.
- 2 – Coutinho, Gago (1911)** – *Relatório da Missão Geodésica da África Oriental, 1907-1911*, (relatório interno).
- 3 – CSA (1953)** – *Cartographie de L’Afrique au sud du Sahara*. Conseil Scientifique pour l’Áfrique au sud du Saara. Avril, 1953.
- 4 – IH (1965)** – *Anais do Instituto Hidrográfico*, nº2, Ministério da Marinha. Lisboa, 1965.
- 5 – Reis, Manuel dos, Cortesão, Armando (1970)** – *Gago Coutinho Geógrafo*. Orações proferidas na sessão comemorativa do primeiro centenário do nascimento do almirante, promovida pela Academia das Ciências. Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, LVIII, Secção de Coimbra. Junta de Investigações do Ultramar – Lisboa. Coimbra 1970.
- 6 – Santos, Paula Cristina (2004)** – *Aplicações Geodésicas nos Países de Língua Oficial Portuguesa*. Dissertação para concurso de acesso à categoria de investigador auxiliar. ICT, Junho de 2004. (Não publicado).



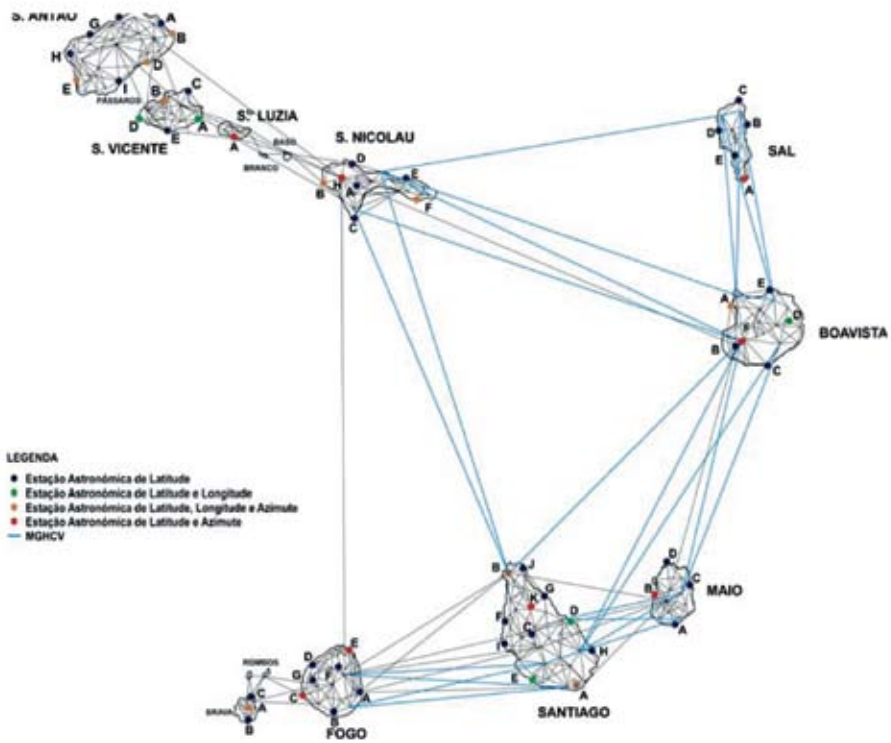
Cronologia das principais Missões Geográficas e instituições que as criaram (Santos, 2004)



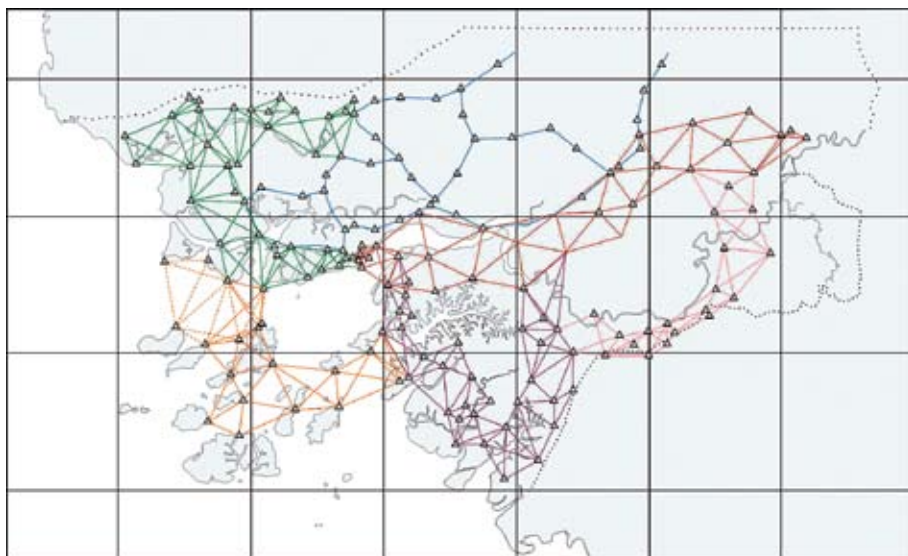
Métodos usados na medição de ângulos azimutais e respectivas cadernetas das Missões de Moçambique, Cabo Verde e Angola



Rede de triangulação geodésica estabelecida nas ilhas de S. Tomé (Coutinho, 1920) e Príncipe (Comissão de Cartografia, 1934)

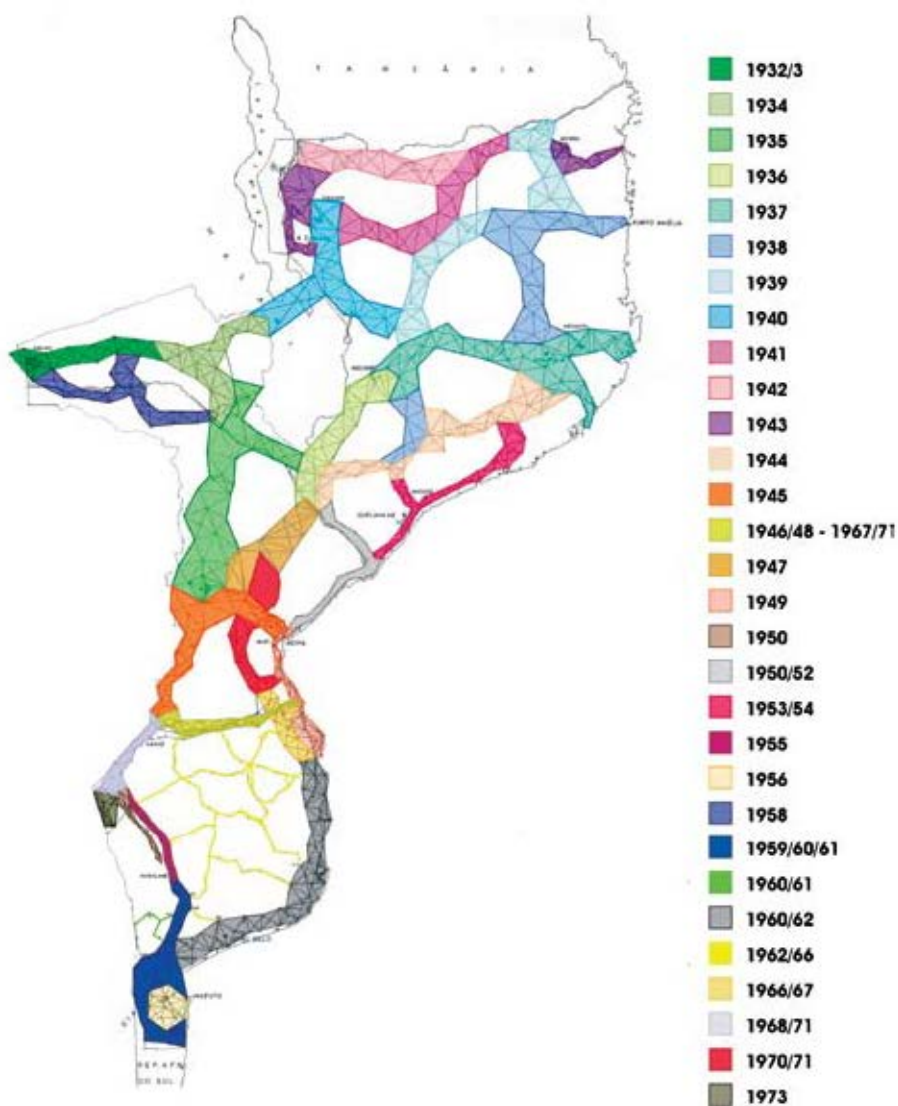


Redes Geodésicas estabelecidas no Arquipélago de Cabo Verde e ligação entre ilhas

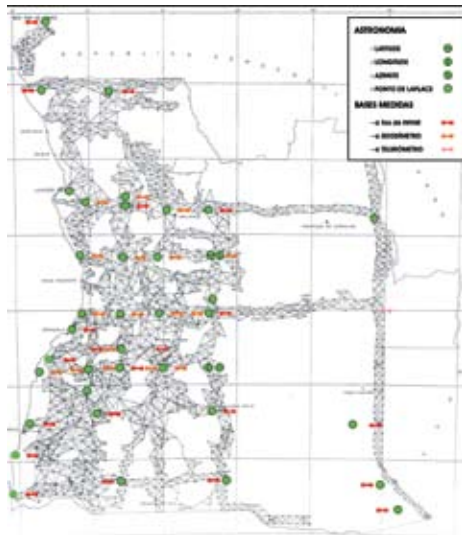


- TRÂNSILAÇÃO PRINCIPAL
- TRÂNSILAÇÃO SECUNDÁRIA - TROÇO DO NORTE
- TRÂNSILAÇÃO SECUNDÁRIA - TROÇO DO SUL
- TRÂNSILAÇÃO SECUNDÁRIA - TROÇO DO ARQUIPÉLAGO DOS BUNGOS
- TRÂNSILAÇÃO SECUNDÁRIA - TROÇO DO BOÉ
- POLIGONAS DE PRECISÃO

Cobertura Geodésica da Guiné



Rede de triangulação de 1ª ordem de Moçambique e ano em que foram observadas as diversas cadeias



Rede de triangulação de Angola, bases e astronomias



Rede de Nivelamento Geométrico e Gravimétrico de Angola

CARTOGRAFIA DE PROPAGANDA E UNIDADE GEOGRÁFICA DO IMPÉRIO (C. 1920 – 1945)

Nuno Silva Costa¹

pp 41-68

Introdução

Terminado o período de ocupação efectiva dos mais importantes territórios coloniais africanos, dos fins do século XIX e inícios do século XX, e após o interregno da I Guerra Mundial, assiste-se em Portugal ao início da política que na época se designava por colonização efectiva.

Esta perspectiva ideológica era defendida, embora com variantes em determinado aspectos, tanto pela República como pelo Estado Novo, surgindo, nesta lógica, conceitos e concepções como as de “Nação Una” e de “Unidade do Império” que tinham como denominador comum a tentativa de criar uma relação íntima e interdependente entre a várias partes do império e em particular entre a Portugal continental e as colónias, tanto a nível logístico, mas principalmente ao nível das mentalidades.

Estas ideias não apareceram simplesmente do pensamento nacional. Eram também, em grande parte, resultado da nova conjuntura internacional após da criação da Sociedade das Nações, das negociações de carácter multilateral e da monitorização que os países coloniais faziam entre si para o cumprimento do novo direito internacional, que pouco beneficiava um pequeno país como Portugal, com escassos recursos para desenvolver territórios tão vastos.

¹ Mestrando em História cultural e Política na Universidade Nova de Lisboa

Tornou-se assim fundamental para Portugal mostrar e valorizar tanto no âmbito nacional no internacional as suas orientações ideológicas, acções de colonização e os próprios espaços coloniais, face a um imaginário nacional ambivalente sobre as colónias. Surgia assim, como um dos vectores fundamentais da política colonial, a propaganda. À imagem do que acontecia com práticas de outras potências coloniais, pretendia-se que esta propaganda tivesse um carácter moderno. É neste contexto que os mapas apareceram como imagens amplamente utilizadas, vulgarizando-se a cartografia como objecto de divulgação e propaganda.

Aspectos de produção e divulgação dos mapas de propaganda

Ao contrário do que acontecia até então, que as imagens cartográficas não eram muito divulgadas dada a sua complexidade de leitura e défice de circulação, com aparecimento de uma propaganda moderna, vivamente ilustrada e apelativa, os mapas vão ser profundamente utilizados como instrumento de propaganda e divulgação, aparecendo um diversificado número de instituições e indivíduos a produzir e difundir cartografia colonial, bem como, variadíssimas publicações desses agentes e instituições onde circulam os mapas. Estes agentes produtores situavam-se nos mais variados sectores de actividade portuguesa dos anos vinte e trinta, e pertenciam a várias instituições do sector público e privado.

Assim, nos mapas que foram objecto de pesquisa para este estudo conseguiram-se inventariar algumas tendências de autoria e de produção. Falamos em tendências porque a quantidade de mapas editados e a já referida diversidade de instituições produtoras é grande e dispersa o que, por si só, se torna já numa das características dos mapas de propaganda e que marca todos factores de análise externa do documento, mas que também impede a avaliação da real dimensão editorial dos mapas de propaganda.

Relativamente à autoria dos mapas há que distinguir vários tipos de responsabilidade intelectual dos documentos. Visto que estes documentos cartográficos nem sempre contêm dados relativos ao autor, facto que é mais evidente, por exemplo, nos mapas insertos na imprensa

periódica, surgem exemplares com responsabilidade apenas colectiva ou institucional e outros com autorias individuais e colectivas, já que os autores quase sempre trabalhavam para instituições que aprovavam a execução e edição dos mapas.

Como responsabilidade colectiva temos as equipas de redacção dos periódicos e revistas ilustradas de carácter privado, bem como as Companhias de Exploração, que incluíam uma grande panóplia de mapas nas suas obras de divulgação, quase sempre elaborados para venda nas exposições coloniais.

Da parte do sector público e das instituições oficiais de propaganda, como a A, a existência de mapas sem referência aos autores individuais é menos reduzida, embora grande parte das cartas que figuram em exposições nos pavilhões temáticos, não tenham qualquer referência a este elemento, pois estavam entregues a largas equipas de desenhadores, pintores e funcionários responsáveis pela decoração dos edifícios.

Existe, contudo, um grande número de mapas com autorias individuais reconhecidas. São sobretudo documentos que nasceram da iniciativa individual de funcionários do Estado ou de instituições privadas, como a Sociedade de Geografia de Lisboa, que os projectavam, coordenavam e elaboravam a pedido e/ou em parceria com as entidades organizadoras das exposições. Há também uma tendência para apresentar os autores individuais dos mapas quando os documentos apresentam algum protagonismo especial: ou por terem sido elogiados posteriormente às exposições pela sua monumentalidade e impacto junto do público, ou porque os autores são individualidades de renome no seio da sociedade cultural e artística portuguesa. É o caso exemplo de uma reconstituição do planisfério de 1502, dito de “Cantino”, elaborada por Almada Negreiros, em 1937, ou os mapas de Duarte Almeida, desenhador conceituado e famoso pelos seus mapas humorísticos da II Guerra Mundial e por muitos dos cartazes de propaganda do Estado Novo).

Os espécimes onde, de forma genérica, surgem sempre as autorias são os mapas avulsos. Na sua maioria, estes são documentos realizados por professores de Geografia do ensino público que, com a chancela do Ministério da Educação, são editados como material pedagógico, por desenhadores de livrarias especializadas em material didáctico ou tipógrafos e tipografias que produziam mapas para concursos realizados

pelo mesmo Ministério quando adquiria material cartográfico para as escolas.

A esta diversidade dos agentes produtores junta-se igual variedade nos meios e/ou suportes onde circula e é utilizada a cartografia de propaganda. Desta forma, este tipo de mapas pode ser encontrado em diversas publicações de grande tiragem editorial coetânea, essencialmente nos periódicos nacionais e nos seus suplementos ilustrados dedicados às colónias e ao império português. São exemplos jornais importantes como o *Século* ou o *Diário da Manhã* e nos já mencionados jornais elaborados por agentes no terreno, como a *Gazeta das Colónias*, editada a partir de 1924, ou o *Jornal a Acção Colonial*, em 1932. Existe ainda um apreciável número de mapas em obras mais ou menos populares como nas revistas coloniais ilustradas ou obras de divulgação de carácter descritivo, como monografias e relatos de viagem.

Entre os mapas editados existe também um razoável número de mapas avulso grande parte deles parietais e murais, que eram utilizados na decoração de exposições e edifícios, nas paredes das salas de aula como instrumentos pedagógicos, como documentos para oferta a individualidades e instituições e para venda ao público, em papelarias e quiosques. Mas, é nas exposições coloniais de âmbito nacional e internacional, e posteriormente nos álbuns editados de comemorações dessas exposições, que a cartografia mais circula e se divulga. É também nestas exposições que se assiste a uma significativa utilização de mapas científicos editados por instituições, como a Comissão de Cartografia e outros serviços de investigação científica creditados, como departamentos de investigação académica que, sendo convidados a fazer parte das exposições, mostram os seus mapas como resultado das investigações e trabalhos realizados. Claro que, para os organizadores das exposições, era mais uma forma de evidenciar o que se estava a realizar em termos coloniais, apropriando-se e, por vezes até, instrumentalizando a cartografia científica como propaganda política e ideológica.

Apesar da divulgação de cartografia de propaganda ser constante e até massiva ao longo do período de estudo, observa-se que esta não é uniforme quanto às instituições produtoras e meios de divulgação. Assim, numa primeira etapa que compreende os anos de 1920 a 1925 e que coincide com as medidas de colonização e fomento de Norton de Matos, a produção é sobretudo impulsionada por grupos privados

de colonos nas suas publicações ou por empresas comerciais e de exploração que se apercebem da oportunidade económica dada pelo impulso estatal no contexto do regime de Alto Comissários.

Da parte do Estado, e apesar da criação da Agência Geral de Angola, esta limitava-se a distribuir alguns panfletos informativos² aos colonos quando do embarque para África. Quando eram editados mapas de divulgação estes eram sobretudo elaborados por departamentos ou repartições públicas nas colónias.

Ao tipo de divulgação anterior junta-se, a partir de 1925, o impulso significativo dado pela A.G.C. na elaboração de cartografia de propaganda, não só em quantidade mas, sobretudo, nos meios para a divulgar. A importância dos mapas parietais das exposições como forma de propaganda e as constantes alterações nos programas escolares para introdução de conhecimentos coloniais, vieram aumentar a produção cartográfica.

Mas foi com o advento do Estado Novo que a cartografia de divulgação atingiu a sua máxima diversidade de produção. Aparecem mais grupos e organizações, como o S.P.N e a União Nacional, e estreita-se cooperação com organismos já existentes, em particular com a Sociedade de Geografia de Lisboa, diversificando-se também os meios e até os conteúdos das imagens cartográficas, numa propaganda mais efectiva e organizada, a que adiante se fará referência.

Assim, a referida diversidade dos mapas de propaganda vai permitir que estes sejam amplamente difundidos pelas mais variadas camadas da sociedade portuguesa – desde as edições de luxo direccionadas às elites, às publicações de acesso generalizado como é caso da imprensa diária até a escalões etários específicos com são os mapas escolares.

Mas, para que o público faça uma leitura e interpretação eficaz dos documentos e as suas mensagens sejam transmitidas de modo directo e acessível, são produzidos mapas simplificados nas suas características formais e no conteúdo. A simplificação da informação é uma das principais características da cartografia de propaganda, já que os mapas são elaborados com um mínimo de informação espacial e grandes omissões dos seus elementos, como as escalas, a legenda e a orientação.

² Dos quais não se encontram exemplares.

Para camuflar a falta de informação utilizam-se, maioritariamente, mapas de pequena escala que permitem generalizar os fenómenos e preencher os espaços vazios com mais facilidade, distorcendo por vezes a própria figuração e aumentando o impacto visual do documento. Dava-se primazia à elaboração de mapas que representassem um único tipo de fenómeno. A este tipo de documento que hoje se designa por mapa analítico, enquanto documento de índole científica, na época eram incluídos numa tipologia que os classificava de mapas “monotemáticos”.

Por vezes estas imagens cartográficas tornam-se sofisticadas do ponto de vista gráfico e iconográfico. Os mapas são muitas vezes desenhados por equipas de redacção ou indivíduos sem qualquer treino científico em cartografia, ou por cartógrafos e desenhadores experientes que conseguem distinguir perfeitamente as diferenças entre um mapa elaborado com a intenção de servir para o trabalho científico, daquele para divulgar junto de um público alheio às regras cartográficas.

Desta forma, não foi o público que melhor começou a compreender os documentos, mas foram os próprios propagandistas que, compreendendo o potencial dos mapas, os tornaram de fácil leitura e os aproximaram do seu nível interpretativo, ainda que para tal tivessem de negligenciar algumas preocupações de rigor científico. Este descuidar do rigor científico por vezes, criou verdadeiros confrontos pessoais e institucionais entre responsáveis pela elaboração e publicação de cartografia de propaganda e de cartografia científica, com resistências destes últimos às publicações de propaganda (Cfr. COSTA, Nuno Silva, 2006).

Mas o valor dos mapas na propaganda não era só o sugestivo. Tinham antes de mais o papel de persuadir e comprovar a veracidade das mensagens. O mapa sempre foi visto como um documento de evidência ou de prova de factos, acontecimentos ou fenómenos. Este aspecto de autoridade do documento cartográfico tornava-o fundamental para o convencimento do público. O que está no mapa é a realidade daquilo que existe no espaço como tal, a sua mensagem é encarada como verdadeira.

O recurso a figuras de autoridade, como forma de apoiar uma ideia, argumento ou alguma acção que se pretende tomar, sejam elas citações, declarações de indivíduos credenciados e de documentos cientificamente creditados, é uma das técnicas mais utilizadas em

propaganda, e documentos como os mapas, as tabelas estatísticas ou gráficos serviam amplamente para esta necessidade de tornar real a mensagem e efectiva a sua transmissão (Cfr. PIZARROSO QUINTERO, Alexandro, 1993).

Partindo destes aspectos gerais sobre a produção de cartografia de propaganda coeva, torna-se agora fundamental compreender como se figuravam os então espaços coloniais. Isto é, que tipo de imagens, quais as formas e técnicas cartográficas que eram utilizadas na construção interna dos documentos e como estas tentavam criar e divulgar determinadas representações sobre os territórios ultramarinos junto do público tendo em conta as características do imaginário colonial da época, as transformações das visões ideológicas e do próprio sistema colonial.

Mapas e Civilização

Um dos principais argumentos do pensamento colonial português consistia na ideia da urgente necessidade de civilizar os territórios coloniais e a sua população. A prática desta orientação passava, como se viu nos discursos oficiais de Norton de Matos e Armindo Monteiro, por uma colonização efectiva dos territórios com população branca, assimilando a população autóctone e criando infra-estruturas modernas no território.

Estas preocupações repercutiram-se na cartografia divulgada sobre os territórios, sobretudo, por uma figuração dos espaços que privilegiava a representação dos elementos de organização colonial. Assim, os mapas que se enquadram neste tipo de representação, pretendem demonstrar as práticas de colonização portuguesa nos territórios e têm como função divulgar uma imagem positiva da colonização e desenvolvimento dos espaços ultramarinos, bem como as possibilidades económicas que o ultramar oferecia.

Isto pressupunha apresentar ao público mapas onde se demonstrava que os vários territórios ultramarinos estavam organizados e possuíam uma panóplia de infra-estruturas que lhes permitia sair de uma era primitiva e estar mais próximos de parâmetros ocidentais. Esta preocupação fez surgir uma multiplicidade de imagens cartográficas diversificadas nos aspectos e elementos da colonização a apresentar.

Assim, são difundidos mapas de várias temáticas que testemunhavam as acções no domínio da civilização dos territórios. Mapas que provavam a capacidade empreendedora de Portugal como país colonial, sendo por isso constantes as representações de pormenores relativos à acção portuguesa surgindo, logo no início da década de 1920, vários mapas, sobretudo em revistas, que demonstravam aspectos dos planos de fomento realizados pela administração pública. Desta forma, aparecem documentos cartográficos em que a temática incidia na rede telegráfica, na rede de ferroviária e na rede viária. Normalmente, este tipo de mapas tinha a particularidade de apresentar os elementos já existentes e de adicionar sobre o território os projectos que se pensava vir a tornar realidade.

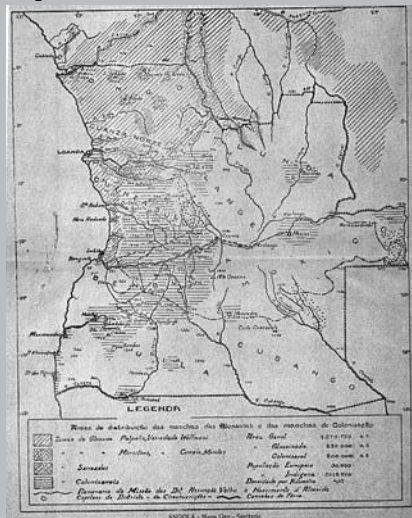
Esta propaganda de desenvolvimento colonial tinha como objectivo primordial a “caça ao colono”, com o intuito de afirmar a mais-valia da emigração para as colónias dado o progresso que estas estavam a alcançar. Mas para tal, havia que divulgar outras imagens, para além das do progresso das infra-estruturas de comunicação, que afectavam mais directamente a vida de um possível colono ou grupo de colonos – as condições de habitabilidade e trabalho das áreas de destino.

O **mapa 2** é provavelmente um dos mapas que melhor demonstra a necessidade de se transmitirem imagens que possibilitassem aos interessados em emigrar, comprovar que os espaços de destino tinham condições de adaptação para o europeu. No mapa, que foi editado em 1928, numa obra com o título *Cartilha Colonial*, obra essa que pretendia ser de esclarecimento e divulgação de conhecimentos úteis sobre as colónias, encontram-se figuradas as regiões de Angola sanitariamente colonizáveis, quer por serem naturalmente aptas ou por terem sido saneadas pela administração. Por sua vez, também são discriminadas as regiões infectadas por glossinas e passíveis de existirem doenças como a tsé-tsé. Para afirmar a veracidade e autoridade do documento o autor coloca na legenda a informação do itinerário de uma missão médica que reconheceu e distinguiu as várias regiões descritas.

A importância deste mapa está não só na informação que disponibiliza mas, sobretudo, no que representa para uma nova imagem dos espaços coloniais, vindo assim contribuir para a recriação das representações que existiam, no grande público, sobre os territórios tentando-se eliminar as ideias negativas sobre as colónias como terras

de enfermidade e doença. Afirma desta forma o autor no preâmbulo da obra:

Mapa 2



“Angola: Mapa Geo – Sanitário”. - [Escala indeterminada].- in: Pedro Muralha – *Cartilha Colonial: Breve Resenha Histórica, Geográfica e Económica das Colónias Portuguesas na Africa, América, Ásia e Oceânia*, tip. Luso-gráfica, Lisboa 1928.

Durante mais de quatro séculos as nossas possessões ultramarinas foram consideradas como regiões vastíssimas e insalubres; inhospitos sertões cheios de feras.

A frase «costa d’ Africa» só nos fazia chegar á mente o crime, pois só para lá iam degredados que o clima, que se dizia mortífero, castigava impiedosamente.

E todavia Africa tem regiões onde o clima é tão benigno como na Europa; onde se encontram vastíssimos campos de produção, onde o homem que trabalha vê a compensação do seu trabalho.

Em Africa, muito ao contrário da Europa, não há mendigos nem ladrões. Dorme se com as portas abertas, sem receio dum assalto; ali ninguém pede esmola porque todos trabalham e todos recebem o produto do seu labor.

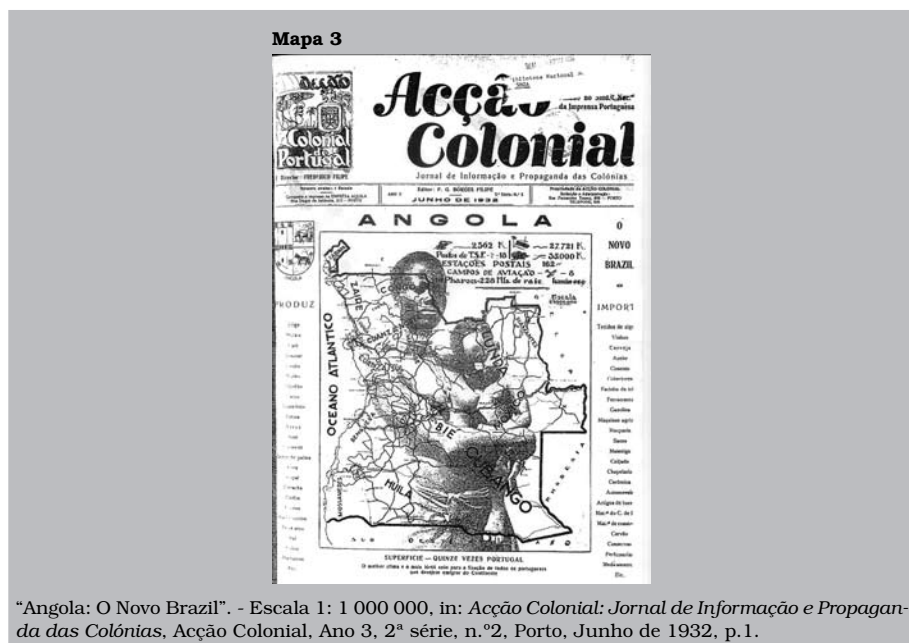
Quem percorre a Africa numa excursão de estudo, antes que o não queira, ficará eternamente um propagandista desse vastíssimo

império que os nossos antepassados nos legaram e que todos os portugueses tem obrigação de conhecer.

(MURALHA, Pedro, 1928, p. 5)

Com o Estado Novo e a sua “Política Imperial”, estas representações dos espaços ultramarinos destinadas a vender uma imagem de civilização e progresso vão continuar, mas de uma forma mais exuberante, apelativa e massiva e com um cunho muito mais ideológico. Os mapas vão reflectir estes desígnios do regime, tanto nos aspectos gráficos da sua composição como nas mensagens divulgadas.

O **mapa 3**, editado na primeira página de um periódico com clara identificação com o regime demonstra as considerações que se acabam de fazer³.



Apesar de o mapa não diferir muito dos então editados, no referente à informação e fenómenos figurados, marca uma estética e retórica mais agressivas por parte do novo regime. No mapa continua a dar-se

³ Repare-se por exemplo na imagem no canto superior esquerdo da página, de aproximação às concepções estéticas do Estado Novo.

primazia à demarcação da rede de transportes e comunicações coloniais existentes no território e, como fundo da mancha gráfica, uma imagem atraente de uma mãe africana, especialmente bem nutrida, é o único elemento autóctone que se figura.

Ajudando a potenciar as características retóricas da imagem cartográfica encontra-se a expressão que dá conta de Angola como “O Novo Brasil”, descrevendo-se de seguida os produtos produzidos e importados pela colónia. Esta ideia do “novo Brasil” não era difundida com a intenção de desviar a corrente migratória para aquele país, tal como se pretendia na política de colonização republicana, mas sim chamar a atenção para os recursos ilimitados do território angolano (que tal como o Brasil tinha dado enormes riquezas aos portugueses), dando-se para isso destaque a produtos produzidos do tipo alimentar e aos minerais de grande riqueza comercial como os diamantes ou o cobre, e às importações de produtos importantes para a colonização como as máquinas agrícolas, as ferramentas e os medicamentos.

Por fim, de uma forma descomprometida, que era aliás a configuração como o Estado Novo pretendia continuar nesta fase a colonização dos territórios, baseada numa colonização de carácter privado, refere-se na parte inferior do mapa: «Superfície – Quinze vezes Portugal. O melhor clima e o mais fértil solo para a fixação de todos os portugueses que desejem emigrar do Continente».

Mapas e memória do império

Apesar dos grandes esforços em realizar uma propaganda que divulgasse imagens da acção presente da colonização e progresso das colónias portuguesas, a verdade é que no discurso não deixava de transparecer a incipiente colonização nacional, sobretudo externamente, quando comparada com a de outras potências. Por isso, a criação de uma unidade entre as várias partes do Império necessitava de argumentos mais profundos que sensibilizassem a opinião pública.

Desta forma, um segundo tipo de Cartografia utilizada como propaganda colonial prendia-se com a divulgação de mapas que mostravam aspectos históricos da colonização. Evocavam-se os feitos portugueses no passado e lembrava-se, persistentemente, aspectos da memória

colectiva ao mesmo tempo que a perpetuava com o intuito de criar uma maior unidade e identidade entre os portugueses e os territórios ultramarinos, numa verdadeira apropriação da História e da Cartografia como veículo de persuasão e, por vezes, de manipulação do passado⁴.

Os mapas de propaganda, ou os utilizados como propaganda, que se enquadram neste tipo de representações são constituídos por três grupos, a saber: Cartografia antiga, existente nos arquivos e bibliotecas nacionais, que provava as acções de expansão e colonização de Portugal ao longo dos séculos e que tinha, do ponto de vista do observador, grande valor estético e exótico; mapas temáticos, quase sempre planisférios, aludindo a factos da História da colonização, desenhados à mão, utilizando técnicas de pintura a guache ou a óleo e que se caracterizavam pela monumentalidade das suas dimensões, dos efeitos cénicos e riqueza simbólica; e, em menor quantidade, mapas onde se encontra a simbiose entre os grupos anteriores e se caracterizam pela utilização de bases cartográficas históricas que sofrem alterações na informação e estética, numa relação entre a Cartografia e a arte⁵.

Para além do objectivo de perpetuar a memória da colonização, os mapas tinham efeitos imediatos na divulgação das ideias que constituíam o pensamento colonial contemporâneo que insistia na ideia de que Portugal era um país intrinsecamente colonizador. Este argumento era aproveitado especialmente no exterior para assinalar a posição nacional como uma das mais importantes potências coloniais da época, dada a sua importância ao longo dos tempos para a descoberta, expansão e colonização europeias.

Os locais privilegiados para a divulgação desta Cartografia eram as exposições nacionais e internacionais comemorativas da colonização e posteriormente nos álbuns, catálogos, revistas e jornais que davam conta da realização ou participação de Portugal nesse tipo de eventos. Almada Negreiros, num artigo sobre a participação de Portugal na

⁴ Sobre a relação entre História e Memória em Portugal ver, Luís Reis Torgal, et al. – *História da História em Portugal Sécs. XIX – XX*, vol. II, Temas e Debates, Lisboa, 1998, particularmente o capítulo de Fernando Catroga, “Ritualizações da História”, pp. 221 – 361.

⁵ Cosgrove, Denis – “Maps, Mapping, Modernity: Art and Cartography in Twentieth Century”, *Imago Mundi*, vol. 57, Part 1, 2003, pp 35 – 54.

exposição de Paris de 1931, refere nestes termos os objectivos e acção de propaganda dos mapas antigos presentes no pavilhão nacional:

Os “mapa-mundi”, as “cartas” geográficas e os portulanos dos séculos XIV, XV e XVI, existentes nas principais bibliotecas da Europa, especialmente na de Paris, não nos contestam a prioridade dos descobrimentos. E são estes os “documentos mais autênticos dos factos confirmados”. Portugal sulcou mares «nunca dantes navegados» e descobriu a “Terra Incógnita”. O seu justo orgulho impunha o dever de, para sempre, conservar e difundir a memória destes factos, que ennobrecem não só a sua raça mas tôda as raças humanas.

[...] Honrando a mais gloriosa tradição histórica do mundo moderno, as nossas exposições no estrangeiro não têm deixado de mostrar, ao lado do que valem como potência progressiva, o que fomos como nação marco-miliário da História.

[...] Por isso, nas Exposições de Anvers e de Paris (1930 e 1931), ocuparam tão largo espaço a Cartografia antiga, a epistolografia colonial e os «padrões» que Portugal mandava colocar nas colónias como monumentos indestrutíveis da sua glória eterna.»

[...] Assim se completa e se explica a obra de propaganda excelente que representam as nossas últimas exposições coloniais no estrangeiro, apoiadas nos alicerces poderosos da mais original e da mais persistente das colonizações. Tão afeitos andamos a não crer no que valem, que até entre nós esta propaganda precisa ainda de ser feita. O reflexo do que ela produziu no estrangeiro bastaria talvez para elevar as almas portuguesas até à contemplação maravilhada da sua expansão em todo o mundo. E, comparando o “mapa-mundi” de “Pomponius Mela” (1482), com os de MalteBrum e Elisée Reclus, ver-se-ia como Ernesto de Vasconcelos e Roma Machado tiveram razão, oferecendo aos pavilhões históricos de Portugal o planisfério luminoso, que constitui admiração de toda esta gente ignorante da geografia... e da História.

(NEGREIROS, Almada, 1931, pp. 53-57)

A divulgação de Cartografia antiga, especialmente de portulanos e de exploração terrestre, não era novidade em termos de propaganda.

Por exemplo, já na 1^a metade do século XIX, o Visconde de Santarém organizara e editara um atlas onde compilava material cartográfico dos séculos antecedentes⁶ e a Sociedade de Geografia de Lisboa, realizava em 1904, uma primeira grande exposição de Cartografia⁷. Claro que nos momentos em que foram realizados estes eventos, o sentido da sua divulgação estava em apresentar provas do direito histórico de Portugal sobre a posse dos territórios coloniais⁸. A sua difusão foi também limitada: os atlas do Visconde de Santarém eram claramente para oferta a individualidades internacionais, instituições de carácter científico e para serem utilizados em reuniões onde se discutia a partilha dos territórios, e a exposição de Cartografia realizada na própria Sociedade de Geografia Lisboa teve como visitantes os sócios ou os indivíduos pertencentes às elites com interesses coloniais.

Assim, o que caracteriza a divulgação de Cartografia antiga no período entre guerras é simplesmente a sua maior utilização em eventos de massas e o aproveitamento de mapas, que se consideravam já como antigos, que davam conta das explorações terrestres, da penetração no interior dos continentes e das campanhas de pacificação do final do século XIX e início do XX⁹.

Contudo, há que destacar que a utilização Cartografia antiga varia ao longo do período em estudo. Isto é, antes da Exposição de Antuérpia, em 1930, o único evento conhecido, onde foi divulgada Cartografia antiga portuguesa foi na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1922, onde, a pedido da comissão organizadora brasileira, foram enviados mapas do Brasil pela Sociedade de Geografia de Lisboa, não

⁶ Santarém, Visconde de - *Atlas composé de cartes des XIVe, XV, XVI et XVII siècles: pour la plupart inédites, et devant servir de preuves à l'ouvrage sur la priorité de la découverte de la Côte Occidentale d'Afrique au delà du Cap Bojador par les portugais*, Paris, s.n., 1841. Este atlas foi reeditado em 1842, 1849 e 1855.

⁷ Vasconcelos, Ernesto de - *Exposição de Cartografia Nacional: 1903-1904*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1904.

⁸ Para uma visão diacrónica e aprofundada sobre as reedições e utilizações de Cartografia antiga ver: Garcia, João Carlos - "Um Castelo de Cartas Antigas. Construir e Comemorar o Império", in *Os descobrimentos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa (1880 -1972)*, Edições Colibri, Lisboa, 2005, pp. 167 - 187.

⁹ Por exemplo a Exposição Internacional de Paris contou com a presença de trinta e seis milhões de visitantes.

se podendo portanto encarar como propaganda premeditada e organizada por Portugal¹⁰.

A partir de 1930, e com claras influências da ideologia do Estado Novo, a apropriação e utilização de mapas antigos vai ser amplamente difundida com o intuito de criar um espírito nacionalista em torno do império e revertê-lo na ideia de ressurgimento nacional. Por isso, os mapas antigos utilizados para os eventos propagandísticos do Estado Novo vão ser especialmente bem escolhidos.

Para a I Exposição Colonial do Porto, em 1934, por exemplo, na sala do Arquivo Histórico Colonial, vão ser apresentados mapas de momentos específicos da História da expansão portuguesa em que houve avanços claros na colonização. Assim, mapas do Brasil, do Padroado Português na Índia, das expedições científicas do século XIX e de operações de militares de pacificação, encontravam-se junto dos mapas de propaganda, que mostravam as riquezas de Angola, mapas científicos, que expressavam a ideia de colonização científica do ultramar, e mapas de assistência ao colono e ao indígena, que mostravam o progresso e civilização dos territórios¹¹.

Todas estas imagens se conjugavam no intuito de criar uma consciência imperial que visse no próprio regime um movimento de continuidade dos maiores feitos do passado colonial nacional e tentasse transformar a percepção que a opinião pública tinha desde o final do século XIX, de um passado colonial glorioso em confronto com um presente de decadência e degeneração. Esta utilização de Cartografia antiga como veículo de propaganda terá o seu máximo expoente na década de 1960 com a monumental edição dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*.

Mas o que surge de pioneiro em termos de propaganda cartográfica que demonstrava o passado colonizador português foi a criação de mapas parietais desenhados especialmente para os eventos de propaganda. Voltando às palavras de Almada Negreiros, este refere a existência de um planisfério luminoso, oferecido por Ernesto de Vasconcelos e Roma

¹⁰ *Livro de Ouro Commemorativo do Ccentenário da Independencia do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, Anuario do Brasil, Rio de Janeiro, 1923.

¹¹ Ver número especial dedicada à Exposição Colonial do Porto do *Boletim Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, , Ano X, n.º 109, Lisboa, 1934.

Machado e que foi uma das grandes atracções do pavilhão português na Exposição Colonial de Paris, de 1931.

Na verdade, o planisfério luminoso não foi realizado por aquelas duas individualidades, ao contrário do que as palavras de Almada Negreiros possam sugerir. Foi sim coordenado por eles, já que o seu autor, Victor Ventura Ferreira, era funcionário da Sociedade de Geografia de Lisboa, instituição que na época tinha como secretário perpétuo Ernesto de Vasconcelos, cargo que depois da sua morte durante no ano de 1930 passou a ser ocupado por Carlos Roma Machado. Vale a pena seguir o trabalho de Victor Ventura Ferreira, especialmente o relativo ao planisfério luminoso, já que este será um modelo para a realização de mapas semelhantes nos eventos propagandísticos subsequentes.

Após a realização da exposição em Paris, e dada a relevância que obteve o seu planisfério, Victor Ventura Ferreira escreve um artigo para o *Boletim da Agência Geral das Colónias* onde explica a forma como realizou o trabalho. O ponto de partida da sua descrição começa num mapa por ele realizado para a exposição de Antuérpia. O *Esboço Das Grandes Viagens Marítimas dos Portugueses* estava colocado na recepção do pavilhão português na Bélgica e tinha segundo o autor as seguintes características:

[...] surgiu das clássicas dimensões livresas, e pela primeira vez, em exposições desta natureza, um sintético mapa da nossa principal epopeia marítima, enquadrado nas dimensões de 2m,5 por 1m,5 de altura, pintado a gouache, planisfério onde as caravelas indicativas das direcções das rotas não atingiam grandeza superior a quatro centímetros, singelo de aspecto, todavia elucidativo quanto possível [...]

(FERREIRA, Victor Ventura, 1931, p. 124)

O referido esboço foi o primeiro mapa realizado pelo autor, recorrendo à pesquisa documental, pois nele figuravam as rotas dos Cortes Reais, David Melgueiro, Álvares Fagundes, Fernão Magalhães e Vasco da Gama, e à aprendizagem de técnicas de desenho. No seu artigo agradece ao sr. dr. Armando Cortesão, que na Bélgica tão distintamente elevou Portugal, o ensejo que me proporcionou de observar modernas

orientações de técnica cenográfica, obtidas quando da nossa estada ali, e de que colhi ensinamentos.

(FERREIRA, Victor Ventura, 1931, p. 131)

Tendo em vista a exposição parisiense, Victor Ventura Ferreira, propõe ao Comissariado da Secção Portuguesa na Exposição Colonial de Paris, o projecto de construção de um novo planisfério. Segundo o autor, a discussão para a figuração dos elementos que haveriam de constituir o planisfério foi realizada em reunião de grupo do Comissariado, determinando-se, em linhas gerais, que este devia representar as principais rotas das viagens dos descobridores portugueses e, por ideia do Conde de Penha Garcia, dar destaque ao Brasil como modelo da colonização portuguesa numa época em que as outras potências pouco mais tinham do que feitorias. Assim, começaram-se os trabalhos com a ajuda do Almirante Gago Coutinho, que traça as rotas das viagens dos principais navegadores, auxílio que o autor não se cansa de referir pois imprimia ainda mais prestígio e autoridade ao mapa.

Mapa 4



O sr. Vitor Ventura Ferreira junto do grande planisfério dos Descobrimientos Portugueses que ele desenhou e que tão grande êxito alcançou na Exposição de Vincennes, in: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, Ano 7º, n.º 78, Dez. 1931, p. 125.

Com seis metros de comprimento e três metros e meio de altura o *Planisfério das Grades Viagens Marítimas dos Portugueses*, pintado a óleo, figurando as principais rotas marítimas e toponímia dos principais núcleos de fixação de colonos portugueses, era um “mapa monumento”. Mas o que mais o caracteriza é a técnica cenográfica utilizada, onde a cor é, mais uma vez, factor primordial na propaganda como elemento

de efeito preponderante na força persuasiva da imagem e na sua função de transmissão de concepções ideológicas¹².

O autor pinta na tela a cor azul, os oceanos e a verde o interior dos continentes deixando sem cor a toponímia, o contorno dos continentes e as rotas marítimas. No verso do planisfério foram colocadas lâmpadas suspensas que faziam sobressair os fenómenos representados sem cor tornando-os luminosos, dando-se assim destaque pelo contraste da luminosidade à grandeza passada dos portugueses na descoberta e colonização da “terra incógnita”.

Para isso contribui a própria escolha das rotas marítimas a desenhar¹³. Para além das rotas que possibilitaram a descoberta dos domínios coloniais da época, figurou-se, através do desenho de caravelas e linhas a viagem de circum-navegação, a da descoberta do Brasil e Florida que contribuíam para mostrar a presença portuguesa em quase todo o globo. Para além deste mapa na exposição de Paris outros reafirmavam a força das representações do passado colonizador de Portugal. Descreve, Vítor Ventura Ferreira em jeito de conclusão do seu artigo:

Em Paris, na mesma sala, a par do Planisfério, outros se destacam. A «Expansão Colonial Portuguesa no Século XVI» e a «Carta das Missões Portuguesas Através dos Séculos», juntamente com as «Viagens e Descobertas Marítimas ordenadas pelo Infante D. Henrique». Assuntos duma preciosidade histórica [...], provando-se assim quanto influi a magnificência duma exibição, efeito que se não manifesta apenas no chamado grande público, mas ainda nos cultos, nos médios, nos críticos e até nos cronistas.

(FERREIRA, Vítor Ventura, 1931, p. 131)

¹² O Planisfério encontra-se ainda hoje na Sala Algarve, da Sociedade de Geografia de Lisboa.

¹³ *Portugal : Planisphère des Grands Voyages et Découverts Maritimes des Portugais*, Société de Géographie de Lisbonne, Bruxelles, 1938. Esta obra é uma listagem editada para a exposição de Bruxelas com a indicação dos nomes dos navegadores e datas das rotas marítimas figuradas no Planisfério.

Mapas e grandeza do império

Em relação com a divulgação de imagens sobre o papel civilizador e a glorificação do passado colonizador português encontrava-se a ideia, que começa a ser propagandeada pelo Estado Novo, da grandeza da dimensão territorial e vastidão dos domínios do Império. A Cartografia de propaganda neste contexto irá ser particularmente fecunda do ponto de vista da sua construção técnica, força persuasiva e ideológica e, é particularmente interessante, porque demonstra o carácter educativo que Salazar queria imprimir à propaganda colonial. Por essa razão, grande parte dos mapas que se enquadram neste tipo de representação será constituída por documentos que mostram simplesmente a localização geográfica das colónias, na senda do conceito instituído pelo Acto Colonial, de um império de características pluricontinentais. E também, mapas que apresentam aspectos ligados directamente com outro dos conceitos expressos no mesmo documento de um império multiracial. Tudo isto com o intuito pedagógico de dar a conhecer, a uma população pouco instruída, a localização e características das parcelas do império e integrá-las dentro das perspectivas ideológicas que o regime tinha para a criação de uma consciência e mística imperiais.

Do ponto de vista da dimensão externa da propaganda, estas representações tinham como objectivo afirmar o lugar de Portugal como a quarta maior potência colonial do Mundo, em termos de dimensão espacial, apostando-se assim em imagens de força patriótica e nacionalista que serviam para conter, no campo simbólico, as crónicas ameaças externas à integridade do império numa época em que os nacionalismos estavam em plena afirmação e consolidação na Europa.

Em 1934, no seguimento da Exposição Colonial do Porto, num artigo editado no *Boletim* da A.G.C., espécie de roteiro informativo e descritivo dos conteúdos das várias salas temáticas da exposição, refere-se:

«Em continuação com a secção histórica, de que a Sociedade de Geografia fez magnífico pórtico evocativo, acha-se instalado o Arquivo Histórico Colonial. Outras frases se lêem em diversos lugares da nave, – pensamentos de amor pátrio, de legítimo amor próprio nacionalista, de confiança no futuro. Algumas delas: “A assistência aos indígenas, nas colónias portuguesas, pode

constituir exemplo para todos os colonizadores”; “Em todos os pontos das colónias temos uma estrada, um português, telefone”; “Não há colónias portuguesas sem metrópole forte” [...] “Pacifiquemos todo o território do Império”; “Levamos a ocupação por todo o território do Império”, etc. E tudo isto se prova, em números, em gráficos, em fotografias [...]; e, acima do mais, pela apresentação das aldeias indígenas, que permitem avaliar o grau de desenvolvimento das raças portuguesas e a sua integração perfeita na ideia do Império. Ao lado daquelas, outras frases estão certíssimas: “O Estado Novo fez ressurgir o Império Colonial”; “Incuti nos vossos filhos o orgulho pela obra portuguesa da colonização”; “Fazei por conhecer o que é vosso em quatro partes do Mundo”; “Interessando-vos pelas colónias, defendereis os vossos interesses”; “Ensinai as crianças a amar as colónias”; “Portugueses, as colónias precisam do vosso esforço!”; “Portugal não é um país pequeno!”» (Boletim Geral das Colónias, 1934, p. 308)

No rescaldo da exposição portuense é elaborado, entre as variadíssimas obras editadas, um elogioso álbum comemorativo da realização do evento. Nele surge pela primeira vez um mapa que irá marcar a Cartografia de propaganda portuguesa neste domínio e fará parte do imaginário nacional nas décadas seguintes¹⁴.

Portugal não é um País Pequeno expressa a ideia de um Portugal grandioso na sua dimensão territorial e tenta criar valores patrióticos em torno da ideia de império português que afinal, dadas as suas dimensões, podia competir com as maiores nações europeias, tendo também a intenção de incutir no espírito nacional a noção de pertença a uma nação forte, eliminando os sentimentos de pessimismo, descrença e inferioridade enraizados na mentalidade nacional. Na dedicatória para o álbum fotográfico da exposição, onde mais uma vez se reproduz o **mapa 5**, escreve Henrique Galvão:

*ÁLBUM FOTOGRÁFICO da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa
é a última publicação da série comemorativa deste certame.*

¹⁴ Galvão, Henrique – *Álbum comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*, Litografia Nacional, Porto, 1935, p. 52.

É também, entre todas, aquela que mais expressivamente manterá a lembrança de um acontecimento que interessou profundamente todo o País, e perante o qual milhão e meio de portugueses, dentro das mais impecáveis ordens política, social e espiritual, compreenderam que não eram habitantes de um país pequeno. A esse sentimento renascido juntou-se uma conquista de utilidade prática imediata: A Obra do Estado Novo – que é uma obra generosa digna de país grande – foi mais sentida e compreendida por aqueles em quem renascia o orgulho de serem grandes.

(Álbum fotográfico da Exposição Colonial Portuguesa ..., 1931).

Estas palavras do autor do mapa expressam bem a dimensão simbólica e ideológica do documento, mas este fica ainda marcado pelas suas características de construção gráfica e pela divulgação que teve junto de vários públicos.

Quanto à construção interna sobressai desde de logo o impacto visual que a sobreposição das colónias portuguesas tem sobre o mapa a Europa, ocupando a figuração dos territórios ultramarinos a parte do continente europeu, desde a Península Ibérica até à fronteira russa, cobrindo, deste modo, os territórios de vários países. Para reafirmar este intento é colocada uma legenda onde se compara a superfície do “Império Colonial Português” com a dos principais países da Europa (Espanha, França, Inglaterra, Itália e Alemanha), ficando provado por quilómetros quadrados que Portugal Imperial era maior do que as cinco principais nações europeias¹⁵.

¹⁵ Embora não haja nenhuma referência directa a fontes de inspiração para fazer este mapa a verdade é que na Alemanha Nazi, a produção cartográfica de propaganda coeva, mostrava frequentemente através da técnica de sobreposição as pretensões, baseadas na conceito de “Espaço Vital”, do regime relativamente aos territórios europeus vizinhos. Na Itália fascista também este tipo de figuração era bastante utilizada, nomeadamente aquando da guerra da Etiópia, em 1935 e 1936, e subsequente propaganda da criação do Império Fascista. Mas os “primórdios” deste tipo de técnica foram os mapas geopolíticos de propaganda no contexto da I Guerra Mundial por ingleses e alemães, como será igualmente utilizada pelas forças beligerantes da II Guerra Mundial.

Mapa 5



Portugal não é um País Pequeno / Mapa organizado por Henrique Galvão. - Escala [ca. 1:14 000 000]. - Lisboa : Secretariado da Propaganda Nacional. - 1 mapa, color, papel. - 36,90 x 55,00 cm em folha de 46,80 x 64,60 cm

Esta comparação entre império e país só tinha sentido dentro da lógica da propaganda política e num país onde, a grande maioria da população era inculta e com pouco conhecimento das realidades da sua e das outras potências coloniais. Orlando Ribeiro escreverá cinco décadas depois, num dos seus muitos textos de intervenção cívica, que marcam a sua bibliografia no pós 25 de Abril, na fase de discussão acesa sobre o modelo de descolonização seguido:

A conferência de Bandoeng, em 1955 [...], marca verdadeiramente o fim dos impérios coloniais, voltando contra a dominação europeia o justo ressentimento da espoliação económica, da dominação política e do nível miserável de vida e de educação. [...] Temos de convir que um pouco de reflexão e de sentido das realidades permitiria ir esclarecendo e preparando uma situação que o governo actual teve de encarar com corajoso realismo.

Muita gente tem na cabeça as solenes patacoadas que em quase 50 anos lhe foram abundantemente servidas:

«Portugal não é um país pequeno», mostrava um mapa que estendia pela Europa os nossos territórios africanos (mas só o Congo Belga era mais extenso do que todo o ultramar português (RIBEIRO, Orlando, 1974, p. 14).

À parte das considerações socio-políticas de Orlando Ribeiro, fica bem expresso a desproporção do mapa com a realidade ou pelo menos a comparação, no mínimo ilegítima, entre espaços de grandezas diferentes. Mas, na propaganda, os fins justificam os meios nem que para isso se instrumentalizem técnicas e práticas científicas, pondo assim de forma mais evidente o carácter ideológico da própria Ciência¹⁶.

A sobreposição de espaços no mapa cria também, ao nível cognitivo, um efeito propagandístico interessante. Ao contrário da maioria dos mapas de propaganda, que se pretendem de leitura simples, este não parece ser de fácil apreensão. Ao visualizar o mapa pela primeira vez, fica-se com a sensação de que não se compreende o fenómeno figurado, pois a sobreposição dos espaços torna a leitura confusa, mas pela curiosidade que cria no leitor, idêntica à de um *puzzle* ou quebra-cabeças, este é apreendido não ficando esquecido e permanecendo na memória e subconsciente do receptor.

Um exemplo extremo deste efeito impreciso da leitura do mapa, porque se refere à sua utilização por crianças em fase de aprendizagem, é dado pelos Serviços de Inspeção Escolar do Distrito de Faro, num relatório enviado à Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1935 para a Semana das Colónias, que iria ter um dia dedicado aos “Liceus e Escolas da Província”. Nele comenta-se desta forma a introdução do mapa como material pedagógico:

Há tempos foi distribuída a carta intitulada “Portugal não é um País Pequeno”. Muitas das escolas deste Distrito possuem-na. Para evitar que as crianças ficassem supondo que o nosso Império Colonial está situado em cima da Europa (conforme o observam muitos professores), determinou-se que os alunos desenhassem a carta da Europa, e sobre ela colassem o desenho recortado da figuração corográfica das nossas colónias. Não deixaria de ser prático e de grande alcance fornecer aos alunos das nossas escolas os mapas de cada uma das partes do mundo, e em separado as dos nossos domínios coloniais, de modo a que pudessem praticar frequentemente este exercício de sobreposição.

(Processo Constante do Livro 3, 1935)

¹⁶ Jürgen Habermas – *Técnica e Ciência como «Ideologia»*, Edições 70, 2001, pp. 45 -92.

As preocupações pedagógicas do relatório face ao mapa são curiosamente ultrapassadas pela proposta de colocar os alunos a fazer o mesmo exercício de sobreposição, o que de facto só irá possibilitar uma maior efectividade ao carácter propagandístico do mapa, o que certamente agrada em particular ao autor do documento e à instituição envolvida na sua edição, o Secretariado da Propaganda Nacional.

Mas, outra análise que se pode fazer a este relatório, a que passa pela divulgação da imagem cartográfica. De facto, o *Portugal não é um País Pequeno* será amplamente distribuído por várias áreas geográficas e sectores da sociedade portuguesa sendo a sua divulgação mais incisiva em períodos críticos.

Para além da utilização como material destinado à população jovem, este mapa fará parte de várias obras, desde as mais populares às mais eruditas, de enaltecimento do império onde se encontram variantes do mapa original. Essas variantes, embora representando os mesmos fenómenos, sofriam pequenas alterações, de tamanho e sobretudo na composição pictórica, de acordo com a estética e características gerais das obras em que se inseriam. Por exemplo no mapa da fig. 18 de características parietais (para colocar nas paredes das salas de aula) o vermelho da figuração das províncias ultramarinas é uma cor especialmente atractiva¹⁷, mas quando o mesmo mapa é editado no contexto de uma obra de leitura geral, a cor da figuração das províncias pode variar do vermelho ao amarelo ou ao preto e branco, porque o público alvo é outro e o aspecto atractivo não precisa de ser tão incisivo, já que o principal objectivo da mensagem continua a ser difundido¹⁸.

Outro aspecto caracterizador do documento é a sua divulgação de âmbito nacional, onde os municípios tiveram papel de destaque. O **mapa 5** foi, em conjunto com o Secretariado da Propaganda Nacional, de iniciativa da Câmara Municipal de Penafiel. Estas instituições editavam o mapa, supondo-se que para colocar nas paredes de instituições como as bibliotecas municipais, as escolas e as casas do povo, disseminando a ideia de império em todo o país, como era intento da política imperial proposta por Armindo Monteiro.

¹⁷ Monmoier, Mark – *How to Lie with Maps*, 2ª ed., University of Chicago Press, Chicago and London, 1996.

¹⁸ Ver a variante desdobrável de cor amarela na obra de Henrique Galvão – *No rumo do Império*, Litografia Nacional do Porto, Porto, 1934.

Por fim, o referido mapa teve momentos de especial divulgação, sobretudo nas fases críticas que antecederam o início da II Guerra Mundial, quando em 1937, os rumores de um entendimento entre os Estados Unidos, a Inglaterra e os Nazis passava pela oferta dos territórios africanos portugueses ao regime de Berlim, ficando o episódio conhecido na historiografia como a “Crise de Munique”¹⁹. O acontecimento fez renascer, nas elites políticas, os fantasmas do *Ultimatum* e, por coincidência ou não, o *Portugal não é um País Pequeno*, passa a fazer parte em versão preto e branco, nesse mesmo ano, do cabeçalho de apresentação de uma folha semanal do *Diário da Manhã* dedicada às realizações do regimes no ultramar.

Talvez por esses anos e provocado pelo mesmo contexto internacional é elaborado pelo o Secretariado da Propaganda Nacional uma nova versão do mapa, agora em inglês²⁰.

Mapa 6



Portugal Is Not a Small Country / Secretariado de Propaganda Nacional - [Escala indeterminada]. - Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional. - 1 mapa, color, postal.

¹⁹ Pena Rodríguez, Alberto – “La Propaganda de Salazar Y La Crisis de Munich”, *Revista de História das Ideias: Do Estado Novo ao 25 de Abril*, vol. 17, Coimbra, 1995, pp. 439 – 479.

²⁰ Esta datação e contextualização são especulativas, tendo por base o tipo de figuração presente no mapa que não possui data. A confirmar-se a data, é relevante pensar-se porque em vez da comparação com os Estados Unidos não se fez a comparação com o Império britânico. A explicação pode estar no próprio jogo diplomático de Salazar e na neutralidade portuguesa no conflito. Mas sem certezas da datação ficam só estas dúvidas para reflexão.

O **mapa 6** é um postal ilustrado, onde se as possessões ultramarinas aparecem agora sobrepostas à América do Norte, em especial ao território dos Estados Unidos da América (E.U.A.). No verso, existe uma legenda comparando as dimensões dos E.U.A às do império português. Embora o império português da época fosse quase quatro vezes inferior aos E.U.A, uma engenhosa disposição da figuração dos territórios portugueses sobre o fundo do mapa, a utilização de escalas diferentes para os territórios do império e o dos E.U.A, e o desenho de uma auréola branca em torno dos contornos dos territórios portugueses faz ter uma percepção que apagava a irrealidade da comparação.

Conclusão

Tendo em conta a interpretação que se acabou de fazer da cartografia portuguesa de propaganda colonial no segundo quartel do século XX, podem retirar-se dois tipos de conclusões. Em primeiro, as conclusões que passam pela análise teórico-metodológica dos próprios mapas e da História da Cartografia, extensíveis também à análise de outro tipo de representações, sejam elas textos escritos de vários géneros e/ou imagens de vários tipos. Em segundo lugar, as conclusões de nível contextual e específico da cartografia e do período analisado ao longo desta dissertação. Estes dois níveis permitem também formular questões e ideias para futuros trabalhos de investigação, a que não pudemos responder e analisar aqui, dadas as limitações temporais e físicas que uma tese de mestrado impõe.

Assim, no primeiro conjunto de conclusões pode referir-se que as mudanças impostas desde a segunda metade do século XIX, pela massificação dos meios de comunicação e, com ela, a divulgação de concepções e instrumentos até então restritos às elites cultas, introduz a necessidade de compreender os mapas numa dimensão social mais ampla.

O fenómeno da cartografia de divulgação e as suas ligações à propaganda, em particular à propaganda colonial, transforma o mapa num veículo de transmissão de linguagem ligada a mensagens ideológicas que possibilitam a construção de percepções e imaginários geográficos influenciando no processo de alteridade, isto é, na forma como uma sociedade

se vê a si própria e as outras. Neste sentido, a cartografia contribuiu para a construção do social e do cultural, acrescentando-lhe um nível de significado relacionado com os valores, símbolos e concepções por ela divulgados. Esta capacidade retórica é consequência da criação de uma cartografia sugestiva que converte o mapa de documento de informação passiva e factual numa imagem dinâmica passível de transmitir conteúdos e códigos linguísticos.

As análises tradicionais da História da Cartografia, em Portugal, pouco incidiram sobre esta perspectiva cultural dos mapas e sua possível influência na sociedade e nos imaginários sociais em torno de espaços específicos e da própria Geografia. Um fundamento para esta lacuna pode passar pela ausência de uma perspectiva pluridisciplinar na interpretação da História da Cartografia, algo que se tentou ultrapassar ao longo da dissertação, com os contributos e perspectivas de outras áreas do saber geográfico e histórico como a Geografia Social e Cultural, a História Cultural e a História das Ideias, elas mesmo ligadas a outras disciplinas Sociais e Humanas como, a Sociologia, a Antropologia e a Filosofia. A abordagem pluridisciplinar transversal a este trabalho permitiu, desde logo, interrelacionar a interpretação dos documentos cartográficos com outras obras e ideias coetâneas, que de forma directa ou indirecta transpareciam nos mapas e na propaganda.

Quanto a segundo conjunto de conclusões parece importante realçar de imediato a ampla divulgação da cartografia no contexto do advento de uma propaganda de carácter moderno, que permitiu um maior contacto entre público em geral e documentos tradicionalmente de carácter científico, surgindo uma popularização do mapa como ponte entre saber científico e senso comum.

Contudo, e apesar da divulgação de documentos que possibilitassem um maior conhecimento por parte da sociedade portuguesa das realidades, acções e percepções sobre o territórios coloniais, desmistificando e tentando alterar concepções e imaginários tradicionalmente negativos, a verdade é que os mapas de propaganda, pelo seu carácter ideológico, disseminaram novos estereótipos dos espaços e limitaram o conhecimento sobre estes, na medida em que se privilegiaram as figurações do agente colonizador, eliminando os traços autóctones, tendo como consequência uma clara censura ao conhecimento sobre o “outro”.

Fontes e Bibliografia

- Álbum fotográfico da Exposição Colonial Portuguesa: 101 clichés fotográficos de Alvão*, SPN, Porto, 1934.
- COSGROVE, Denis – “Maps, Mapping, Modernity: Art and Cartography in Twentieth Century”, *Imago Mundi*, vol. 57, Part 1, 2003, pp 35 – 54.
- COSTA, Nuno Silva – “Cartografia Científica e Cartografia de Propaganda: o confronto institucional entre a Comissão de Cartografia e a Agência Geral de Colónias em 1926”, Santos, Maria Emília, Lobato, Manuel (coord.) – *O Domínio da Distância*, I.I.C.T., Lisboa, 2006, pp. 153 – 160.
- FERREIRA, Victor Ventura – “O planisfério das Grandes Viagens Marítimas dos Portugueses”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano 7º, n.º 78, 1931, pp. 122 – 132.
- GARCIA, João Carlos – “Um Castelo de Cartas Antigas. Construir e Comemorar o Império”, in *Os descobrimentos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa (1880 -1972)*, Edições Colibri, Lisboa, 2005, pp. 167 – 187.
- “Informações e Notícias: Demonstrações culturais, políticas, sociais e económicas da exposição”, *Boletim Geral das Colónias*, A.G.C., 1934
- HABERMAS, Jürgen – *Técnica e Ciência como «Ideologia»*, Edições 70, 2001
- MONMOIER, Mark – *How to Lie with Maps*, 2ª ed., University of Chicago Press, Chicago and London, 1996.
- MURALHA, Pedro – *Cartilha Colonial: Breve Resenha Histórica, Geográfica e económica das Colónias Portuguesas na África, América, Ásia e Oceânia*, tip. Luso-Gráfica, Lisboa 1928
- NEGREIROS, Almada – “Portugal em Vincennes perante a Política Colonial”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, Ano 7ª, n.º 78, 1931, pp. 53 - 57.
- RIBEIRO, Orlando – *Destinos do Ultramar*, Livros Horizonte, Lisboa, 1974
- TORGAL, Luís Reis, et al. – *História da História em Portugal Sécs. XIX – XX*, vol. II, Temas e Debates, Lisboa, 1998.
- PENA RODRÍGUEZ, Alberto – “La Propaganda de Salazar Y La Crisis de Munich”, *Revista de História das Ideias: Do Estado Novo ao 25 de Abril*, vol. 17, Coimbra, 1995, pp. 439 – 479.

II – Espaços e Representações Espaciais Africanas

**THE TRADITIONAL AUTHORITIES
CROSS THE COLONIAL BORDER:
OPPOSING VIEWS ON THE ROLE OF
THE RELIGIOUS LEADERS OF THE JOLA HULUF
AND AJAMAAT OF THE LOWER CASAMANCE (1886-1909).**

Jordi Tomàs¹

pp 73-97

Introduction²

The case of the Jola people – also Diola in French transliteration – is an example, among others, of the abuse of the colonial borders. Nowadays the different Jola groups are found in three different states: Gambia (Joola Kombo), Senegal (Joola sub-groups, such as, Jola Karon, Buluf, Foni, Huluf, Kwoatay, etc...) and Guinea-Bissau (Jola Ajamaat). Each of these neighbouring states – whose societies, in pre-colonial times, occupied the same socio-economic space, although not under the same political structure – bears today the legacy of a different colonial reality: the British, the French and the Portuguese.

Like in so many other places in Africa, the Europeans had established their trading posts along the Atlantic coast or on the

¹ PhD in Cultural Anthropology by the UAB (Universitat Autònoma of Barcelona), Catalonia. Postdoctoral fellowship at CEA/ISCTE – Lisbon.

² This text is an extended version of the paper presented in the Congress “Cartografar África em tempos coloniais. Autoridades tradicionais e reorganização do espaço colonial” The article has been possible thanks to a postdoctoral scholarship granted by the FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal). My deep gratefulness to this institution as well as to the Center of African Studies of the ISCTE of Lisbon. My most sincere and deep thanks also to Anna Núñez for her work in the English version of this text.

riverbanks, in order to facilitate the transport of merchandise and slaves. Thus, the Portuguese, particularly in the 17th and 18th centuries, settled in enclaves located on the Rivers Cacheu (enclave of Cacheu) and Casamance (enclave of Ziguinchor), the British along the Gambia River (enclaves of Bathurst and James Island) and the French, who had settled from the 17th century to the north of the Gambia River (Dakar, Gorée and Rufisque) and at the mouth of the Senegal River (Saint-Louis), arrived at Casamance in the 1830s (settling in Karabane and Sédhiou), entering in direct competition with the Portuguese authorities of Ziguinchor and Cacheu.

Nevertheless, until the end of the 19th century – following the abolition of slavery – European presence in the region was restricted to the enclaves mentioned above and none of the colonial powers dominated the inland populations of this coastal region, such as the Jola, Balanta, Mancana or Manjack. Following the Berlin Conference of 1885, the colonial authorities of these three metropolises divided the region in treaties drawn up in European offices, through pacts with some of the local authorities, and by the force of military penetration in the area (see Roche, 1976).

This article presents a concrete case which took place with the Jola Ajamaat and Huluf. We will describe the first events that developed between these Jola groups and the French colonial authorities in an area that, at the end of the 19th century and from the perspective of the Europeans, had on paper become the border between Casamance/Senegal and Portuguese Guinea to the west, that is, on the boundary with the Atlantic Ocean³.

The Europeans in the Jola territories of the Lower Casamance

The first Europeans that arrived at Casamance were the Portuguese, as early as the 15th century. Thanks to the Portuguese chronicles, we can ascertain how the relations between the Europeans and the

³ We will not discuss here if at that time France considered the region as part of Senegal or part of Casamance. (See Tomàs, 1999)

Africans of the land developed over the following centuries (see, for example, Lemos Coelho, 1669, 1684).

The Portuguese founded Ziguinchor in 1645 and established commercial relations with the towns of the region, taking always the southern enclave of Cacheu as their base.

The French arrived at the island of Carabane at the beginning of the 19th century⁴. Jean Baudin was the first trader to settle on the island in 1828. Shortly after, in 1837, the French signed an agreement with the inhabitants of the town of Kanut, on the mainland, as a result of which the colonial authorities were able to settle in Carabane⁵. A year later they crossed the river and, against the orders of the resident Portuguese in Ziguinchor, they settled in Sedhiou, which was to be the main Gallic enclave in the region for many years.

The French administration on the island of Carabane maintained hostile relations with the Jola neighbours for decades:

Malheureusement cette sécurité (...) ne s'étend pas plus loin que l'île de Carabane. Tous les villages environants sont habités par des noirs de la tribu des Yolas dont la force et la ruse en est la seule religion, et avec qui nous n'avons guère eu de relations que pour les punir d'actes de pillage et de piraterie commis sur nos propriétés.

(Simon, 1839).

The Portuguese-French dispute of the region

From the moment that the French settled in Carabane and Sedhiou, it was clear that the Gallic project was based on gaining control of the inland areas of the region. Several authors have studied this lengthy conflict between the French and Portuguese powers in this part of Africa (see Roche, 1976; Pélissier, 1989; and particularly Esteves, 1988), which

⁴ From Bathurst, today Banjul. The English were also interested in the region of Casamance but, with the exception of the English traders who crossed the river, the British government never initiated significant military action in this sense (Pélissier, 1989).

⁵ Bertrand Bocandé (1856) "Carabane et Sédhiou". *Revue Coloniale: extrait des Annales maritimes et coloniales*. 1856. De Juillet à décembre (2^{ème} series, T. 16): 398-421.

also severely affected the sub-region focused on in this article. Although the governor of Guinea, Honório Pereira Barreto, had recommended the cession of Ziguinchor to the French as early on as 1857, in exchange for the village of Youtou, in Ajamaat territory (Pélissier *idem*), the tension in the region increased progressively and many towns were forced to take sides in the dispute. In 1865 the French attacked Diembereng, whose inhabitants had sacked a number of ships anchored on their shores. News of the harsh repression of the Jola town of Kwoatay on the Atlantic coast spread throughout the region, causing fear among some of the local authorities in the neighbouring towns. Thus, on 10th March 1865, the leaders of the town of Kumbana, in Soungrougrou territory (Jola Foni), requested protection from the Portuguese of Ziguinchor. At the same time, the French signed agreements with several towns in the area, leading to protests from the Portuguese and even the imprisonment of some inhabitants from towns that, like Uonk (in Portuguese territory), had signed an agreement with the French. In spite of the Portuguese denunciations, the French perceive that Portuguese sovereignty was only really exerted on Ziguinchor and, given that the Portuguese did not conduct practically any trade on the Casamance River, they contend that they were free to establish agreements with any of the towns in the region (Roche, 1976).

The tension between the European powers in the region increased progressively in the following decades, and several towns suffered the consequences of this ambition. For example, the town of Sidone, to the east of Ziguinchor, was coveted by both European powers: in 1884, it became a military target and was in the end sacked and set afire (Trincaz, 1981).

In other cases, however, the lack of definition of the border between Portuguese Guinea and Senegal partly restrained the action of the French. For example, in 1877, a French Blanchard trading ship ran aground in the river of Sukujak and the inhabitants of the region, indigenous to Guinea, sacked the ship. Despite the lack of a well-defined border and even of the administration of the town of Sukujak, the French chose not to attack it – as they had done a few years earlier in the neighbouring Diembereng area – and decided to pardon the case in exchange for a fine (Roche, 1976).

Finally, on 12th May 1886 – a year after the Berlin Conference, both powers came to an agreement, on paper, as to the delimitation of the borders between Portuguese Guinea and Senegal, in what was called the Convention of 1886⁶. This agreement determined that the border was to be established from the intersection point between 12.40° latitude and 17.30° longitude up to Cabo Roxo at an equal distance from the rivers Cacheu and Casamance (Esteves, 1988). Although on paper the region was divided between these two colonial powers, different missions of delimitation were necessary in the field, often finding, as we will see, that there was deep-rooted opposition among the Jola Ajamaat and Huluf in the area. What were the reasons behind this strong opposition? On the one hand, as in the rest of the continent, the local populations were against the European presence in their land and opposed to invasions on the part of foreign forces. On the other hand, the border imposed by the treaty of 1886 divided a region that was historically united by religious, political and economic ties. The European border cut the Jola Huluf-Ajamaat settlement in half, whose union could be symbolised by the most important towns in the region: Oussouye, which was under French administration, and Kerouhey, under Portuguese administration. As we will see further ahead, it also divided the towns themselves, leaving some parts under Portuguese administration and others under the French.

The case of the Jola Huluf and Ajamaat: the arrival of the French army in the kingdom (1903)⁷

Although the French did not enter the kingdom of the Bubajum Áai or the Huluf – whose capital was Oussouye – until 1903, it is evident that the Jola inhabitants and their governors were keenly aware of their intentions in the island of Carabane, as well as of their military capacity: the town of Kanut, in Esulaalu, no more than 12 kilometres from the

⁶ To see the Treaty see Roche (1976) or Esteves (1988).

⁷ For an explanation on the history of the kingdom of the Bubajum Áai see Tomàs 2005b, in which the possible relation between the Bubajum Áai and the kingdom of Kasa is explored, as well as a listing – always provisional – of the kings of the Bubajum Áai.

kingdom's capital, Oussouye, suffered a major military attack on the part of the French in 1854, a reprisal to an alleged act of looting that had been committed by the town's Jola on a ship bearing the French flag that was shipwrecked near the town (Simon, 1839).

Despite this episode – and of others in the Diembering region of the Jola Kowatay –, during the second half of the 19th century, the French did not dare to attack the kingdom of Oussouye and the Jola Huluf and Ajamaat. Towards the end of 1880s or beginning of the 1890s, according to some informants from Oussouye, King Aumussel, predecessor to Sihalebé, had sent envoys to Karabane to negotiate a treaty between the two parties, as some other kingdoms had done with the French. Apparently, Aumussel's successor, Sihalebé, who rose to power during the 1890s, did not agree to the policy of signing treaties and chose not to negotiate with the Europeans under the same conditions as those initially drawn up with Aumussel.

At the same time, the French received complaints from the Wolof, also settled in the territory, about the Jola. Indeed these Wolof informed the French about Jola activity in the region:

J'ai l'honneur de vous informer que les chefs subalternes des villages de Loudia, Santiaba et Samsam du canton de Carabane viennent de me dire que les Diola Fouloupes les menacent nuit et jour de les attaquer. Les wolof habitant ces villages ont peur. Je mêle ma voix à leurs plaintes, car j'ai entendu dire que les Fouloupes fondent des balles, afin d'être prêts à nous répondre en cas d'attaque.⁸

The French set about gathering information to evaluate the Jola's military capacity. Oussouye and Oukout, the most populated settlements, with about 4000 inhabitants, could, according to French calculations, summon up to 1200 soldiers, with about 700 or 800 guns. According to a plan prepared by General Mauny, a military campaign with an infantry of 300 men on the French side would not last more than 15 days.

⁸ Letter from Birama Guèye, Chief of the Karabane Canton, to the Governor of Senegal, 25th January 1903. ANS. I3G502.

The French army began the so-called “column of the Floups” (Report n. 165/13G502: 1903), that is, the penetration of Huluf territory, at the beginning of March 1903⁹. The troops disembarked on the mainland from the steamship Alfred Stwerken, which had arrived coming from Baïla on 26th February, and advancing southeast to Saout (Essaout), where they arrived on 8th March. The following day, 9th March, the French army sent envoys from Essaout to the king of Oussouye, Sihalebé, who refuses to respond. Finally, the French decided to deploy a military action with the objective of conquering the kingdom of Oussouye or the Bubajum Áai.

Moving forward from the coast, they arrived at Loudia, a town located about 15 kilometres from Oussouye. Shortly before their arrival, the local population decided not to face the French invasion and, according to the colonial records, women and children were sent to Eyoun (today Siganar) and livestock was taken to the Portuguese border.

Confronted with no resistance from the Jola at Loudia the French army decided to continue, advancing next on the town of Boukitingo. Upon their arrival, the town had once more been abandoned and they only found an old woman who told them that the inhabitants were waiting for them in the “place des fétiches” to negotiate.

The French remained at Bukitingo overnight and the following day attacked Oukout – also deserted – and Oussouye. In this case, there was a relatively stronger resistance to that encountered at Oukout, Boukitingo or Eloudia, although according to the commander of the detachment which invaded Oussouye, the task was quite an easy one. Most of the population had fled and those that had remained to defend the town died in the combat or were taken prisoner. Final balance, according to the French: no dead on French side, 20 dead and wounded on the Jola side. As a result of this attack Oussouye was left deserted and King Sihalebé and other authorities fled with the population.

The French locked the prisoners in the royal palace – “la case de Sihalebé” –, an act which was considered, according to local tradition, a severe offence. And they had hopes that the Jola would return to the town, acknowledging their military superiority.

⁹ The French transcribe the word Ajamaat as “Diamates” and Huluf as “Floups” or “Felupos”; see Maclaud (1907) and Carreira (1964).

On 14th March, the Captain of Maugras sent a concise official telegram to the High Commander:

“Ai occupé Ocoute, Oussouye, centres résistance Floup; faible resistance, pas de perte; Chez Floups vingt tués ou blessés. Administrateur entre, en pourparler avec Sialebé, compte sur une soumissions complète region.”

On first impression and given the almost non-existent resistance they had encountered, the French believed that the submission of this kingdom – the last one to be conquered in the south near the border with Guinea – would be speedy and overall.

The French administration and the local authorities

After their arrival to Oussouye, the French sought to have talks with the local authorities. Soon they realised that the “Floup nation”, as they designated it, was led by the king and the religious authorities, and that all the neighbouring towns depended on the king of Oussouye.

Chaque village a un chef obei de tous, reconnaissant la supremacie de celui d'Oussouye et de son chef feticheur. Nous nous trouvons donc a présence d'une organisation réelle dont nous aurons à nous servir.

(Étude sommaire des Floups: 13G502/1903, March).

In fact, the day before arriving at Oussouye, as we have seen, the old woman from Bukitingo had already announced the importance of the “fetiches” (shrines):

les indigènes sont groupés sur la place des fetiches où ils vous attendent pour parler.

In any case, the French, who had occupied Karabane for almost seventy years, where there were also some Jola of traditional religion, were already aware of the importance of the “fetiches” (shrines), as can

be seen in colonial texts of Simon (1839), Bocandé (1856), Bour (1883), Brosselard-Faidherbe (1892-1994) and Maclaud (1907).

Therefore, as the captain said, the invading authorities developed efforts “to make use of the existing organisation” (religious, political, social, territorial), structured around the “fetiches”, and summoned all the religious leaders of the region, in a meeting that took place in Oussouye on 15th March 1903. The leaders of all the towns in the kingdom were summoned before Captain Fontclair, with the exception of King Sihalabé, who had not been captured yet:

Tous les chefs de villages Floups avec nombreux indigènes sont réunies à Oussouye. (...): Eifoulo, chef de Kalobon (today Calobone); Saibouit, chef de Diongo (today Edhioungou); Simandone, chef de Diouhent (today Djiwant); Koumbass, representando a Oukout, Ayoune (today Sigantar), Karounat (Carounat), Niambalang, Blouf, Katakal, Kabonkout, Oussal (hoy barrios de Sigantar); Bassi Conaye, chef de Sangalène (Senghalène); Koutolito, chef de Kink (today neighbourhood of Calobone); Atabakir, chef d'Oukout; Signournfai, chef d'Effoc; Amaya, chef d'Emaye; Sakayen; chef de Youtou; et Coufoual, chef de Oussouye.

(15-03-1903; ANS-I3G502)

Although some were indeed religious leaders of the most important shrines in the region, it should be noted that, according to the data we obtained in the field, they were not in many cases the main leaders. Many of the great leaders were hidden in the proximities of the town; and it was in fact their counsellors who attended the meeting. For example, for Oussouye – with exception of the king, who would be captured that same day -, the representative at the meeting was Coufoual (today written as Ufulaal), a holy man of the *Bakin* or traditional Jaananande altar (holy places of worship for the Jola). The holder of this *Bakin*, Jamulon – the second leader following King Sihalabé – did not attend the meeting. In fact, he was the leader who was to carry out, according to the French, one of the most important uprisings against the French occupation of Oussouye in the following months.¹⁰ Báciin

¹⁰ In fact, it is common practice among the Joola that negotiations not be conducted directly by the highest representatives but rather by their councillors.

King Sihalebé was brought in right at the beginning of the meeting, having been captured by the French near the royal sacred forest, which the French had also occupied. Perhaps as a result of this capture or perhaps because of the evident military superiority of the French, according to Fontclair's report, the local authorities "promettent obeissance et soumission" to the French invaders. But not all was to run smoothly. In 1904, over a year after the occupation of Oussouye, 'Résident' Raymond would state that there was apparently a certain degree of tranquillity, "which kept the Jola obedient under the military surveillance 45 armed men". The Jola had in fact, in 1903, allowed the French to enter Oussouye, offering little resistance. As we will see further ahead, the French thought that the resistance was organised from the other side of the border, under Portuguese support. Thus, in a few weeks, the French went from the euphoria of an apparently easy victory, to a feeling of permanent insecurity that would last for decades.

King Sihalebé

Before examining how the Jola organised the resistance against the invading army, we will first describe the events following the capture of King Sihalebé, the highest authority of the kingdom of the Bubajum Áai of Oussouye. After having been detained, he was sent to Elinkin on the coast, and on 17th March, he and 20 other leaders were sent from Elinkin to Sedhiou. There, according to Fontclair's report, the 20 prisoners were progressively released except for the king, whose future had to be decided by the General Governor.

What the French could not anticipate, however, was that the Jola kings had – and have – a very strict norm. Jola kings are strictly forbidden to accept any food from others or to eat in public. Thus, King Sihalebé, obeying tradition, did not eat any food served by the French in the days following his arrest. Thus, he died from starvation in the prison of Sedhiou.

According to the new 'résident' of Oussouye, the Jola did not react in any significant way when they found out about the death of their king.

La mort de Sia Labbé (Sihalebé) ne doit pas être connue de les ancies sujets, ou elle à été apprise sans produire la moindre émotion apparente.

(May, ANS-2G3-50)

What perhaps the Jola did not know was that shortly after the death of the king, according to Diatta (1998), the body of the monarch was embalmed and today rests in a warehouse at the Louvre in Paris. Be that as it may, although the king had disappeared, his assistant Jamulon, the head of the second Bakin (altar or shrine), the Jaanaanande, had met with the Jola Ajamaat king, Fode Kaba, to the south in an area under Portuguese administration, so as to, the French believed, organise the resistance.

The traditional authorities and the “resistance” from south of “the border”: two contradictory versions

Following the establishment of the French colonial administration in the kingdom in 1903, the resistance, according to the French colonial authorities, was to be organised from the neighbouring town of Kerouhey (or Karoal, in Portuguese transcription), located in Portuguese territory according to the 1886 treaty. The succession of a new king was not organised following the death of the king of Oussouye, Sihalebé, and the French believed that the resistance was headed by two traditional leaders, a priest from Oussouye, called Jamulon, and the king of Kerouhey, Fode Kaba¹¹. Both populations were – and still are today – bound by the territorial organisation of the Uciin (the so-called “fetiches” or “shrines”), the mainstay of the Jola society, and all that is from there derived: religious, ritual, social and political ties.¹²

¹¹ The name Fode Kaba originally belonged to an inhabitant from the Upper Casamance who fought the French army until 1893, year in which an agreement was signed with the colonial authorities. He died in 1901. Nevertheless, someone else born in Jola territory adopted this name at the beginning of the 20th century in honour of his predecessor. Under no circumstances is this the same person. There was also a leader with the same name in Gambia (see Roche, 1976; Trincaz 1981). This version is totally confirmed by the informants consulted in Oussouye.

¹² As we have said on another occasion, the incorrectly identified “fetiches” are in fact a

According to the French colonial archives, the 'résident' of Oussouye soon became aware of the strong influence of these two traditional authorities and went as far as to state that Jamulon detained greater power than the king, and that the influence of Fode Kaba of Kerouhey, not only held sway in Oussouye but spread as far as Ayun (today Siganar).

Two months following the occupation of Oussouye, the colonial authority wrote:

Fetichistes invéteris, coinvancus de la puissance ilimité de leur chef, les Diolas le craignent ou le respectent et ils ne trahiront pas Dia Mouillon (Jamulon), bien plus, je les crois capables de l'avertir à la moindre alerte et de protéger sa retraite.

(Mai 1903 ANS-2-3G/50)

For this reason, the French resorted to their collaborators, indigenous to the region north of Senegal, in an attempt to capture the local religious leaders.¹³ It is unusual to note that European incursions by either the Portuguese or the French along the border were accompanied by African foreigners to the Jola territory. The French arrived in the region accompanied by guides and original translators from the north that often had very hostile attitudes towards the local Jola population. These Wolof collaborated actively in the persecution of the Jola king, Sihalebé:

plusieurs traitants wolof se sont efforcés de capturer ce chef de religion. Leurs essais ont été infructueux.

(Mai 1903 ANS-2-3G/50)

powerful system of representation of the society as well as a very complex system of religious, political and economic territorial organisation of the Jola. See our article: "The Joola «Fetiches», the Casamance revolt and the Senegalese state. Notes on the dynamics of a traditional, social, politic and religious system at the beginning of the 21st century." (in the press).

¹³ Some of the towns in the Huluf area were – and are still today – inhabited by Wolof. These towns often had conflicts with the neighbouring Jola towns. That was the case of the confrontation between Bukitingo (Joola) and Diakène Ouloff in 1870 (Roche, 1976).

Also the Portuguese, in their advance from the south, arrived at Jola territory accompanied by Africans coming from southern areas outside the Jola-Ajamaat land: as from 1899, the Papels accompanied the Portuguese authorities everywhere in the area around Varela (Esteves, idem).

To some extent then the European penetration into Huluf and Ajamaat land could be considered as a clash between the French authorities and their Wolof assistants from the North, and the Portuguese authorities and their Papel guides from the South.

Both religious leaders sent envoys with news and information to Oussouye from Kerouhey, in Portuguese Guinea. Thus, for example, in March 1904, an envoy from Fode Kaba arrived at Oussouye and summoned the Huluf and Ajamaat peoples to inform them – this according to the French – that Fode Kaba and Jamulon were organising a march on Oussouye. When news of the attack reached the ‘résident’ of Oussouye, military reinforcements were requested (7/3/1904-ANS-I3G507-4: Oussouye).

Kerouhey was – and still is today – one of the most important towns in the region at a religious and symbolic level. After the French-Portuguese agreements, they were placed under Portuguese rule. Despite this, pressure was exerted from Kerouhey on the local inhabitants who were under French administration not to collaborate with the colonial authorities. Thus, some inhabitants from towns like Ering who worked as carriers or guides requested protection from the ‘résident’ of Oussouye because they feared that there could be retaliation from the chief of Kerouhey and wished to abandon the left shore of the mangrove swamp of Soukoudiak to cross to the other side, to the town of Essaout.

The power of the leader of Kerouhey was indeed recorded by Maclaud, following the so-called Maclaud mission:

La puissance des féticheurs est considerable; c'est uniquement sur l'ordre du féticheur de Kérouhey, que les Diamates (Ajamaat) vinrent attaquer la mission, pendant qu'elle se livrait à ses opérations pénibles géodésiques.

(Maclaud, 1907).

The power of the so-called “fetichistes” that, as we have said, were – and still are today – (see Tomàs, 2005a) the religious, political and territorial leaders of the Jola society, is constantly mentioned by the colonial authorities. Maclaud would write that in Mossor (district of Kabrousse, on the south-western borders of the Lower Casamance, on the Atlantic coast, a few kilometres away from Cabo Roxo), the uprisings and their aims were instigated by the heads of the “shrines”:

C'est sur l'ordre des féticheurs que les gens de Mossor firent leur soumission.
(Maclaud, 1907)

In fact, during the first decade of the 20th century, the border zone from the Atlantic to Niambalag was an area of intense conflict for both European powers. It is possible to conclude that in different towns in the border zone whenever there was greater French and Portuguese pressure from the north and the south respectively, greater was the resistance in the towns, and greater the colonial repression. In most cases, “temporary surrender” came following orders from the “religious leaders”. Also, more intense rebellions arose – in some cases in an attempt to halt the authorities. In fact, one of the greatest rebellions (according to the ethnocentric colonial terminology) took place at Kabrousse: the districts of Cadiaroye and Mossor armed 200 men with guns to prevent the colonial soldiers from detaining one of the local leaders (ANS-2G4/43-1904-Juillet). Nevertheless, a great contradiction emerges when we compare the colonial version with the local one. According to the French and the Portuguese, the traditional authorities led the defence and resistance of the town – with the support of their advisers. According to the existing local Jola version – very extended – the resistance was not led by the religious leaders. See, for example, the Jola version of the case of Jamulon, explained in its French version above.

The Jola version of the facts

The Jola version of the facts is, today, very different from the one found in the French colonial archives. According to the grandson of Jamulon, today a priest in the same *Bakin* headed by his grandfather, Jamulon did not lead an armed revolt against the French invaders. According to this version, confirmed by other informants, not today nor in the days of the French occupation could the traditional authorities (kings or holders of traditional altars) ever lead, instigate or even have knowledge of the military activities related with the inhabitants of the kingdom. Nor could they participate in them, far from it. Since priesthood is a sacred post, upon which the physical, mental, economic, social and moral peace of the kingdom depends, a priest could never encourage any act in which human blood would be shed. What would happen if a traditional priest was killed in a war? Who would provide the stability that kings or priests bring to the kingdom?

Although this way of life seems strange to European eyes, or even appear to be an idealisation of the traditional authorities of the past, all the informants consulted – in their majority tied to titular families of traditional shrines – confirmed the same idea: among the Jola and the Huluf, the main *kulemba* (the religious leaders, and therefore the king) could never lead an armed revolt. They can participate in negotiations through their councillors with enemy powers, or even in certain acts of pacific resistance, but they could never participate in a military action. Military actions are initiated by leaders of lower importance who do not depend completely on the main religious leaders. And, as Robert Baum attested to in different works, the resistance was also organised through prophetic movements – mainly carried out by women.

Therefore, according to the local version, Jamulon had decided to remain to negotiate personally with the French. Many Jola, knowledgeable of the military practices of the French, following the disappearance of king Sihalebé, advised Jamulon to go into hiding: upon the death of the king, he became the highest priest of the kingdom, and the stability of the kingdom depended on his safety. The members of his family and other prominent members of the town advised him to go to Kerouhey, whose king, Fode Kaba, had important historical ties with the kingdom of Oussouye. In addition, the Portuguese had not yet

arrived in the area. Hence, it was necessary to wait for the situation to calm down so to negotiate later with the French.

Still in accordance with the local version, when Jamulon fled, an associate of his, Ufulaal, decided to seize the *Bakin* Jaañañande and to assume Jamulon's functions, an act that went totally against the local laws and that infuriated part of the Jola people in the kingdom. As the months went by, and considering that, according to the French, Jamulon was organising the armed resistance, the Gallic authorities chose to negotiate with Ufulaal, who they would appoint "chef de village". When Jamulon returned, and attempted to recover the Jaañañande altar, Ufulaal refused to hand it over. This fact would cause a deep divide in the town between the Jamulon's supporters and Ufulaal's, leading to a profound crisis in the system of local government – anchored in the rule of the shrines – and whose memory would last until recent times. Finally, according to some informants, Ufulaal found death at the hands of the shrine members, which punished him for his disobedience, and Jamulon recovered his right to the Jaañañande. Nevertheless, the position of "chef de village" would remain in the hands Ufulaal's family. In the following years, the town was deeply divided among those who supported the religious leader and those, fewer in number, who supported the town's officials appointed by the French.

Two opposing ideas on the functions of a traditional head

Similar versions of this history can be applied, *mutatis mutandi*, to other cases in Jola territory as explained previously: for the French the highest traditional authorities were those in charge of the military actions against their army. In fact, the contradiction in the explanation of the events highlights the conflicting concept of power held by the French and the Jola. For the Europeans, with a centralised government like the French, the king – or the Head of State – holds the highest rank in society and is therefore the supreme leader when it comes to military issues (although he delegates his powers on the Minister of Defence), whereas Jola society is structured quite differently: power is divided among many families, each with a particular role. Although symbolically the king or, in his absence, the head of the Jaañañande,

was the highest-ranking leader in society, he was not the absolute leader. Thus, for example, in relation to the war, a specific person was in charge, the head of a shrine, who organised the resistance, perhaps with the collaboration of other leaders of smaller shrines, perhaps through a prophetic movement, but these types of actions could never be carried out by the king nor by the heads of important shrines. But the French – with the information provided by the Wolof translators – attributed the Jola king with characteristics of a European nobleman. And thus, they recorded in their chronicles that which took place in their new African surroundings from an ethnocentric view of African society, that is: that the rebellion against them was led by kings and “fetichers”. Nevertheless, the reality around them had to some extent revealed the Jola view of the world. For example, the king of Oussouye, Sihalebé, was detained without the need to draw arms, without offering resistance and without raising the town against the French to release him. The colonial authorities were coming to realise that, as in Mossor, the “fetichers” were inclined to approve or recommend surrender.

The Portuguese and French define the border: from war to co-operation

Apart from viewing Jola leaders from a totally European perspective, the French and Portuguese proceeded to do what they had already accomplished in other parts of the continent: they divided whole towns in half. One of the most paradigmatic cases of colonial abuse in the design of borders is that of the town of Casselol. According to the archives, it was divided in two, one part placed under French administration and then other under the Portuguese. Perhaps this was one of the reasons why the town was particularly resistant to the French administration as well as to the Portuguese and, on more than one occasion, the inhabitants refused to pay the colonial authorities taxes. For example, in July and August 1903, the Casselol population decided not to pay taxes and it was only after lengthy negotiations that they proceeded to do so. Finally, even though they had complied with the demands of the French colonial agents, the administrator of Casamance ordered that the town be severely punished for its disobedience. The reason for refusing to pay the taxes was that, according to French records, the locals had

already paid the Portuguese soldiers. The Jola Ajamaat of Casselol had paid the Portuguese after these threatened them “to brûler leurs cases s'ils payaient l'impôt aux français.” (ANS- 2G3/50: Aout 1903). The people of Casselol were apparently considered dangerous by the Portuguese, as first lieutenant J.A Muzanty registered in his reports. (Esteves, idem). The entire border zone, Catao, Varela and Casselol, was considered by French and Portuguese as very hostile to Portuguese dominion. At first, the Europeans attempted to combat this “hostility”. But finally they had to change their strategy.

Indeed, during the first years of the 20th century, the French and Portuguese attacked these communities each from their “new territory” to control the towns that had fallen under their administration following the establishment of the border. As we have seen, the problems between both powers continued even after the treaty was signed. As the years went by, both powers came to realise two facts: first, it was very difficult to control the towns along the border zone. Second, it was not often clear exactly where the border lay. As a result, both powers finally decided to cooperate, firstly, to establish the border with precision, and secondly, to act militarily to subdue those Jola towns that were located on the border. Esteves (idem) describes this situation perfectly.

Thus, a mission to determine the boundary of the French-Portuguese border between Casamance and Guinea was organised in 1905. In March, the first lieutenant Muzanty reports on hostility from the head of Kernay (Kerouhey), Fode Kaba (that in Portuguese is translated as Fode Cabá), who was opposed to the arrival of the Portuguese to the region.¹⁴ Upon the arrival of the French-Portuguese mission at Kerouhey, the confrontations caused several deaths on the Jola side and the loss of a Senegalese “tirailleur” (of the French colonial forces) and the town was set afire by the French and Portuguese.

The mission continued with many problems towards the Atlantic. After passing Esukujak – that had been, like Youtou or Casselol, divided between both colonial powers¹⁵ – and before arriving at the towns of the

¹⁴ It should be noted that, for the French, it was the main leader, Jamulon, who was making life impossible for them at Oussouye.

¹⁵ This division can be seen today in the maps of the region: we have Essoukoudiak – to the north of the border, with French transcription – and Sukujaque – to the south, with Portuguese transcription.

Jola Her of Kadiakaye, Mossor and Nalu (today Kabrousse), the troops faced the native populations again, which this time they were able to defeat (Roche, 1976; Esteves, 1988). Thus, the Portuguese and French, once united, were able to delimit the European border in Jola land. Finally, the two colonial powers, reunited in Oussouye after having achieved their objective, congratulated themselves by the success of the mission.¹⁶ Nevertheless, although they had temporarily overcome the opposition of the border towns of Jola Her, Ajamaat and Huluf, the truth is that soon the revolts against both powers would return.

More than twenty years after the 1886 treaty between Portugal and France to divide the Jola territories of Casamance and after several reconnaissance missions in the region, the towns that had been divided by the European border – either physically, as in the cases of Casselol or Youtou or because it divided their land, forests and their rice fields-, continued to offer strong resistance. Thus, in 1906, Effock rebelled against the French; in 1908, the Portuguese troops attacked the towns in the Ajamaat region of Casselol, Kerouhey and Suzanna; and, in 1909, the French and Portuguese jointly attacked again the town of Youtou. After one of the attacks, the French find the town deserted. The ‘résident’ of Oussouye – successor to the first governor who had assured that pacification would be rapid six years earlier – did not feel secure in the area:

Aussitôt tous les tambours de guerre ressoneront, les flutes de combat siffleront, et je jugerai prudent de battre précipitamment en retraite. (...) Il sera certainement utile (...) de faire séjourner après l’hivernage quelques tirailleurs à Youtou, si l’on veut définitivement ramener à la raison ce village rebel.

(ANS – 2 G 9 44, 1909, Juin)

Although the border was well-delimited on a map, the native Jola population never gave up their fight against the European invaders

¹⁶ According to several Jola informants, during the missions to delimit the border, the French got the Portuguese drunk and, at night, they changed the border boundaries locating them, to their own benefit, further towards the south to gain more territory from the Portuguese crown. That would partly explain why the border, in the south-western zone of Oussouye, is so irregular.

and the insecurity of the Governor of Oussouye lasted until World War II, when in 1942-1943, one prophetess from Mossor (Kabrousse) called Aliin Situé – again a very secondary traditional authority, in charge of the cult of Kassila -, led a new rebellion against the French.¹⁷

So, the first Frenchman who became the Governor of Oussouye did not have a clear view of Jola character when in 1903 he said:

Les Diolas sont fétichistes. Cette croyance à un Dieu président chaque phénomène engendre chez un peuple primitif l'entêtement et les Diola en sont un exemple frappant: jamais ou seulement dans nombre d'années on ne changera la façon de vivre des Floup.
(ANS – 2G3/50, 1903)

The colonial borders yesterday and today: paradoxes of history

Several years after the Convention by which Portugal and France divided the Jola region into two different states (1886), the inhabitants of the region continued their religious, social, economic and political relations regardless of the “new border”. Despite the terrible historical crossroads at which the Jola king died, during which the traditional authorities were persecuted for having instigated events which they in fact had not, and despite the fact that the European military forces of two different countries had tried to sack the region... life, with small variations, continued to closely unite the Jola populations on both sides of the border. The fertile palms to the south of the town of Santhiaba continued to supply palm wine to the people of Oussouye, the inhabitants of the Ajaamat towns in Guinea visited their relatives of the Huluf (Senegal) to attend the most important ceremonies, the kings of Kerouhey and Essukujak visited their counterparts in the French-speaking zone of Essaout or Oussouye...

But during the entire process leading to the establishment of the border, several great misunderstandings took place: on the one hand, the border divided in two entire towns. In addition, two Jola kingdoms

¹⁷ For more information on this prophet see Tomàs (1999) or Tolliver-Diallo (2005).

with close ties were separated: Kerouhey and Oussouye. On the other hand, as we have seen, the perception on the part of the indigenous populations and of the foreigners of the role of the traditional authorities in the resistance against the foreign powers was disparate. In our opinion, the paradox is the following: in general, in daily life, the Jola continued to ignore the border, moving from one town to other to carry out their commercial, religious or social activities. But, curiously, in some cases – when it interested them – they would decide to use the “border” when it came to social and family ties on the other side. Why? In order to take refuge in fact from those who had created the border: in the French case this happened as we have seen with the flight of Jamulon who took refuge with his counterpart Fode Kaba at the beginning of the 20th century. The inverse case occurred between 1963 and 1974 when the Jola populations in the north of the then Portuguese Guinea, fled from the Portuguese army to take refuge in the Senegalese state, which had become independent from France in 1960, cutting relations with Portugal as from that time.¹⁸ That is, while the colonial powers governed one side or the other, the border was permeable. The border modified part of the daily routines, but the societies that had been separated by it maintained practically unaltered the ancient, religious, political and economic relations, etc. The permeability of the border was the dominant note during many decades.

The greatest paradox in this interesting border zone emerges more recently, with the arrival of the struggle for independence led by the *Mouvement des Forces Démocratiques de Casamance* (MFDC). Since 1982 – and mainly with the arrival of Atika, the armed wing of the MFDC, in 1990 – the border was again used by rebels and military to fight or to take refuge to one side or the other. And since 1997, the use of mines was implemented on the part of the Casamance rebels (according to the Senegalese military) or of the Senegalese military (according to the Casamance rebels) and the border was abruptly blocked, and cut off almost any direct contacts between the Jola Ajamaat and the Jola Huluf:

¹⁸ In any case, the role of Senegal in relation to the war in Guinea is ambiguous: on the one hand, it supported certain groups of African liberation in Guinea; on the other, it feared that an independent Guinea would reflect on the southern region of Casamance. Which did eventually happen.

they terminated commercial activities (the sale of palm wine, palm oil and fish, specifically but not solely); family relations among people from the same town were truncated (the conflict led half of the population in some towns to emigrate towards the south, to Guinea Bissau, and the others towards the north, to Senegal); rituals (the Jola Ajamaat of the south did not attend, in general, royal ceremonies organised by the religious priests of Oussouye), etc.

It is particularly noteworthy, that in the last century, the border between present-day Guinea-Bissau and Senegal has always been more or less permeable to population movements, to commercial exchanges, marriage alliances, except in the period of the struggle for independence of the MFDC. The paradox of all paradoxes is this: that which, since 1886, the foreign French and Portuguese armies had never truly achieved, (to separate two territories under different administrations), was obtained a century later by those who had fought precisely for the opposite: the freedom fighters who had hoped to unite Casamance to the north of the Cacheu river (Guinea-Bissau) and the south of the Gambia eventually created a greater divide in the region than anyone had ever done in the past.

This insecurity in the border region caused by the Casamance guerrilla detachments and the Senegalese and Guinea-Bissauan military, had also affected the traditional Jola authorities: even today, the Jola king of Esukujak, in the border zone on the Guinea-Bissauan side, is guarded by the Senegalese army when he visits the king of Oussouye in Senegal (during the royal celebration of the Humabal, for example). That is, as a result of the independence conflict, that which had occurred at the beginning of the 20th century, when the traditional authorities could take refuge from the enemy by visiting their counterparts on the other side of the border, could no longer be repeated. But this is a matter of another article.

Bibliography

- BAUM, Robert Martin (1987): *A religious and social history of the diola-esulalu in pre-colonial Senegambia*. Yale University, University Microfilms International, Yale.
- BOCANDÉ, Bertrand (1856): “Carabane et Sédhiou”, *Revue Coloniale. Extrait des Annales maritimes et coloniales*. De juillet à décembre. 2ème série, T-16: 398-421.
- BOUR, Ch. (1883): “Étude sur le fleuve Cazamance”, *Revue Maritime et Coloniale* / Berger-Levrault, Paris: 330-358.
- BROSSELDARD-FAIDHERBE (1892-1894) *Casamance et Mellacoré*, Librairie Illustrée, Paris.
- CARREIRA, António (1964): “A etnonímia dos povos de entre o Gâmbia e o estuário do Geba”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Vol XIX, núm. 75, julho: 233-275.
- DIATTA, Christian Sina (1998): *Parlons joola. Langue et culture des Diolas*. L'Harmattan. Paris.
- ESTEVES, Maria Luisa (1988): *A questão da Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné*. Instituto de Investigação Científica Tropical – Inep, Lisboa.
- LEMNOS COELHO, Francisco de (1669, 1684) (1990): *Duas descrições seiscentistas da Guiné*. Academia Portuguesa da História, Lisboa.
- LOPES de LIMA, José Joaquim (1883) “Os Felups. Gentios da Guiné Portuguesa”. *Archivo Popular*, 317-324.
- MACLAUD (1907): “La Basse-Casamance et ses habitants”. *Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris*. Tome 29, num. 3, 176-202.
- MARK, Peter Allen (1976): *Economic and religious Change among the Diola of Boulouf (Casamance) 1890-1940; trade, cash cropping an Islam in south-western Senegal*. Yale University.
- PELISSIER, René (1989): *História da Guiné. Portugueses e africanos na Senegâmbia*. Inpresa universitária. Editorial Estampa, Lisboa. 2 vols.
- ROCHE, Christian (1976-1985). *Histoire de Casamance (1850-1920)*, Karthala, Paris.

- SIMON, Eugène (1839): “La Cazamance et les peuplades qui en habitent les bords”. *Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, 4 série: 115-142.
- TABORDA, António da Cunha (1950a): “Apontamentos etnográficos sobre os felupes de Susana”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol V, núm. 18: 187-223.
- TABORDA, António da Cunha (1950b): “Apontamentos etnográficos sobre os felupes de Susana -2a parte”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol V, núm. 20: 511-561.
- TOLLIVER-DIALLO, Wilmetta J. (2005): “The woman who was more than a man: Making Aline Siteo Diatta into a national heroine in Senegal”, *Revue Canadienne des Etudes Africaines*, Numéro spécial: Contested Casamance/ Discordante Casamance, Volume 39, Num. 2: 338-360.
- TOMÀS, Jordi (1999): *Casamance: ètnia, identitat i nacionalisme*. Tesina de Màster. Universitat Autònoma de Barcelona.
- TOMAS, Jordi (2005a): *La identitat ètnica entre els joola d'Oussouye (Húluf, Bubajum áai)*. Tesi doctoral en Antropologia Social i Cultural, UAB, 506 pp.
- TOMAS, Jordi (2005b): “El regne del Bubajum áai: un regne independent governat per un rei esclau? (Breu aproximació etnohistòrica al reialme d'Oussouye)”. Comunicació al Congrés Internacional d'Estudis Africans. IV Congrés d'Estudis Africans del Món Ibèric, “Àfrica camina” (Barcelona, 12-15 enero de 2004). Published by LISA and Generalitat de Catalunya in digital version: B-34914-2005. ISBN: 84-609-7127-9.
- TOMAS, Jordi (2005c): “«La parole de paix n'a jamais tort». La paix et la tradition dans le royaume d'Oussouye”. *Revue Canadienne des Etudes Africaines*, Numéro spécial Contested Casamance/Discordante Casamance, Volume 39: 414-441.
- TOMAS, Jordi (in press): “Los “fetiches” joola, la revuelta casamancesa y el estado senegalés. Notas sobre la dinámica de un sistema sociopolítico y religioso tradicional a principios del siglo XXI”, in F. INIESTA (dir). Edicions Bellaterra, Barcelona.
- TRINCAZ, Jacqueline (1981): *Colonisations et religions en Afrique Noire. L'exemple de Ziguinchor*, Editions L'Harmattan, Paris.
- NACIONAL ARCHIVES OF SENEGAL
- I3G507 (1895-1904): Journaux de poste de la Basse Casamance (4) Oussouye.

I3G502 (1903): Opération de police contre les Floups d'Oussouye (4) Résidence d'Oussouye.

2G3/50 (1903): Rapports politiques mensuels: avril-décembre.

2G4/43 (1904): Rapports politiques mensuels: janvier-septembre.

I3G375 (1904): Attaque dirigée contre le résident d'Oussouye en tournée à Kerouhaye.

2G9/44 (1909): Rapports mensuels d'ensemble: janvier-décembre.

I3G381 (1912): Pacification de la Casamance. Tournée de police dans la résidence d'Oussouye contre les habitants de Casselol qui ont attaqué le village d'Ering.

REGULADO DO GABÚ (1900-1930): A DIFÍCIL COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE LEGITIMIDADES TRADICIONAIS E A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL

Eduardo Costa Dias¹

pp 99-125

Introdução

As três primeiras décadas do século XX foram, na generalidade dos territórios coloniais europeus em África, anos de afirmação e extensão da dominação territorial colonial.

Neste período, conhecido na historiografia colonial como o da “idade de ouro” da colonização europeia em África², para além do reforço da exploração dos recursos económicos dos territórios, realizaram-se as derradeiras grandes operações militares contra os últimos potentados indígenas “recalcitrantes”, colmaram-se lacunas no conhecimento sobre os diferentes espaços coloniais e passou-se, concomitantemente com este aumento significativo do conhecimento *in loco* do território, a dispor de cartografia rigorosa indicando as mais importantes “declinações” de cada território³, completaram-se os quadros normativos de sujeição

¹ ISCTE, Lisboa

² Muito embora estas três décadas, que na historiografia colonial ficaram conhecidas pela “idade de ouro” da colonização, representem, no plano dos factos, o período do apogeu da dominação europeia, para muitos autores, como são os casos, entre outros, dos historiadores M'Bokolo (1992) e Ajayi (1968), este não é mais do que (simplesmente) um episódio de algumas décadas na longa duração da história africana. Para um ponto de situação do debate recorrente entre historiadores sobre esta questão ver, por exemplo, Cooper (1994) e Piauxt (1987).

³ Tendo, na sequência da conferência de Berlim (1884-1885), ganho o estatuto de missão (“obrigatória”) de afirmação da soberania, o conhecimento científico de cada território

dos africanos à lógica económica e política colonial (estatutos civis e políticos dos indígenas, regulamentos do trabalho indígena, códigos de justiça, regimes tributários, etc.) e, sobretudo pela generalização da implementação da malha político-administrativa e pelo desenvolvimento das comunicações e de outras infra-estruturas, controlaram-se e reorganizaram-se os diferentes espaços coloniais.

No caso da Guiné Portuguesa, de esta época, por exemplo, que datam os primeiros “completos e rigorosos” mapas da colónia⁴, os primeiros lanços da rede de estradas que progressivamente ligará o litoral ao interior⁵, a generalização do uso do telegrafo e mais tarde do telefone como meio de comunicação político-administrativa e a extensão efectiva a todo o território da máquina administrativa civil de representação da “soberania do estado”: os antigos postos, presídios e fortificações militares enquanto principais referentes permanentes da presença colonial são progressivamente substituídos por pontos locais da quadrícula político-administrativa da colónia⁶, a acção das autoridades indígenas

ganhará, em termos de extensão e qualidade, nas primeiras décadas do século XX, um grande impulso. É nesta época que, por exemplo, se efectuaram os grandes inquéritos etnográficos ou os minuciosos levantamentos sobre a fauna e flora de que, tanto em termos de “informação bruta” como de “sistematizada”, ainda hoje, em parte, somos utilizadores e, se fizeram as “cartas-mãe” de boa parte dos mapas de que dispõem os actuais países africanos.

⁴ Muito embora, desde pelo menos o terceiro quartel do século XIX a colónia tivesse um número razoável de cartas, só a partir do início do século XX passou a dispor, sobretudo para as zonas mais interiores, de mapas, por exemplo, localizando rigorosamente as várias ocorrências geográficas e situando correctamente, respeitando o nome por que efectivamente eram conhecidas, as diferentes povoações. Atente-se por exemplo à diferença em termos de rigor e precisão entre os mapas da Guiné Portuguesa anexos ao relatório do Governador Correia e Lança (1890) e ao do Governador Vellez Caroco (1923).

⁵ “A ocupação de uma região depende incontestavelmente dos meios de comunicação. Como é que ocupando nós a Guiné há tantos séculos, ainda se não pensou na construção de uma estrada que ligue o litoral com as povoações do interior? Devemos começar por Bolama, onde ainda não foi construída uma estrada” (Magalhães, 1916: 35).

⁶ A primeira tentativa de implementar uma rede de administração civil cobrindo toda a colónia foi feita, em 1906, pelo Governador João Oliveira Muzanty. O dito Regulamento das Residências, publicado em 3 de Setembro de 1906 e que dividia a Guiné em um concelho (concelho de Bolama, que compreendia para além da Ilha Bolama, o arquipélago dos Bijagós e os territórios continentais de Quinara e Cubisque) e seis residências (Cacheu, Farim, Gêba, Cacine, Buba e Bissau), criava um regime de transição entre o sistema vigente até então e um novo assente na primazia, a prazo, do enquadramento administrativo sobre o militar: “cada residência era sede de um

sujeitada à autoridade colonial, a totalidade do território zona aberta sem restrições à autoridade colonial e as populações “adstritas” a precisas porções da quadricula⁷.

Todavia, apesar da nova capacidade do Estado Colonial controlar o território, esse controle não se faz sem desacertos entre os actores encarregues de o levarem a cabo e sem resistência por parte das populações locais.

Não só frequentemente no seio das administrações coloniais se digladiavam quanto aos termos de implementação da dominação territorial posições divergentes e mesmo contraditórias, como ainda, apesar das resistências militares ao domínio territorial serem progressivamente, ao longo das primeiras três décadas do século XX, cada vez mais pontuais e de, nessa época, a supremacia das potências coloniais europeias em África não ser considerada como passível de ser verdadeiramente posta em causa⁸, o controlo colonial era frequentemente contestado por acções de resistência passiva e de desobediência por parte das populações e dos poderes ditos tradicionais (recusa do pagamento impostos, fuga para outros territórios, contestação dos chefes reconhecidos pelas autoridades coloniais, entraves à acção da administração, boicote às culturas obrigatórias, etc.).

Trata-se, do meu ponto de vista, de um assunto que nos remete, no plano do controlo do espaço africano por parte das potências coloniais, por um lado para problemática das formas de relacionamento,

destacamento militar e o comandante do destacamento acumulava as funções de residente civil” (Barreto, 1938: 347). Este diploma vigorará até à sua substituição pelo Regulamento das Circunscrições Civas (7 de Setembro de 1912).

⁷ “Aplicando a regra da pertença de cada indivíduo a uma parcela determinada da quadricula político-administrativa, a administração estatal, para além de impor o seu controlo político global ao conjunto dos residentes, ao codificar, ainda antes de finais do século XIX, o trabalho “indígena”, assumiu o controlo da economia deixando aos africanos “não civilizados” a tarefa de produzir, num quadro político e jurídico em vários aspectos diferente do das partes “civilizadas” (Dias, 2000: 37).

⁸ “On souvent décrit la période allant des conquêtes européennes [de finais do século XIX] à la Deuxième Guerre Mondiale comme l’apogée de la domination étrangère en Afrique, comme l’époque où l’Europe, sûre de sa force matérielle et de son bon droit, exerçait sur les Africains une hégémonie sans partage, dont presque plus personne en Europe ne songeait à remettre en cause le principe, et que les africains eux-mêmes, avant l’émergence, dans les années 1940-1950, des grands partis modernes, combattaient en rangs dispersés et, apparemment, sans croire à une victoire prochaine” (M’Bokolo, 1992:331).

nos anos 1900-1930, entre o Estado Colonial e as estruturas políticas ditas tradicionais e, por outro, para a questão das consequências que têm nesse relacionamento as diferenças de entendimento de “poder tradicional”, de “chefe tradicional” e de “espaço político tradicional”, entre as autoridades coloniais e as populações.

Entre outros aspectos, devido ao facto de, ao contrário da administração colonial que assentava a ideia de espaço político na necessidade de contenção das pessoas no interior do mapa político-administrativo, onde sobressaía a preocupação da pertença política unívoca e a obstrução à circulação de pessoas, a ideia de espaço político tradicional, nos anos 1900-1930, ao centrar boa parte do controlo político nas *allégeances* individuais ou em situações que esses indivíduos personificavam, criou, mesmo em muitas situações em que os “cabeças” das estruturas políticas tradicionais eram reconhecidos e apoiados pelo poder colonial, quase *per se* incompatibilidades de variadíssima ordem no relacionamento entre estas estruturas e as coloniais.

É neste quadro de preocupações analíticas, que a figura de Monjour Meta [Em]Bâlo, régulo do Gabú entre 1906 e 1927, ganha neste trabalho, enquanto chefe tradicional contestado por uns chefes e apoiado por outros e enquanto “autoridade gentílica” dependente da boa vontade das autoridades coloniais, centralidade.

Através da descrição das vicissitudes por que passou Monjour enquanto régulo do Gabú e a partir da descrição de várias peripécias da política da administração colonial nos anos 1900-1930, procurarei compaginar as diferentes nuances da política colonial de relacionamento com os chefes indígenas e apontar, no caso particular do Gabú, algumas das razões da difícil compatibilização nesses anos das “realidades” dos poderes tradicionais locais com as necessidades da reorganização do espaço colonial.

Guiné Portuguesa, anos 1900-1930

Depois dos avanços e recuos que caracterizaram a situação militar, da fluidez da dominação territorial em largas zonas da colónia nos últimos anos do século XIX e das insuficiências gritantes do aparelho

político-administrativo⁹, os anos 1900-1930, na Guiné Portuguesa, foram, no plano dos acontecimentos, décadas de afirmação da dominação territorial colonial e, sobretudo a partir de meados da década de 1910, o período de implementação, a par das primeiras grandes medidas de fomento das infra-estruturas e da economia, da malha político-administrativa que, com mais ou menos correcções, vigorará até à independência.

De facto, se no plano do controle territorial, até à início da Grande Guerra, foram essencialmente anos de consolidação da dominação militar, a partir de finais dos anos 1910, foram, paralelamente à realização de algumas expedições militares punitivas (por exemplo, contra os balantas de Nhacra ou os bijagós em Canhabaque), anos de afirmação do controle político-administrativo, social e económico sobre a quase totalidade do território: a implementação da malha político-administrativa foi alargada a novas regiões, os normativos reguladores da sujeição dos populações africanas ao poder colonial foram reformulados, as comunicações foram desenvolvidas, a administração dotou-se de aparelhos técnicos especializados e modernizou as suas rotinas, a exploração dos recursos económicos conheceu níveis até então nunca alcançados, etc.

Todavia, muito embora, no seu conjunto, o período 1900-1930 seja descrito pela historiografia colonial da Guiné Portuguesa como “anos de pacificação”, importa salientar que o termo é extremamente forte para designar uma época em que, no plano militar, as vitórias militares se alternaram com importantes derrotas e o controle político sobre os territórios “já pacificados” sofreu ainda frequentemente revezes¹⁰.

⁹ Sucessivas expedições militares infrutuosas ao Oio, estado de rebelião permanente dos pepéis da ilha de Bissau e dos balantas do Mansoa, situação nos Bijagós e no “chão” felupe fora de qualquer controle, dificuldades de extensão às regiões do interior do aparelho político-administrativo do Estado, insucesso generalizado na cobrança de impostos, sucessivas reviravoltas na política de alianças com os chefes indígenas, lutas intestinas na administração, notória falta de recursos humanos e financeiros colocados ao dispor, dificuldades no relacionamento com as autoridades das colónias vizinhas, etc. Ver descrições deste período, nomeadamente da situação militar, em Mendy (1994: 187-196) e Pélissier (1989: 180-247).

¹⁰ Ver, para o período 1900-1930, uma minuciosa descrição das campanhas militares em Pélissier (1989: 211-371).

De facto, se é certo que as violentíssimas “campanhas de pacificação”, nomeadamente as empreendidas pelo Capitão João Teixeira Pinto entre 1913 e 1915¹¹, tiveram, no imediato, sucesso, não é menos verdade que muitas dessas vitórias militares se tornaram mais tarde em derrotas; não só, por falta de disponibilidades financeiras para dotar a administração de meios eficientes para manter no terreno forças militares em número e equipamento suficientemente dissuasores, algumas das regiões pacificadas voltaram a rebelar-se, como ainda muitas das alianças estabelecidas com “potentados” indígenas acabaram por ter reviravoltas importantes, nomeadamente, em casos como o da “traição” de Abdul Indjai, principal chefe de guerra indígena aliado de Teixeira Pinto e para quem, como recompensa dos feitos militares, tinha sido criado o regulado do Oio¹².

¹¹ Chefe de Estado Maior do Governador desde Setembro de 1912 e “forte” do prestígio adquirido como oficial em várias campanhas militares em Angola, Teixeira Pinto rapidamente se impôs como estratega e comandante de expedições militares a algumas das mais problemáticas, do ponto vista colonial, zonas da Guiné. Bom estratega, competente comandante de tropas e hábil negociador com chefes indígenas, Teixeira Pinto, ganhará a auréola de “pacificador” da Guiné Portuguesa, sobretudo, por ter chefiado, entre 1913-1915, quatro importantes expedições militares vitoriosas entre os rios Cacheu e Geba, na altura uma região de importância fundamental na estratégia colonial de irradiação da dominação política para norte e leste do território e de consolidação desta na ilha de Bissau e nos seus territórios envolventes: contra os balantas do Mansoa (1913), os mandingas do Oio (1913), contra os manjacos e balantas do Cacheu (1914), de novo contra os balantas do Mansoa (1914) e contra os pépeis do Biombo e da ilha de Bissau, aliados aos grumetes [descendentes de mestiços “re-africanizados”] (1915).

¹² Abdul Indjai [N'Diaye], de origem wolof, foi régulo do Cuor e, mais tarde, por imposição de Teixeira Pinto, do Oio. Principal auxiliar das campanhas militares de Teixeira Pinto, em especial na campanha do Oio, como chefe de várias centenas de guerreiros africanos por si arregimentados, acabou por, depois do afastamento do seu patrão, entrar em dissidência e se tornar num chefe de bando que pôs a ferro e fogo, entre 1917-1919, o Oio e regiões limítrofes. Em Agosto de 1919, depois de derrotado em Mansabá, foi preso, sendo posteriormente condenado à deportação, por dez anos, na ilha da Madeira. Dispondo de apoios no interior da administração colonial acabou por conseguir fixar residência em Cabo Verde e mesmo publicar, editado pela Imprensa Nacional de Cabo Verde, um opúsculo de defesa contra as acusações contra si feitas (1920). Sobre Abdul Indjai, ver, por exemplo, Bowman (1986).

A controversa acção de Teixeira Pinto¹³ irá contudo, do ponto de vista estrito da dominação territorial, ter alguns efeitos nunca antes alcançados. Por exemplo, o Oio e o “chão” manjaco do Cacheu, apesar de alguns afloramentos de rebelião, passaram para o controlo da administração, o “irrequietismo” balanta foi controlado no Mansoa, a revolta papel na ilha de Bissau provisoriamente circunscrita e, por via de inúmeras benesses concedidas aos chefes fulas que participaram nas campanhas militares de “pacificação”, as populações da região do Gabú foram controladas por chefes mais ou menos leais.

Também, no seio da administração colonial, o período 1900-1930, não foi pacífico nem isento, em termos de condução política e mesmo de gestão corrente, de volte faces frequentes e medidas controversas; os governadores sucederam-se uns aos outros em catadupa¹⁴, acumularam-se, a todos os níveis da administração, as acusações de extorsão, corrupção, peculato ou exorbitação de poderes¹⁵ e multiplicaram-se os

¹³ Teixeira Pinto, considerado por muitos dos seus contemporâneos como um herói, acabou por envolver-se num processo de ajuste de contas no interior da administração colonial. Acusado de ter sido, com o governador, um dos principais responsáveis do caso “Liga Guineense” – um movimento de cariz cívico e social encabeçado por alguns notáveis guineenses e que degenerou num conflito com grandes repercussões políticas na Guiné e em Lisboa e numa vaga de prisões de membros influentes das forças vivas da colónia (Cunningham, 1980; Teixeira, 1917; Vasconcellos, 1916a 1916b), Teixeira Pinto foi, afastado do cargo e mandado regressar à metrópole, em Outubro de 1915, dois meses depois de José de Oliveira Duque ter sido demitido do cargo de governador da Guiné; morreu, em 26 de Novembro de 1917, numa batalha que opôs forças militares portuguesas e alemãs em Negomano (Moçambique). Sobre Teixeira Pinto e a sua acção na Guiné ver, para além dos citados Cunningham, Teixeira e Vasconcelos, uma compilação dos seus relatórios feita por um dos seus filhos (Pinto, 1936).

¹⁴ Entre 1900 e 1930 a Guiné Portuguesa teve vinte governadores ou encarregados de negócios: três governadores e quatro encarregados de negócios nos anos 1900, dez governadores na década de 1910 e três governadores na de 1920.

¹⁵ A título de exemplo, pelo que de paradigmático tem do estado frequente das relações no interior da administração nos anos 1900-1930 e por ter implicado os dois mais importantes dirigentes da colónia. Referia-se o caso do conflito entre o Secretário do Governo Sebastião José Barbosa e o Governador Jorge Frederico Vellez Carço. Envolvidos, desde a chegada do governador à Guiné, numa forte polémica a propósito da política indígena proposta por Carço e que mais tarde se alargou também ao estado das contas públicas da colónia, procuraram apoios na Guiné e na metrópole, utilizaram a imprensa da colónia e nacional para ataques mútuos, usurparam funções um do outro, acusaram-se mutuamente de peculato e corrupção, fizeram queixas ao ministro, patrocinaram abaixo assinados dirigidos a governantes e à Assembleia de deputados, etc. Sobre este caso ver, apesar do seu autor ser parte directamente interessada, Vellez Carço (1923: 5-7 e 134-136).

casos de conflito no poder em Bolama e entre esta e as circunscrições administrativas a propósito da orientação da política, nomeadamente da política a seguir quanto ao tipo e extensão das alianças com os chefes indígenas e, quanto à forma de “enquadramento” na malha administrativa das diferentes estruturas políticas tradicionais.

Nesta última dimensão, como veremos em detalhe nos pontos seguintes, provavelmente reflexo das frequentes mudanças de governadores, as orientações da administração colonial entre 1900 e 1930 variaram frequentemente: alternaram-se orientações políticas defensoras da constituição de grandes regulados agrupando várias estruturas políticas tradicionais sob a chefia de um régulo principal, com outras de retalhamento das estruturas tradicionais em pequenos regulados, de “independência” de raças, de modelo único para todo o território ou de soluções diferentes segundo a etnia ou a região.

Da forma igualmente conflituosa se processaram em várias ocasiões as relações entre a administração e as “forças vivas”: para além do caso paradigmático da Liga Guineense que dividiu a administração e acabou por afastar da Guiné o Governador José de Oliveira Duque e o Capitão Teixeira Pinto, as críticas, boicotes e os pedidos de intervenção de Lisboa para “pôr na ordem” este ou aquele alto funcionário foram recorrentes e os casos de represálias administrativas numerosos.

Como em outro ponto já referimos, este período da história da Guiné colonial foi ainda marcado por um conjunto de medidas legislativas que produziram efeitos duradouros quer na gestão político-administrativa, como foi o caso da Portaria n.º 195 de 9 de Junho de 1919, quer na codificação da “ordem colonial”, caso da Carta Orgânica da Guiné (1917).

A Carta Orgânica, dividindo a população residente em civilizada e indígena, desenvolvia um clausulado que, entre outros aspectos, legalizava a prática corrente de recrutamento de mão de obra para trabalhos obrigatórios e impunha o local de residência e a limitação dos movimentos da “população não civilizada” (caderneta, guia de marcha).

A Portaria de 1919 dividia o território da Guiné Portuguesa em dois concelhos e em treze circunscrições, subdividia os concelhos em freguesias urbanas e em postos administrativos e as circunscrições simplesmente em postos administrativos. Também estabelecia a área e os conteúdos de acção dos diferentes níveis da quadrícula administrativa, os poderes dos respectivos titulares e o tipo de relações funcionais que

podiam ter com auxiliares indígenas e autoridades gentílicas (cipaios, régulos, chefes de tabanca, etc.).

Na mesma lógica das medidas anteriores, foram ainda no período 1900-1930 tomadas todo um outro vasto conjunto de medidas igualmente destinadas a aperfeiçoar e reforçar os quadros normativos de sujeição dos africanos à lógica económica e política colonial.

Dentro destas, pela sua importância, saliente-se a substituição do (quase incobrável) imposto de cabeça pelo de palhota (7 de Novembro de 1903), a criação dos tribunais privativos dos indígenas (22 de Janeiro de 1925), o estatuto político, civil e criminal dos indígenas (6 de Fevereiro de 1929) e, sobretudo, as sucessivas reformulações dos dispositivos regulamentares aplicados ao trabalho indígena (27 de Maio de 1911, 15 de Agosto de 1914, 27 Julho de 1917, 6 de Dezembro de 1928)¹⁶.

De facto, no conjunto de medidas tomadas entre 1900 e 1930, as que se prendem com a questão dita da obrigatoriedade do trabalho (trabalho forçado), tanto as contidas nos sucessivos e específicos dispositivos legais de enquadramento do trabalho indígena, como as diluídas em documentos de âmbito mais geral, assumiram particular importância, mais que não seja, pelo que implicaram em termos de sujeição dos guineenses “não civilizados” à lógica económica colonial ou, eufemisticamente, em termos da contribuição dos indígenas para o desenvolvimento económico da Guiné.

De entre a numerosa legislação referente ao trabalho forçado, destacou-se a Portaria n.º 392 de 27 de Julho de 1917, mandada publicar pelo governador Carlos de Sá Ferreira, que, declarando como “actividades de “utilidade pública” todos os serviços agrícolas, comerciais e industriais”, determinou não só para todos os indígenas válidos a obrigatoriedade de participação nessas actividades, como também, a possibilidade de qualquer empresário poder, via administração do Estado, requisitá-los. Esta portaria veio, por um lado, regular uma prática seguida de forma mais ou menos aleatória desde há muitas décadas e verter na lei muitas das interpretações que, segundo os interesses do momento, se foram fazendo dos normativos anteriores; por outro lado, tornou o trabalho forçado, “legalmente”, na peça chave quer do desenvolvimento

¹⁶ Ver uma descrição sintética destas medidas e nas indicadas nos parágrafos anteriores em Mendy (1994: 284-301).

das empresas coloniais¹⁷, quer, sobretudo, da “obra” de fomento de infra-estruturas, promovidas pela administração colonial.

Em grande parte, o relativo *boom* de “obras públicas” que a Guiné Portuguesa conheceu durante a década de 1920, em especial durante o mandato do governador Vellez Carço (1921-1926), deveu-se ao trabalho forçado¹⁸: a mão-de-obra africana, apesar de considerada, “por natureza”, “indisciplinada” e “indolente”, era relativamente abundante e quase não tinha custos!

De facto, apesar da continuação das revoltas de populações em várias partes do território continental e da situação nos Bijagós continuar fora de controle, a administração do território, em termos de aumento das capacidades de controle territorial pela administração e de fomento de infra-estruturas, sofreu um novo impulso com a chegada, em 1921, do Tenente-coronel Jorge Frederico Vellez Carço. Antigo deputado e senador da República, possuidor de vasta rede de relações no establishment político em Lisboa¹⁹ e imbuído de um espírito de missão

¹⁷ Embora sem a expressão que teve a utilização do trabalho forçado nas chamadas “obras públicas”, grandes companhias coloniais como a Casa António Silva Gouveia (integrada em 1924 no grupo CUF), a Companhia Estrela de Farim (criada em 1924) ou a Companhia Agrícola e Fabril da Guiné (1920) foram, a par das grandes “pontas” (explorações agrícolas propriedade de colonos europeus, de cabo-verdianos ou luso-africanos), da região entre o Cacheu e o Mansoa e das bacias dos rios Gêba e Corubali e do Rio Grande, as grandes beneficiárias do trabalho forçado. Estas grandes companhias, criadas ou desenvolvidas nos anos 1920, controlaram durante as décadas seguintes e algumas até independência os mais importantes sectores económicos da Guiné (agricultura de mercado, comércio por grosso, transportes marítimos, prestação de serviços, etc). Também foi só nos anos 1920 que a economia guineense se “nacionalizou, isto é, começou a integrar-se de forma mais efectiva na economia portuguesa, sobretudo por intermédio das exportações de oleaginosas (amendoim, coconote, óleo de palma); por exemplo, as exportações para Portugal passaram de 17,20% do total do valor das exportações para, em 1929, 68,5%. Sobre o trabalho forçado e a sua importância nos anos 1900-1930 ver, por exemplo, Havik (2006) e Mendy (1994: 284-286, 351-386); sobre a economia da Guiné Portuguesa ver, entre outros, Barreto (1938), Castro (1978) e Cortesão (1928, 1933).

¹⁸ “ (...) sendo perfeita a sua adaptação às exigências que o Estado é obrigado a impor-lhes não só para o desenvolvimento da sua rede de viação (...) mas também para outras obras de utilidade pública (Vellez Carço, 1923: 9).

¹⁹ Jorge Frederico Vellez Carço, oficial superior do exército, foi, antes de ocupar o cargo governador da Guiné (Junho de 1921 - Dezembro de 1929), deputado e, depois, senador da República pelo círculo de Portalegre e pertenceu, como Norton de Matos, à cúpula do Partido Republicano Português e ao círculo dos republicanos “coloniais” da 1ª República que, misturando sentimentos de patriotismo com discursos paternalistas e republicanismo com “autoritarismo esclarecido”, defendiam um maior envolvimento

patriótica e civilizacional (Avante, pois! Pela Pátria e pela Civilização!²⁰), Velez Carço, em simultâneo com a implementação de um vasto conjunto de medidas visando a modernização e “saneamento moral” dos serviços da administração pública e das forças militares na colónia e, por via do aumento do imposto de palhota e das taxas alfandegárias, o reequilíbrio das finanças publicas, encetou uma politica centrada no desenvolvimento de infra-estruturas (construção de estradas e pontes, extensão das redes eléctrica, telegráfica e telefónica, renovação e edificação de quartéis e de instalações para a administração nas sedes dos concelhos e das circunscrições), na promoção do ensino público²¹ e na reorientação da politica de alianças da administração colonial com os poderes tradicionais.

Defensor da figura do “chefe de território” em vez da do “chefe de raça”, de uma politica diferenciada para cada etnia e de aproximação aos chefes muçulmanos em detrimento dos “animistas”²², Velez Carço

da metrópole no desenvolvimento das colónias, nomeadamente através fomento da economia das colónias e da sua “nacionalização”, do aumento das infra-estruturas, da implementação de uma politica de assimilação vigorosa assente, entre outros aspectos, no alargamento da instrução, no “escurecimento” dos funcionários subalternos da administração e na inculcação “persuasiva” dos valores do trabalho, da ordem e da lealdade nas populações . Tendo abandonado o cargo de governador na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, Vellez Carço foi até à sua morte, nos finais da década de 1940, umas das figuras de referência da oposição ao salazarismo em Portalegre.

²⁰ Vellez Carço (1923: 15).

²¹ A promoção do ensino público, denominação pomposa para designar quase simplesmente a abertura de meia dúzia de escolas fora das missões, tinha, como o próprio Vellez Carço afirmou, a intenção estratégica de criar as condições para substituir, no médio prazo, nos lugares subalternos da administração publica e das casas comerciais, os funcionários cabo-verdianos por guineenses: “Sabido é por todos os funcionários que por aqui têm transitado, que, devido à falta de instrução nesta colónia, não podem os nativos preencher os lugares que vagam nas diferentes repartições, até mesmo os de simples amanuenses. A província encontra-se enxameada de empregados recrutados em Cabo Verde e que, diga-se de passagem, com raras excepções, as suas habilitações e competências não iam além das manifestadas pelos nativos” (Vellez Carço, 1923: 24-25); “(...)entendemos que é indispensável desenvolver a instrução para que os nativos a eles [lugares subalternos na administração] possam concorrer subindo depois nessa escala segundo os seus méritos. É preciso que não se continui a dizer que a Guiné portuguesa é uma colónia de Cavo Verde. O nativo da Guiné tem tantos direitos como o natural de Cabo Verde, e na sua colónia, até tem mais. Auxiliemo-los pois nesta simpática empresa “ (*idem*: 26).

²² Sobre a opção do governador pela figura do “chefe de território” ver as razões aduzidas no livro do filho deste (Carço, 1948: 177-184).

foi, em certa medida, o “pai” da estratégica colonial que privilegiará durante décadas a aliança da administração com os chefes fulas.

O Gabú, anos 1900-1930: um território governado à distancia

Durante grande parte dos anos 1900-1930 o Gabú foi, para a administração colonial, um longínquo e extenso território de difícil acesso, povoado maioritariamente por muçulmanos (mandingas e sobretudo fulas) e governado à distância, a partir da sede da circunscrição de civil do Geba, em Bafatá.

Como em outros territórios do interior da Guiné, a representação do poder colonial no Gabú recaía num funcionário instalado a muitos quilómetros de distância e por vezes, dias de transporte por “caminhos de mato” e a demonstração da soberania portuguesa muito dependente do estado das relações do administrador com os mais importantes chefes tradicionais.

De facto, durante muito tempo, a soberania portuguesa no Gabú fez-se quase por delegação de poderes, isto é, controlando meia dúzia de chefes tradicionais e remunerando a sua lealdade com uma quase total liberdade de “exercício do poder” sobre as populações, recebendo em troca apoio para acções militares no resto da província e, quando a situação o exigia, manifestações de portuguesismo.

O Gabú, foi, durante muitos anos, na prática, pouco mais do que um território sob “protecção longínqua portuguesa”²³.

Aliás, o termo Gabú nesta época era quase mais conotado como a área onde “reinava” o (grande) régulo Monjour do que como uma efectiva porção de território administrado pela circunscrição sediada em Bafatá²⁴.

²³ “A cette époque, le Gabú est encore pratiquement non pénétré par les portugais (...) En somme, sous la ferme autorité de Monjour remettant l'impôt à Calvet de Magalhães, le Gabú est une sorte de territoire ‘sous protection lointaine’ portugaise” (Pélessier, 1989: 295).

²⁴ Em 1914, havia na circunscrição civil do Geba 19 regulados, todos tendo como régulo um chefe fula (17 fula preto, 2 fula forro). O do Gabú, que ocupava quase a mesma área do conjunto dos outros 18, estava dividido em 12 territórios (“sub-regulados”), cada um com um chefe dependente do régulo principal, o fula forro Monjour Meta Balô (Magalhães, 1916: 3).

O regulado do Gabú, que agrupou algumas das províncias do antigo Kaabú²⁵, ocupava, no seu apogeu territorial, por volta de meados dos anos 1910, cerca de 20% da superfície continental da Guiné e perto de metade da circunscrição civil de Bafatá, e, mais tarde, em 1919, com a sua desanexação desta, a quase totalidade da do território do Gabú²⁶.

De facto, só a partir de meados da década de 1910, e sobretudo a partir da criação, em 1919 da circunscrição administrada do Gabú (Portaria n.º 195 de 9 de Junho), com sede em Oco²⁷, depois em Gabú Sara (futura Vila de Nova Lamego, actualmente cidade do Gabú), a presença portuguesa se tornou mais notória; o administrador do Gabú instalou-se na sede da circunscrição, progressivamente foram criados novos postos administrativos nas localidades mais importantes da circunscrição e instalados novos postos fiscais nas zonas fronteiriças, abriram-se as primeiras estradas de ligação entre Gabú Sara e Bafatá e da sede aos postos administrativos do Gabú, instalaram-se os primeiros comerciantes não africanos (europeus, sírio-libaneses)²⁸, a administração começou a controlar mais de perto a cobrança de impostos e sobretudo aumentou, como veremos nos pontos seguintes, o grau de interferência do poder colonial na gestão das relações entre chefes tradicionais e populações bem como o de dependência dos régulos em relação à administração.

²⁵ O regulado do Gabú (tradução fula de Kaabú), “herdou” o nome e parte significativa do território do antigo reino mandinga “animista” do Kaabu que existiu, na região compreendida entre os rios Gâmbia e Corubal, sob o controlo mandinga do século XIII até meados do século XIX, altura em que os *mansa (reis)* mandingas foram derrotados pelos fulas locais apoiados pela teocracia muçulmana do Futa Djalón. No regulado do Gabú incluíam-se os territórios das províncias chefiadas directamente pela linhagens “reinantes” kaabunké (*nyanthio*) e que constituíam o núcleo central do antigo reino do Kaabú: Sama, Pakana, Djimara e Propana, onde se situa Kansala, a capital do Kaabú. Sobre o antigo reino mandinga do Kaabú, ver, por exemplo, Cissoko (1981), Lopes (1999), Mane (1978), Niane (1989) e Quinn (1971).

²⁶ Entre 1905 e 1919, o regulado do Gabú incluía-se na circunscrição civil do Geba e ocupava perto de 50% da sua superfície; com a criação, em 1919, da circunscrição civil do Gabú, a sua área até 1927, ano da deposição de Monjour, coincidia na quase totalidade com a superfície desta.

²⁷ Oco, a alguns quilómetros a sudeste de Gabú Sara era desde o tempo de Bacar Guidali, 1.º regulo do Gabú e pai de Monjour, a sede do regulado do Gabú.

²⁸ Antes de finais da década de 1920, com excepção da localidade do Sonáco, não havia nenhum estabelecimento comercial. Ver uma listagem dos estabelecimentos comerciais da circunscrição do Geba em Magalhães (1916: 100-101).

De vários pontos de vista, o ano de 1919 e os imediatamente posteriores, representaram anos de viragem no controle político colonial do Gabú

Até então, para além das pontuais intervenções de funcionários da administração do Geba na dirimção de litígios entre chefes, ou das exigências de envio de homens para as “campanhas de pacificação”²⁹ ou para integrarem brigadas de trabalho obrigatório, a presença portuguesa no Gabú quase só era notória quando o régulo Monjour se deslocava a Bafatá para entregar ao administrador o “remanescente” do imposto de palhota que tinha feito cobrar aos seus “sujeitos”.

De facto, não só economicamente o Gabú estava pouco integrado no espaço da colónia³⁰, como militarmente não era, desde 1903, com a saída do território para a Gâmbia de Mussa Mòlo³¹, palco de significativas intervenções das tropas portuguesas.

Por outro lado, apesar do relativo bom entendimento da administração colonial com muitos dos chefes fula, a dominação política sobre o Gabú estava longe, nas primeiras três décadas do século XX, de poder ser considerada estabilizada, ou melhor, exercida na sua plenitude.

Nesta época, para além da recorrente falta de meios, é certo, escasseou à administração capacidade para analisar e tomar em linha de conta, na implementação da sua política indígena no Gabú, os novos dados que, não só a efectiva tomada de controlo por parte dos fulas do território do antigo reino mandinga do Kaabú³², como ainda a rápida islamização da região³³, trouxeram.

²⁹ Muito embora um grande conhecedor da região, o administrador do Geba, Vasco Calvet de Magalhães considera-se que “tanto os fulas como os mandingas, mas sobretudo os primeiros, não têm qualidades que os recomendem como soldados. São cobardes, em geral, não têm garbo militar, indisciplinados, etc.” (Magalhães, 1916: 29), nas várias campanhas militares que se realizaram, tanto nos últimos anos do século XIX como nos anos de 1900-1930, os africanos do Gabú foram bastante numerosos e vários chefes fulas contaram-se entre os principais e mais aguerridos auxiliares dos oficiais portugueses. Sobre a presença de fulas e mandingas do leste da Guiné nas campanhas militares desta época, ver registos, por exemplo, em Mendy, 1994: 185-266) e Pélissier (1989: 248-363).

³⁰ Em 1923, o governador Caroço caracterizava ainda a circunscrição do Gabú como “pouco comercial mas muito rica principalmente em gados” (Vellez Caroço, 1923: 100).

³¹ Sobre Mussa Mòlo e a sua acção na Guiné entre os anos 1880 e 1900, ver, para além de Mendy (1994: 172-175) e Pélissier (1989: 180-196 e 213-251), Bowman (1980).

³² Sobre a luta pelo controle das províncias kaabunké localizadas na Guiné, no pós batalha de Kansala, ver, Barros (1947) e, sobretudo, Bowman (1980; 1997).

³³ A islamização do território do antigo Kaabú – a última grande unidade política “ani-

Tratou-se de uma situação complexa, sobre a qual a administração colonial durante largo tempo foi variando de política e, raramente conseguiu associar um facto ao outro.

Por um lado, como a documentação da época revela, houve por parte da administração colonial diferentes entendimentos sobre a política a seguir quanto à escolha de interlocutores e quanto ao tipo, extensão e forma de relacionamento com os chefes tradicionais (“independência de raças”, aceitação do domínio fula, grandes regulados, pequenos regulados), por outro, houve por parte da administração uma sistemática não consideração do facto “islão” como um facto (político-religioso) a ser ponderado de forma específica.

Os chefes, e por “analogia” os dignitários religiosos muçulmanos, eram, como em toda a Guiné portuguesa simplesmente “chefes”, liminarmente divididos, segundo o prisma do seu grau de colaboração-não colaboração, em três grandes grupos: os dos “leais”, o dos “interesseiros” e o dos “rebeldes”. Todas as outras minudências só raramente eram compulsadas e mesmo assim nunca tomadas como importantes no traçar, no terreno e nos gabinetes da sede do governo em Bolama, das políticas indígenas para as regiões islamizadas, nem quando, nos anos 1920, Vellez Carço estruturou a política de aproximação aos muçulmanos e teceu os contornos da aliança estratégica do poder colonial com os chefes fulas³⁴.

mista” e “centralizada” da Senegâmbia a converter-se ao islão, deveu-se, num primeiro tempo, às acções de *jihad* empreendidas, em meados do século XIX, pelas teocracias do Boundu e do Fouta Djalon e, num segundo tempo, sobretudo da missionação itinerante de *marabouts* (“mouros”, na terminologia corrente na Guiné), nomeadamente *marabouts-comerciantes* djakankas vindos do Labé e de outras zonas do Fouta Djalon. Pouco influenciado, por comparação com as zonas mais setentrionais da Senegâmbia, pelas confrarias muçulmanas, o islão acabou por se tornar, já nos finais do século XIX-princípios do século XX, na religião da esmagadora maioria dos fulas e muçulmanos residentes no Gabú. Sobre a islamização do antigo Kaabú ver, por exemplo, Barry (1988) e Leary (1970); sobre a islamização da “parte guineense” do antigo Kaabú, ver apontamentos em Dias (1999, 2002).

³⁴ Neste aspecto particular, a atitude da administração colonial portuguesa é bastante diferente, por exemplo, da francesa na Casamansa ou da inglesa na Gâmbia em que pelo menos desde os episódios relacionados com a “guerra santa” de Fode Kaba Doumbia - uma guerra que se fez também em território guineense, tomaram o islão como um elemento a ter em conta na sua política indígena para as regiões islamizadas.

Um exemplo sintomático desta última situação é o quase vazio de reflexão nas primeiras décadas do século XX sobre o facto muçulmano na Guiné portuguesa e as suas implicações políticas³⁵.

Quanto muito, transparecem na época, em algumas descrições e em vários relatórios da um fascínio pouco disfarçado pela “malvadeza”, “habilidade” e “retórica” de alguns “sacerdotes” muçulmanos fulas e mandingas.

Foi nesta tradição de valorização de personalidades “alvo” em detrimento das estruturas e de subestimação da dimensão política do islão, que a política indígena no Gabú, independentemente dos seus protagonistas, se estruturou durante os anos 1900 –1930.

No caso da zona leste da colónia, tudo o que sucedia tinha a ver, segundo a administração colonial, simplesmente com guerras entre mandingas e fulas, com guerras fratricidas no interior das linhagens ou, então, com “guerras de raças” entre fulas (entre fulas preto, fulas fôrro e futa fulas)!

Quanto ao resto, a par da crença de que mais dia menos dia, os chefes fulas e mandingas, mesmo os mais relutantes, acabariam por se integrar em pleno, como auxiliares, no redil da administração estatal, na documentação oficial e oficiosa trespassa uma evidente leitura despolitizante das lutas no interior dos campos político-religiosos muçulmanos; tudo ou quase tudo se resume a casos de extorsão dos chefes sobre as populações e a lutas de chefes por interesses mais ou menos materialistas ou, de exclusivo prestígio pessoal.

Monjour Meta Balô, régulo do Gabú, foi um desses auxiliares da administração colonial. Combateu ao lado dos portugueses nas guerras de pacificação, dominou, enquanto pôde, as rivalidades entre etnias, linhagens e “mouros” no Gabú e acabou destituído quando a administração colonial perdeu o interesse em manter um território tão grande, como era o do regulado do Gabú, nas mãos de um único homem.

³⁵ Por exemplo, quem ler o factualmente rico relatório de 1914 elaborado pelo administrador que nos anos 1900 e 1910 melhor conhecia o Gabú, Calvet de Magalhães, nada de relevante encontrará sobre o islão. Aliás, os primeiros trabalhos sobre o islão na Guiné só se efectuaram nos anos 1950 e mesmo assim, incidindo exclusivamente sobre “costumes religiosos” e nunca sobre o binómio religião e política.

Monjour Meta Balô: um régulo “apanhado” no “voltar de página” da política colonial

Da relativamente abundante informação produzida na época sobre o “caso” Monjour (relatórios, troca de correspondência dos administradores da circunscrição do Geba e do Gabú com o gabinete dos governadores em Bolama, instruções do governo da colónia) destaca-se a compilada, aumentada e “retrabalhada”, em meados dos anos 1930, pelo Capitão Jorge Vellez Caroço, filho do governador Vellez Caroço, no livro *Monjour – O Gabú e a sua história*³⁶.

A vivência de parte dos acontecimentos e o acesso privilegiado à informação que Jorge Caroço teve, tornaram os três últimos capítulos do livro numa “crónica” relativamente documentada dos acontecimentos no Gabú entre 1910 e 1930, ainda que tendenciosa³⁷.

O livro de Jorge Caroço, comporta uma primeira parte formada pelos seis primeiros capítulos (I a VI Partes na organização do autor), sem grande novidade e em que o autor se limita a repetir o que na época tinha sido escrito sobre o Gabú (povoamento, relações com o Fouta Djalon, queda do império mandinga do Kaabú, domínio fula sobre o Gabú e o Forria) e uma segunda parte, constituída pelos três capítulos finais (Partes VII, VIII e IX), em que descreve pormenorizadamente a ascensão e queda de Monjour como régulo do Gabú e as vicissitudes por que passou, entre 1900 e 1930, o território do regulado³⁸.

³⁶ Escrito em meados da década de 1930, o livro “*Monjour – O Gabú e a sua história*” foi publicado em 1949 pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Da mesma época, sobre Monjour ver, também, Duarte (1945), e Viegas (1939).

³⁷ O Capitão Jorge Vellez Caroço, chegou à Guiné, em 1921, como ajudante de campo do pai. Entre 1921 e 1926, entre outras responsabilidades no governo em Bolama, foi chefe da Repartição do Gabinete e dos principais responsáveis do “dossier “política indígena”. Regressou à Guiné no princípio de 1933, desempenhou funções na Direcção dos Assuntos Indígenas durante alguns anos até ser, em 1936 ou 1937, exonerado pelo governador Carvalho Viegas, no rescaldo do caso dos aviadores franceses desaparecidos, em Jufunco, no chão felupe (Pélissier, 1989: 379-383).

³⁸ Não só os capítulos dedicados à “história” do Gabú se limitam, no essencial, a repetir o que outros autores já tinham dito ou o que circulava em termos de “conversa”, como ainda as novas informações reunidas por Caroço foram vertidas no texto sem qualquer “filragem”: utiliza tradições orais contraditórias, confunde personagens, diz e desdiz-se no relato de acontecimentos, etc. Sem formação etnográfica ou histórica, Caroço limitou-se a “juntar” o “novo” ao “antigo” e a dar legibilidade à incorporação. Todavia apesar das fragilidades apontadas e das que decorrem da falta de distanciamento aos acontecimentos, a segunda parte do livro, é ainda hoje a “crónica” mais informada

De facto, a segunda parte do livro, ao contrário da primeira que quase se confina a reproduzir de forma acrítica o que tinha sido escrito/era voz corrente sobre os assuntos tratados, baseia-se no conhecimento directo que Carçoço teve dos acontecimentos e no do acesso privilegiado à documentação oficial; ajudante do governador teve acesso à documentação reservada arquivada no governo da colónia, durante alguns anos, na década de 1920, geriu pessoalmente, em Bolama, o dossier “regulado do Gabú”, lidou de perto com Monjour e, em 1933, realizou, por ordem do governador Luís Carvalho Viegas, um “inquérito sobre o estado da Política Indígena na Circunscrição Civil do Gabú”³⁹.

Todavia, os três capítulos finais do livro, tomam inequivocamente o partido de Monjour quer no que diz respeito aos conflitos com outros chefes, quer no que toca às injustiças contra ele cometidas pela administração colonial, antes de 1921 e depois de 1926.

Jorge Carçoço, partidário como o pai da política dos grande regulados no leste da Guiné e adversário das do “critério da independência das raças” e da multiplicação de regulados, apresenta Monjour não só como vítima de sucessivas traições dos da sua “cor”, da “má fé” de alguns administradores e dos calamitosos resultados da política de “independências das raças”⁴⁰, mas também como o “Grande Régulo da Guiné”⁴¹ Independente do tom apologético com que Jorge Carçoço o apresenta no livro, a sua habilidade para deambular no seio das intrigas locais e nos

sobre os anos 1900-1930 no Gabú.

³⁹ Segundo o autor, o trabalho – arquivo, recolha de informação junto das populações, leitura de traduções de *tariks* (manuscritos em língua árabe ou transliterados em fula ou mandinga) - realizado para o inquérito foi o principal responsável da “ideia de trazer à luz da publicidade algumas considerações acerca da região e dos seus habitantes” (Carçoço, 1948: 9).

⁴⁰ “*Monjour* reagiu sempre, procurando apoio no Governo da Colónia para opor barreira aos constantes desvaios das autoridades locais; e, por ele amparado, consegue aguentar a sua situação, com altas e baixas; mas esse amparo vai lentamente enfraquecendo ante a pressão dessas mesmas autoridades, e *Monjour* vê com tristeza acentuar-se o declínio do seu poder e da sua categoria de Régulo (...) E tudo para quê? Para fazer vigorar o já antes citado critério da *Independência das Raças*” (Carçoço, 1948: 177-178).

⁴¹ “Foi *Monjour* um grande Régulo, que soube administrar e dirigir o o seu povo e – como se diz entre os indígenas – *nunca em chão português houve e poderá haver um chefe que igualá-lo possa valor, grandeza e prestígio* (...) como merecida e justa homenagem a *Monjour*, podia construir-se um *Mausoléu* modesto (...) e sobre a lápide que o encimar, inscreverem-se os seus serviços, e as palavras e louvores quem bem traduzam o reconhecimento da MÃE PÁTRIA AGRADECIDA” (Carçoço, 1948: 269).

meandros da administração, fizeram de Monjour Meta Balô, quarto e último régulo de “todo” o Gabú, uma figura incontornável da história da região, nas primeiras três décadas do século XX e, provavelmente, na história da Guiné colonial, um dos régulo com maior protagonismo e importância.

Monjour Meta Balô (Coiada, 1850? – Curobal, 1929), filho de Bacar Guidali – Chefe (Alfa) do Gabú e Forria e primeiro régulo do Gabú reconhecido pela administração colonial, sucedeu a Selu Coiada, primo de Bacar Guidali, no cargo de régulo do Gabú.

Aliado indefectível da administração colonial, importante apoio em várias das campanhas militares empreendidas do início dos anos 1890 até 1925⁴², nomeado por feitos de guerra alferes de 2ª linha em 1910 e protegido de governadores como Júdice Biker, Oliveira Muzanty, Almeida Pereira, Oliveira Duque ou Vellez Caroço, Monjour foi, com excepção de um pequeno período entre 1917 e 1918, régulo do Gabú de 1906 até 1927.

Contestado por outros chefes fulas, enredado em lutas no interior da sua própria linhagem e, a partir de certa altura, com a sua liderança quase incontestável, do passado, ameaçada pelo aparecimento de figuras religiosas carismáticas, despertou sentimentos divididos no seio das populações do Gabú, foi motivo de controvérsias acesas no seio da administração colonial da época, acabando por ser deposto em Agosto de 1927.

Tendo assumido a chefia do regulado em 1906, a sua ascensão ao cargo de 4º régulo do Gabú não foi pacífica, tendo desde cedo o seu direito sido contestado por um irmão e por vários descendentes de Mamadu Paté (2º régulo) e Selu Coiada (3º régulo).

De facto, independentemente das suas qualidades enquanto líder tradicional, dos seus feitos enquanto chefe militar nas guerras do Forria e Gabú que opuseram os fula forro aos fulas pretos⁴³ e dos seus

⁴² Das várias campanhas em que participou, salientam-se, pela importância dos efectivos por si mobilizados, as contra Mussa Môlo no Geba (1892), os beafadas de Quinara (1907-1908), os mandingas do Oio (1913), Abdul Indjai em Mansabá (1919) e os bijagós de Canhabaque (1925). Ver uma listagem das “guerras de Pacificação da Guiné” em que Monjour toma parte em Caroço (1948: 264-265).

⁴³ “São muitas as guerras em que Monjour toma parte, cooperando com os seus maiores pela independência da raça e conquista do Foro-ia e Gabú” (Caroço, 1948: 260). Ver uma listagem dessas guerras em Caroço (idem: 261-264).

eventuais direitos sucessórios, Monjour deve em boa parte a sua ascensão a régulo de todo o Gabú a interferências directas da administração, colonial durante o processo de escolha do sucessor de Selu Coiada.

Tendo sido indicado, segundo Caroço, como sucessor pelo próprio Selu Coiada ao Comandante do Geba (Proença Fortes), investido no próprio dia do funeral de Selu num clima de contestação em surdina, Monjour viu a sua escolha de imediato sancionada por Fortes e depois confirmada pelo governador Oliveira Muzanty⁴⁴.

Até 1916, a pressão da parte dos candidatos não escolhidos a sucessores de Selu Coiada, colheu poucos efeitos práticos junto da administração colonial e Monjour conseguiu, umas vezes melhor outras pior, gerir os descontentamentos e, por via sobretudo da suas prestações como colector de impostos e de diligente auxiliar das tropas portuguesas nas guerras de pacificação, o apoio dos sucessivos governadores e dos vários administradores do Geba, nomeadamente de Calvet de Magalhães.

Todavia, reflectindo uma mudança de orientação no que dizia respeito ao tipo e dimensões dos regulados por parte do governo da colónia (opção pelos critérios de “independência de raças” e de pequenos regulados em detrimento do da permanência de grandes regulados) e, sobretudo, pelo facto do novo administrador do Geba ter acolhido muitas das acusações que os seus opositores lhe faziam, em 1917 surgiu a primeira grande afronta, por parte da administração colonial, a Monjour. O regulado do Gabú é dividido em vários regulados, Monjour é reduzido à escala de régulo de uma pequena porção do território do Gabú em igualdade de circunstâncias com os outros chefes dos novos regulados.

Esta situação durou pouco tempo. Em Dezembro de 1918, por indicação do novo administrador do Geba, Alberto Gomes Pimentel,

⁴⁴ “Era então, Comandante da Circunscrição do Geba, da qual dependia o Regulado do Gabú, o Primeiro Tenente José Proença Fortes, a quem *Selu* prestou a informação de que o seu legítimo sucessor era Monjour (...) Ainda em vida de Selu (...) procurou saber a quem, na verdade, pertencia o lugar de Régulo após a sua morte [de Selu] porque começava a desenvolver-se a ambição de *Alarba* para se apossar do lugar de seu pai, secundado pela onda de gananciosos que dão alento a essa ambição na mira de poderem satisfazer os seus desejos ocultos. Depressa O Comandante Fortes se certificou de que era Monjour quem reunia todas as qualidades e direitos (Caroço, 1948: 168).

o regulado do Gabú foi reunificado e, no início de 1919, Monjour reinvestido pelo governador Oliveira Duque como régulo⁴⁵.

Com algumas peripécias no seu relacionamento com os administradores do Gabú pelo meio e, sempre alvo de contestação por parte de alguns notáveis (fulas), com o apoio indefectível do governador Vellez Caroço, manter-se-á como régulo do Gabú até 1927. Em Agosto de 1927, todavia, já no mandato do governador António Leite de Magalhães, a situação virou-se definitivamente contra Monjour.

Contradito no seu próprio espaço político e com a sua liderança ameaçada pelo aparecimento de novos líderes com peso e carisma (descendentes dos antecessores, membros de outras linhagens e “raças” contando com apoios na administração colonial, marabouts, etc.)⁴⁶, Monjour acabou, após a retirada do governador Vellez Caroço, por ser, no turbilhão de ordens e contra ordens no que toca à política indígena e de apoios e desapoios por parte da administração colonial, combinados com crescentes rivalidades políticas locais, deposto em 1927.

Tendo perdido a confiança da administração do Gabú e não contando com o apoio do novo governador, Monjour foi em 30 de Agosto de 1927, por despacho de Viegas Magalhães, destituído do cargo de régulo do Gabú, com uma pensão de 300 escudos mensais e, por despacho de 11 de Dezembro do mesmo ano, deportado com residência fixa para o Corubal, onde morre em 1929.

Ainda em 1927, iniciou-se o processo de desmantelamento, inicialmente segundo a lógica do critério da independência de raças, do regulado do Gabú⁴⁷.

⁴⁵ “E por Portaria E N° 299, de 4 de Dezembro de 1918, publicada no B. O: N° 49, II Série, é novamente unificado o *Règulado do Gabú*, e restituídas a *Monjour* a sua autoridade e soberania sobre os territórios” (Caroço, 1948: 259).

⁴⁶ Tendo mesmo, aquando da divisão do regulado do Gabú, em finais da década de 1910, em 13 novos regulados, um deles sido (Maná) entregue a um dignitário religioso, Cherno Mamudo (Caroço, 1948: 180).

⁴⁷ Dividido o grande regulado do Gabú em 13 novos pequenos regulados “unicamente nos territórios de *Chanha* e *Maná* foi possível encontrar chefes para as três raças que habitavam o Gabú” (Caroço, 1948: 178).

Dominação colonial, “realidades” políticas tradicionais, reorganização do espaço

Naturalmente que as questões que estão por detrás da destituição de Monjour Meta Balô, ultrapassaram em muito o seu caso particular. Centraram-se no problema mais vasto da crescente perda de interesse por parte da administração colonial em compatibilizar as “realidades” políticas tradicionais com as necessidades da dominação política. No fundo, o que promovia a errática política da administração colonial no Gabú nas primeiras décadas do século XX, eram confrontos entre diferentes concepções sobre a forma de controlar politicamente um território tão vasto.

Num lado, no lado em que se situaram os administradores coloniais dos anos 1900-1917 e a administração do governador Velez Carço, uma concepção política assente na dominação do território via o controle de um único interlocutor a quem era dado apoio nas lutas internas e outorgada larga autonomia na gestão das populações e, com quem criaram um *modus vivendi* assente numa relação quase de troca de serviços.

Num outro lado, uma concepção de dominação esboçada em 1917 e aplicada durante muitos anos, a partir de 1926, que privilegiava não só os pequenos regulados em detrimento dos grandes regulados, como também, a efectiva confinção territorial de cada regulado a uma malha precisa da quadricula político-administrativa colonial e, por arrastamento, num segundo tempo, a transformação dos chefes tradicionais em simples notáveis, mais ou menos funcionalizados⁴⁸.

Isto é, enquanto que na primeira concepção era privilegiada a manutenção de grandes ou, em certos casos, de pequenos regulados assentes nas relações de força entre as várias forças étnicas em presença no terreno, na segunda passou a ser favorecida a política de multiplicação dos regulados, seja na forma “independência de raças”, seja, sobretudo, na de redução da área dos regulados, sem pôr em causa o efectivo domínio de umas raças sobre as outras⁴⁹.

⁴⁸ Sobre a transformação das autoridades tradicionais em notáveis mais ou menos funcionalizados, ver, por exemplo, Dias (2000)

⁴⁹ Apesar das desinteligências posteriores, o Capitão Carço, enquanto quadro da Di-

De facto, ao contrário da primeira concepção em que, um regulado como o do Gabú se podia estender pela totalidade da circunscrição, na segunda cada regulado só podia ocupar uma parte de uma circunscrição e, mesmo já a partir de finais dos anos 1920, não podia estender-se para além da área de um posto administrativo preciso.

Quer isto dizer que, a partir de certa altura as necessidades da dominação política colonial sobre o Gabú obrigaram a administração colonial a “romper” com a lógica, seguida até então de, “seguir” o mapeamento territorial das estruturas políticas fulas promovido pelas suas próprias lógicas políticas e, a enveredar num primeiro tempo pela promoção da balcanização do regulado a partir do seu interior e, num segundo tempo, pela imposição da estrita compaginação do território de cada regulado com o de um posto administrativo. Ainda que dois ou mais regulados pudessem caber num único posto administrativo, salvo raríssimas excepções o território de um regulado nunca ultrapassava os limites de um posto administrativo⁵⁰.

Por outro lado, esta segunda concepção, ao precisar e aplicar de forma mais incisiva os normativos de regulação das funções e obrigações dos régulos, paralelamente ao prosseguimento da política de multiplicação de regulados, vai, aumentando a pressão administrativa e política sobre os chefes tradicionais, transformar os régulos em simples notáveis mais ou menos funcionalizados. Os régulos, como outras autoridades tradicionais, passaram a ter “dentro” da quadrícula funções e obrigações precisas⁵¹.

Todavia, apesar da imposição de adaptabilidade dos espaços de “regulado” aos espaços políticos definidos pela rígida quadrícula político-administrativa colonial e da “funcionalização” progressiva dos régulos, continuaram a ser

recção dos Assuntos Indígenas, teve um papel no abandono por Carvalho Viegas da política do critério da “independência de raças”. Ver transcrição (e comentários entusiásticos!) da informação enviada, em Maio de 1932, ao governador Carvalho Viegas pelo então Director dos Serviços e Negócios Indígenas Ponces de Carvalho (Caroço, 1948: 181-184).

⁵⁰ Cerca de vinte anos mais tarde, em 1950, a circunscrição civil do Gabú estava dividida em 4 postos administrativos e contava com onze regulados: dois no Posto de Pitche (Maná, Pachisse), três no de Pirada (Gadamel, Pachana, Propana), três no da sede [Nova Lamego] (Boé, Chama, Tumaná de Cima) e três no do Sonaco (Gada Contimbo, Sama, Tumaná de Baixo). Ver distribuição dos regulados pelos diferentes concelhos e circunscrições civis respectivos postos administrativos civis em Mota (1954: 194-203).

⁵¹ Sobre estas funções ver, por exemplo, Mendy (1994: 294-296).

notórias ainda em finais dos anos 1930, as linhas de desentendimento entre régulos e administração colonial, acerca da área de “jurisdição” destes e, do seu grau de dependência face à administração⁵².

Finalmente, no plano da formação de um espaço político de notabilidade, importa referir que a islamização, ao introduzir a figura do dignitário político-religioso muçulmano, possibilitou a formação no Gabú desde finais do século XIX de um novo espaço político “tradicional”: o espaço político carismático muçulmano.

Na realidade, embora muitos dos dignitários muçulmanos se incluísem também no campo da notabilidade ligada ao regulado, a sua legitimação resultava, antes de mais, da natureza do seu poder - um poder de carisma pessoal - e não, como acontecia com os régulos, um poder cuja legitimação advinha, em boa parte, da ligação “funcional” que mantinham com a administração colonial.

Deste ponto de vista, a administração colonial, como é possível ver pela documentação da época, fez aqui como se eles não existissem⁵³, que lhe veio a trazer vários dissabores: viu os régulos serem contestados em termos de legitimidade por dignitários muçulmanos, viu-se em certas ocasiões confrontadas com régulos que mais não eram do que “paus mandados” de importantes dignitários muçulmanos.

Em 1933, num ofício ao director dos Serviços e Negócios Indígenas (Ponces de Carvalho), o administrador do Gabú, Francisco Artur Mendes, pedia instruções para punir dois dos régulos da sua circunscrição (Dembel Balde de Sama, Nadhu Embalo de Paxana) “que tomavam ordens” de mouros”, num caso de um que vivia na circunscrição e, noutra caso, de um “mouro” fugido para território da Guiné Francesa⁵⁴!

⁵² No essencial, estes desentendimentos situavam-se no plano das diferenças de entendimento de espaço político e por arrastamento no das contradições de entendimentos entre administração colonial e régulos acerca dos conteúdos e limites da “soberania dos régulos” e no da questão das “fronteiras” que lhe está associada.

⁵³ Em relação aos dignitários muçulmanos a posição da administração colonial foi durante os anos 1900-1930, em maior ou menor grau, a expressa por Calvet de Magalhães na secção “religião” do seu relatório de administrador do Geba: todo o dignitários do islão era “um individuo inútil e impertinente, não trabalhando vivendo de expedientes e da confecção de cartas (...) Estes verdadeiros *intrujões* abundam hoje por toda a região, sendo contudo bastante perseguidos, pelo menos nesta região, porque são causa de muitos conflitos e desavenças entre indígenas” (Magalhães, 1916: 82-84).

⁵⁴ Ofício do Administrador da Circunscrição Civil do Gabú ao Director dos Serviços e Negócios Indígenas, 22 de Novembro 1933 (INIC-pasta 1933). Agradeço ao Dr. José Mendes Moreira ter-me, no início dos anos 1990, facultado fotocópia deste documento.

Bibliografia

- AJUJI, J. F. Ade, 1968, "The continuity of african institutions under colonialism", in Terence Ranger (ed.), *Emerging themes of African History*, Nairobi, East África Publishing House: 189-200.
- BARRETO, João, 1938, *História da Guiné, 1418-1918*, Lisboa, Edição do Autor.
- BARRY, Boubacar, 1988, *La Sénégambie du XVe au XIXe Siècle - Traite Nègrière, Islam et Conquête Coloniale*, Paris, Harmattan.
- BOWMAN- J., 1980, *Conflict, Interaction, and Change in Guinea-Bissau: fulbe expansion and its impac, 1850-1900*, Los Angeles, University of California (Tese PhD).
- BOWMAN, Joye L. 1987. "Abdul Njai: ally and enemy of the Portuguese in Guinea-Bissau, 1895-1919", *Journal of African History*, 27 (3) pp. 463-479.
- BOWMAN, Joye L., 1997, *Ominous Transition: Commerce and Colonial Expansion in the Senegambia and Guinea, 1857-1919*, Aldershot, Avebury.
- CAROÇO, Jorge Vellez, 1948, *Monjour - O Gabú e a sua História*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- CASTRO, Armando de, 1978, *O Sistema Colonial Português em África (meados século XX)*, Lisboa, Caminho.
- CISSOKO, Sékéne Mody, 1981, "De l'organisation politique du Kaabu", *Ethiopiques*, 28: 195-206.
- COOPER, Frederick, 1994, "Conflict and connection: rethinking colonial African history," *American Historical Review*, 99 (5): 1516-1545.
- CORTESÃO, Armando Zuzarte, 1928, "A Guiné como colónia de comercio e de plantação", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 46ª série (7-8): 285-331.
- CORTESÃO, Armando Zuzarte, 1933, "A Guiné e a crise", *Boletim Geral das Colónias*, 95: 45-63.
- CUNNINGHAM, James, 1980, "The colonial period in Guiné", *Tarikh*, 6 (4): 31-45.
- DIAS, Eduarddo Costa, 1999, "Les mandingues de l'ancien Kaabu et le savoir musulman", *Mande Studies*, 1: 125-139.

- DIAS, Eduardo Costa, 2000, “Estado, estruturas políticas tradicionais e cidadania: o caso senegâmbiano”, in Eduardo Costa Dias e José Manuel Viegas (eds), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta: 37-59.
- DIAS, Eduardo Costa, 2002, “Da’wa, Política, Identidade Religiosa e ‘Invenção’ de uma ‘Nação’”, in António Custódio Gonçalves (ed), *Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsariana*, Porto, FLUP, 45-68.
- DUARTE, Fausto, 1945, *A Revolta*, Porto, Latina
- LANÇA, Joaquim Correia e, 1890, *Relatório da Província da Guiné Portuguesa, referido ao anno económico de 1888-1889*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- HAVIK, Philip, 2006, “Estradas sem fim: o trabalho forçado e a ‘politica indígena’”, in CEAUP (eds), *Trabalho Forçado Africano – Experiências Coloniais Comparadas*, Porto, Campo das Letras: 229-247.
- LEARY, Frances Anne, 1970, *Islam, Politics and Colonialism: a political history of islam in the Casamance region of Senegal (1850-1914)*, Evanston, Northwestern University (Tese PhD).
- LOPES, Carlos, 1999, *Kaabunké - Espaço, Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais*, Lisboa, C.N.C.D.P.
- M'BOKOLO, Elikia, 1992, *Afrique Noire: Histoire et Civilisations*, XIXe - XXe siècles, Paris, Hatier.
- MAGALHÃES, Vasco Calvet de, 1916, *Administração da Circunscrição do Geba - Província da Guiné, Relatório apresentado pelo Administrador Vasco Sousa Calvet de Magalhães em 1914*, Lisboa, Tipografia Progresso.
- MANÉ, Mamadu., 1978, “Contribution à l’histoire du Kaabu, des origines au XIXème Siècle”, *Bulletin de l’ IFAN, Série B*, 1: 87-159.
- MENDY, Peter, 1994, *Colonialismo Português em África: A tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Bissau, INEP.
- MOTA, Avelino Teixeira da, 1954, *Guiné Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar (Vol. I).
- NIANE, Djibril T., 1989, *Histoire des Mandingues de l’Ouest*, Paris, Karthala.
- PELISSIER, René, 1989, *Naissance de la Guinée. Portugais et Africains en Séné-gâmbie (1841-1936)*, Orgeval, Ed. do Autor.
- PIAULT, Marc-Henri, 1987, “La colonisation: pour une nouvelle appreciation”, *Cahiers des Sciences Humaines*, 1987, 23 (2): 273-286.

- PINTO, João Teixeira, 1936, *A Ocupação Militar da Guiné*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- QUINN, Charlotte, 1972, *The Mandinka Kingdoms of the Senegambia*, Evanston, Northwestern University Press.
- TEIXEIRA, António dos Santos, 1917, *As Perseguições Feitas a António dos Santos Teixeira pelo Capitão João Teixeira Pinto: queixa apresentada ao sindicante*, Lisboa, Casa Portuguesa.
- VASCONCELLOS, Luís Loff de, 1916a, *A Defeza das Victimas da Guerra de Bissau: o extermínio da Guiné*, Lisboa, Imprensa Libânio Silva.
- VASCONCELLOS, Luís Loff, 1916b, *Contestação dos Presos Políticos Implicados na Suposta Rebelião de Bissau Oferecida ao Tribunal desta Comarca e aos Habitantes da Província da Guiné*, Bolama, Imprensa Nacional.
- VELLEZ CAROÇO, Jorge Frederico, 1923, *Relatório Anual do Governador da Guiné (1921-1922)*, Lisboa, Imprensa Nacional.

A CARTOGRAFIA DOS PODERES. DA MATRIZ AFRICANA À ORGANIZAÇÃO COLONIAL DO ESPAÇO

Maria Emília Madeira Santos¹

pp 129-143

Introdução

O projecto de Cartografia, que apresentei anteriormente neste colóquio, revelou a possibilidade de estudar não só as formas coloniais de uso e representação do espaço, como também as modalidades africanas de relação com esse mesmo espaço (Santos, 2007). A verdade é que, quando a política internacional demarcou as fronteiras coloniais, faltava ainda conquistar e ocupar todo um espaço imenso que continuava organizado e usado pelas formações políticas africanas. À cartografia dos exploradores científicos, Capelo, Ivens, Serpa Pinto, Henrique de Carvalho e outros acrescentava-se agora a da própria Comissão de Cartografia, a das campanhas militares, dos serviços geológicos, obras públicas, serviços meteorológicos, e de qualificados cientistas autónomos.

Os agentes e as estratégias de domínio e hegemonia coloniais não podiam dispensar a cartografia como instrumento eficaz e necessário a todo esse processo. Esta cartografia, instrumento de domínio e colonização, é também uma cartografia do poder e dos poderes, e por isso está tão atenta à posição do forte militar e às estradas carreiteiras como à localização da embala do soba, das povoações dos seculos e dos caminhos gentílicos ou de pé posto.

Esta característica reforça ainda mais a ideia, subjacente a este colóquio, de que mais do que fazer a História da Cartografia,

¹ IICT – Lisboa.

é fundamental saber fazer um uso crítico da cartografia como fonte, com um estatuto comparável ao do documento escrito. O nosso projecto deu já origem a estudos com esta metodologia, tendo como ponto de partida a carta, e usando a documentação escrita como contraponto (Costa; Macieirinha; Santos).

Esta cartografia conta uma história, encerra uma dimensão diacrónica. Não é apenas o retrato de um momento, que corresponda a uma situação estabelecida. Através dela, juntamente com relatos da época, é possível reconstituir uma História dos sítios do poder e das populações que os habitavam.

Chegar à África dos Africanos, através da cartografia colonial

Durante o período heróico da cartografia executada para «dar a conhecer», o cartógrafo registava o que os seus modelos mentais lhe permitiam compreender da realidade africana, tal qual ela existia antes da ocupação colonial, e sobrepunha-lhe as primeiras marcas da administração civil e militar, e respectivas comunicações. Nesta fase, algumas cartas reuniam representação cartográfica e informação escrita, quando os sinais da legenda não podiam multiplicar-se até corresponderem a pormenores da vida local, como seja o vau do rio onde atravessavam as manadas.

Ali ficavam plasmadas para o futuro, a organização política, as hierarquias políticas e sociais, as técnicas hidráulicas, as produções agrárias e pecuárias, a religião e os lugares sagrados, a fauna, a flora, etc. Eram os poderes e os saberes africanos, timorenses e outros, que uma vez apropriados e submersos ou controlados, não reapareceriam mais na cartografia impressa nem no discurso oficial.

Esta cartografia de grande escala, reservada e de acesso restrito, guardou a imagem de uma África pré-colonial que foi sendo submergida à medida que se instalava o sistema colonial e a cartografia impressa recobria o espaço na totalidade. Por algum tempo, a cartografia divulgada fez ainda coabitar elementos dessa imagem com a reorganização colonial. Depois as marcas do passado africano foram progressivamente encobertas pela administração militar e civil.

Quando as várias missões científicas do Ministério do Ultramar (ou das Colónias, consoante as épocas) se articulam com as missões

das fronteiras, usando técnicas cada vez mais avançadas e servindo objectivos específicos da política colonial, as marcas da África pré-colonial deixam completamente de ser registadas na cartografia impressa. Quando as missões geodésicas e outras, se tornaram trabalhos de rotina, a exploração do continente africano perdeu o carácter de aventura abrangente e fascinante da primeira fase. Tornava-se também um trabalho metódico, conservando, porém, a cartografia como instrumento de saber e poder para avaliar e valorizar as riquezas e as populações coloniais.

A cartografia que aqui nos interessa, tendo constituído um processo relativamente curto no tempo, funciona como um interface cuja abrangência cronológica se estende, por um lado, em direcção ao passado pré-colonial e, por outro, atinge a actualidade, não só pela permanência das fronteiras coloniais, mas também pelo reaparecimento da toponímia tradicional, como exemplos mais evidentes.

O que lá está: a matriz africana

Assim, esta comunicação toma como objecto de análise a cartografia manuscrita de grande escala que serviu de base para a preparação de cartas mais abrangentes, mas que por isso mesmo, precisaram e optaram por rejeitar informação mais detalhada, em especial aquela que dizia respeito aos usos africanos do espaço.

Convém aqui lembrar que a cartografia europeia vai representar o espaço africano, através de instrumentos cognitivos europeus, que por sua vez decorrem de concepções europeias do espaço. Há uma distância entre a realidade que se representa e as categorias mentais que transportam aqueles que procedem a essa representação. Mas apesar disso, a informação transmitida, devidamente criticada, oferece-nos aspectos que não encontramos registados em nenhum outro lugar.

As cartas de grande escala proporcionam acesso à organização do espaço, à distribuição dos povos, à hierarquia dos poderes, aos caminhos e até às guerras e movimentos de populações. A cartografia manuscrita tudo regista para não apagar as autoridades tradicionais, potenciais inimigas derrotadas ou submetidas por assinaturas de

tratados, mas que a qualquer momento podem reorganizar-se para resistir e atacar.

Os delegados políticos que as potências coloniais passaram a enviar para as cortes africanas, como residentes (Olivier, 1991, p. 209), ao procurarem as fronteiras dos domínios dos chefes com quem assinavam tratados, encontravam, realidades intangíveis, impossíveis de representar numa carta, porque o território move-se com os homens. Se por um lado a ausência de fronteiras, no sentido europeu, lhes facilitava a ocupação de um espaço politicamente vazio, por outro lado a sua definição, mesmo fluida, facultava uma «base legítima» para delimitação das fronteiras coloniais que começavam a delinear-se nos mapas (Edwards, 1962, pp. 10 ss.).

As grandes formações políticas da África Austral, não correspondiam a um espaço territorial bem delimitado; aí predominavam os sítios e os caminhos que os ligavam entre si (Cambrezy, 1995, p. 132).

Nestes espaços africanos estruturados e polarizados em rede moviam-se vassalos e chefes, escravos e senhores, aristocracias, homens e mulheres, famílias, velhos e novos, iniciados e não iniciados. Era a pertença a uma ou a outra categoria que determinava a relação com o espaço. A mobilidade sob diferentes formas – viagem, transferência, peregrinação, iniciação, errância, exílio, conquista, razia, troca, retorno, migração, etc – intervinha não só na formação pessoal do indivíduo, na sua iniciação, mas também na sua legitimidade, no seu estatuto dentro do grupo social e na relação com esse grupo e com o espaço. Existiam portanto muitas posições simbólicas que estruturavam as práticas africanas do espaço: espaço conhecido e desconhecido, mundo visível e mundo invisível, espaço do quotidiano e espaço da iniciação, mundo humanizado e mundo selvagem.

Era o conjunto das populações tributárias – por vezes de várias etnias – que identificava um reino. O rei conhecia o valor do tributo que cada vassalo podia pagar-lhe, o número de guerreiros que se lhe devia reunir em caso de guerra, a mão de obra, em caso de grandes construções e ainda a localização e disponibilidade das povoações obrigadas a acudir-lhe numa situação de fome ou de carência. (Santos, 1998d, p. 111). Aí, a noção de território delimitado anulava-se perante a predominância dos sítios centrais e da rede de caminhos que os liga.

Esta secundarização do território relativamente à população, na definição das formações políticas africanas, deve portanto interpretar-se tendo em conta, por um lado, as movimentações de pessoas, seus haveres e gados, mesmo não sendo nómadas; por outro, o fraco povoamento e a existência de grandes extensões desertas, embora percorridas por comitivas representantes do poder, caravanas comerciais, exércitos em marcha, tributários efectuando a ligação ao sítio do poder e expedições, antes para a captura de escravos, depois para a colecta de produtos naturais.

A caça aos elefantes levava os caçadores a zonas de floresta cuja soberania nunca tinha sido definida ou apenas passava a sê-lo após reconhecida como área de colecta lucrativa. Os caçadores, protegidos por rituais que lhes conferiam uma protecção sobrenatural, eram os detentores do acesso ao mundo selvagem.

Por sua vez, no mundo humanizado era frequente a localização da corte mudar com a morte do chefe e a elevação do sucessor. Também as áreas de caça, agricultura e pastagem, correspondentes à corte (Santos, 1998c, pp. 283-290; *id.* 1998b, pp. 305-319) podiam mudar, sem que as estruturas sociais e políticas conhecessem alguma alteração.

As estruturas intermédias de articulação entre a corte e os vassalos eram frágeis o que permitia a estes apresentar um tributo inferior ao estabelecido. Por isso as razias nas zonas mais ricas eram frequentes, como forma de assegurar a manutenção da estrutura política, materializada pelos homens, os tributos e os serviços prestados ao suserano.

Jean-Loup Amselle designa este tipo de articulação por «chaîne de sociétés» (Chrethien, 1989, pp. 101-102), enquanto Jean-Luc Vellut considera o Estado na África Central como uma «rede de domínio horizontal» (Vellut, 1980, pp. 108-109) e ainda, segundo Luc-Cambrézy, «réseaux, arborescence» (Cambrézy, 1995, p. 138).

Nestas estruturas os caminhos abertos ou fechados, segundo as circunstâncias, eram de primordial importância para a estabilidade da interligação entre os vassalos e o suserano. Mas, a partir de meados do século XIX, determinavam o controlo da relação com a costa, estabelecida pelas caravanas comerciais. A posse destes caminhos pertencia aos chefes africanos, a serventia era cedida ao comércio de longa distância.

A intervenção das tecnologias europeias na navegação fluvial a vapor, na abertura de estradas para carros e finalmente no uso do camião

aniquilou o poder africano sobre as comunicações que estabeleciam a relação litoral-interior em que eles tinham tido sempre a última palavra (Santos, 1998a, pp. 503-505).

Submersão da matriz africana. Sobreposição da malha colonial

Como se vai relacionar o poder colonial com esta matriz? Impondo-lhe a sua própria matriz. A malha colonial inicial, marcada pela presença de um forte militar, construído a pequena distância de uma embala ocupada, sendo esta servida por caminho de pé posto e aquele por uma estrada carreteira, multiplicou-se desde o Cuanhama ao Moxico.

A cartografia da época ilustra bem a proximidade dos sítios do poder africano, conquistados pelas campanhas da ocupação, e os do poder militar, implantados pela recente administração colonial, cada um deles servido por comunicações que lhe eram próprias.

O Sambo, o Bié, o Bailundo, a N'giva, Nana-Candundo são apenas alguns exemplos para um período de transferência de poderes e de reorganização do espaço, em que a permanência da embala, legitimada pelo poder militar colonial, constitui ainda ela própria a legitimação da presença do forte colonial. Aliás os melhores sítios para viver, agricultar, caçar, defender e dominar estavam seleccionados e ocupados pelas cortes dos chefes locais, havia muito tempo. E foi também por esta razão logística que os fortes militares e os novos postos administrativos se implantaram na proximidade dos antigos sítios do poder africanos.

Os chefes africanos não tinham possibilidade de oferecer resistência organizada à distorção que os europeus estavam a exercer sobre a «geografia política indígena» demarcando as fronteiras coloniais e submetendo o território ocupado no hinterland à nova grelha colonial. No entanto as sociedades africanas dispunham já de experiências e informações sobre os Europeus. E ao assistirem à disputa do espaço africano e à definição de fronteiras fixas aperceberam-se do valor político dos seus territórios e da capacidade de negociação que eles próprios detinham.

O exemplo da soba Nacatolo do Lovale é deveras significativo. Ainda antes de 1902, Nacatolo foi visitada, na sua corte de Nana-Candundo, pelo residente inglês na corte do Barotze, que a presenteou e informou que era vassala do chefe Lewanika e conseqüentemente da Inglaterra.

No ano seguinte, de 1903, recebeu o chefe do posto militar português do Moxico, tendo sido assinado um «Auto de declaração do soba principal desta região do Lobale, Nacatolo, acompanhada dos seus quilolos». O posto militar passaria a chamar-se de Nana-Candundo²

Muitas embalas foram conquistadas e destruídas, os sobas afastados e substituídos, as hierarquias secundárias mantidas como intermediários administrativos entre o poder colonial e as populações (Almeida, 1936, pp. 388-390).

O ritmo da conquista acelera-se desde a década de 90 do século XIX. A conquista, a substituição do chefe, a construção do forte, o estabelecimento da malha administrativa seguiram uma sequência semelhante em todas as áreas «pacificadas» pelo exército colonial.

Referirei agora dois exemplos afastados, quer cronologicamente (1890 e 1915), quer no tipo de relação mantido entre os sobas africanos e a aproximação das autoridades coloniais.

Se começo pelo caso do Bié é porque, para além do significado político-militar, traz consigo a mudança de toda uma série de estruturas económicas, de serviços e de comunicações que correspondiam ao comércio de longa distância, partilhado por sertanejos brancos e negros, pombeiros e carregadores e pelo próprio soba, e que a curto prazo seriam substituídas pela administração colonial, as companhias comerciais, as estradas carreteiras, os carros boers e por último os camiões.

Na madrugada de 31 de Março de 1890, incapaz de chamar à razão os militares portugueses (Paiva Couceiro e Teixeira Pinto) e desautorizado pelo soba do Bié, na própria corte de Ecovongo, Silva Porto suicidou-se (Santos, 1991).

Em fins de Outubro, chegava ao Bié uma força expedicionária, para vingar a morte do sertanejo, comandada pelo capitão Artur de Paiva e composta por militares de cavalaria, artilharia e caçadores, num total de 591 combatentes. Cinquenta carros boers puxados por 800 bois (e conduzidos por boers, bastardos e damaras) carregavam os mantimentos e a artilharia (Paiva, 1938, I, p. 193)³.

² *Memória sobre a Fronteira Ocidental do Barotze*, Lisboa, 1902, pp. 22-23. «Memória sobre a colónia penal portuguesa do Lovale», *Questão do Barotze*, Lisboa, 1903, Anexos.

³ A expedição era composta por 9 oficiais, 10 oficiais subalternos, 354 cabos e soldados artilheiros, cavaleiros e caçadores e ainda por 218 auxiliares, num total de 882 homens.

A própria coluna expedicionária destacou uma força de 100 homens para desbravar caminho. O comboio em marcha ocupava quatro quilómetros e à sua passagem os rodados dos carros deixavam aberta uma estrada carreteira (id., ib., p. 194).

A 4 de Novembro, era tomada a embala do Bié. Ecovongo já impressionara os exploradores Capelo e Ivens, que admiraram particularmente a pujança das árvores seculares e o ambiente que se respirava sob aqueles gigantes protectores.

Artur de Paiva, que não seguiu pelo caminho oficial da corte, franqueado aos visitantes, observou o bosque sagrado, mata fechada que foi preciso cortar para que a artilharia atingisse a paliçada da maior embala que tinha visto. Dois quilómetros e meio de circunferência e uma população de oito mil almas. A paliçada era de pau-ferro apoiada nas grandes incendeias que formavam dois círculos concêntricos. O círculo interior teria um quilómetro de circunferência. O *lombe*, reservado ao soba e familiares, edificado sobre um cabeço, dominava uma boa nascente de água. Na praça de audiências a cadeira de baloiço vazia e o manto do soba caído comprovavam a fuga do soba Dunduma. A embala começava a arder (id., ib., pp. 206-210).

Quatro dias depois, procedeu-se à eleição do novo soba que prestou vassalagem e foi investido no poder por Artur de Paiva. De imediato iniciou a reedificação da antiga embala, no sítio onde repousavam os seus antepassados.

Uma semana mais tarde, procedia-se ao restauro da libata de Silva Porto preparando-a para servir de forte, quartel e residência do futuro capitão-mor. Era o forte militar de Belmonte que passava a representar a ocupação colonial do Bié. A 15 de Dezembro, Artur de Paiva entregava «com as formalidades do estilo ao tenente Evaristo Simplício de Almeida a capitania-mor do Bié» (id., ib., pp. 217-226). Pouco depois preparava-se a instalação da missão católica do Espírito Santo, o padre Leconte afirmava: «Agora temos garantidas as duas condições (...) que são as comunicações e a segurança; e com efeito, a estrada dos carros é magnífica, os povos estão sossegados e os régulos de todo mansos» (id., ib., p. 231). É sabido que houve ainda muitas resistências no planalto de Benguela, mas a malha colonial estava lançada, beneficiando da antiga presença sertaneja e da ligação regular com a costa.

No sul de Angola, de recente colonização portuguesa, a forte resistência dos Cuanhamas e alguns revezes do exército colonial na região justificaram um outro tipo de ocupação militar sistemática.

É na campanha de 1915 contra os Cuanhamas na sua capital N'giva, que se inicia o uso dos camiões automóveis. Os serviços excelentes prestados pelos carros boers no Bié, no Bailundo e no Moxico, entre outros, dependiam do alimento e da água para os animais. No sul a obtenção da água era um problema que colocava o exército na mão das populações locais.

No final das operações ficou completa a estrada de automóveis desde a linha do caminho-de-ferro até ao interior do distrito da Huíla. O trajecto entre Mossâmedes e a N'giva, que anteriormente se fazia em 60 a 80 dias passou a poder fazer-se em 36 horas

A rapidez do avanço sobre a N'giva, a capital, ficou a dever-se aos camiões, embora os carros boers seguissem na retaguarda. As populações não conheciam a velocidade nem o rendimento do motor das novas máquinas de transporte.

A embala foi encontrada no dia 4 de Setembro ainda fumegante, pois o chefe Mandume, surpreendido pela aproximação inesperadamente rápida da coluna militar, mandara atear-lhe fogo e fugira com os seus súbditos para a área de influência alemã. Aí se estabeleceu continuando a exercer o poder sobre os seus dependentes, uma vez que a apropriação colonial do espaço, de facto, nada dizia às populações. O poder continua a exercer-se em relação a um entendimento pré-colonial do espaço, isto é, o poder exercia-se sobre as pessoas, já que, nesse contexto pré-colonial o parentesco e as relações de dependência que dele decorriam tinham um maior peso político do que a posse literal da terra. Já do lado do colonizador, o forte militar foi construído sobre o próprio espaço da embala destruída, revelando a vontade de, através de uma sobreposição material em que o forte substitui a embala, eliminar o sítio do poder africano.

Observemos agora exemplos de cartas de grande escala que nos contam histórias de encontros e coexistências, confrontos e destruições das matrizes em análise: africana original e colonial.

Nesta carta do início do século XX é bem visível a posição estratégica do forte militar Teixeira de Sousa em relação à embala do Sambo

(Mapa. 1)⁴. Isto significa que a ocupação colonial estava concluída, até cerca de 450 quilómetros a partir de Benguela, (cerca de 80 quilómetros para leste de Caconda), através da presença do poder administrativo e militar e da situação de submissão do soba e seus seculos ao capitão-mor do forte.

Relativamente aos caminhos, temos um «caminho de carro» até Caconda e, a partir daí até ao Sambo, um caminho de «gentio», intercalado, junto dos fortes, por troços de «caminho de carro».

Neste itinerário, sobressai o antigo forte de Caconda a cerca de 380 quilómetros de Benguela, guarda avançada do hinterland, havia séculos, a que agora se seguem no sentido do interior, o forte de Cui-ma, com dois bastiões, como marca do poder colonial no Huambo, o forte Teixeira de Sousa, resultante das campanhas de ocupação militar e, a pouca distância, a embala do Sambo, que se erguia num monte, aparentemente mais defensável do que a planície em que assentava o forte, com um dos bastiões virado para a embala.

O itinerário regista seis embalas dispersas, guardando a devida distância dos fortes e afastadas mais de 300 quilómetros do litoral: Capoco, a 160 quilómetros de Caconda e a 100 do Sambo, Bongurulo, Osul, embala antiga de Canduro, embala grande de Cambuco a 40 quilómetros de Caconda e a 330 de Benguela

A mobilidade das embalas pode ser comprovada neste mapa. No cimo de um monte íngreme avistava-se um «círculo» de embondeiros da antiga embala do Canduro, potentado poderoso, que no séc. XIX disputava o poder sobre os caminhos com a capitania-mor de Caconda.

Quanto ao povoamento colonial verifica-se aqui uma característica que vamos encontrar cada vez mais, à medida que a ocupação militar avança. Os estabelecimentos de europeus no interior guardavam sempre distância relativamente às autoridades coloniais e às embalas. No caminho para Caconda, o mais antigo forte do Sul de Angola, encontramos residências de portugueses e boers isoladas, mas relativamente próximas umas das outras, o suficiente para se defenderem e auxiliarem.

No sítio de Vissapa observam-se os estabelecimentos de três portugueses, João Correia, Gonçalves, Candeias e de dois boers, Pretórius e Daniel. Próximo vive ainda Theodoro da Cruz. Mais afastado, junto

⁴ Ver final do artigo

à estrada, o sítio do Mayer provavelmente também boer, com grande residência, alpendre e cubatas.

Mas este povoamento, tal como a situação das embalas dos chefes africanos, só aparece a mais de 300 quilómetros de Benguela. Era a partir desta distância que se estava no sertão. De certo modo fora do alcance das autoridades do litoral e em contacto distanciado com os parceiros africanos; com a devida autonomia; próximo dos seus companheiros de aventura para garantir a solidariedade sertaneja, abrangidos pela segurança conferida pelo forte militar que, a qualquer momento podia recrutar estes moradores para a defesa ou para o ataque numa situação de guerra.

O posto militar de Quipungo é um exemplo da matriz mais comum da malha da ocupação colonial (**Mapa 2**)⁵, cobrindo o espaço africano e submetendo as relações de europeus-africanos e litoral-interior a uma nova dinâmica

A indiferença do traçado das estradas carreteiras para com a localização das povoações africanas e dos estabelecimentos comerciais é por demais evidente. Alias João de Almeida, já em 1911, podia afirmar que os africanos «fogem dos caminhos trilhados pelos brancos e mudam as suas povoações para longe. Há por isso, extensas zonas atravessadas por estes caminhos que, povoadas noutros tempos, se encontram presentemente sem habitantes» (Almeida, 1911, p.593).

Os interesses da política colonial e os dos sertanejos também estavam longe de coincidir. Aquilo que era referido nos mapas como «povoações comerciais» consistia em pequenos estabelecimentos de venda a retalho instalados ao longo dos caminhos tradicionais, sem qualquer relação aparente com as embalas e libatas dos chefes africanos e evitando visivelmente a proximidade da circunscrição civil, isto é do poder colonial.

O forte instalou-se próximo da embala grande, mas não ligado a ela por estrada. Em compensação dele irradiavam cinco estradas: para Caconda, Chibia, Quilengues, Capelongo, Lubango. Num arco de círculo em volta da embala grande de Quipungo e do forte do mesmo nome organizavam-se quatro embalas de sobas secundários e 30 libatas de seculos, só ocasionalmente servidas pelas estradas carreteiras, abertas para ligar os estabelecimentos coloniais.

⁵ Ver final do artigo

A definição deste modelo de ocupação, sobreposto à matriz africana do uso do espaço, que na maioria das vezes se seguia às campanhas de ocupação, foi conseguido pela autora após a apreciação de muitas outras cartas geográficas da mesma época, para várias regiões de Angola e Moçambique, cruzadas com relatórios administrativos, militares, de obras públicas, de missões religiosas, da opinião de jornalistas e depoimentos de viajantes.

A área do Sul de Angola, entre o Cunene (Ruacaná) e o Cubango (Catima), fronteira sul da colónia, delimitada em negociações até 1927, foi objecto de grande produção cartográfica de grande escala, que ficou na reserva dos documentos manuscritos. Entre 1904 e 1927, foram produzidos oito mapas deste tipo. Referiremos aqui apenas dois:

Esboço da Capitania-Mór do Cuamato pelo Tenente Marinho, 1919.

Esboço da Capitania-Mor do Cuanhama, 1919. **(Mapa 3)**⁶

No primeiro mapa coabitam as povoações autóctones, os fortes, as estradas, os caminhos e as reservas de água, de primeira importância na área. São registadas as povoações dos chefes das *mucundas* (mais de meia centena) com os seus nomes em maiúsculas e dentro dos limites de cada *mucunda* os topónimos dos *chilongos*. A maior concentração de *mucundas* e *chilongos* encontra-se dentro do triângulo estratégico formado pelas estradas que irradiam dos postos do Cuamato, Otoquero e Damaquero, ficando assim controladas pelo trânsito militar. Neste caso não se evidencia uma matriz com um centro dominante de onde irradiam caminhos e estradas, mas uma ordenação do espaço em função de cacimbas e mulolas, portanto da existência de água (Fig. 3). Aqui, a apropriação do conhecimento autóctone, registado cartograficamente, torna-se mais importante para o controlo administrativo das populações e para a permanência dos quadros coloniais.

Relativamente ao Cuanhama, conquistado em 1915, o mapa de 1919 revela rápidos progressos na ocupação e no aproveitamento de estruturas políticas de comunicações e outras, todas elas já existentes (Fig. 4). A N'Giva, sítio da antiga embala grande, sobre que se

⁶ Ver final do artigo

ergueu o Forte do mesmo nome, mantinha a sua posição de sítio central. Para sul surgem mais três fortes: Ompanda, Matemba, e Chiede, todos ligados entre si por estradas e também ao forte da N'Giva. Em conexão com as estradas, os caminhos ligavam as *mucundas* e *chilongos*. Aqui, contrariamente a outras áreas, as estradas coloniais seguiam de perto o traçado dos caminhos antigos, visto tratar-se de uma zona seca em que a água determina o traçado das vias de comunicação, sejam elas para carregadores, carros boers ou camiões.

Este cenário de guerra, de forte presença militar, boas comunicações e segurança no trânsito automóvel, não comporta qualquer estabelecimento comercial ou residência de europeu, visto que a resistência dos Cuanhamas impedira qualquer contacto antes da conquista militar. A uniformização da organização política e o povoamento colonial, que pressiona directamente as populações africanas e resulta na reordenação do espaço, só viria a surgir nos mapas a partir de 1921, quando desaparece a representação da matriz africana, submersa pelo poder do sistema colonial.

Conclusão

O estudo deste processo de construção das cartas coloniais e sobretudo a valorização e recuperação das fases preparatórias, como instâncias válidas de informação – quer dizer daqueles primeiros mapas de grande escala (que esta comunicação procura explorar), a partir dos quais se chegou, depois, a uma versão mais oficial – tem a vantagem de nos conduzir a períodos cronológicos muito mais vastos e de contribuir para uma mais ampla compreensão de outros fenómenos: quer dos que ali estão, vindos do passado quer dos que ainda hoje se podem recuperar. A hipótese de reconstituição da cartografia dos poderes, num horizonte cronológico vasto, que abarque a história e a actualidade, que abarque as realidades pré e pós-coloniais, só poderá estar completa com a colaboração de outras cientistas sociais. O conhecimento que a cartografia oferece pode e deve ser complementado com os dados da arqueologia, que urge fazer em Angola, e da antropologia que permitirá indagar da «sobrevivência» daquela matriz africana (usos e representações do espaço), nas sociedades após a independência.

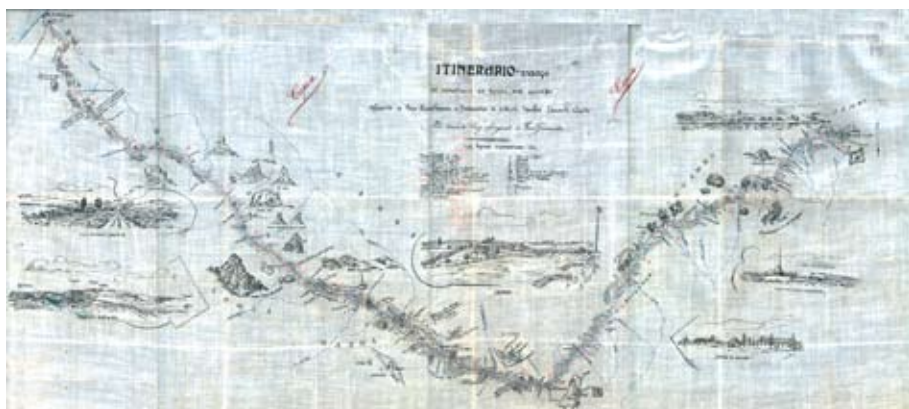
Bibliografia

- ALMEIDA, João de, 1936, Sul de Angola. Relatório de um Governo de Distrito (1908-1910), 1ª ed. 1911, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- AMARAL, Ilídio do, 1980-1981, «Entre o Cunene e o Cubango ou a propósito de uma fronteira africana», Garcia de Orta, série geografia, Lisboa, IICT, 6 (1-2), pp. 1-50.
- CAMBREZY, Luc, 1995, «De l'information géographique. Une liaison subordonnée à une certaine vision de l'espace», Luc CAMBREZY et René de MAXIMY, eds., La cartographie en débat. Représenter ou convaincre Paris, Karthala-Orstom.
- CHRETHIEN, Jean- Pierre, 1989, «Les clivages ethniques dans la longue durée de l'histoire africaine», Les ethnies ont une histoire, Paris, Ed. Karthala.
- COSTA, Nuno André, 2006, «Cartografia científica, cartografia de propaganda: Confronto institucional entre a Comissão de Cartografia e a agência Geral das Colónias» O Domínio da Distância, coordenação de Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato, Lisboa, História e Cartografia, IICT.
- EDWARDS, Adrian C., 1962, The Ovimbundu under two Sove L'reignties. A Study of Social Control and Social Change among a People of Angola, Oxford University Press.
- ESTERMANN, Carlos, «Les Bantous du Sud-Oueste de l'Angola», Etnografia de Angola, vol.2, Lisboa, IICT.
- MACIEIRINHA, Jorge, 2006 «O Sudoeste de Angola em 1929, segundo a Comissão de Cartografia: a elaboração de um mapa», O Domínio da Distância, Lisboa, História e Cartografia, IICT.
- SANTOS, Maria Emília Madeira , 1991, «Para uma melhor compreensão histórica da morte de Silva Porto», Stvdia, Lisboa, CEHCA/IICT, 50, pp.49-57.
- 1998a, «A relação litoral-interior na dinâmica da abertura da África ao mundo exterior», Nos Caminhos de África. Serventia e Posse. Angola Século XIX, Lisboa, CEHCA/IICT.
- 1998b, «Os Lozi e o Zambeze. A água e a organização do espaço», Nos Caminhos de África. Serventia e Posse Angola Século XIX, Lisboa, CEHCA/IICT.

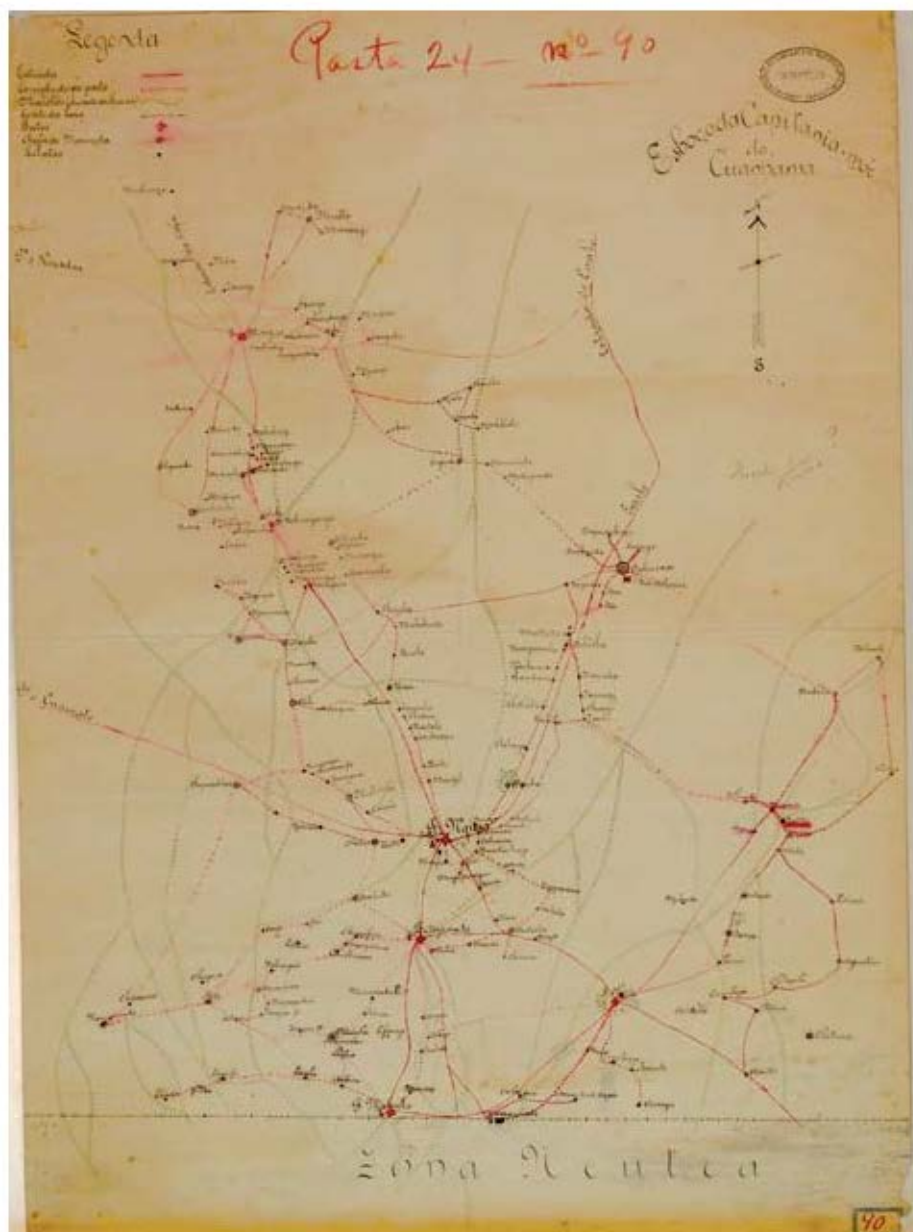
- 1998c, «Rituels et commerce à longue distance en Angola», Nos Caminhos de África. Serventia e Posse. Angola Século XIX, Lisboa, CEHCA/IICT.
- 1998d, «Trajectória do comércio do Bié», Nos Caminhos de África. Serventia e Posse. Angola Século XIX, Lisboa, CEHCA/IICT.
- 2007 (no prelo), coord., Comissão de Cartografia Virtual DVD. Produto do Projecto «Cartografia, Política e Territórios Coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936): um Registo Patrimonial para a Compreensão Histórica dos Problemas Actuais».
- Memória sobre a Fronteira Ocidental do Barotze, 1902 Lisboa.
- «Memória sobre a colónia penal portuguesa do Lovale», Questão do Barotze, 1903, Lisboa, Anexos.
- NASCIMENTO, J. Pereira do, MATTOS, A. Alexandre de, 1912, A Colonização de Angola, Lisboa
- OLIVIER, Roland, 1991, A Experiência Africana, , Rio de Janeiro.
- PAIVA, Artur de, 1938, Artur de Paiva, vol.1, prefácio de Gastão Sousa Dias, Agência Geral das Colónias.
- VELLUT, Jean-Luc, 1980, «África central do oeste em véspera da partilha colonial : um esboço histórico do século XIX», África, 3, S. Paulo, pp.73-120.

Cartografia

- Itinerário- Esboço. De Benguela ao Sambo por Caconda .Pelo Tenente Luis Augusto de Pina Guimarães s.d. [1903], Colecção do CEHCA / IICT.
- Posto Militar de Quipungo. Circunscrição Militar da Chibia, croquis do recenseamento de 1919-1920.Colecção do CEHCA / IICT.
- Esboço da Capitania Mór do Cuamato, pelo tenente Marinho, 1919 . Colecção do CEHCA /IICT.
- Esboço da Capitania Mór do Cuamato, s.d. [1919].Colecção do CEHCA/ IICT.



Itinerário-Esboço. De Benguela ao Sambo por Caconda. Pelo Tenente Luís Augusto de Pina Guimaraes. s.d. [1903].



Esboço da Capitania-Mór do Cuanhama [1919].

A OCUPAÇÃO DO AMBRIZ (1855): GEOGRAFIA E DIPLOMACIA DE UMA DERROTA INGLESA

João Pedro Marques¹

pp 145-158

Introdução

Ainda que o Ultimato tenha sido o momento de maior tensão anglo-portuguesa em torno de territórios africanos, os pontos de fricção nesse campo eram vários e vinham muito de trás. São bem conhecidas as disputas quanto à posse de Bolama ou da baía de Lourenço Marques – disputas que viriam a ter uma resolução arbitrada favorável a Portugal –, tal como é bem conhecida a recusa britânica em reconhecer a soberania de Lisboa sobre a costa angolana situada entre os paralelos 5º 12' e 8º Sul, uma recusa que só se dissiparia no final do século XIX.

Essa recusa teve, contudo, uma importante exceção. Efectivamente, a 14 de Maio de 1855, obedecendo a ordens provenientes de Lisboa, o Governador-Geral de Angola, Coelho do Amaral e o comandante da estação naval, João Máximo Rodovalho, cruzaram para o Ambriz com um efectivo de quase 600 homens a fim de ocuparem o lugar. O desembarque da força portuguesa no dia seguinte provocou algazarra da população africana que se manifestou em atitude de guerra, mas à distância. De posse da terra, Coelho do Amaral estipulou, por portaria de 26 de Maio de 1855, que o Ambriz – onde existiam 2 feitorias inglesas, 1 norte-americana, 1 francesa e 6 luso-brasileiras – ficaria como porto franco para o comércio estrangeiro apenas durante um ano,

¹ IICT – Lisboa.

posto o que aí passariam a vigorar os impostos previstos nas pautas alfandegárias².

Ora, o Ambriz situava-se a 7° 51' de latitude Sul, numa região onde, de acordo com os tratados então em vigor, o governo de Londres não reconhecia qualquer soberania portuguesa. Por outro lado, um dos objectivos prioritários da política britânica relativamente a África era o de garantir que a costa se mantivesse, tanto quanto possível, aberta a uma comunicação não restringida, isto é, inteiramente permeável ao comércio britânico. E, no entanto, em 1855, as tropas portuguesas ocupavam o Ambriz, aí instalando estruturas administrativas e fiscais que passaram a limitar a troca de bens com o interior sem enfrentarem a mais do que previsível oposição da Grã-Bretanha. É certo que, perante o facto consumado, o governo londrino apresentou várias reclamações, por vezes em tom ameaçador, mas acabaria por aceitar a ocupação. Assim, a pergunta que se coloca é a seguinte: como explicar esta surpreendente cedência? Por que razão abriu a Grã-Bretanha uma excepção relativamente ao Ambriz?

Considera-se, por vezes, que a acção militar portuguesa foi bem sucedida porque aproveitou o momentâneo enfraquecimento das forças navais britânicas na zona, devido à guerra da Crimeia (1854-56). É, de facto, verdade que a guerra forçou a Royal Navy a retirar vários dos seus cruzadores da África Ocidental³. Não obstante, os que aí permaneceram – cerca de 16 – eram mais do que suficientes para conter as pretensões expansionistas portuguesas, como cedo se viu quando, após tomar o Ambriz, as forças de Luanda passaram para o Quicembo e foram obrigadas por contingentes militares ingleses e norte-americanos a recuar para aquém do Loje⁴. Efectivamente, as razões que explicam a relativa complacência britânica face à tomada do Ambriz transcendem uma simples fraqueza naval momentânea e relacionam-se sobretudo com vectores de natureza geográfica e diplomática, como veremos seguidamente.

² O prazo de um ano seria, depois, ligeiramente alargado (ver *A Civilização*, 16 de Setembro de 1856).

³ David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Oxford University Press, Oxford, 1987, p. 94.

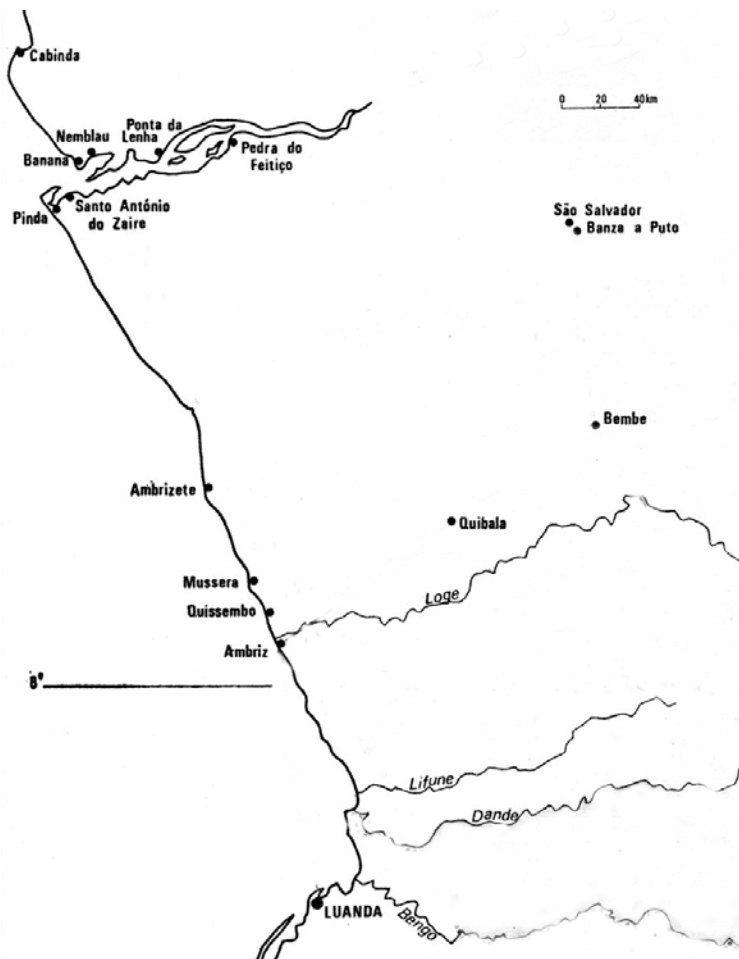
⁴ René Pélissier, *Les guerres grises. Résistance et révoltes en Angola (1845-1941)*, Pélissier, Montamets, 1977, pp. 100-103.

Do erro geográfico ao mal-entendido diplomático

A pressão britânica para que Portugal abolisse o tráfico de escravos deu origem a vários acordos bilaterais anti-escravistas, aproveitados pelos portugueses para definir e delimitar, em concordância com os britânicos, os seus territórios em África. Primeiro, como sucedeu em 1810, o governo português definiu-os de uma forma genérica; depois, de forma explícita, como aconteceu na Convenção adicional de 28 de Julho de 1817, cujo artigo 2º, enunciou claramente os territórios africanos que ambas as nações consideravam portugueses. Na costa ocidental a sul do Equador – aquela que aqui nos interessa – reconhecia-se como português o território compreendido entre os paralelos 8º e 18º de latitude Sul. Contudo, mencionavam-se também os chamados territórios de Cabinda e Molembo, isto é, a linha de costa que ia dos paralelos 8º a 5º 12' de latitude Sul sobre os quais Portugal declarava reservar os seus direitos, ainda que sua posse pela Coroa portuguesa não fosse ratificada pelo governo de Londres⁵.

Ficaram, assim, na costa da actual Angola, dois conjuntos de territórios com um estatuto internacional diferenciado. Uma faixa unanimemente reconhecida como portuguesa; e outra, a norte do paralelo 8º Sul, que Portugal não ocupava mas reivindicava como sua basicamente por 5 razões: a prioridade do descobrimento; a ocupação e posse em algum momento da história; a conquista feita sobre os povos bárbaros; a introdução da civilização e a pregação do evangelho; e o reconhecimento e aceitação dos régulos locais, tributários da Coroa portuguesa. Essa reivindicação manteve-se sempre presente e quando procederam à explicitação do território nacional para o plasmar na Constituição de 1822, os liberais tiveram o cuidado de listar todas as áreas que os portugueses tinham ocupado no passado e que admitiam poder vir a ser necessárias no futuro. Como então se dizia, “apesar de que alguns desses estabelecimentos não estejam presentemente ocupados, não convém que os consideremos, na nossa Constituição, como pontos cedidos e abandonados (...). Julgo que devemos conservar os nossos direitos aos lugares de África que em outro tempo ocupámos, até porque podem sobrevir circunstâncias que instem para nós os guarnecermos

⁵ *Investigador Portuguez em Inglaterra*, Março de 1818, p. 88.



Mapa da costa angolana entre Luanda e Cabinda (adaptado de Pélissier, *ob. cit.*)

outra vez”⁶. Tais circunstâncias surgiram quase imediatamente, na sequência da secessão brasileira, e em 1824, nas instruções para o governador de Angola, determinou-se a ocupação do Ambriz (e, também, da foz do Zaire)⁷. Instruções análogas surgiriam de novo nos anos seguintes e, com maior força a partir do momento em que Sá da

⁶ *Diário das Cortes*, 13 de Agosto de 1822, p. 137 (discurso de Morais Sarmento).

⁷ Instruções a Castelo Branco, 21 e 22 de Fevereiro de 1824, AHU, Conselho Ultramarino, Liv. 543.

Bandeira assumiu funções de governo e decretou a abolição do tráfico de escravos. Contudo, tais instruções não foram levadas à prática, por razões diversas, muitas das quais relacionadas com a falta de vontade política local para estrangular o comércio negroiro.

Será importante explicar que mesmo depois da abolição do tráfico de escravos – decretada em 1836 – a política portuguesa a esse respeito foi marcada por um alto nível de ambivalência. No terreno, os governadores coloniais confrontavam-se com um dilema quase insolúvel: quanto mais eficaz fosse a supressão, tanto pior para as finanças coloniais. A economia de Angola estava assente no tráfico de escravos e a administração da colónia dependia largamente da tributação do comércio externo, em grande parte brasileiro. Sendo perseguidos, os navios negreiros brasileiros tenderiam a afastar-se da área administrativa portuguesa ocorrendo preferencialmente ao Ambriz. E se a perseguição se estendesse até aí, tenderiam a espalhar-se ainda mais para norte, com inevitável prejuízo das alfândegas coloniais. Quer isto dizer que todos os governadores tinham perante si uma dificuldade incontornável: se incrementassem a supressão do tráfico negroiro dignificariam a nação mas arruinariam as finanças locais. Assim, por norma, e para manter o equilíbrio financeiro da colónia, os governadores sentiam-se tentados a fechar os olhos à actividade negreira e, nesse sentido, tendiam a funcionar como uma espécie de contrapeso à acção dos comandantes navais.

Esta duplicidade portuguesa a respeito da supressão só se rompia quando à frente do governo colonial ficava um homem perfeitamente identificado com a necessidade política de suprimir o tráfico. Foi precisamente o que se verificou entre Setembro de 1845 e Agosto de 1848, quando Pedro Alexandrino da Cunha assumiu o governo da colónia, ficando a Estação Naval a cargo de Francisco Gonçalves Cardoso. Foi nesse período que a Armada duplicou a sua produtividade, apresando ou afundando dezenas de navios, ao mesmo tempo que se actuava em terra, queimando barracões em várias partes da costa, desde o Ambriz à área de Benguela. Como era inevitável, essa acção supressora fazia-se a expensas da economia e finanças da colónia. Em meados da década de 1840 várias cartas chegadas de Luanda e publicadas nos jornais de maior circulação davam conta do incremento da acção de supressão e da ruína que, em consequência, se abatia sobre Angola. Efectivamente, o comércio brasileiro foi desaparecendo de Luanda – em 1847 e 1848

não entrou um só navio – e, como esse desaparecimento não era devidamente compensado pelo comércio de outras nações, os rendimentos do ano fiscal foram caindo correspondentemente⁸.

Tratava-se, portanto, de uma situação muito difícil de manter e em Agosto de 1848, terminada a sua comissão, Pedro Alexandrino da Cunha foi substituído no governo de Angola pelo brigadeiro Adrião Silveira Pinto. Com a sua chegada, reapareceu a dualidade comportamental entre as autoridades terrestres e navais portuguesas, pois, como rapidamente se tornou evidente, Silveira Pinto estava longe de possuir o zelo abolicionista do seu antecessor. Opunha-se mesmo à queima de instalações negreiras em terra e procurou asfixiar a esquadra naval, reduzindo para metade o fornecimento de mantimentos aos navios de guerra e ordenando ao respectivo comandante que fizesse regressar bom número deles à metrópole, de molde a aliviar a pressão que exerciam sobre os cofres públicos da província⁹. Enquanto Lisboa insistia, com pertinácia, na ocupação do Ambriz, o governador de Angola desaconselhava tal ocupação ou a de qualquer outro porto a norte do paralelo 8º Sul:

Com o estabelecimento de um ponto fortificado no Ambriz, não se evita a exportação de negros (...) nem creio venha a melhorar os rendimentos (...); antes me parece que o seu estado há-de piorar (...). A importação nesta província é aproximadamente de 1292 contos de réis, a exportação em géneros de comércio lícito não monta a mais de 651 contos; em que é satisfeito o resto? Infelizmente, em escravos, e posto que eles não sejam embarcados em pontos onde existem autoridades portuguesas (...) quanto mais distantes forem esses pontos de embarque da capital da província, menos géneros de permuta aí hão-de entrar, e, por conseguinte, os rendimentos hão-de diminuir¹⁰.

⁸ Para os dilemas da acção naval neste período ver João Pedro Marques, “A Armada portuguesa no combate ao tráfico de escravos em Angola (1839-1867)”, in *Anais de História de Além-Mar*, 1, 2000, pp. 161-193.

⁹ João Pedro Marques, “Lobos no curral: os Ingleses em Luanda em meados de Oitocentos”, in *Actas do V Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico* (no prelo).

¹⁰ Silveira Pinto ao Ministro da Marinha (confidencial), anexo a Vila Nova de Ourém ao Ministro dos Estrangeiros, 30 de Maio de 1849, ANTT, MNE, cx. 387.

Importa sublinhar que a ideia da ocupação do Ambriz não tivera, até então, oposição britânica pela simples razão de que o governo de Londres julgava que o Ambriz se situava exactamente a 8° de latitude Sul e constituía, à luz da letra dos tratados, o ponto extremo do território português de Angola. Esse mal-entendido é surpreendente uma vez que o porto de Ambriz se situava numa costa já conhecida com apreciável rigor desde início do século XVI. É verdade que, nessa época, os mapas não indicavam latitudes mas fizeram-no depois e o trabalho desenvolvido pelos cartógrafos portugueses em meados do século XVII, copiado, modificado e divulgado pelos geógrafos franceses, era desde há muito conhecido na Europa. No início do século XVIII saiu em Amesterdão uma publicação exclusivamente composta por cartas portuguesas que teve grande repercussão entre os geógrafos da época e, depois, os progressos da astronomia e a descoberta do relógio de mola espiral – que permitiram o cálculo exacto da longitude – possibilitaram aos cartógrafos a correcção das coordenadas geográficas e a definição de limites territoriais, até então mal delimitados¹¹.

Paradoxalmente, fosse por erro geográfico ou por simples desatenção, as informações disponíveis no Foreign Office indicavam erradamente que o Ambriz se situava a 8° de latitude Sul. Em consequência, e porque esse porto era, na década de 1840, um dos mais importantes focos do comércio negreiro, multiplicavam-se as reclamações britânicas quanto à passividade portuguesa em cercear o tráfico de homens que se fazia a partir daí. Em 1842 os marinheiros da Royal Navy desembarcaram no local e queimaram vários barracões pertencentes a negociantes portugueses. O governo de Lisboa – que concebia o Ambriz como uma das zonas sobre as quais reservara os seus direitos – encarou o facto como um acto de hostilidade e apresentou um protesto formal¹². Pela sua parte, a Inglaterra, que supunha o Ambriz em zona reconhecida-mente portuguesa, aceitou a reclamação e deu ordens aos seus navios para não fazerem desembarques a não ser quando directamente solicitados pelas autoridades portuguesas. No entanto, e em conformidade com essa interpretação, continuou a fazer várias reclamações contra

¹¹ Maria Emília Madeira Santos, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, CEHCA, IICT, Lisboa, 1988 (1ª ed. de 1978), p. 125.

¹² Falcão a Gomes de Castro, 1 de Outubro de 1842, ANTT (MNE), cx. 384.

o prosseguimento do tráfico a partir desse ponto, insurgindo-se pelo facto de as autoridades de Luanda não tomarem medidas radicais quanto à infracção¹³.

Emendar a mão mas dar o flanco

O mal-entendido começou a desfazer-se apenas na segunda metade da década de 1840. O tratado anglo-português de 1842 impunha a instalação de uma Comissão mista em Luanda para julgamento sumário dos navios negreiros, razão pela qual alguns funcionários britânicos estabeleceram residência permanente na cidade. Assim que aí chegaram, os comissários iniciaram uma indagação sistemática sobre a vida local, as potencialidades económicas da região e, também, sobre a sua geografia. Foi em boa parte por essa razão que Charles Clinton, o primeiro comissário a chegar a Luanda, no início de 1844, percorreu incansavelmente, a cavalo, as imediações da cidade até ao Bengo e ao Icolo¹⁴. Clinton não resistiria mais de 6 meses às febres tropicais mas o seu trabalho prospectivo seria continuado pelo cônsul Brand e pelo comissário Edmund Gabriel que, a bordo dos navios da Royal Navy, fizeram várias visitas ao longo da costa, entre Cabinda e Moçâmedes. Na sequência dessas diligências, fosse por observação directa fosse por informações recolhidas localmente, os funcionários britânicos começaram a aperceber-se de que lhes tinham sido fornecidas várias informações geograficamente erradas¹⁵.

No que respeita ao Ambriz, o primeiro sinal de que alguma incorrecção haveria surgiu em 1846 no decorrer do julgamento do brigue *Boa União*, capturado pela corveta *Urânia*, da Armada portuguesa, nas imediações desse porto, a 7° 36' de latitude Sul. A defesa do navio negreiro suscitou a importante questão de saber qual era exactamente a extensão do território português (e conseqüentemente, o que deviam ser considerados os mares territoriais de Portugal). O juiz de direito

¹³ Ver carta do capitão Foote ao Presidente do Conselho de Governo de Angola, 2 de Agosto de 1843, in ANTT (MNE), anexo ao ofício de Walden a Gomes de Castro, 8 de Março de 1844, cx. 496.

¹⁴ Carpo a Aberdeen, 11 de Agosto de 1844, PRO FO 84/521.

¹⁵ Gabriel a Palmerston, 5 de Agosto e 1850, PRO FO 84/792.

pronunciou-se a favor da absolvição da *Boa União* por não ter sido detida em águas portuguesas e, sempre atentos, os comissários britânicos informaram o Foreign Office de que o Ambriz estaria, de facto, situado não a 8° mas a 7° 51' de latitude Sul¹⁶.

Londres não valorizou imediatamente essa informação. No final desse ano, Palmerston avisou o governo português de que não admitiria qualquer interferência com o comércio britânico em qualquer ponto da costa angolana a norte do paralelo 8° Sul mas, ao mesmo tempo, reafirmou que, nessa costa, o Ambriz constituía o ponto extremo reconhecido pela Grã-Bretanha como pertencendo a Portugal: “Ambriz is the extreme northern point recognized by Great Britain”¹⁷. Seria apenas em finais do ano seguinte que o estadista terá verificado que o Ambriz estaria situado para além daquela parte da costa cuja soberania fora admitida por tratados como pertencente à Coroa Portuguesa¹⁸. Todavia, deu instruções aos comissários em Luanda e ao embaixador em Lisboa para que evitassem tocar no assunto com as autoridades portuguesas¹⁹.

Ora, a tentativa de esconder o erro era infrutífera dada a produção de afirmações manifestamente contraditórias. Por um lado a Inglaterra avisara que não admitia ingerências a norte do paralelo 8°; por outro, reconhecera que o Ambriz – que estava a norte do paralelo 8° – era português. Assim, e ainda que todas estas declarações ocorressem no conturbado contexto da Patuleia e da instabilidade política que só terminaria em 1851, com a Regeneração, os governantes portugueses aperceberam-se rapidamente da falha e da conseqüente fragilidade diplomática britânica, da qual tentaram tirar proveito através de uma abordagem moderada que procurava persuadir o governo de Londres de que a ocupação do Ambriz por forças portuguesas seria um passo em frente no combate ao tráfico de escravos. A questão da escravatura fazia parte do léxico e do arsenal das relações internacionais a respeito da

¹⁶ Gabriel e Brand a Aberdeen, 25 de Março de 1846, PRO FO/84 626.

¹⁷ Nota de Palmerston a Moncorvo, 30 e Novembro de 1846, transcrita in *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola* (doravante *BOGGPA*), 26 de Julho e 2 de Agosto de 1856, pp. 9 e 1, respectivamente.

¹⁸ Referido em Seymour a Tojal, 9 de Novembro de 1850, transcrito in *BOGGPA*, 2 de Agosto de 1856, p. 1.

¹⁹ Despacho de 2 de Dezembro de 1847, PRO FO 84/671.

África ou das Américas e não era um exclusivo inglês. Desde a segunda metade da década de 1830 que os portugueses tentavam fazer sistematicamente aquilo de que acusavam os britânicos, isto é, tentaram usar a questão da escravatura como forma de mais facilmente atingirem as suas metas imperiais. Daí que um dos principais pretextos para a ocupação do Ambriz por forças e autoridades portuguesas fosse o de acabar com o tráfico da escravatura, que se fazia em larga escala a partir dali. Essa meta política já fora enunciada no final da década de 1830, por Sá da Bandeira. Tratava-se, nessa época, de uma justificação pouco credível ou inatendível, dado o envolvimento disseminado dos portugueses no *odioso comércio* e a manifesta incapacidade da administração para o cercar. Agora, em finais da década de 1840, para legitimar as suas pretensões e forçar a anuência de Londres, os executivos portugueses já podiam invocar com alguma razão de ser a extensão da ocupação territorial a coberto da *filantropia* e do direito moral de intervir no combate contra o tráfico de escravos²⁰. Efectivamente, e uma vez que Portugal conseguira restringir, ou até mesmo impedir, o tráfico feito a partir das áreas que dominava, uma forma possível de melhorar o resultado da supressão em África passava pelo alargamento da administração portuguesa a zonas que a Coroa reivindicava mas ainda não ocupava. É importante notar que essa reivindicação era, em princípio, apoiada pelos comissários ingleses em Luanda, que acreditavam que o alargamento da soberania portuguesa até Cabinda e Molembo aumentaria as hipóteses de sucesso “in this noble cause of humanity”²¹.

Contudo, Palmerston não perfilhava a perspectiva dos seus comissários. Não porque não fosse sensível à causa da humanidade – longe disso – mas porque era igualmente sensível aos interesses comerciais britânicos e o Ambriz, de acordo com os mais recentes relatórios, era palco de um importante trato lícito britânico, calculado em cerca de 90 mil libras esterelinas por ano²². Como sempre acontecera, o abolicionismo britânico procurava fundir estreitamente humanitarismo e interesse material, operação que colocava diversos dilemas, sobretudo

²⁰ Gomes de Castro a Seymour, 12 de Dezembro de 1848, ANTT, MNE, livro 184. Ver também Tojal a Howard, 6 de Novembro de 1850, PRO FO 84/799.

²¹ Gabriel e Brand a Aberdeen, 25 de Março de 1846, PRO FO 84/626.

²² Gabriel a Palmerston, 5 de Agosto de 1850, PRO FO 84/792.

na década de 1840 visto que a teoria anti-tráfico então em voga na Grã-Bretanha defendia que, em alternativa a uma acção musculada que incidisse sobretudo nas nações ocidentais, se optasse por uma política mais ampla e complexa que procurasse mobilizar as energias e potencialidades da própria África contra o *odioso comércio*. Ou seja, acreditava-se que seria necessário prosseguir a política de supressão e, ao mesmo tempo, persuadir os próprios africanos a abdicarem do tráfico em favor de empreendimentos agrícolas ou comerciais. Ora, em locais onde o comércio de homens coexistia com o comércio lícito, tinha de se oferecer a esses africanos um conjunto de alternativas económicas que só o comércio livre estaria em condições de proporcionar. Segundo essa teoria, o baixo preço das mercadorias que os ingleses colocavam em África permitiria estimular a produção local de produtos minerais, vegetais e animais e isso seria, garantidamente, o mais poderoso remédio para a erradicação do tráfico de escravos e o mais poderoso preventivo contra o seu reaparecimento. Se o governo de Lisboa abdicasse do seu escudo proteccionista, abrisse mão de vários monopólios e diminuísse o nível de impostos que incidiam sobre o comércio estrangeiro, a expansão do seu domínio ao longo da costa africana seria bem vinda. De outro modo seria nociva não apenas aos interesses comerciais ingleses, mas também aos da própria humanidade em África.

Era essa teoria que orientava a acção de Palmerston que, em conformidade, procurou resistir diplomaticamente à pretensão portuguesa de ocupar o Ambriz. Mas, atendendo a tudo o que se passara nos anos anteriores, os seus argumentos eram frágeis. Efectivamente, começou por alegar que não poderia confiar-se em Portugal para combater o tráfico de escravos pois a própria experiência haveria supostamente demonstrado ser mais fácil combatê-lo em zonas governadas pelos chefes africanos do que naquelas que os portugueses dominavam: “when treaties are made by Great Britain with african Chiefs for the suppression of slave trade, those treaties are generally observed, while unfortunately in the Portuguese colonies the treaty between Great Britain and Portugal is constantly violated or evaded”²³. No entanto, esta linha de defesa era dificilmente sustentável pois no passado recente a Grã-Bretanha louvara assiduamente o zelo e empenhamento

²³ Palmerston a Pakenham, 17 de Outubro de 1851, PRO FO 84/840.

português no combate ao tráfico negreiro. Existiam, por conseguinte, dezenas de louvores britânicos a governadores coloniais, a homens da Armada ou, num âmbito mais geral, ao próprios governos portugueses que, como Lisboa cedo sublinhou, desmentiam as recentes apreciações de Palmerston²⁴.

Ciente da fragilidade da sua argumentação, Palmerston procurou juntar-lhe uma segunda tese, que não era mais sólida. De facto, em 11 de Outubro de 1850 comunicou oficialmente à Coroa portuguesa que o Ambriz nunca poderia ser considerado território português, posição que manteria nos anos seguintes: “Ambriz is clearly beyond the limits of the Portuguese dominions”²⁵. Ora, como Tojal, o então ministro dos Estrangeiros, logo notou, considerar o Ambriz fora do território português era uma asserção que estava “em manifesta contradição com a linguagem a este respeito empregada pelo próprio Lord Palmerston” na sua nota de 30 de Novembro de 1846²⁶. Algo que o ministro britânico era, naturalmente, forçado a reconhecer. Contudo, acentuava que essa “apparent inconsistency” resultara de “wrong information as to the precise geographical position of that place” – isto é, resultara de um erro geográfico – e, portanto, não poderia ser oposta com êxito aos termos do tratado nem à linguagem que ele próprio passara a empregar depois da rectificação do erro em questão²⁷. Ainda que essencialmente verdadeira, a tese do erro era politicamente imprestável porque assentava numa incompreensível incúria. Nos roteiros de navegação portugueses ou ingleses o Ambriz estava claramente situado a norte do paralelo 8º de latitude Sul. O roteiro de Pimentel (1681), por exemplo, situava-o a 7º e 1/3 enquanto que o *Sailing Directory*, de Purdy, o colocava a 7º 52’²⁸.

Face a uma tão débil sustentação diplomática foi possível a Portugal escolher o momento certo e avançar de forma unilateral, ocupando o Ambriz e fundamentando essa ocupação na base de argumentos imbatíveis. Como Sá da Bandeira dizia, essa ocupação era um dever

²⁴ Tojal a Howard, 6 e Novembro de 1850, PRO FO 84/799.

²⁵ Palmerston a Pakenham, 17 de Outubro de 1851, PRO FO 84/840.

²⁶ Tojal a Howard, 6 e Novembro de 1850, PRO FO 84/799.

²⁷ Palmerston a Seymour, 13 de Janeiro de 1851, PRO FO 84/839.

²⁸ Visconde de Sá da Bandeira, *Factos e considerações relativas aos direitos de Portugal sobre os territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz, e mais logares da Costa Occidental d’Africa situada entre o 5º grau e 12 minutos e o 8º grau de latitude austral*, Lisboa, 1855.

para o governo português, a partir do momento em que Londres alterara a sua perspectiva quanto aos direitos da Coroa de Portugal a esse território “porque poderia inferir-se que ele aceitava a nova interpretação e abandonava direitos que durante três séculos haviam sido possuídos pela mesma Coroa”. Admitia-se que essa ocupação pudesse ser desagradável a uma ou duas casas comerciais inglesas ou americanas, que aí faziam consideráveis lucros, mas haveria alguém que, de boa-fé, pudesse contestar que ela tenderia a reprimir o tráfico e, com isso, a diminuir a necessidade de cruzeiros numerosos e onerosos?²⁹ Sublinhe-se, a propósito, que mesmo depois de o Ambriz ter sido ocupado por forças portuguesas, os comissários britânicos em Luanda continuaram a manter a ideia de que essa ocupação seria benéfica para a supressão do tráfico de escravos (ainda que fosse prejudicial ao comércio inglês)³⁰.

Conclusões

No século XIX Portugal e a Grã-Bretanha disputaram por diversas vezes o controlo ou a posse de territórios africanos. A história nacional habituou-se a enaltecer as duas vitórias diplomáticas que garantiram a posse de Bolama e de Lourenço Marques e a invectivar a perfídia britânica que destruiu o sonho do mapa cor-de-rosa e urdiu o Ultimato. O caso do Ambriz, tem sido, curiosamente, ignorado.

Ora, este caso é a vários títulos interessante. Desde logo porque mostra a importância vital de uma cartografia rigorosa na disputa territorial entre as potências e como uma vitória diplomática podia ser construída a partir do confronto entre uma informação geograficamente correcta e a informação eivada de erros. Revela, também, como após tantos séculos de conhecimento e escrutínio geográfico ainda havia zonas na orla costeira mal localizadas cartograficamente. Uma constatação que deve pôr-nos de sobreaviso quanto às margens de indefinição e de erro, que existem em toda a actividade humana, e que fazem com que, em História, seja muito arriscado deduzir a partir de conhecimentos

²⁹ Id., *ibid.*

³⁰ Jackson e Gabriel a Clarendon, 16 de Fevereiro de 1856, PRO FO 84/985.

ou leis gerais. Em Portugal olhou-se com enorme desconfiança para a mudança de posição do governo de Londres relativamente ao Ambriz, e teceram-se interpretações mais ou menos malévolas a seu respeito. A documentação mostra, porém, que essa mudança de posição correspondia ao emendar de um erro. Esquecemos, muitas vezes, que o erro faz parte da história e que até mesmo uma estrutura como o Foreign Office e um super-ministro como Palmerston estavam sujeitos a ele.

Mostra, por fim, como o humanitarismo anti-escravista foi usado de formas diferentes, como elemento de defesa ou como arma de arremesso, para corresponder ao que eram os interesses de cada potência, a cada momento. No caso britânico, e na época que aqui nos interessa, o caso do Ambriz mostra como esse humanitarismo podia estar em contradição com os mais pragmáticos interesses da expansão comercial britânica, e como, na esfera governamental, se procurou solucionar ideologicamente essa contradição.

ANGOLA-CONGO. L'INVENTION DE LA FRONTIÈRE DU LUNDA (1889-1893)

Jean-Luc Vellut¹

pp 159-183

Introduction

Les frontières dans l'Histoire moderne de l'Afrique équatoriale

La notion de frontières est aussi ancienne en Afrique équatoriale que celle des pouvoirs fonciers, des identités ethniques, des pouvoirs politiques, tous ont connu différentes formes de délimitation, inégalement précises et inégalement stables. Il en résultait une superposition de frontières, sans exclusives. Les grands itinéraires commerciaux et les principaux marchés contribuaient aussi à structurer l'espace mais suivant des délimitations de fait plus que de droit. (Santos, M.E. Madeira, 1998). Avec l'entrée en scène d'intérêts européens et les premières étapes d'une transition vers un âge moderne de l'histoire de l'Afrique équatoriale, des frontières nouvelles vinrent s'ajouter à ces frontières anciennes. Ces nouvelles frontières renvoyèrent cette fois à un autre héritage, modelé sur les pratiques européennes qui s'étaient généralisées au cours du XIXe siècle, fondées sur la conception des Etats comme des blocs homogènes, bénéficiant de démarcations claires et rationnelles, évitant les enchevêtrements confus hérités du passé.

La transition entre différentes conceptions des frontières ne s'effectua pas brutalement. A une époque où les frontières européennes étaient elles-mêmes en voie de formation, la cartographie européenne des XVIe et XVIIe siècles témoigne des conceptions géopolitiques africaines, fondées

¹ Professeur émérite, Université Catholique de Louvain, Belgique.

sur des frontières imprécises et en superposition. Elle était en fait limitée à des points de repère qui permettaient de situer des zones d'influence politique ou culturelle. On y retrouve des noms de «peuples», de «nations», voire d'ensembles politiques plus structurés, «royaumes» ou «empires».

La question de définir des frontières précises ne se posait pas dans ce contexte. Il en alla autrement lorsqu'il s'est agi de délimiter les relations entre comptoirs européens établis en Afrique. Les négociations s'inscrivirent alors dans un moule emprunté aux traités frontaliers entre États européens. En témoigna la frontière établie sur la côte atlantique au terme de la négociation franco-portugaise qui aboutit en 1786 à la convention de Madrid. Celle-ci fut le premier acte du système diplomatique européen à définir une frontière en Afrique équatoriale. Selon le *modus vivendi* négocié à cette occasion, La France et le Portugal se mirent d'accord sur un accès commun au territoire de Cabinda revendiqué par les Portugais. Il appartint au traité de Rio signé entre l'Angleterre et le Portugal le 22 janvier 1815 d'inaugurer dans la région la définition de frontières sur une base astronomique. Les frontières de l'Angola reconnues internationalement y étaient définies sur les côtes, au sud du fleuve Congo, entre 8° et 18° latitude S. Celles des territoires sur lesquels le Portugal «réservait ses droits» prolongeaient ces limites au nord, vers l'embouchure du Congo et au-delà, de 8° à 5°12' latitude S. Cette revendication ne reçut pas de confirmation internationale mais elle fut rappelée dans les textes constitutionnels portugais qui inclurent dans le territoire national portugais cette extension vers le nord de l'Angola traditionnel.

Ce chapitre des relations intra-européennes en Afrique équatoriale préfigurait l'âge des frontières modernes de l'âge impérialiste, lorsqu'il s'agit de constituer en Afrique des espaces politiquement cohérents, placés sous l'autorité directe ou indirecte de pouvoirs européens et dotés cette fois de frontières définies avec la précision d'un cadastre.

À partir de cette préoccupation générale, et dans la tradition de la géopolitique occidentale du temps, il devint souhaitable de s'appuyer chaque fois que possible sur des points de repère naturels, destinés avant tout à établir des démarcations incontestables vis-à-vis de concurrents éventuels. Une autre exigence fut de trouver des points d'appui dans la géographie humaine locale à partir d'une meilleure connaissance des économies politiques africaines. Ce travail d'inventaire, long et exigeant, donna naissance à une cartographie riche en renseigne-

ments, non seulement sur les aspirations européennes mais aussi sur le monde complexe des frontières africaines et en particulier sur les superpositions incertaines entre pouvoirs politiques et communautés culturelles. Les cartes de l'époque témoignèrent certes de programmes de domination mais aussi, dans le même temps, du progrès des connaissances et de la transmission dans le domaine écrit de savoirs africains oraux. (Black, J., 1997).

Ce processus ne se déroula pas sans malentendus. C'est ainsi que les représentations cartographiques de territoires ethniques ou politiques comme autant d'espaces cohérents, homogènes, reposaient sur une incompréhension de la fluidité des concepts d'ethnie et de dépendance politique dans les sociétés africaines du temps. L'idée qu'il eût été possible de structurer l'Afrique équatoriale en territoires ethniques homogènes et que cette possibilité a été écartée au profit de décisions arbitraires de type colonial, imposées «d'en haut», fait pourtant partie du stock des idées reçues sur les frontières coloniales. Pour nous en tenir aux frontières du Lunda, cette vision ferait la part trop belle à un facteur colonial présumé indifférent aux situations humaines et géographiques existantes. (Amaral, I. do, 1997. Ngulambungu, C.E. Maboloko et Nicolai, H., 1999). Dans ce cas au moins, l'insertion de frontières coloniales nouvelles, pour toute autoritaire qu'elle eût été, répondit aussi, en partie, à des impératifs locaux et elle ne détruisit pas les tissus existants. Les périmètres approximativement définis par des identités ethniques, les liens plus ou moins serrés maintenus avec des capitales politiques anciennes, les délimitations des propriétés foncières collectives, autant d'héritages africains qui ne furent pas rayés de la carte. Certes, des espaces politiques, économiques et culturels nouveaux et de nouvelles identités se structurèrent au sein des nouvelles frontières coloniales mais celles-ci s'ajoutèrent aux superpositions héritées du passé. Les légitimités nouvelles, puissamment entretenues par les États coloniaux, ne furent en effet pas exclusives des identités anciennes. Cette souplesse sur le terrain explique sans doute que les frontières «artificielles» de l'Afrique équatoriale ne furent pas remises en question par les États postcoloniaux mais qu'elles bénéficièrent au contraire d'un regain de légitimité après la chute des empires coloniaux. (Henriques, I. Castro, 2004).

Les pages qui suivent sont consacrées à l'invention d'une frontière dans un ensemble ethnique morcelé à l'extrême mais dont plusieurs

composantes se reconnaissaient une même filiation au pouvoir prestigieux de la *mussumba*, siège de la Cour du *Mwant Yav*. Transcontinentale dans son extension, l'alliance lunda – J. Vansina parle de *commonwealth* – s'étendit au cours du XVIIIe siècle, de la *mussumba* jusqu'au Kwango au nord-ouest et au Luapula à l'est. Une autre source de structuration provint de l'essor au XIXe siècle d'une économie commerciale centrée sur les marchés intérieurs de l'Angola, Ambaca, Malanje, Quimbundu, Bié, et bientôt de leurs annexes plus loin à l'est, auprès du *Mwant Yav*, ou encore dans le haut Zambèze, ou enfin, plus tard dans la région entre Lulua et Kasai. Dans cette dernière zone, des petits centres commerciaux et d'artisanat angolais s'établirent dans le courant des années 1870. Connue sous le nom de Lubucu, elle tirait son appellation d'une association née sous l'inspiration tshokwe qui incarnait une rupture du moderne avec l'ancien tel qu'il était incarné dans les vieux pouvoirs luba. Les grands itinéraires qui furent «ouverts» à cette occasion contribuèrent à une réorganisation territoriale de l'Afrique équatoriale définie en terme de zones d'influence économique. (Santos, M.E. Madeira, 1998. Vellut, J.-L., 1972).

Cette nouvelle frontière entraîna la dislocation de l'alliance lunda, confrontée au modèle en expansion de communautés africaines commerçantes, liées plus ou moins directement aux comptoirs de la côte. Ce monde était composite. On y trouvait des communautés de culture relativement homogène, comme les Zombo du nord-est du Kongo, ou les Tshowe à l'Est de l'Angola, mais aussi d'autres de caractère cosmopolite, sans identification ethnique claire. C'était le cas des Ambaquistas, Njinga, Bondos ou Mbangala de l'hinterland de Luanda (HEINTZE, B., 2002). Tous animaient une dynamique du commerce à longue distance, porteur de technologies et d'idéologies nouvelles. L'expansion tshokwe s'avéra particulièrement influente car elle s'accompagna d'une immigration définitive et non de la fondation de relais isolés. Elle porta un coup décisif aux régions centrales de l'alliance lunda. (Alexandre, V. et Dias, J., coord., 1998, p. 485-487).

Les négociations autour de la délimitation d'une frontière politique précise entre Angola et Congo furent dominées par l'idée d'un compromis à atteindre entre le Portugal et l'EIC dans le contexte plus général d'une situation de tension internationale mais aussi à partir d'arguments à la fois politiques et économiques tirés de la situation locale. Celle-ci

possédait plusieurs volets. Les références politiques aux Etats anciens qui faisaient partie de l'alliance lunda entrèrent certes en ligne de compte dans le processus de négociation mais, en arrière-plan, se profilait aussi l'avenir des espaces commerciaux et de leurs principales voies de communication. Les exigences de compromis imposèrent en outre de prendre en compte des repères géographiques afin que des frontières «naturelles» fixent de manière permanente les frontières issues de la table de négociation et des repérages sur place qui suivirent.

Les pages qui suivent font partie d'un essai plus vaste, en cours de préparation, et qui aborde plus en détail ce jeu d'aller-retour entre projets rivaux animés à la fois à partir du centre et de la périphérie du système impérialiste. Basées en bonne partie sur des sources inédites, elles ont l'ambition d'élargir les contextes que nous ont légués les récits coloniaux classiques de la «question du Lunda». (Santos, E. dos, 1966. Zuylen, P. van, 1959, p. 215-232).

Dialectiques entre le centre et la périphérie

Au moment des conventions signées en marge de la conférence de Berlin, le Lunda avait été laissé en blanc, recouvert par le «royaume du Mouata-Yanvo» (**carte N° 1**)². La région entra toutefois bientôt sur la scène de la diplomatie de l'impérialisme à partir de trois grands desseins stratégiques qui, chacun, couvrait une grande part de l'Afrique équatoriale. Dans chaque cas, cette entrée s'opéra en marge de négociations portant en priorité sur d'autres objectifs. Le projet historique d'une réunion transcontinentale entre Angola et Mozambique figure en premier lieu. Ranimé au Portugal dans le sillage de la Conférence de Berlin, en compensation aux désillusions engendrées par cette réunion, ce rêve d'empire s'appuyait sur une tradition d'expéditions au long cours, dont certaines consignées dans des relations écrites, mais il souffrit de l'absence d'occupation portugaise sur le terrain (SANTOS, M.E. MADEIRA, 1988) et ceci à un moment où était de plus en plus dévaluée la notion, vague et «ouverte», de *sphère d'influence*. Au nord du Zambèze en effet, le Portugal se vit défié par des synergies inattendues

² Voir les cartes à le fin de l'article

entre intérêts aussi différents que ceux de Cecil Rhodes, messenger du capital minier international, et ceux des Eglises écossaises implantées aux abords du lac Nyassa. Les protestations portugaises que cette région faisait partie de l'hinterland du Mozambique depuis le XVII^e siècle ne firent pas le poids devant de tels adversaires. En juin 1888, l'annonce de la création par Rhodes de la British South Africa Co. (BSACo.) fut durement ressentie à Lisbonne où, suivant un fantasme répandu à l'époque, on vit se dresser le fantôme d'une nouvelle Compagnie des Indes. Un nouveau rêve transcontinental, vertical et britannique cette fois, venait interférer avec le projet portugais, horizontal.

Dans ces moments de tension, le Portugal rechercha l'appui moral de puissances susceptibles de s'opposer aux avancées britanniques. En 1886 et 1887, il obtint effectivement que la France et l'Allemagne prennent bonne note, sans autre engagement, des cartes reprenant le projet portugais de liaison Angola-Mozambique (*mapas cor de rosa*). (Nowell, C.E., 1982). En décembre 1888, Lisbonne chercha à y ajouter l'assentiment de l'EIC, une démarche qui fit indirectement du Lunda un enjeu de politique internationale. Cette demande vint en effet à un moment où Léopold II développait, lui aussi, une vision stratégique de grande envergure et rêvait d'établir le contrôle congolais sur un axe nord-sud, du bassin du haut-Nil et du Bahr el-Ghazal, aux Grands Lacs, du Victoria au lac Albert et au Nyassa. La démarche de Lisbonne pour que l'EIC reconnaisse une *sphère d'influence* portugaise entre Angola et Mozambique lui fit entrevoir la possibilité d'un règlement général des frontières entre l'EIC et le Portugal, du Kwango au lac Nyassa. Dès janvier 1889, le roi offrit à Lisbonne un partage nord-sud du Lunda, maintenant la frontière congolaise au Kwango par 6° de latitude S et de là vers l'est, jusqu'au fleuve Kwilu, et ensuite le cours de celui-ci en amont, jusqu'à la ligne de faite Congo-Zambèze. En échange de se voir reconnu une extension du Kwango au Kwilu, le Portugal garantirait au Congo un accès au lac Nyassa, fermant ainsi la route aux poussées anglaises dans cette région. A ce moment, une ébauche de route, la *Stevenson Road*, était en effet en passe de relier les missions anglaises du sud du lac Taganyika aux missions écossaises du Nyassa. Ce projet avait aussi une vocation commerciale et il menaçait les frontières, encore inoccupées, du Katanga congolais.

A Lisbonne, le ministre Barros Gomes refusa toutefois d'envisager un échange de territoires. Le Portugal revint sur le sujet deux ans plus

tard mais ce fut alors l'EIC qui se déroba, à un moment où, faute de pouvoir utiliser le Portugal contre l'Angleterre, Léopold s'était tourné vers Londres. Dorénavant, il aborda la question du Lunda en utilisant l'Angleterre contre le Portugal. Le roi avait entre-temps accordé la priorité à l'«occupation effective» du bassin du Kwango, une région pour laquelle on ne disposait même pas d'une de ces cartes imaginaires qu'évoquait Van Eetvelde, alors fidèle second du roi: «la région est restée vierge de toutes ces teintes colorées qui d'ordinaire marquent les ambitions territoriales bien avant que les espérances soient devenues des droits».

Tandis que, en mars 1889, Serpa Pinto s'embarquait à Lisbonne pour l'Afrique orientale et que tous les regards du Portugal étaient dirigés sur le Nyassa et le Zambèze, Léopold II dépêchait la première expédition congolaise de repérage dans le Kwango. Elle avait pour instructions de conclure une alliance avec Mwene Putu Kasongo, le *Kiamvo* de tradition lunda en pays yaka, de poursuivre en remontant le Kwango jusqu'à la ligne de faite Congo-Zambèze et enfin de rejoindre le Kasai en descendant le Lubilash. La mission se heurta toutefois à l'opposition du *Kiamvo* et ne put poursuivre sa route vers le sud au-delà de la capitale yakas, Kasongo Lunda.

C'était le moment où les responsables de la politique africaine du Portugal prenaient conscience de l'entrepreneur voisin qui s'installait à la périphérie de l'Angola. A Lisbonne, jusque là, on se représentait l'Etat du Congo comme une spéculation sans lendemain, «hybride concept géographique de la diplomatie européenne, enfanté par les fantasmes d'un reporter comme Stanley et le caprice scientifique du roi Léopold» (Chagas, Pinheiro, 1890, p. 202). On découvrait maintenant que cet Etat était animé de la dynamique des entreprises modernes et qu'il était en voie de concurrencer les grands débouchés du commerce angolais. Le projet de chemin de fer de Matadi au Stanley Pool qui prenait forme à ce moment cristallisa ces craintes. Il n'échappa pas à la presse de Lisbonne que ce projet donnerait enfin un sens économique à l'entreprise de Léopold II tout en compromettant la rentabilité du chemin de fer d'Ambaca alors en construction. Ainsi qu'un proche collaborateur du roi le lui recommandait en septembre 1885, il faut agir rapidement et dans le plus grand secret pour ne pas être devancés par les Portugais: «le Kasai sera une des grandes routes commerciales de l'avenir, ce qui

ruinerait absolument Ambriz et Luanda». Effectivement, les quelques avant-postes du Congo sur le Kasai engagèrent bientôt une guerre des prix contre le commerce angolais du Lubucu: le transport fluvial entraînait en concurrence avec le transport terrestre.

Quelques mois après les sondages effectués par Léopold II auprès du gouvernement portugais, il fut de nouveau question du Lunda dans un projet de *deal* suggéré cette fois par Harry Johnston. Proche de Salisbury et désigné comme consul britannique au Mozambique, Johnston visita Lisbonne en avril 1889. Il y tint des conversations informelles, cherchant à obtenir l'accord portugais en faveur de l'acceptation d'un couloir britannique au travers du Zambèze et qui viendrait en prolongement vers le nord des concessions de Rhodes en Afrique australe. Cette proposition s'insérait dans une vision plus vaste, transcontinentale, visant à mettre sous pavillon britannique l'axe sud-nord, du Cap au Caire, un plan inconciliable avec le projet est-ouest défendu par le Portugal. Pour prix de cette concession, Johnston offrit de sa propre initiative de laisser la voie libre à une extension portugaise dans l'ensemble du Lunda. La démarche était révélatrice de la fertile imagination d'un homme qui, au cours des années précédentes, avait produit deux projets de réorganisation territoriale du Lunda, l'un, en 1886, le partageant en trois zones entre Angola et Congo, l'autre, en 1888, le situant entièrement dans les frontières de l'EIC tandis que l'Angola était rejeté à l'ouest du Kwango. (Oliver, R., 1957, p. 102 et 137).

Dans l'immédiat, venant alors que Serpa Pinto était en route vers l'Afrique, la proposition de Johnston de laisser toute liberté au Portugal vers le Lunda en échange d'un retrait du Zambèze resta sans écho. Elle devait toutefois refaire surface un peu plus tard, toujours comme solution à l'affrontement anglo-portugais dans la région du Zambèze et du Nyassa.

La crise: levée de rideau, 1889-1890

«L'Angleterre partage l'Afrique», notait Léopold II en août 1890, une conclusion que l'avenir devait confirmer. Depuis quelque temps, en effet, prenaient forme les différentes composantes d'une nébuleuse anglaise bientôt en pleine expansion. Souvent rivales, elles négociaient

les unes avec les autres et finalement, d'une manière ou d'une autre, étendaient le contrôle britannique en Afrique équatoriale.

Ces différents projets n'étaient pas sans imposer des arbitrages avec d'autres puissances avides de planter leur drapeau en Afrique. Une procédure *ad hoc* prit forme pour faciliter le processus des négociations. C'est ainsi que les accords signés par l'Angleterre dans la région du Nil s'appuyèrent sur le concept de *sphère d'influence*. Les légendes tissées autour de la conférence de Berlin attribuent à cette réunion des ambassadeurs le partage de l'Afrique grâce à la notion d'*hinterland* qui aurait autorisé les puissances établies sur la côte à prolonger leurs «sphères d'influence» vers l'intérieur. H. Brunschwig a fait justice de ce mythe. (BRUNSCHWIG, H., 1971, éd. 1993, p. 161-163). En fait, ignorées de la Conférence de Berlin, les *sphères d'influence* apparurent en 1886 lors d'une convention entre l'Allemagne et l'Angleterre en Afrique orientale et elles vinrent à point mais seulement lorsque les grandes puissances y trouvèrent leur intérêt. En avril 1890, ce fut une *sphère d'influence* que l'Angleterre reconnut à l'Italie à partir de Massouah sur le mer Rouge vers l'Abyssinie (mais pas vers le Nil). Quelques mois plus tard, le 12 juin, un grand accord avec l'Allemagne partageait les *sphères d'influence* dans toute l'Afrique équatoriale, réservant l'Uganda à l'Angleterre, reconnaissant «l'influence» allemande entre le lac Victoria Nyanza et la frontière du Congo, autorisant la compagnie de Rhodes à franchir le Zambèze jusqu'au lac Bangweolo.

Vis-à-vis du Portugal par contre, Londres ne retint pas la notion de *sphère d'influence* mais insista sur l'obligation d'une occupation effective, en opposition à ce que le premier ministre anglais, Salisbury, appelait les «arguments archéologiques» de Lisbonne. Il l'avait fait savoir au gouvernement portugais en 1887 et ceci fut répété au Parlement de Londres en 1888: dorénavant, pour l'Angleterre, seule devait faire foi l'*occupation effective*, une restriction qui, on l'a vu, fut opportunément oubliée dans les accords à conclure avec l'Italie et l'Allemagne. Il n'échappa pas aux juristes internationaux du temps que ces concepts n'avaient d'autre valeur que celle d'expédients, sans fondement moral.

Confronté à l'avancée britannique vers le nord, en travers du grand dessein de la carte couleur de rose, le Portugal chercha son salut dans des expéditions dépêchées sur place mais aussi dans une

campagne diplomatique qui devait, espérait-on, lui assurer des appuis contre les ambitions anglaises. L'occasion d'élargir des soutiens restés évasifs parut se présenter lors de l'ouverture en novembre 1889 de la conférence antiesclavagiste de Bruxelles. (Miers, S., 1975). Lisbonne annonça à cette occasion la création des districts portugais de Tete et Zumbo, en pleine zone contestée par la BSACo. et, dans les jours suivants, le délégué portugais à la réunion de Bruxelles présenta cette décision ainsi que la fondation de trois stations dans le sud du Lunda comme une contribution à la lutte antiesclavagiste. Dans les semaines qui suivirent, la nouvelle parvint à Londres de l'assaut mené à coups de mitrailleuse par Serpa Pinto contre les Makololos, descendants des fidèles compagnons de Livingstone avait qui il avait entrepris sa marche du Zambèze à Luanda. En Angleterre aussi la crise prit désormais un tour émotionnel.

C'est sur cet arrière-plan de tensions et d'arbitrages que, depuis quelque temps, Léopold II menait ses propres grandes manœuvres stratégiques et ceci sur plusieurs fronts. Au sud, il avait pensé à une alliance afro-arabe pour réaliser le rêve qu'il n'oubliait pas d'une frontière de l'Etat s'étendant au long des Grands Lacs, du Victoria au Nyassa. C'est simultanément avec ce dernier projet que s'inscrivit la crise qui se déroula sur deux terrains, le Katanga et le Lunda, désormais en rapport étroit l'un avec l'autre. Déjà imaginé par H. Johnston lors de sa visite à Lisbonne, le lien entre volets Katanga et Lunda réapparut en octobre-novembre 1889 lorsque Léopold II réagit à la nouvelle qu'une charte venait d'être accordée par Londres à la BSACo. Il se montra aussitôt disposé à établir de bonnes relations avec ce nouvel acteur dans la région. C'est de ce moment que date une proposition effrontée qu'il soumit à Salisbury: en échange d'un accès de l'EIC au Nyassa, il offrirait une part du Lunda à la Grande-Bretagne, quitte à ce que celle-ci la rétrocède au Portugal en échange de l'abandon du projet *cor de rosa*. C'était rendre à Johnston la monnaie de sa pièce.

L'écheveau de projets et de grandes manœuvres autour du Katanga possédait désormais un volet Lunda, une connexion négligée par les principaux travaux sur la «question du Lunda». La région, il est vrai, retenait moins l'attention en Europe que tout ce qui concernait la zone minière ou encore le projet anglais de liaison interafricaine, du nord au sud: un projet alors mené avec détermination, de l'Abyssinie

au nord jusqu'au Zambèze au sud. Avec l'intervention portugaise à la conférence de Bruxelles, la question du Lunda s'imposa en corollaire au théâtre zambézien.

La tentative du Portugal de chercher, sous couleur d'antiesclavagisme, la reconnaissance internationale de ses avancées dans le Lunda et le Zambèze ne fut toutefois pas couronnée de succès. La manœuvre provoqua en effet l'opposition des organisateurs de la conférence. Salisbury et Léopold II firent cause commune en s'opposant à toute discussion territoriale dans le cadre de la conférence. Salisbury jugeait inacceptable la revendication de Lisbonne sur le nord du Zambèze, via le nouveau «district de Zumbo». Pour Léopold, il s'agissait de rejeter l'annonce d'une présence portugaise dans le Lunda.

Ce fut un moment où, jour par jour, le roi veilla à modeler sa position sur celle de l'Angleterre. Le mot d'ordre fut que «la protestation congolaise doit être identique et moralement liée à celle des Anglais». Informé des confidences échangées entre Petre et de Grelle, les ministres d'Angleterre et de Belgique à Lisbonne, tout comme par les dépêches de Solvyns, ministre belge à Londres, le roi mesurait bien la détermination anglaise de ne pas céder devant ce que Petre appelait «les provocations constantes du Portugal et son rêve d'empire colonial à fonder entre les deux océans». Il fut tenu au courant de la note «d'une extrême vivacité», suivant de Grelle, que Salisbury adressa à Lisbonne en novembre 1889. On était à quelques semaines de l'envoi d'un ultimatum au Portugal, à un moment où Salisbury envisageait de menacer le Mozambique, voire même Lisbonne ou Madère. (Axelson, E., 1967, p. 201-231). Dans le même temps, un journal conservateur de Londres, la *St. James' Gazette* du 15 décembre 1889, publiait un croquis du «danger portugais» au sud et à l'ouest du Congo. Celui-ci y disparaissait, comme englouti, absent de la carte.

Ce fut sur cet arrière-plan que Léopold décida d'une nouvelle expédition congolaise au Kwango. Les instructions remises à Dhanis en décembre le chargeaient de pousser au sud de Kasongo Lunda, de conclure des alliances avec les principaux chefs africains et de créer quelques petites stations militaires à l'est du Kwango. Le but stratégique était de couper l'accès à l'Angola d'éventuels postes portugais établis au Lunda. Le but ultime était explicitement formulé: donner à l'Etat du Congo le haut-Zambèze comme frontière sud, le Kwango comme frontière ouest.

L'ultimatum anglais du 11 janvier 1890 obligea le Portugal à renoncer à son projet transcontinental et plongea du même coup le pays dans un désarroi profond, le gouvernement portugais démissionnant, le tout nouveau règne de Carlos I paraissant ébranlé, l'opposition républicaine tenant la monarchie pour responsable de ce fiasco politique et puisant son inspiration dans la chute toute récente de la dynastie brésilienne. C'est finalement dans un climat de grande émotivité que la classe politique portugaise se résigna à négocier avec l'Angleterre l'abandon du rêve d'empire centrafricain. Dans cette négociation, la crainte était vive à Bruxelles que le Portugal, contraint à de grandes concessions, ne soit à la recherche du moindre avantage et que, ne fût-ce que par solidarité monarchique, l'Angleterre ne se montrât conciliante aux dépens du Lunda. La reine Victoria eut effectivement son mot à dire à cette occasion.

D'autres indices nourrirent ces craintes, notamment les indiscretions du *Times* et d'un hebdomadaire populaire de Londres, *The Graphic*. En juillet 1890, celui-ci décrivit dans leurs grandes lignes les redécoupages prévus par l'Angleterre et le Portugal en Afrique équatoriale. Tel que présenté à Londres, ce projet d'accord annonçait une percée britannique du Zambèze vers les Grands Lacs. Il reculait aussi vers l'ouest la *sphère d'influence* portugaise, depuis le Tanganyika jusqu'au haut-Zambèze et de là vers le nord.

A Londres cependant, Salisbury était à ce moment obligé à la Belgique et au roi pour la tenue de la conférence antiesclavagiste. Il accorda à Léopold II l'engagement que toute clause portant sur une extension des territoires portugais vers le Lunda ne serait adoptée par l'Angleterre que «sous réserve des droits des tiers» (formule qui, dans le langage diplomatique du temps, ne semblait désigner que des tiers européens !). Le roi avait rappelé à cette occasion que, en 1885, à Berlin, le Portugal avait indiqué le Kwango «comme ligne de sa frontière avec l'Etat Indépendant». Dans les jours qui suivirent, il annonça la création d'un district du Kwango Oriental qui redessina les frontières de l'EIC de manière à inclure la vaste région située entre Kwango et Kasai, jusqu'aux sources de celui-ci. La manœuvre avait été conçue par Van Eetvelde. Elle visait à mettre le gouvernement portugais au pied du mur et à déclarer clairement ses intentions (**cartes N° 2 et 3**).

Le décret fut publié au début août 1890 mais, selon un procédé familier du roi, il fut antidatée du mois de juin. Le 17 août, le *Mouvement*

Géographique qui, à cette époque, ne refusait rien à l'administration de l'EIC, publia une carte mise «à jour» de l'Etat. Elle englobait le vaste territoire à l'est du Kwango. D'autres organes de la presse belge firent écho à cette décision unilatérale. Le Portugal éleva une protestation officielle contre l'annexion par le Congo de territoires «dans la notoire et manifeste sphère d'influence portugaise» et qualifia la mesure «d'acte d'hostilité déclarée», tandis que Carvalho adressait une lettre ouverte à un journal de Bruxelles, *l'Indépendance belge*. La crise était déclenchée. Plus tard, Johnston devait ingénument suggérer que la création du district s'était inscrite dans la stratégie de l'Etat visant à consolider une base arrière en vue d'une guerre avec les Afro-Arabs. (JOHNSTON, H., II, 1908, p. 186-187). Le contexte était en réalité celui de consolider l'ensemble Katanga-Lunda devant des avancées anglaises dont Johnston lui-même avait été le cerveau.

Négocier la sortie de crise

Dans un premier temps, la crise connut une phase animée. Au Portugal, l'annexion du Lunda par l'EIC compromettait l'argument d'une extension de l'Angola, une «compensation» grâce à laquelle le gouvernement espérait pouvoir obtenir que les Cortes se résignent à l'abandon du plan d'empire transcontinental. Les émotions portugaises rejaillirent inévitablement sur les relations avec le Congo. Hintze Ribeiro, chef du gouvernement, déclara rejeter toute idée de négociation, comparant l'annexion du Lunda par l'EIC à une agression commise contre le Cap Vert ou les Açores et il parla d'utiliser la force pour occuper le territoire contesté. Le roi Léopold de son côté se montra peu disposé à céder. Affirmant en privé sa volonté de garder le Lunda, il rappela que le Portugal avait rejeté quelque temps auparavant l'offre d'un grand accord territorial avec l'EIC. Dorénavant, il s'en tiendrait au Kwango comme «frontière naturelle» et aux ressources qu'il pensait trouver au Lunda. La marche qu'il comptait suivre est esquissée dans la note qu'il adressa à Lambermont, son fidèle correspondant au ministère belge des Affaires Etrangères: «je serais disposé pour obtenir le Lunda ou une bonne part d'intéresser l'Angleterre à m'y appuyer. Je ferais de grandes concessions dans la question des droits d'entrée [alors en discussion à

la conférence antiesclavagiste de Bruxelles] pour avoir le plus possible du Lunda. Le Lunda est riche, il me donnera des **recettes**, il regorge de caoutchouc. Le Lunda me fournira aussi des recrues, cela diminuerait mes dépenses».

Parmi d'autres de la main du roi, cette note au ton âpre et cupide ne laisse aucune illusion sur la course au pouvoir et au profit alors engagée en Afrique. Témoigne-t-elle seulement des projets d'un individu isolé, ou est-elle représentative d'une génération, celle de Bismarck nourrie de culture du résultat et de *Realpolitik* ? Apportons à la réflexion cette remarque du *Times* du 26 août 1890: tous ces accords se font sans consultation de populations locales qui ont une civilisation et une organisation, «agreements are all very well but the real masters of Africa will be those who best know how to deal with Africans».

Un épisode curieux de la tension de l'EIC avec le Portugal fut celui d'une mission d'achat d'armement en Angleterre, confiée par Léopold II à Liebrechts, haut fonctionnaire de l'Etat. Les mémoires de celui-ci, publiées en 1932, évoquent un plan d'intervention navale devant Lisbonne. Cette «révélation» trouva ensuite bon accueil chez des auteurs belges et portugais. On est là dans le domaine de la fantaisie, encore qu'il est vrai que le roi eût envisagé à ce moment d'installer à Boma une batterie d'artillerie susceptible de protéger la capitale de l'Etat contre toute agression par voie du fleuve. Il est vrai aussi qu'il fit prendre des renseignements sur les torpilleurs, agiles petits navires nouvellement acquis par la flotte anglaise. Le projet resta sans suite, comme celui d'acheter les consciences à Lisbonne.

C'est plutôt le désir de compromis qui l'emporta. Certes, le gouverneur général de l'Angola fut avisé que «lorsque l'occupation du territoire du Mwata Yamvo serait assurée, la province d'Angola formerait un immense empire colonial». Certes, la *Comissão de Geografia* publia une carte de l'Angola englobant l'ensemble du Lunda, nouvelle carte imaginaire en réponse à celle qu'avait publiée le *Mouvement Géographique* (**carte N° 4**). Mais, en même temps, certains à Lisbonne comparaient l'écroulement des ambitions portugaises à la désagrégation de l'empire lunda et évoquaient le spectre d'une tutelle internationale sur le Portugal. Dans ce climat fait de hauts et de bas, on entendit encore des voix portugaises prônant une coalition des puissances susceptibles de s'opposer aux prétentions britanniques. Ce fut le cas

du consul portugais Batalha Reis qui, en mars 1891, publia un article non signé dans la *Nouvelle Revue* de Paris. Dans les termes chers à la géopolitique allemande, il brossait le tableau d'une course anglaise à la domination mondiale. Une carte accompagnait l'exposé. Elle empiétait clairement sur le territoire congolais tel que défini en 1885. (Garcia, J. Carlos, 2006).

Cet article sortait alors que les négociations s'ouvraient entre Portugal et EIC. Il détonnait sur le ton conciliant adopté à Lisbonne par le gouvernement du Bocage venu aux affaires en septembre 1890 et qui avait fait connaître sa volonté de compromis. Dans le même temps d'ailleurs, Lisbonne revenait sur une idée déjà avancée auparavant d'obtenir une entremise belge à Londres en faveur d'une solution satisfaisante aux différents anglo-portugais. Du côté congolais aussi, la volonté d'apaisement l'emportait. Celui-ci était non seulement souhaité par le gouvernement belge, jalousement attaché au statut de neutralité de la Belgique, mais il fut aussi prôné par E. Van Eetvelde, proche conseiller du roi au sein de l'administration de l'EIC.

Aucune des deux parties n'était d'ailleurs sûre de l'emporter en cas recours à un arbitrage extérieur, comme il était prévu aux termes de l'Acte de Berlin. Les cartes et les textes officiels, tant de l'Angola comme de l'EIC, avaient jusqu'alors ignoré le Lunda, si bien qu'il était difficile de justifier par des textes les revendications de l'un ou de l'autre. Une solution ingénieuse fut suggérée par Macedo, ministre du Portugal à Bruxelles. Elle proposait qu'une négociation s'ouvre et chaque partie récapitule ses arguments selon la jurisprudence des traités de 1885. On examinerait ensuite la situation prévalant sur place, en Afrique, de manière à jeter, sur cette base locale, les bases d'un compromis entre ambitions territoriales «sur le papier» et, d'autre part, les réalités politiques et économiques du terrain. Il s'agissait en fait de récupérer, au profit de Lisbonne cette fois, l'argument utilisé en ce moment par l'Angleterre contre le Portugal en Zambézie. Dans le jeu des négociations, la carte de la *sphère d'influence* comme celle de l'*occupation effective* pouvait être jouée de part et d'autre, suivant les besoins.

Ce scénario pour une sortie de crise connut un succès immédiat. Dès le 31 décembre 1890, une déclaration d'intention annonça l'ouverture prochaines de négociations entre l'Etat du Congo et le Portugal. Celles-ci débutèrent à Lisbonne en février suivant. Les instructions

aux négociateurs du côté congolais, telles que rédigées par Van Eetvelde, recommandaient d'insister pour un partage à hauteur de 9° de latitude S sur le Kwango, «ce qui nous laisserait déjà les 3/5èmes du Lunda». Elles insistaient pour que cette affaire fût conduite à terme de manière à donner satisfaction au Portugal: il était juste de permettre aux Portugais de rentabiliser leur chemin de fer d'Ambaca, «le premier en Afrique centrale» ; il était important de garder de bonnes relations avec un voisin satisfait plutôt qu'avec un voisin «spolié ou se croyant tel» ; enfin, «notre bon droit ne nous paraît pas si évident»: si on devait en venir à une médiation, faute de base juridique claire dans les traités, le médiateur tiendrait compte des activités commerciales angolaises sur le terrain, à l'est du Kwango.

L'incertitude sur la direction que prendrait l'économie du Congo colonial éclate dans la recommandation faite aux délégués de l'EIC de veiller à obtenir que la négociation réserve au Congo des plateaux dont l'altitude permettrait un peuplement européen. Un esprit d'émulation perceait ici avec les projets portugais de l'époque. Après l'installation réussie de colons de Madère en Angola, dans la région de Lubango (Sá da Bandeira), il était en effet question d'une concession de 100 000 Ha dans le Bié pour y implanter 500 familles. Notons que jusqu'alors que le seul essai de colonisation entrepris au Congo avait été tenté avec une cinquantaine de planteurs de café congolais rapatriés en 1889 du Liberia et installés à proximité de Banana.

Points d'appui à la périphérie pour un compromis au centre, 1890-1893

Des raisons très concrètes venaient à l'appui d'une volonté de compromis entre Portugal et Congo. Il n'était pas question en effet d'opérations militaires d'envergure ni d'une occupation réelle du terrain contesté tant le contraste était grand entre les grandioses ambitions géopolitiques de l'Angola et du Congo et les faibles ressources militaires dont l'une et l'autre colonie disposaient.

En 1889-1891, tout entier à sa politique d'expansion, vers le Katinga, vers le Nil, vers le Lunda, Léopold II se montra obsédé par la nécessité de conclure des alliances locales, que ce fût avec les principaux

marchands-aventuriers afro-arabes ou les grands royaumes africains ou encore les milieux sociaux africains locaux ou étrangers susceptibles de servir ses besoins d'expansion. C'est ainsi que son rêve d'une «grande armée nègre» à recruter chez les Zande du Bahr el-Ghazal s'accompagna de projets d'alliance avec les marchands aventuriers afro-arabes. Ce fut au point que, durant les négociations de 1891 à Lisbonne, l'EIC dut démentir avoir recruté Tippo Tip pour marcher sur la *mussumba* du *Mwant Yav* ... Au Lunda d'ailleurs Léopold espérait recruter, en particulier parmi les Yaka «qui semblent avoir des qualités pour faire de bons soldats».

Les traités signés avec des chefs africains ont été la conséquence fatale de la faiblesse intrinsèque d'Etats coloniaux encore embryonnaires. Certes, nombre de «traités» transmettant des droits de souveraineté aux conquérants n'ont jamais trompé personne. En 1884, Bismarck avait parlé de grossière tromperie lorsque Léopold II, qui se voyait comme l'inventeur de la formule, avait voulu en tirer argument pour les revendications de l'AIC. Cependant, lorsqu'il s'est agi d'accords négociés avec des pouvoirs politiques forts, les traités ne furent pas de pure forme. Ce fut le cas dans la région lunda où Mwene Putu Kasongo, «allié» de l'EIC, ne fut pas un partenaire commode. Il en alla de même pour d'autres chefs qui, tous, menaient leur propre politique. Retenons l'exemple du chef Kaungula qui, en 1890 mena campagne contre les Tshokwe en s'abritant derrière le drapeau portugais.

Trois phases peuvent être distinguées dans la recherche d'alliances et de points d'appui par l'Angola et l'EIC dans la zone litigieuse du Lunda. Une première étape fut celle de la course aux alliances et à l'occupation de l'un ou l'autre point stratégique. Du côté anglais, deux expéditions furent prévues en direction du *Mwant Yav*, l'une devant poursuivre en direction du royaume lozi dans le haut-Zambèze, l'autre devant établir un protectorat sur la *mussumba* et y construire un fort dirigé autant vers de nouvelles avancées tshokwe que vers les entreprises du Congo. Seule la deuxième expédition partit vers le *Mwant Yav*. Placée sous les ordres de S. Cândido Sarmento, la petite troupe était composée d'une poignée de soldats et porteurs et de quelques commerçants africains (*pombeiros*). Elle quitta Malanje vers le Lunda le 1 août 1890.

Du côté congolais, l'expédition Dhanis était en route depuis le début 1890, composée d'une troupe cosmopolite de Hausa, Soudanais,

Zanzibarites et de quelques «Manyema». Atteignant Kasongo Lunda le 30 juin 1890, Dhanis fut le premier Européen à braver les interdits de Mwene Putu Kasongo et à passer outre à sa capitale en remontant le Kwango. C'est au cours de cette marche vers le chef lunda Kapenda Kamulemba, dans la région shinje, qu'il rencontra l'expédition Sarmiento. Les deux officiers échangèrent courtoisement des protestations écrites les 14 et 15 septembre 1890, au moment même où, en Europe, les relations entre Portugal et EIC étaient au plus bas. D'autres protestations suivirent au fur et à mesure que Dhanis engrangeait les traités, notamment avec le chef lunda Kapenda Kamulemba, allié des Portugais, et avec Ngudi a Kama, cheffesse holo. Ces points d'appui relevaient avant tout du symbole. Auprès de Kapenda, par exemple, Dhanis avait laissé un sergent belge, Volont, et 18 soldats africains. Cette minuscule garnison ne fut relevée qu'un an plus tard lorsqu'elle fut repliée sur Kasongo Lunda. Ngudi a Kama reçut pour sa part un poste confié à un caporal zanzibarite et à quatre soldats.

Vers la fin 1890, Dhanis interrompit sa mission pour la reprendre en 1891, avec pour objectif de maintenir une alliance difficile avec Mwene Putu Kasongo. Laissé en charge d'un petit détachement à Kasongo Lunda, un sergent ouest-africain, Eddystone, n'avait pas réussi à maintenir sur un bon pied les relations avec le chef.

Dhanis et Lerman qui participèrent l'un et l'autre à deux expéditions dans le Kwango ont laissé un ensemble de données concrètes sur l'économie politique de la région nord du Lunda. Leurs renseignements sur Simba Kuni, nom propre du *Kiamvo*, décrivent un homme dans la quarantaine, issu d'une famille de chefs et qui, après une expérience de commerçant au Kongo, se voyait reconnaître le titre de chef lunda. Il incarnait ainsi dans sa personne la coexistence entre un pouvoir issu de la «tradition» et une pratique du monde moderne. Entre 4° et 7°30' de latitude S, le pouvoir de son Etat s'étendait de Kasongo Lunda, à l'ouest, vers la Wamba à l'est. Cette frontière était définie sans autre précision par le rayon d'action maximum des raids que menait le chef, à la recherche d'ivoire, de caoutchouc et d'esclaves troqués avec les commerçants zombo qu'il recevait à sa capitale. Grenfell, qui parcourut la région en 1892, observa la stratégie du Kiamvo qui concentrait à Kasongo Lunda le gros de ses forces, interdisant la constitution de villages importants en dehors de la capitale. Il en résultait une population

dispersée et pauvre. Dhanis a pour sa part laissé des notes intéressantes sur les tactiques militaires en usage chez ce chef lunda, les fusiliers devant se retirer après deux ou trois décharges pour se réapprovisionner en poudre à l'arrière. L'infériorité technologique des armes à feu répandues chez les Yaka leur causa de lourdes pertes dans les affrontements avec des troupes armées de fusils modernes. Les brutalités quotidiennes assombrissaient l'atmosphère de Kasongo Lunda. Dans l'esprit de Dhanis, l'alliance avec le *Kiamvo* était de pure circonstance et il envisageait le moment où l'Etat renverserait ce potentat. Officier croate au service de l'EIC, D. Lerman faisait entre-temps le projet de conclure une alliance séparée avec les Yaka de la Wamba, de manière à faire peser une menace indirecte sur le *Kiamvo*. (LOPASIC, A., 1971).

Une autre frontière était celle du commerce avec la côte. En relation avec la côte d'Ambriz, le réseau zombo au nord était indépendant des réseaux jinga et imbangala (Cassange) qui, plus au sud, alimentaient notamment l'expansion tshokwe. Celle-ci, aux alentours de 1890, s'étendait de 10 et 13° à 7°50' de latitude S et jusqu'aux 19° et 22° de longitude E. Lorsque Lerman passa le Kwilu en 1893, il nota les récits terrifiants qui accompagnent la conquête des Lunda par les Tshokwe. Un haut moment avait été une bataille où 8 000 Tshokwe avaient attaqué le chef lunda Kaungula.

Cette avance était aussi celle des échanges avec les marchés de l'Angola. L'intensité des relations commerciales d'une région était clairement indiquée par l'abondance relative d'étoffes européennes, issues parfois du commerce de friperie européenne, avec certains résultats qui faisaient l'ébahissement des voyageurs européens. Les fusils constituaient évidemment un des grands produits les plus demandés. Ils se présentaient sous de multiples modèles, parfois fort anciens. Les évocations du christianisme rappelaient aussi les liens lointains avec la côte: en 1891, l'expédition Sarmiento-Teixeira fut ainsi confrontée à un prophète itinérant se présentant comme envoyé de Dieu. A l'est de la Wamba, en 1893, dans un village se réclamant du *Mwant Yav*, Lerman rencontra deux hommes portant des croix autour du cou et se posa la question: ont-ils visité le territoire portugais ? des prêtres leur ont-ils donné ces croix ?

La dimension commerciale de l'entreprise congolaise apparaît dans les études détaillées auxquelles Dhanis se livra pour évaluer les prix,

notamment du caoutchouc, pratiqués dans les opérations complexes du commerce de troc. Du côté portugais, par contre, on affirmait avec hauteur l'incompatibilité entre fonctions militaires et commerciales.

A cette phase d'alliances et d'occupation plus symbolique que réelle succéda la deuxième étape, celle des négociations de Lisbonne où chaque partie entreprit de faire valoir le caractère «réel» de ses occupations et de ses alliances locales. Elle se déroula dans une atmosphère marquée par la volonté d'aboutir rapidement à un accord de partage, encore que la correspondance diplomatique belge eût attiré l'attention sur l'influence exercée sur les délégués portugais par l'intransigeante *Sociedade de Geografia*. La conférence eut recours à une carte ethnique empruntée aux travaux de Dias de Carvalho, alors en cours de publication. (Carvalho, H. Dias de, 1890-1894). Elle donnait une représentation illusoire des territoires ethniques ou politiques de la région, trop nettement délimités comme les pièces d'un puzzle.

Du côté congolais, on fit valoir les résultats des expéditions allemandes qui, dans les années 1880, avaient été associées aux premiers projets de Léopold II, et de celles plus récentes de Vandeveldé et Dhanis, en essayant de tirer tout le parti possible de traités signés par celui-ci avec Kapenda Kamulemba (Shinje) et «la reine N'Guri Akama» (Holo). Chaque partie mit en cause les traités signés par l'autre dans la situation fluctuante des conquêtes tshokwe. Les deux tombèrent d'accord de s'en remettre à de nouvelles enquêtes sur le terrain, chargées d'établir de manière contradictoire les principaux points de repère politiques et accidents naturels susceptibles de définir une frontière, en tenant compte de quelques grands points de repère et en particulier d'un partage du Lunda dans le sens est-ouest entre 7 et 8° de latitude S.

A titre provisoire, la conférence reconnut au Congo les territoires des Etats de tradition lunda, Mwene Putu Kasongo et Mwata Kumbana (ce dernier, dans la zone pende: il est significatif qu'il est présenté comme «Tupeinde», suivant l'usage tshokwe). De même, elle attribua au Portugal plusieurs territoires dont ceux des chefs lunda Kaungula, Anzovo et Kapenda Kamulemba, ce dernier devant être évacué par l'EIC. Un croquis manuscrit grossier accompagna la convention. Pour prix de ses concessions, l'EIC obtint l'autorisation, longtemps convoitée, de recruter 1 000 hommes au Mozambique. Cet étonnant marchandage illustre en passant la vision abstraite de la scène africaine qui était celle des maîtres de l'EIC.

La troisième étape des négociations se développa au fil des travaux des missions conjointes de délimitation. Ici encore, Congo et Angola agirent en parallèle, à l'abri du *statu quo* décrété par la conférence de Lisbonne. Sous la responsabilité de Trigo Teixeira et Cândido Sarmiento, deux expéditions portugaises agissant de concert passèrent le Kwango en mars et mai 1891 afin de consolider la présence portugaise, en particulier auprès de Kapenda Kamulemba et Ngudi a Kama. Mis en difficulté auprès des Tshokwe qui leur prêtaient l'intention de restaurer l'autorité lunda, les Portugais menèrent aussi une guerre psychologique contre les *Inguereses* («Belges») en répandant des bruits terrifiants sur leur compte.

Entre-temps, des expéditions de l'EIC faisaient des incursions à l'ouest de Luluabourg. La reconnaissance la plus connue du côté congolais fut toutefois celle de Lerman à partir du Kwango. Partie de Boma le 15 janvier 1892, cette expédition atteignit le Kwango alors que les relations avec Mwene Putu Kasongo s'étaient à nouveau détériorées. Le détachement congolais de Kasongo Lunda avait été mis en état de siège, toutes communications coupées avec le monde extérieur, ses messagers et porteurs tués. Ces différents combats et une situation de quasi-famine coûtèrent la vie au tiers des forces congolaises du Kwango. Finalement secouru par des renforts venus de Léopoldville, Lerman put accueillir la mission de délimitation et entreprit de son côté de reconnaître la frontière nord de l'expansion tshokwe. Ses notes montrent la situation de quasi-servitude dans laquelle se trouvaient les villages de réfugiés lunda, payant désormais tribut aux Tshokwe. Ceux-ci poursuivaient l'achat d'esclaves dont certains, en dernière instance, aboutissaient sur les plantations de São Tomé. Il évoque sobrement la faim, «that terrible enemy and even worse companion», qui hanta ces expéditions.

La délimitation proprement dite d'une frontière de compromis fut confiée à une expédition conjointe organisée par les deux parties à partir de deux missions. La composante portugaise était dirigée par Sarmiento, accompagné de son épouse. Elle attendit quatre mois l'arrivée de la mission congolaise. Léopold II, soucieux de paraître agir en étroit accord avec l'Angleterre et grand admirateur de George Grenfell («un homme vraiment supérieur»), lui en avait confié la direction. Ministre de la *Baptist Missionary Society*, Grenfell figurait parmi les représentants les plus anciens de la génération des «hommes de Stanley» présents au

Congo. Il avait une longue expérience des voyages pionniers dont l'un avait été effectué dans le bas-Kwango. Pour cette nouvelle mission, lui aussi se fit accompagner de son épouse, Rose Edgerley, née dans une famille jamaïcaine établie au Cameroun.

L'arrivée de la mission congolaise sur les lieux des travaux de délimitation avait été retardée durant le siège de Popokabaka par Mwene Putu Kasongo. La paix conclue, Grenfell rencontra ce dernier et lui tint un discours religieux écouté avec attention et une adhésion générale de l'assistance à l'évocation du commandement, «tu ne tueras point». Est-ce l'influence de cette séance qui amena le chef à confier à Grenfell deux enfants, Luvusu et Nsumba, pour qu'il fasse leur éducation ? Ce fut néanmoins avec soulagement que George Grenfell quitta la culture de guerre des Yaka pour entrer dans le territoire des Holo qu'il présente comme de pacifiques éleveurs de bétail.

Les deux missions de délimitation avaient pour instruction stricte de procéder de concert et de manière pacifique, en évitant tout conflit dans les régions qu'elles traverseraient. La conférence de Lisbonne leur avait donné des critères politiques et géographiques à respecter mais Grenfell abordait le travail de délimitation avec pour préférence d'opter chaque fois que possible pour des critères sûrs, tels que des sites géographiques «naturels» ou, en cas de nécessité, des repères astronomiques. Il lui paraissait illusoire de chercher à définir les frontières politiques des unités politiques ou celles des groupes ethniques. Toutes ces limites étaient instables et sujettes à controverse dans le Lunda des années 1890. L'avenir devait lui donner raison: les archives belges portent témoignage des contestations qui, en 1934 encore, entouraient la délimitation de certaines chefferies dans la région frontière.

Les principales difficultés provinrent toutefois moins des repérages que d'une marche à effectuer dans des régions ravagées par la disette. La mort récente du chef Kaungula avait en effet entraîné l'abandon de toute culture durant une longue période de deuil. D'autres fléaux étaient tantôt dus aux guerres incessantes entre chefs lunda, tantôt aux raids tshokwe qui étaient à l'origine de ravages étendus. La population était devenue quasi-nomade, un phénomène renforcé par la recherche de gisements non exploités de caoutchouc des herbes. La variole contractée par des membres de l'expédition dans la traversée d'un village infecté fut une autre source d'épreuve. Que la mission souffrit cruellement de

la faim est notamment attesté par un cliché dû à Grenfell et qui révèle l'état de maigreur squelettique des porteurs de la caravane. Relevons ici que les photographies qu'il prit en cours de route constituent une source de renseignements précieux sur le Lunda, ses paysages, ses peuples, ainsi que sur la vie quotidienne d'une expédition du temps et ses acteurs et africains et européens (ces derniers souvent accompagnés de petits chiens). (JOHNSTON, J., II, 1908).

C'est dans un contexte de grande misère que les deux missions furent confrontées de surcroît à l'hostilité des Tshokwe. La nouvelle que Kaungula avait mené campagne sous les couleurs portugaises s'était en effet répandue et elle avait fait croire que les «Blancs» étaient complices d'un mouvement de reconquête lunda. Dans ces conditions, une fois atteinte la rivière Lushiko, les deux missions firent demi-tour. A ce moment, en mars 1893, plus de 60 membres de l'expédition congolaise avaient perdu la vie. Après une longue route de retour vers l'ouest, les deux missions atteignirent Luanda le 16 juin 1893, ayant accompli leur dernière étape par la voie du nouveau chemin de fer d'Ambaca.

La reconnaissance d'une frontière nouvelle (**carte N° 5**).ne modifia guère dans l'immédiat l'économie politique de la région. Il fallut que près de vingt ans s'écourent pour que, avec la découverte du diamant, l'économie industrielle moderne touche le Lunda et en redessine les limites économiques et sociales, de part et d'autre de la frontière politique héritée des années 1890.

Sources et travaux

Sources inédites

Archives du Ministère des Affaires Etrangères, Bruxelles

Correspondance diplomatique. Légations. Grande-Bretagne, vol. 57 (1889-1890).

Id., Portugal, vols. 19 (1888-1889) et 20 (1890).

Congo. Politique et administration générale. I sér., vol. 1, 1880-1892.

Correspondance et documents Afrique, vol. 5, Katanga et Lunda.

Délimitation Congo-Portugal, 1884-1919 (AF-1-38/7).

Archives du Ministère des Affaires Etrangères, Archives Africaines, Bruxelles

Règlement des frontières avec le Portugal (AE 270, 329-321).

Cartothèque: Port. 32, 272 et 273.

Archives Générales du Royaume, Bruxelles

Papiers E. van Eetvelde, dossiers 126, 129.

Archives du Palais Royal, Bruxelles

Dossiers Congo 108 et 180.

Archives du Musée royal de l'Afrique centrale, Tervuren.

Papiers F. Dhanis. Lettres. Carnets.

Papiers A. Thys.

Sources publiées et travaux

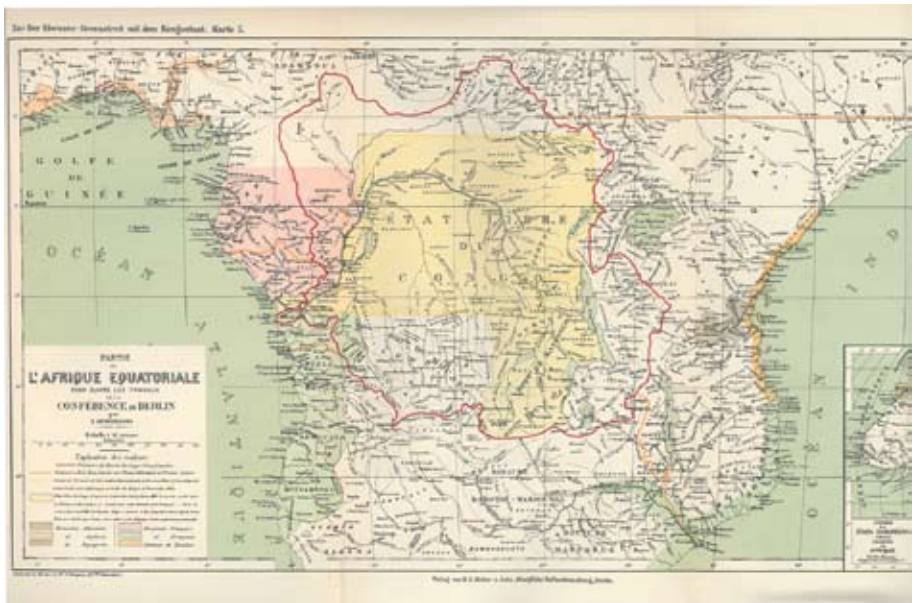
ALEXANDRE, V. ET DIAS, J., 1998. *O Império africano, 1825-1890*, Lisboa, Estampa.

AMARAL, I. DO, 1997. «Fronteiras internacionais africanas», *As Fronteiras de África*. Catálogo, Exposição *As Fronteiras de África*, Cordoaria, 7 de Julho-7 de Agosto 1997, Lisboa, p. 13-22.

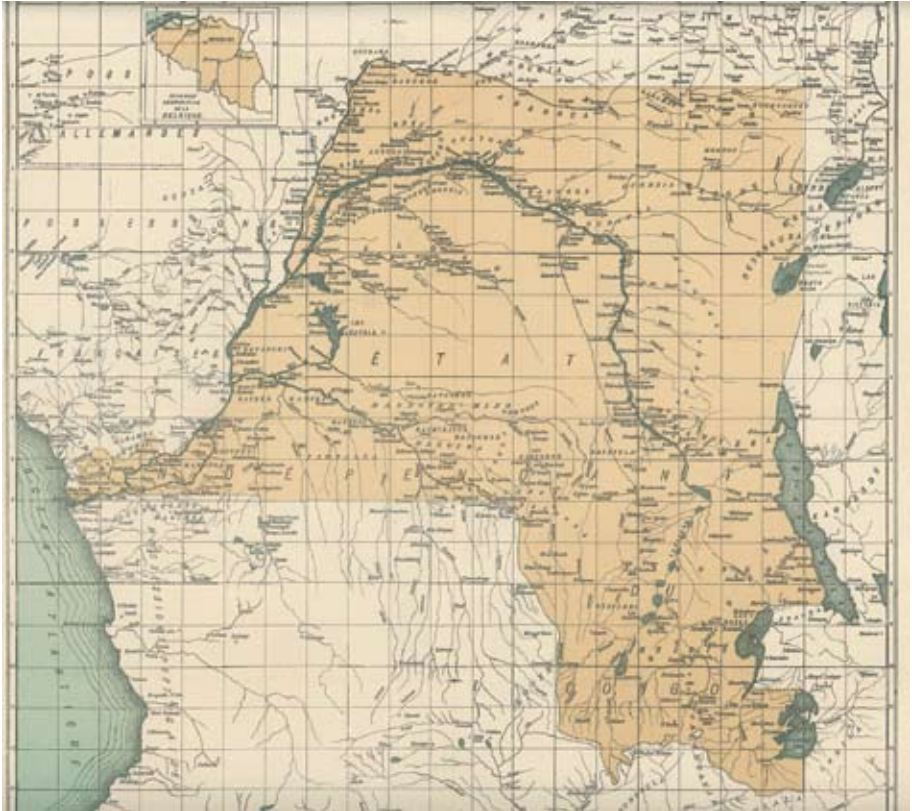
AXELSON, E., 1967. *Portugal and the Scramble for Africa*, Johannesburg, Witwatersrand University Press.

- BLACK, J., 1997. *Maps and Politics*, Londres, Reaktion Books
- BRUNSCHWIG, H., 1971 (édition de 1993). *Le partage de l'Afrique Noire*, Paris, Flammarion.
- CARVALHO, H.A. DIAS DE, 1890-1894. 8 vols. Lisboa, Imprensa nacional.
- CHAGAS, Pinheiro, 1890. *As Colónias Portuguezas no século XIX (1881 a 1890)*, Lisboa.
- GARCIA, J. Carlos, 2006. «Variações sobre o mapa cor-de-rosa (1886-1892): diplomacia e propaganda», Colóquio *Cartografar África em tempo colonial (1876-c.1940)*, Lisboa.
- HENTZE, B., 2002. *Afrikanische Pioniere. Trägerkarawanen im westlichen Zentralafrika*, Frankfurt a. Main, Otto Lembeck.
- HENRIQUES, I. CASTRO, 2004. *Território e Identidade*, Lisboa, Martins & Coimbra.
- JOHNSTON, H., 1908. *George Grenfell and the Congo*, vol. II, London, Hutchinson & Co..
- LOPASIC, A., 1971. *Commissaire général Dragutin Lerman, 1863-1918. A Contribution to the History of Central Africa*, Tervuren, Annales-Sciences humaines.
- MIERS, S., 1975. *Britain and the Ending of the Slave Trade*, London, Longman.
- NGULAMBUNGU, C.E. MABOLOKO ET NICOLAI, H., 1999. «Frontière , diamant et pauvreté. Le cas de la frontière Congo-Angola au Kwango», *Revue belge de géographie*, 123-4, p. 255-275.
- NOWELL, C.E., 1982. *The Rose-Coloured Map*, Lisboa, JICU, Estudos de cartografia antiga.
- OLIVER, R., 1957. *Sir Harry Johnston and the Scramble for Africa*, London, Chatto & Windus.
- SANTOS, E. DOS, 1966. *A Questão da Lunda*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- SANTOS, M.E. MADEIRA, 1988. *Viagens e exploração terrestre dos Portugueses em África*, 2a edição, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- SANTOS, M.E. Madeira, 1998. *Nos Caminhos de África. Serventia e posse. (Angola Século XIX)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

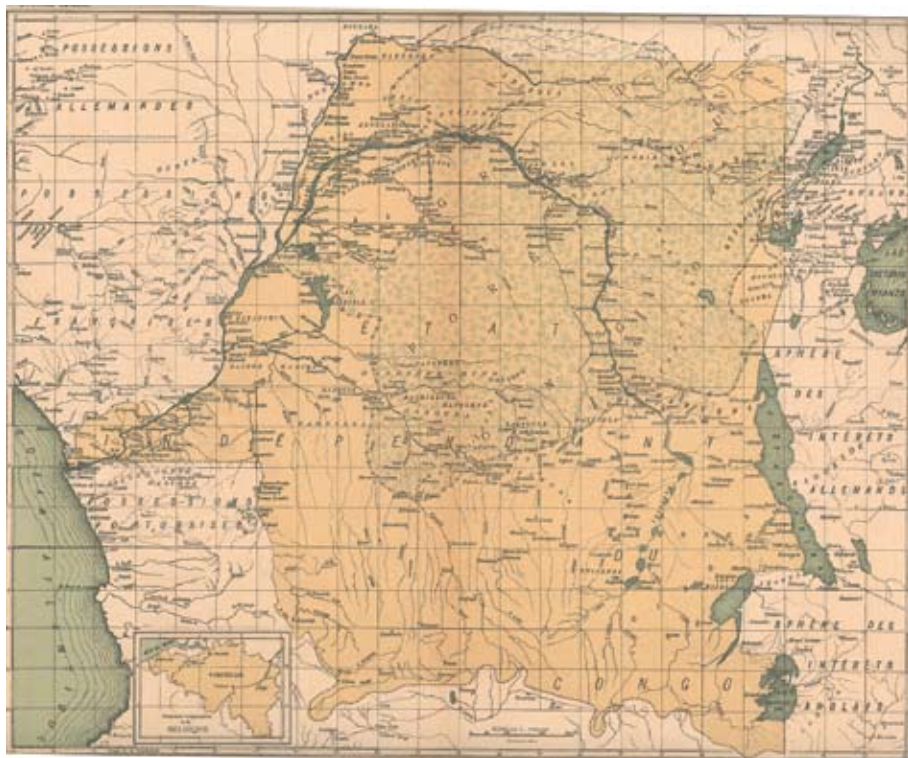
- VELLUT, J.-L., 1972. «Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine», *Etudes d'Histoire africaine* (Louvain-Paris), III, p. 61-166.
- ZUYLEN, P. VAN, 1959. *L'échiquier congolais ou le secret du roi*, Bruxelles, Des-sart.



Carte N°1. L'Afrique équatoriale à l'issue de la conférence de Berlin (1885). Aus den Archiven des belgischen Kolonialministeriums, Berlin, 1916.



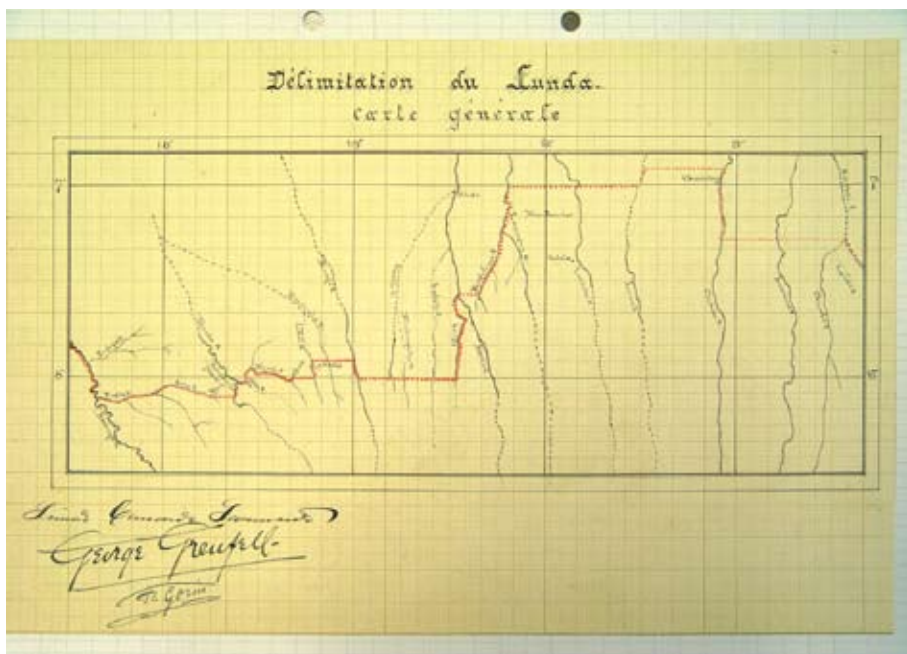
Carte N° 2. Les frontières de l'Etat Indépendant du Congo. Le *Mouvement Géographique* (Bruxelles), 20.04.1890. Carte publiée avant la proclamation unilatérale du district du Kwango Oriental. Le Lunda figure à l'ouest des frontières congolaises.



Carte N° 3. Les frontières de l'Etat Indépendant du Congo. Le *Mouvement Géographique* (Bruxelles), 17.08.1890, Carte publiée après la proclamation unilatérale du district du Kwango Oriental. Le Lunda est désormais incorporé dans le territoire congolais.



Carte N° 4. Les frontières de l'Angola telles que prévues aux termes du projet de traité anglo-portugais du 20.08.1890: le Lunda est englobé dans le territoire angolais. Comissão de Cartographia, 1890. Carte publiée in: *As Fronteiras de África*. Catálogo, Exposição *As Fronteiras de África*, Cordoaria, 7 de Julho-7 de Agosto 1997, Lisboa, p. 54.



Carte N° 5. La délimitation de la frontière du Lunda, signée par les commissaires S.Cândido Sarmiento (Portugal), G. Grenfell et F. Gorin (Etat Indépendant du Congo). Archives des Affaires Etrangères, Bruxelles, AF-1-38/7. Délimitation Congo-Portugal, 1884-1919.

RECONHECIMENTOS HIDROGRÁFICOS NA CARTOGRAFIA PORTUGUESA DA COSTA CENTRO E SUL DE MOÇAMBIQUE NO SÉCULO XIX

Ana Cristina Roque e Livia Ferrão ¹

pp 187-203

Ao longo dos dois últimos anos e no âmbito de um trabalho inscrito num projecto do IICT – *Cartografia Política e Territórios Coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936): um registo patrimonial para a compreensão histórica dos problemas actuais* – que agora termina, procedemos ao levantamento e estudo preliminar das cartas hidrográficas de Moçambique, em particular no âmbito da produção da *Comissão de Cartografia*, tendo em vista a sua importância histórica para uma avaliação da evolução e das alterações de aspectos específicos da costa de Moçambique, nomeadamente, das estruturas de mangal.

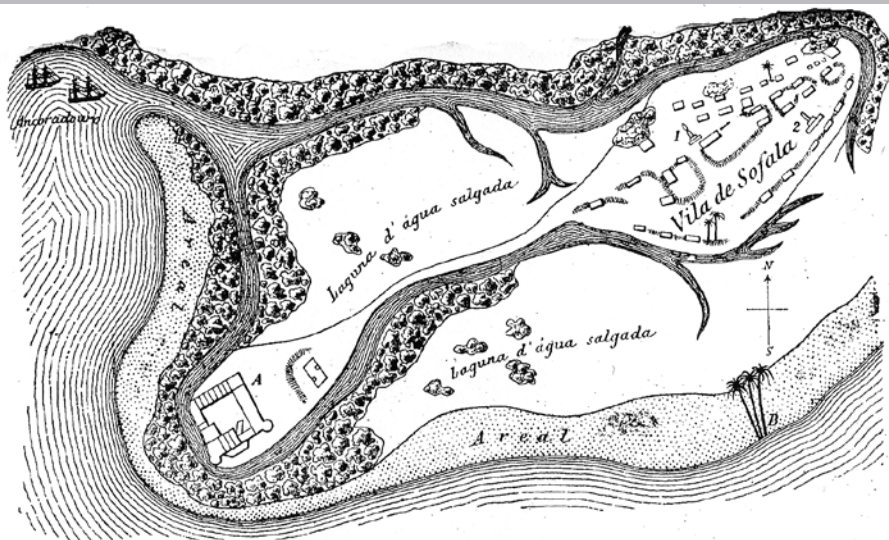
No decurso dos últimos séculos, quer os processos de alteração física decorrentes do avanço das águas do mar e do assoreamento dos leitos e barras de rios, quer o aumento da pressão humana nas áreas do litoral, tem vindo a contribuir para mudanças significativas em toda esta região. Mudanças estas que, do ponto de vista da informação histórica, se encontram bem testemunhadas na documentação portuguesa.

A natureza da informação presente nos registos portugueses torna particularmente evidentes as consequências da combinação dos processos de alteração física, não só porque de compreensão e visualização mais imediata como, sobretudo, pelas implicações directas nos locais onde a presença portuguesa se tornou efectiva, logo no século XVI.

¹ Departamento de Ciências Humanas do IICT.

Sofala, a Ilha de Moçambique ou as Bocas do Cuama/Delta do Zambeze, são neste contexto excelentes exemplos. Porque correspondentes aos primeiros locais onde os portugueses oficialmente se foram fixando, o manancial de informação possível de recolher na documentação portuguesa para estas áreas e sobre esta matéria permite, do ponto de vista histórico, não só uma avaliação da evolução destas alterações como um conhecimento de uma situação anterior – veja-se, por exemplo, o caso de Sofala progressivamente a ser “comida” pelo avanço do mar e pelas cheias do rio² (**Fig. 1³ e 2**) – que pode contribuir hoje para perspetivar medidas futuras tendentes a minorar as consequências destes processos.

Fig. 2



ANÓNIMO (1864), Planta de Sofala e da Fortaleza de S. Caetano in Teixeira da Mota, *Cartografia Antiga de Sofala*, 1973

² “Antigamente se quebrava o mar cousa de meo quarto de legoa distante da villa, mas hoje as agoas se tem ja apoderado de todo aquele espaço... Nas cheas fica tudo de redor alagado... E então o limitado terreno da villa se representa flutuar no meio de um lago....” SOARES (1857) *Descrição da Villa de Sofalla*, Goa.

³ Ver final do artigo

Não parece por isso ser demais sublinhar que, desde a sua chegada ao Índico, no século XVI, e em estreita ligação com a necessidade de suprir ao apoio e às necessidades específicas da *Carreira da Índia*, os portugueses procederam a um reconhecimento progressivo e sistemático de toda a costa de Moçambique de que resultou, no quadro do Império Português, ser esta uma das regiões onde este aspecto se encontra bem documentado.

As características da costa e as diferentes formas de se proceder à sua aproximação, o registo sobre a ocorrência e especificidade da fauna da região em função da época do ano, os sinais específicos da “conhecença” de portos e baías abrigados em que as espécies vegetais e os acidentes geográficos se apresentam como indicadores preferenciais ou a menção às barras possíveis ou não de acometer, foram sendo sucessiva e minuciosamente registadas em cartas, roteiros e diários de navegação que se complementavam. Com o objectivo específico de passar a outrém as indicações necessárias à viagem, às condições de navegação e acessibilidade daquela costa, constituiu-se um vasto e diversificado *corpus* documental que ultrapassa em muito os propósitos para os quais foi concebido.

Neste contexto, a cartografia, enquanto um dos documentos suporte deste tipo de informação, adquire uma relevância particular ao permitir uma leitura mais imediata desses processos de transformação. O registo criterioso dos sucessivos reconhecimentos hidrográficos efectuados ao longo dos séculos, e em particular os que de forma mais sistemática e precisa foram efectuados no século XIX, de par com o imenso número de notas apostas às próprias cartas onde se expressam cuidados a ter e se identificam dificuldades e mudanças que a persistência de um trabalho no terreno permite detectar, tornam esta documentação cartográfica um lugar privilegiado para o compreensão da evolução histórica destes processos.

Sem nos querermos alongar sobre estes aspectos, gostaríamos apenas de sublinhar que esta informação se complementa na demais documentação portuguesa, manuscrita ou impressa, respeitante a Moçambique e, em particular, a pontos específicos da sua costa. Aliás, muitas são as situações em que um dos registos se aproveita da informação disponibilizada por outros e a incorpora – veja-se, por exemplo, a Carta da Zambézia e Sofala coordenada pelo Visconde de

Sá da Bandeira (**Fig.3⁴**) – e se por acaso falta a carta, ou esta existe mas necessita de correcções, há quase sempre um relatório onde uma descrição cuidada permite, tal *Geographia* de Ptolomeu, elaborá-la ou refazê-la posteriormente.

Onze anos depois da *Comissão de Cartografia* iniciar as suas funções em Moçambique, o relatório apresentado em 1898 por Eduardo Lupi sobre o Canal de Angoche é, sem dúvida, um excelente exemplo desta complementaridade.

Entre o canal de Angoche, ao Norte, pela barra do Parapato, segue numa extensão de 11' rumo de Oeste até ganhar a ponta Mapatulle... e passando no meridiano d'esta, entre ilhotas, por canaletes que a breve trecho se reúnem, inflecte para SE., e vae novamente sahir ao mar pela barra de Quíloa. Ficam assim rectificadas os roteiros e cartas da costa que o intitulam rio, e lhe atribuem uma extensão seis vezes superior.

(LUPI, 1898, p.230-32).

Deste modo e embora parte integrante das atribuições conferidas em 1883 à *Comissão de Cartografia*, os trabalhos de hidrografia continuaram a fazer-se com base na colaboração com quem conhecia o terreno e podia fornecer dados que corrigissem erros anteriores enquanto, em simultâneo, se usavam justamente esses mesmos levantamentos para se efectuarem as devidas rectificações. Esta colaboração foi particularmente frutuosa com a Marinha, não só porque grande parte dos levantamentos hidrográficos efectuados em Moçambique antes da criação da *Comissão de Cartografia*, tinham sido levados a cabo por oficiais da Marinha, como também porque essa colaboração se manteve, mesmo depois da criação, em 1929, da Missão Hidrográfica de Moçambique.

Dependente do Ministério da Marinha, a Missão Hidrográfica de Moçambique passou então a assegurar não só os trabalhos de levantamento hidrográfico, como todos os respeitantes a portos e baías, às sondagens da costa e ao estudo das marés, correntes e observações magnéticas (MHM, 1940), cabendo-lhe ainda, a partir de 1939, com a criação de uma Brigada do Ar, a realização de todos os trabalhos de fotogrametria.

⁴ Ver final do artigo

Porém, pese embora as atribuições específicas que passou a ter a Missão Hidrográfica de Moçambique, esta manteve uma estreita colaboração quer com as brigadas da *Comissão de Cartografia*, quer com as da *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais* na qual a Comissão se integrou após a sua extinção em 1936 e de que resultou uma produção cartográfica conjunta, parte da qual integra aliás o arquivo da antiga *Comissão de Cartografia* existente no ex-CEHCA⁵; arquivo este, que constitui o núcleo fundamental de documentação cartográfica a partir do qual desenvolvemos este estudo.

Importa ainda referir que o trabalho que agora se apresenta, embora se pretenda com incidência no Centro e Sul de Moçambique, procura igualmente fazer uma síntese de todo o trabalho desenvolvido ao longo destes dois anos e cujos resultados, no que respeita à costa Norte de Moçambique, foram já parcialmente divulgados (Roque e Ferrão, 2006).

Procurando evitar repetir considerações sobre a metodologia de trabalho utilizada ou sobre aspectos específicos já referidos na primeira parte deste estudo, chamaremos apenas a atenção sobre alguns pontos considerados mais significativos, nomeadamente a quantidade de cartas com dados relevantes para a temática abordada e o tipo de informação possível de recolher nelas.

Assim, apesar do arquivo da *Comissão de Cartografia* constituir o núcleo base da nossa investigação foram igualmente desenvolvidas pesquisas noutros arquivos e bibliotecas (*vd.* Quadro 1) de que resultou termos constituído uma base de dados com um total de 536 cartas das quais, 247 foram consideradas relevantes para o projecto (*vd.* Quadro 2); ainda que nesta apresentação se utilizem sobretudo as 158 cartas do Arquivo da Antiga *Comissão de Cartografia*, produzidas por esta Comissão ou em colaboração com ela, das quais, 48 são da segunda metade do século XIX e 31 respeitam ao Sul de Moçambique.

⁵ Como exemplo desta situação podem referir-se a Carta Hidrográfica da Costa desde o Lúrio a Moçambique (1931/33), O plano hidrográfico da baía de Condúcia (1931) e o da Baía de Mocambo (1934), bem como os Planos hidrográficos da barra e porto de Moebase (1937) e da Baía de Montepuez (1939).

QUADRO 1. Origem da documentação consultada

ARQUIVOS/BIBLIOTECAS		Nº de CARTAS
Comissão de Cartografia	C.C. – CEHCA	481
Arquivo Histórico Militar	AHMil	12
Arquivo Histórico Ultramarino	AHU	4
Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar	GEAEM	8
Sociedade de Geografia de Lisboa	SGL	31
Total		536

QUADRO 2. Documentação considerada relevante para o projecto

Cartas		Período	s/ data	Arquivo/Biblioteka	Obs
Total	Comissão de Cartografia				
247		1758-1952	52	ACC AHM AHU GEAEM SGL	
	191	1758-1952	43	C.C. – CEHCA	
	154	1888-1934	38	C.C. – CEHCA	Produzidas pela C.C. ou em colab. com esta
	4		4	C.C. – CEHCA	Eventualmente produzida pela C.C.

Na base desta primeira escolha, foram consideradas todas as cartas com informação possível de contribuir para o objectivo último deste trabalho, independentemente da sua cronologia coincidir ou não com o período que aqui se aborda ou com o de funcionamento da própria *Comissão de Cartografia*. Neste sentido, esta comunicação corresponde apenas a uma pequena parte da pesquisa efectuada.

Por outro lado, todas as cartas foram analisadas na dupla perspectiva da sua elaboração e do seu conteúdo, mas sempre em função do seu uso como documento escrito, passível de uma leitura direccionada para outros objectivos que não estritamente cartográficos. Daqui resulta (*vd. Quadro 3*) que, quando encaradas do ponto de vista da sua elaboração, a maioria das cartas analisadas, e em particular as da *Comissão de Cartografia*, não possui elementos que identifiquem os seus autores ou mesmo os responsáveis pelos levantamentos efectuados.

A chancela da *Comissão de Cartografia* constituía, por excelência, o identificador da sua proveniência, elaboração, produção e mesmo impressão quando, a partir de 1885 se começam a publicar as primeiras cartas resultantes do trabalho da Comissão⁶.

QUADRO 3. Informação adicional sobre a elaboração das cartas

Item considerado	Total das Cartas no ACC		Total das cartas produzidas pela C.C.	
	191		158	
Assinatura	46	24%	42	26,5%
Nome do desenhador	23	12%	18	11%
Direcção/Coordenação dos trabalhos	43	22,5%	32	20%
Equipa de levantamentos	89	46,5%	76	48%

Em contrapartida, no que se refere a conteúdos a informação é vasta e diversificada, possível de nos remeter para áreas tão diversas quanto o “alumramento” da costa e a sondagem de portos e barras, ou a delimitação de fronteiras e a identificação de regulados, sendo que

⁶ A primeira Carta de Moçambique foi publicada pela *Comissão de Cartografia* em 1885. Trata-se da Carta do Rio Pungué, cujos trabalhos de levantamento foram efectuados por Emídio Fronteira. “Relação das cartas publicadas pela C.C. desde a sua criação (1883) até à presente data...”. datada de 20 de Dezembro de 1933, não assinada. Constitui o Anexo C do documento *Trabalhos da Comissão de Cartografia desde 1883 a 1925*. Documento manuscrito e dactilografado em dossier, s/cota, do ex-Centro de Cartografia do IICT.

aqui, pela natureza do trabalho que se apresenta, apenas se dá conta da informação que respeita a aspectos particulares com ligação directa aos nossos objectivos (**Quadro 4**).

QUADRO 4. Informação sobre aspectos particulares com ligação directa aos objectivos do trabalho

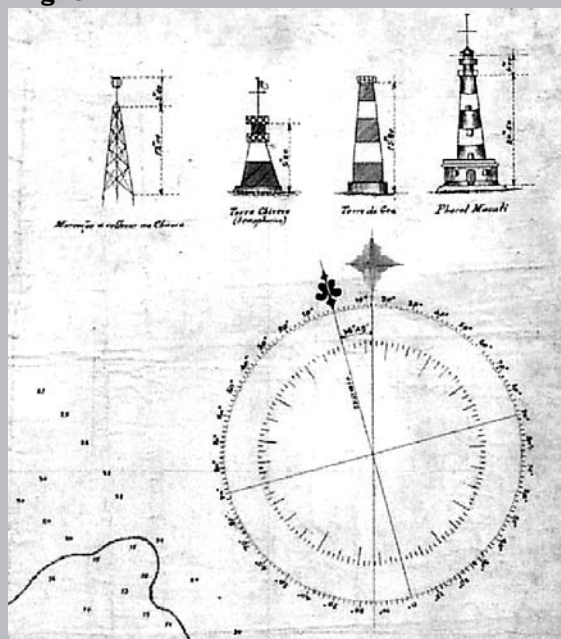
Item considerado	Total das Cartas no ACC		Total das cartas produzidas pela C.C.	
	191		158	
Flora/Vegetação	139	72,5%	119	75%
Sinais convencionais	54	28%	49	31%
Legenda/Notas/Observações	118	61,5%	93	58,5%

E estes aspectos não só são significativos, como adquirem especial relevância dado o cuidadoso detalhe com que se procede ao seu registo. Vejam-se, por exemplo, as cartas da costa de Inhambane, a que por acaso acresce também a localização do farol da Pta. Závora, do troço final do Rio Maputo ou das lagoas costeiras do litoral de Zavala (**Fig.4**⁷).

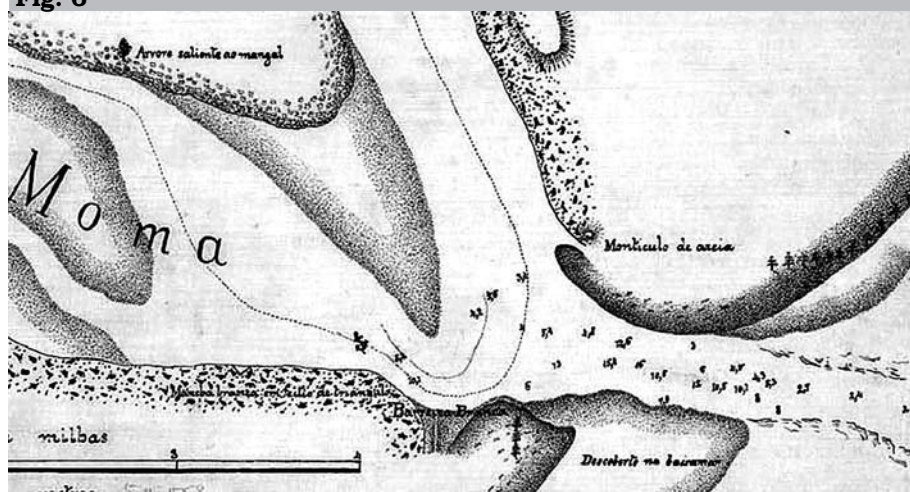
Os levantamentos hidrográficos tornam deste modo possível um conhecimento mais diversificado da região onde se trabalha e evidenciam aspectos da paisagem, em particular os referentes a acidentes geográficos, flora e vegetação. Perpetuando, no tempo, a importância das “conhecenças” que, desde o século XVI, preencheram cartas e roteiros de navegação, os registos do século XIX e mesmo do século XX, e apesar da introdução de novos métodos de sinalização (**Fig.5**) continuam a funcionar não só como sinais privilegiados de reconhecimento da costa como também enquanto pontos referenciais de sinalização (Fig.6) ou de intersecção do estabelecimento das coordenadas para efeitos de triangulação. Por isso se dá conta quando estes desaparecem.

A necessidade permanente de sublinhar a importância dos sinais de reconhecimento, de os manter e quantas vezes, refazer, decorre da situação de mutação permanente da costa de Moçambique já atrás

⁷ Ver final do artigo

Fig. 5

Plano da Barra e Porto da Beira (excerto), 1907, Arquivo da Comissão de Cartografia, CEHCA P07C063

Fig. 6

Esboço do curso inferior dos Rios Moma e Cocola (excerto), 1903 Arquivo da Comissão de Cartografia - CEHCA, P03C024

referida. As mudanças, em particular na zona Centro e Sul, são tão rápidas que há zonas onde nem um reconhecimento sistemático e continuado permite um registo actualizado. O delta do Zambeze é sem dúvida um dos melhores exemplos desta situação. Ao longo dos séculos, e depois das primeiras informações do século XVI⁸, em que se foram conhecendo as suas variantes e se tentaram estabelecer as melhores entradas, pretendeu-se, na segunda metade do século XIX, um levantamento mais exaustivo e sistemático por forma a superar lacunas, dificuldades e erros das cartas anteriores.

Coube a Augusto de Castilho a responsabilidade deste trabalho e não deixa de ser curioso verificar que uma das primeiras observações presentes no seu relatório seja, justamente, sobre a rapidez com que se manifesta o processo de alteração do litoral nesta região e as conseqüências imediatas dela decorrentes:

Tendo sido encarregado de ir explorar e sondar a barra do rio Luabo, principal embocadura do Zambeze... vou resumidamente apresentar o fructo do meu trabalho. (...) Já em meados de 1858 tinha este local sido estudado pelo Sr. Francisco Skead, distinto official da marinha de S.M. Britânica, e em 1861, pelo.... capitão tenente Germano Augusto da Silva, tendo de então para cá sofrido tão notáveis e grandes alterações, que as instrucções daquelles officiais de nada me serviram, por se acharem completamente inexactas hoje, sendo de esperar que daqui a alguns anos tambem os meus trabalhos presentes não tenham valor algum.

As irregularidades e fortes correntes tem a tal ponto modificado o leito do Zambeze, que uma ilha que naquella época existia junto à foz de que fallei foi completamente destruída, não aparecendo hoje sequer o mais ténue vestígio della.

(CASTILHO, 1869, p.197).

⁸ 1512-1516 Viagens de António Fernandes e Duarte Barbosa – Primeiras notícias. 1516 Carta de João Vaz de Almada para el-rei – 1ª referência à necessidade de se proceder ao reconhecimento do Zambeze; 1517 Carta de Cristóvão de Távora para el-rei – Preparativos para a descoberta do rio Cuama; 1519 Carta de Francisco de Brito para el-rei – Projecto para o estabelecimento de uma torre de madeira na foz do Cuama para identificação e controle da entrada do rio. As versões impressas desta documentação podem ser consultadas em *Documentação sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vols. III, IV, V e VI, Lisboa, 1964-1969.

A consciência desta situação e, em simultâneo, a necessidade de procurar contorná-la por forma a produzir uma cartografia o mais próxima possível da realidade obrigou a um intensivo e continuado trabalho de campo sendo que, em certas zonas, a combinação destes aspectos com outras particularidades da costa impediram mesmo que se efectuasse qualquer tipo de reconhecimento, por falta de equipamento apropriado à sua realização. Tome-se, por exemplo, o caso da região costeira entre o Cabo de S. Sebastião e Moebase para a qual, em 1949, os responsáveis pela Missão Hidrográfica de Moçambique alertavam para a impossibilidade de efectuar quaisquer trabalhos pela falta de meios técnicos adequados. Nesta zona inclui-se o

...Banco de Sofala que se estende nalgumas regiões a 50 milhas do litoral com profundidade de 50 metros. (e) Por ser a costa muito baixa, os processos clássicos usados na hidrografia só podem ser usados numa pequena faixa que praticamente não tem interesse para a navegação... “Daí a necessidade de se “...de adquirir material apropriado... (sendo que) Um equipamento completo custa actualmente 2.500 contos havendo ainda a dificuldade da sua obtenção.

(MHM, 1940).

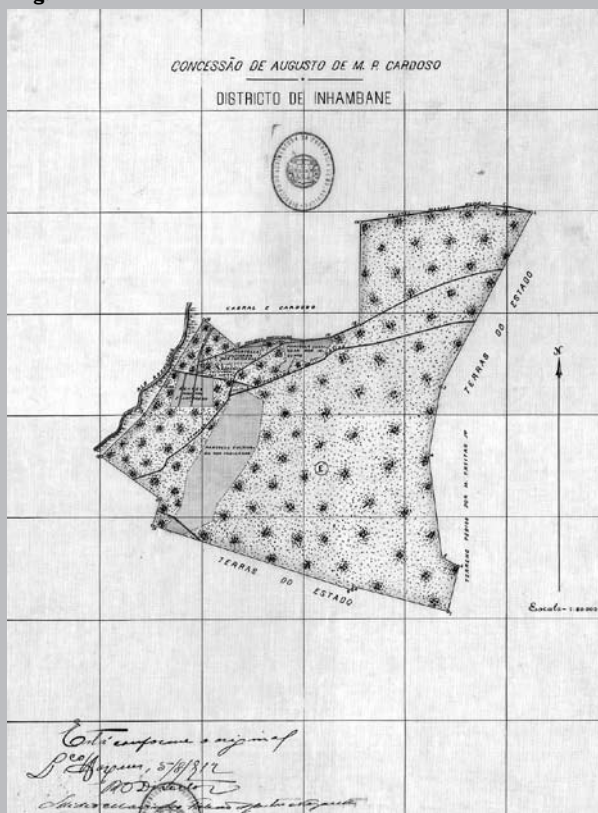
Não obstante estas condicionantes, os trabalhos possíveis foram prosseguindo, mesmo nas áreas mais problemáticas, embora a um ritmo nem sempre constante porque também pautado pela interferência de um outro conjunto de factores no quotidiano dos trabalhos de reconhecimento; sendo que entre eles se destacam, a participação das brigadas da *Comissão de Cartografia* noutros trabalhos e o clima de agitação social e política que se vivia na região centro e Sul de Moçambique durante a segunda metade do século XIX.

De entre as muitas actividades da *Comissão de Cartografia* destacam-se as Missões de Fronteira, no Sul, em particular entre Moçambique e a Swazilândia⁹, a participação nas comissões de avaliação

⁹ Delimitação da fronteira Incomáti-Metingatinga (1887), Singuedézi-Incomáti (1890) e Maputo (1896-1897) e de demarcação e delimitação da fronteira com a Swazilândia (1894-1900). “Missões organizadas pela Comissão de Cartografia ou em que teve interferência”. Constitui o Anexo A do documento *Trabalhos da Comissão de Cartografia desde 1883 a 1925*. Documento manuscrito e dactilografado em dossier, s/cota, do

de situações de ocupação e jurisdição em territórios ainda não delimitados da Província de Moçambique ou a preparação de missões e intervenções de vários tipos¹⁰, designadamente na avaliação dos pedidos de concessão de terrenos a particulares de que resultou, aliás, uma cartografia específica e de grande detalhe dessas áreas (**Fig.7**)

Fig. 7



Planta da Concessão de Augusto de M.P. Cardoso Distrito de Inhambane 1912ca. Arquivo da Comissão de Cartografia, CEHCA P08C014

ex-Centro de Cartografia do IICT.

¹⁰ Destaque, em finais do século XIX, para a preparação da Missão do Major Caldas Xavier (1893-1894), do Projecto de instruções para a organização de uma missão católica junto do régulo Gungunhana (1893) e para a avaliação dos pedidos de concessões de terrenos na margem esquerda do Rio Inhapura (1893). In "Principais trabalhos em que teve intervenção a Comissão de Cartografia". Constitui o Anexo B do documento *Trabalhos da Comissão de Cartografia desde 1883 a 1925*. Documento manuscrito e dactilografado em dossier, s/cota, do ex-Centro de Cartografia do IICT.

Por outro lado, a segunda metade do século XIX é marcada na zona Sul pela persistência de confrontos regionais, de entre os quais se destacam as guerras de Gaza e os violentos ataques dos Swazis à zona de Lourenço Marques enquanto, em simultâneo, expedições inglesas procuravam garantir apoio na região para a eventualidade de virem a poder reclamar toda esta zona¹¹. Pretensões estas que, no caso de Gaza, não deixaram de ser consideradas pelo próprio rei até que em Junho de 1891, a Grã-Bretanha e Portugal chegaram finalmente a um acordo que reconhecia que a maioria das terras de Gaza se situava dentro das fronteiras portuguesas.

Deste modo, para além das condicionantes geo-climáticas, as brigadas que procediam aos vários trabalhos de reconhecimento hidrográfico, viam muitas vezes os seus trabalhos interrompidos ou momentaneamente inviabilizados por outros factores que não dependiam da sua capacidade de actuar no terreno.

Não cabe no âmbito deste trabalho explorar esta matéria. Todavia, não queríamos deixar de referir que nos parece que poderia ser bastante interessante avaliar o decorrer das várias campanhas de trabalho também em função destes aspectos, não só por estes constituírem factores de grande instabilidade regional, que naturalmente afectavam todos quantos ali viviam ou desenvolviam trabalhos pontuais, como também pelo facto dos elementos que constituíam as brigadas da *Comissão de Cartografia* serem muitas vezes, como já atrás se referiu, chamados a uma intervenção directa, sobretudo quando em causa estavam questões de fronteira ou de jurisdição sobre territórios ainda “indefinidos” do ponto de vista da ocupação das potências europeias.

Estas questões parecem-nos tanto mais importantes porquanto se reflectem, de facto, nos conteúdos da produção cartográfica, verificando-se que, no que respeita à região Centro e Sul de Moçambique e mesmo quando só considerada a faixa litoral, uma boa parte das cartas se refere à delimitação de fronteiras e à divisão política e administrativa, sendo que também é significativo o número de mapas cadastrais e dos que informam e identificam os regulados locais, independentemente destes

¹¹ Veja-se, por exemplo, a expedição inglesa de 1880, patrocinada pela Sociedade de Geografia de Londres que, entrando pelo Rio Save se propunha descobrir as terras do império de Gaza.

poderem igualmente fornecer outro tipo de informação. Estes aspectos surgem mais frequentemente na cartografia da zona Sul, sobretudo a Sul do Rio Limpopo. Para Norte deste rio e salvaguardando algumas áreas mais específicas, como as das circunscrições do Búzi, Sofala ou Govuro onde uma série de mapas cadastrais informam com minúcia extrema sobre áreas de concessões, sobre o nome e o estatuto dos proprietários ou mesmo sobre a divisão das várias parcelas em função dos cultivos e pessoas a afectar, ou a cartas produzidas a pedido das Companhias majestáticas, o essencial da produção cartográfica reflecte, de facto, uma maior preocupação por um reconhecimento hidrográfico exaustivo que permita a disponibilização de uma informação precisa e actualizada para toda a costa.

Antes de concluirmos gostaríamos ainda de chamar a atenção para um aspecto particular, a que já atrás fizemos uma pequena referência, e que de certo modo sublinha a necessidade de um trabalho complementar de pesquisa quando se aborda o tema dos levantamentos hidrográficos e, sobretudo, quando se pretendem perceber as alterações que têm vindo a ocorrer naquela costa. Referimo-nos especificamente às situações onde, por dificuldades várias, faltam as cartas ou as que existem não dão uma imagem precisa da área considerada.

Uma das áreas mais afectada neste particular é, justamente, a costa entre o cabo de S. Sebastião e Moebase onde, como já vimos, se situa o Banco de Sofala e, a Sul deste, o arquipélago de Bazaruto.

A história deste arquipélago é, no geral, pouco conhecida. Do mesmo modo, a sua relação com as terras do continente que lhe é fronteiro é frequentemente negligenciada em detrimento de uma história que, antes do século XVI, evidencia sobretudo o seu papel no contexto do complexo comercial do Índico e, nos séculos seguintes, se polariza em torno de projectos nem sempre bem sucedidos de exploração dos bancos perlíferos, após o que se votará a um esquecimento que só não é total porque ali persiste um farol e se construiu um presidio.

Curiosamente, 8 anos antes dos primeiros levantamentos efectuados pela *Comissão de Cartografia* na região, e de que resultaram as cartas que hoje integram o seu arquivo, Guilherme Hermenegildo da Silva, então professor primário em Chiloane, tinha compilado uma série de dados sobre o Arquipélago de Bazaruto e o continente fronteiro

(Silva, 1884)¹². Dados estes que complementam de forma absolutamente extraordinária a documentação cartográfica, já que revelam uma imagem da região que a cartografia não captou. É por exemplo, o caso da relação das lagoas costeiras referidas para o continente fronteiro ao arquipélago e das lagoas então existentes nas várias ilhas, para as quais não existe na época qualquer correspondência cartográfica.

O documento torna-se assim particularmente relevante porque único, permitindo situar no tempo a existência destas lagoas, parte das quais só aparecerá registada na cartografia dos anos 70 do século XX.

De igual modo, também outra documentação da época informa sobre os processos físicos de alteração da região ao dar conta do progressivo desaparecimento de 3 das ilhas que, pelo menos no início do sec. XIX, ainda integravam o arquipélago, então constituído por 7 ilhas e não 4 como hoje¹³.

Poderá parecer forçado incluir aqui este tipo de informação quando a pesquisa que se desenvolve tem por base a cartografia. Contudo, e dado que noutras situações nos deparamos com uma estreita relação entre as cartas e os relatórios elaborados pareceu-nos oportuno evidenciar que essa ligação, podendo não ser tão imediata, persiste noutro tipo de documentos que não devem por isso ser negligenciados.

Em jeito de conclusão e considerando a globalidade da informação recolhida, consideramos que também, do ponto de vista dos levantamentos hidrográficos da região Centro e Sul de Moçambique, existe um conjunto de dados que nos permitem avaliar, do ponto de vista da evolução histórica, as alterações que tem vindo a ocorrer na costa de Moçambique.

¹² A primeira parte deste documento foi já publicada por ROQUE, Ana C. (2001), "*Breves noções sobre a medicina cafreial do distrito de Sofala* ou sobre o conhecimento que os portugueses tinham das virtudes e usos das plantas e ervas medicinais na costa Sul-Oriental de África na segunda metade do século XIX", *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, vol.II, p. 211-271. A segunda parte do manuscrito aguarda publicação, pelas autores deste estudo, na mesma revista.

¹³ No princípio do século XIX o Arquipélago de Bazaruto era constituído por 7 ilhas e ilhéus – Ilhéus de Chirundure, Lunene e Bangué e ilhas de Magaruque, Benguerué, Bazaruto e Sta. Carolina. (FERRAZ, 1901, p. 53). Em 1885, restavam apenas 5 (CUNHA, 1885, p. 11). Finalmente, na segunda metade do século XX, já só restavam 4. (BARRADAS, 1967, p.10).

É certo que, por vezes, a ausência de legendas detalhadas e, sobretudo, da explicitação dos sinais convencionais utilizados para identificar os aspectos assinalados, que nem sempre constam das cartas, torna por vezes difícil a identificação de alguns registos pela semelhança dos vários sinais utilizados, nomeadamente os que se referem a pântanos, mangais e lâguas. Contudo, documentação cartográfica complementar a esta permite, para certas áreas, ultrapassar esta dificuldade. É o caso, por exemplo, do distrito de Quelimane para o qual dispomos de um magnífico esboço xilográfico (**Fig. 8**¹⁴), que nos permite confirmar, para este districto, a presença ou ausência de algumas das estruturas de vegetação referenciadas.

Deste modo, o conjunto de dados possíveis de recolher na documentação cartográfica para a região centro Sul de Moçambique, nomeadamente sobre as estruturas de vegetação, juntamente com a informação disponível para toda a costa, constituem um *corpus* documental fundamental para compreender, do ponto de vista histórico, os processos de alteração que tem ocorrido naquela região.

¹⁴ Ver final do artigo

Bibliografia

- BARRADAS, Lerenó (1967), *A Primitiva Mambone e as suas imediações*, Trabalhos do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 14, Lourenço Marques.
- CASTILHO, Augusto de (1869), “Relatório acerca das bocas do Zambeze, e com especialidade do Rio Inhamissengo”, *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique*, n° 45, Lourenço Marques.
- CUNHA, J. d’Almeida da (1885), *Estudo acerca dos usos e costumes dos Baniánes, Bathias, Parses, Mouros, gentios e Indígenas*. Moçambique, Imprensa Nacional.
- Documentação sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vols. III, IV, V e VI, Lisboa, 1964-1969.
- FERRAZ, Guilherme Ivens (1901), “Archipelago do Bazaruto”, *Actas do Congresso Colonial Nacional*, Lisboa.
- LUPI, Eduardo (1898), “Canal de Angoche-Relatório”, *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique*, n° 21, Lourenço Marques.
- MISSÃO HIDROGRÁFICA DA COLÔNIA DE MOÇAMBIQUE – Relatório resumo dos trabalhos hidrográficos realizados pela Missão, desde 1930 a 1940, métodos e resultados obtidos. Setembro de 1940. Biblioteca do Instituto Hidrográfico, cota 455.
- ROQUE, Ana Cristina e FERRÃO, Lúcia (2006), “Reconhecimentos hidrográficos na cartografia portuguesa da costa Norte de Moçambique, no século XIX in SANTOS, M. Emília e LOBATO, Manuel (coord.), *O Domínio da Distância*, IICT, p.109-120,
- SILVA, Guilherme Hermenegildo Ezequiel da (1884), *Breves noções sobre a medicina cafreal do districto de Sofala* (Chiluané, 4 de Março de 1884), manuscrito da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL Res.1 – pasta E – n° 22).
- SOARES, Augusto Estanislau Xavier Soares (1857) *Descrição da Villa de Sofalla*, Goa.
- Trabalhos da Comissão de Cartografia desde 1883 a 1925*. Documento manuscrito e dactilografado em dossier, s/cota, do ex-Centro de Cartografia do IICT.



Fig. 1. Mariz Carneiro (séc. XVIII), Fortaleza de Sofala.
in L. Albuquerque (coord.), *Portugal no Mundo*, 1989

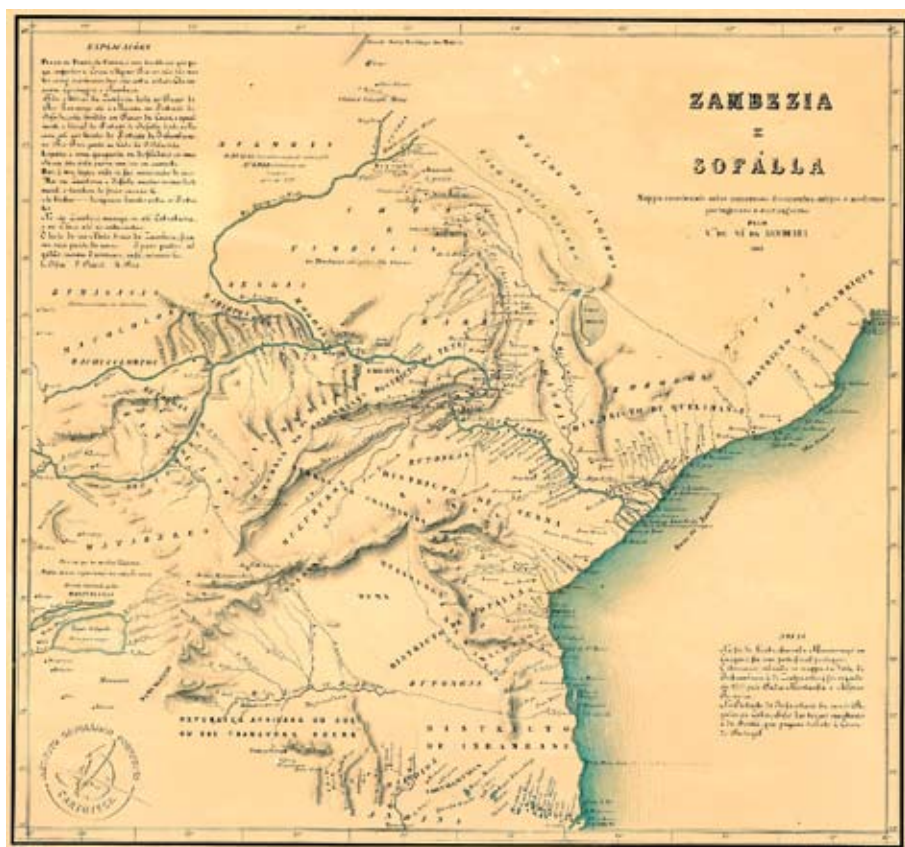


Fig.3. VISCONDE de SÁ DA BANDEIRA (1795-1876), Zambézia e Sofalla - Mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos portuguezes e estrangeiros, Instituto Geográfico Português cota 0582IGP.

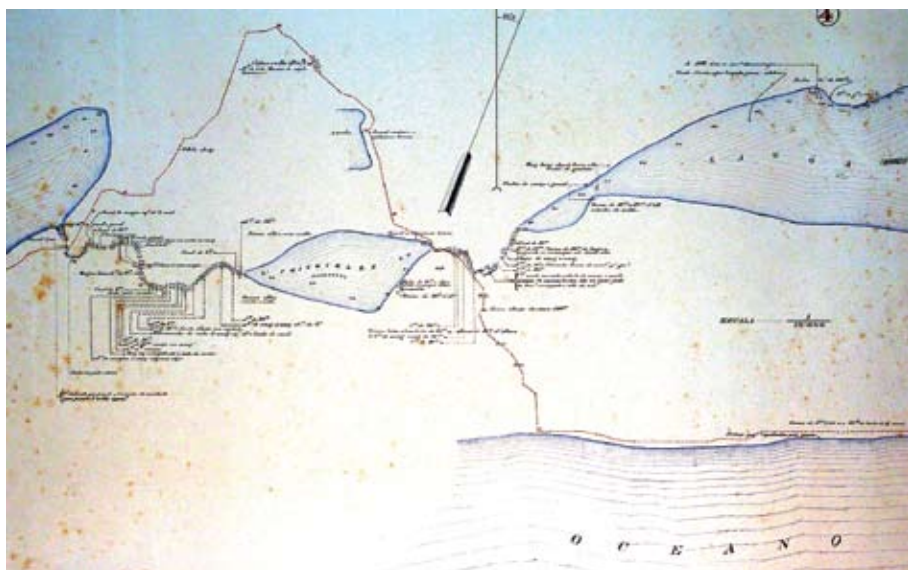


Fig.4. Reconhecimento das lagoas e canaes entre a Lagoa Poeella e Zavala Costa de Inhambane, 1900. Arquivo da Comissão de Cartografia, CEHCA P08C004-4

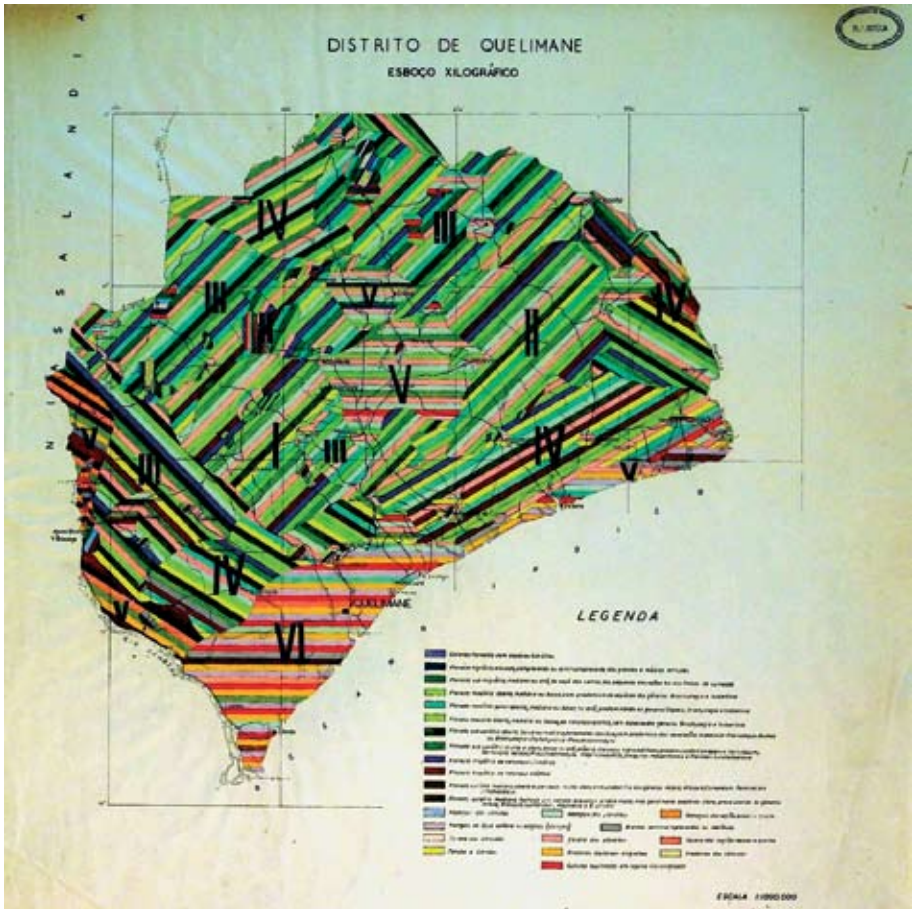


Fig. 8. Esboço Xilográfico do Distrito de Quelimane, s/data. Arquivo da Comissão de Cartografia – CEHCA P04C002

O ZUMBO: UM PROBLEMA DE “DIREITOS HISTÓRICOS” NA DELIMITAÇÃO DA FRONTEIRA

Cristina Sampaio

pp 205-222

O presente artigo, propõe-se apresentar os antecedentes históricos que confluíram para a delimitação colonial europeia da fronteira Zumbo-Tete, definida no tratado luso-britânico de 1891, bem como apresentar os acontecimentos que, posteriormente, estiveram na origem da demarcação da fronteira no terreno até à nomeação das missões portuguesa e inglesa.

A sedimentação da presença portuguesa ao longo do Zambeze até ao Zumbo, desde o século XVI, veio a constituir uma marca iniludível no traçado de fronteiras coloniais efectuado pela diplomacia europeia nos finais do século XIX início do século XX.

Embora a presença portuguesa em Moçambique remonte ao século XVI, as informações sobre a existência de uma região aurífera surgem logo aquando da primeira viagem de Vasco da Gama: Moçambique, para as armadas da carreira da Índia, era ponto de passagem e mesmo de escala obrigatória, em tempo de monções.

No ano de 1501, assiste-se a um reconhecimento da região e Sancho Tovar, um espião português, é encarregue de fazer o reconhecimento de Sofala, concluindo que o ouro aí comprado vinha das montanhas do interior, aqui, separado da costa por alguns reinos negros, existia o grande império do Monomotapa que mantinha com as cidades do litoral relações comerciais. **(mapa 1)**

A presença do ouro no sertão Moçambicano, constituía um motivo determinante para a escolha desta costa para o estabelecimento de feitorias e, em 1513, Afonso de Albuquerque estabelece um plano, que visa a penetração terrestre.

Em 1552, com base em testemunhos escritos e orais de autores e viajantes portugueses, João de Barros completou e aclarou as referências de Duarte Barbosa; é nesta conjuntura, que se organiza, em 1569, em Lisboa, uma expedição comandada por Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem que tinha como escopo conquistar as minas do Monomotapa. Inicia-se, assim, a subida do Zambeze, em Novembro de 1571. Francisco Barreto envia então, uma delegação ao Monomotapa comunicando o seu intento de iniciar conversações, tendo em vista a abertura de caminhos de comércio entre os estabelecimentos portugueses e as suas terras.

Por seu lado, Duarte Lopes, na sua relação sobre o Congo (1588-1589) fez referência ao vasto Império do Monomotapa, ao seu poderio e grandeza. Estes estudos, contribuíram, por um lado, para o maior conhecimento do Império, e por outro, para o despertar de fascínios e cobiças. O conhecimento da região no final do séc. XVI, está ainda presente na obra *Ethiopia Oriental* de Frei João dos Santos, publicada em 1609².

O esboço da ideia de efectuar uma ligação da costa ocidental até ao Monomotapa, e daí à costa oriental, é também do século XVI. Tal empreendimento permitiria não só ligar Angola às minas do Monomotapa e à costa oriental, mas facilitaria também uma ligação com o Oriente, evitando-se o perigoso Cabo da Boa Esperança. O percurso dos mercadores portugueses que navegavam até ao forte de Tete realiza-se, a partir daí, por via terrestre, sendo que esses périplos visavam o comércio do ouro.

Em seiscentos, já tinham sido criadas três feiras onde se negociava o ouro: Luanze, Manzoe e Massapa, sendo esta última a principal. Nesse mesmo século, os portugueses chegaram ao sul do Zambeze, atingindo, por via terrestre, a Butua, em cujo trajecto se encontrava a feira de Maramuca, frequentada pelos portugueses. **(mapa 2)**

No século XVII, ocorrem guerras entre reinos que no passado haviam pertencido ao Monomotapa, e que, com o seu enfraquecimento, haviam obtido uma independência crescente. É neste panorama que os portugueses, procurando retirar benefícios quer na ocupação do território quer na exploração económica, entram em combate.

² Fr João dos SANTOS, *Ethiopia Oriental (Varia História de Cousas Notáveis do Oriente)*, Biblioteca de Clássicos Portugueses, Mello d' Azevedo Editor, Lisboa, 1891.

Diogo Simões Madeira foi encarregado, em 1607, pelo Vice-Rei da Índia, de organizar uma expedição militar para auxiliar o Monomotapa e, em 1614, o mesmo Diogo Simões Madeira, agora capitão-geral da conquista³, numa viagem para Chicova, junto ao Zumbo, (**mapa 2**) que tinha como escopo conquistar as minas de prata, construiu junto ao rio o Forte de S. Miguel.

Sisnando Dias Baião, um mestiço, *capitão de Sena e Rios de Cuama, foi em 1644 encarregado de conduzir uma expedição de auxílio militar ao rei da Butua*,⁴ tendo efectuado uma incursão até à região da Mata-belândia, sabendo-se que construiu fortes na Butua. (**mapa 2**)

Ainda no séc. XVI, o conhecimento dos Portugueses sobre a região encontra-se presente, entre outros, em dois escritos não divulgados – a descrição do Padre António Gomes, de 1648⁵, e a informação de Manuel Barreto, de 1667⁶, tendo este chegado ao conhecimento da Europa através de algumas anotações apostas em diversos mapas.

Só quando Livingstone, em 1865, reivindica a descoberta do lago Niassa, é que os portugueses procuram nos arquivos provas da sua prioridade na descoberta, condição para a futura ocupação colonial.⁷

No final do século XVIII, foram promovidas, pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, missões científicas, que visavam um conhecimento mais aprofundado do continente africano. No ano de 1798, chegou a Tete o Dr. Lacerda e Almeida, com o encargo de organizar uma travessia científica da África devendo *a expedição partir do Zumbo, na margem*

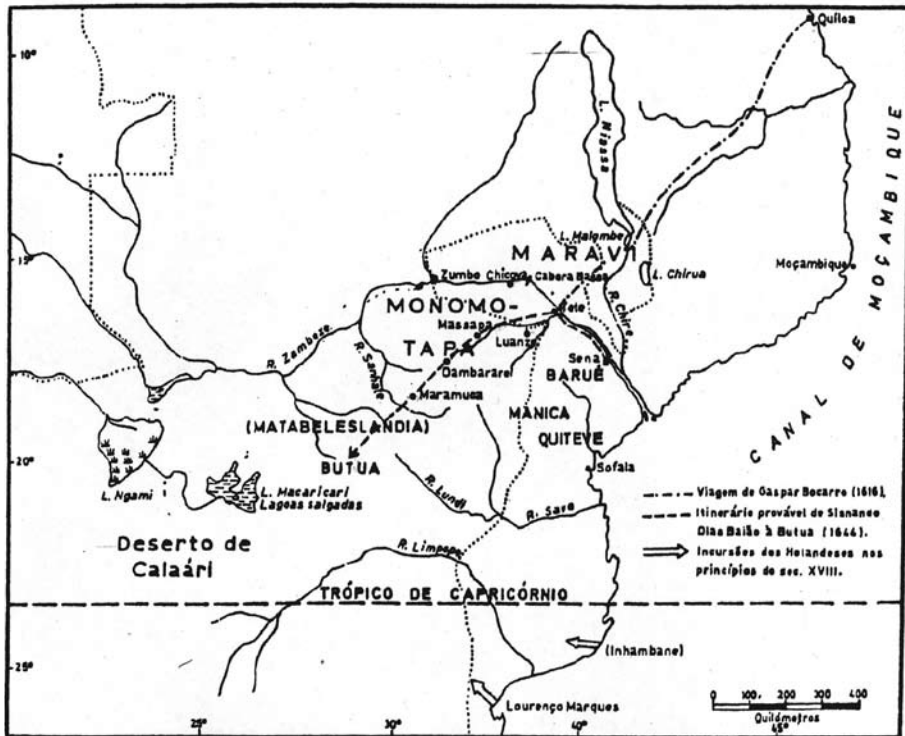
³ Aos capitães-móres e sargentos-móres, *Competia-lhes a complicada resolução dos milandos, peculiares questões cafreais entre indígenas, a concessão de licenças, a vigilância do exercício da caça, manutenção da ordem na jurisdição das suas capitânias, a protecção às caravanas e cáfilas, o levantamento e comando de cipais e irregulares, etc. Da caça e licenças de vária espécie auferiam sem dúvida em dadas regiões rendosos proventos.* João Azevedo COUTINHO, *Manuel António de Sousa, um capitão da Zambézia*, Lisboa, Pelo Império, 1936. (p.131).

⁴ Maria Emilia Madeira SANTOS, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978, (p.134).

⁵ Pe. António GOMES, *Viagem que fez o Padre António Gomes, da Companhia de Jesus, ao Império de Monomotapa, e Assistência Que Fez Nas Ditas Terras Durante Alguns Anos*, Manuscrito de 1648, publicado com anotações de Eric Axelson, in *Studia*, Lisboa, n.º 3, Jan. 1959, (pp. 155-242).

⁶ Manuel BARRETO, *Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama, vulgar e verdadeiramente chamados rios de ouro (1667)*, in. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 4ª Série, n.º 1, 1883, (pp. 33-66).

⁷ Maria Emilia Madeira SANTOS, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978, (p.132).

Mapa 2 – Os Portugueses penetram no Império do Monomotapa. Primeira metade do século XVI.

SANTOS, Maria Emilia Madeira, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978, p. 72.

esquerda do Zambeze, no extremo ocidental de Moçambique na mesma latitude dos sertões de Benguela e Moçamedes⁸. Note-se, que a ideia de estabelecer uma comunicação com Angola emergia como algo de inovador.

Em relação ao povoamento português, nesta zona, no séc. XVIII, devemos salientar, que as terras do Zumbo foram doadas, pelo Imperador do Monomatapa – Pancayerte – aos portugueses, durante o reinado de D. Sebastião⁹. Aquando do reconhecimento desta doação, estabeleceu-se

⁸ Idem, *ibidem*, (p.192).

⁹ “O Zumbo”, *As Colónias Portuguesas* – Revista Ilustrada, VI anno, 2ª série, 1888, Lisboa, (p. 63).

um presídio no Zumbo, com um capitão-mor e soldados portugueses que acompanhavam o referido imperador no seu Zimbaoé, conservando-se esta usança até ao ano de 1759, data em que o império foi dividido. Quanto ao primeiro povoador da área do Zumbo, se alguns afirmam ter sido um indivíduo natural de Goa, de nome Pereira, que ali estabeleceu uma pequena colónia¹⁰, existindo na época, uma freguesia sob a invocação a Nossa Senhora dos Remédios, na qual foi pároco durante mais de 40 anos o Fr. Pedro da Trindade, da ordem de S. Domingos,¹¹ outros, defendem o pioneirismo do missionário Frei Pedro da Santíssima Trindade, que, captando a simpatia do respectivo chefe, obteve deste a cedência de uma porção de terreno onde iniciou a povoação e construiu uma igreja¹².

Em 1710, a povoação do Zumbo foi atacada por Changamira, refugiando-se parte dos moradores na povoação de Tete. Todavia, este estabelecimento populacional manteve-se e foi, até, por provisão de Abril de 1763, elevado à categoria de vila e capitania-mor, com juiz ordinário, capitão-mor e vereadores. Construiu-se então uma muralha com baluartes, fundando-se, ainda, uma igreja e outros edifícios¹³.

O comércio no Zumbo chegou a ter algum interesse e, existiam escravos em grande número. Para se fazer uma ideia da fortuna de alguém, dizia-se o número de escravos que possuía, pois, em tempos mais remotos, o ouro que se minerava e era permutado em regiões longínquas necessitava de muita mão-de-obra escrava. Em 1764, todos os portugueses que povoavam o Zumbo e suas cercanias eram descendentes de filhos de Goa. Já em relação à forma administrativa através da qual se regia a região, sabe-se que os chefes africanos de uma e outra margem do Zumbo tinham uma administração livre das suas terras e não pagavam tributo. Entre Tete e o Zumbo, não havia quaquer posto de polícia. Os chefes africanos cobravam tributos na passagem dos negociantes,

¹⁰ Henrique de Barros GOMES, *As negociações com a Inglaterra no período de 1886 a 1889 – Discurso proferido na Câmara dos dignos deputados do reino em sessão de 10 de Junho de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, (p.12).

¹¹ Refere Magalhães e Solla, que (...) *tão estimado por aqueles cafres que ainda hoje a um remédio aplicado pelos cafres para doenças reumáticas lhe chamam «óleo de Fr. Pedro»*. Augusto da Fonseca MAGALHÃES E SOLLA, “Apontamentos sobre o Zumbo”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª série, nº 7, Lisboa, 1907, (p. 253).

¹² *Encyclopedia Portuguesa Illustrada, Dicionário Universal*, Maximiliano Lemos (dir.), Volume XI, Lemos & C^a, Sucessor, Porto, 1900-1909, (p.461).

¹³ Idem. *ibidem*, (p. 462).

especialmente se estes fossem acompanhados por uma força respeitável de criados armados. Isto prova que a influência portuguesa na área só se mantinha mediante acordos estabelecidos com os chefes locais, e quando se uniam os interesses de ambas as partes. No entanto, o estabelecimento do forte do Zumbo foi um marco definitivo que viria a ser usado como argumento de peso na delimitação das fronteiras.

As contínuas guerras e incursões dos africanos obrigaram os moradores a abandonar o Zumbo em 1780¹⁴, tendo o então capitão-mor, José Anselmo de Sant’Anna, pedido a sua exoneração, alegando que os seus interesses eram prejudicados por tal exercício¹⁵.

Em 1836, foi também abandonada a Feira, tendo sido novamente reocupada em 1 de Dezembro de 1861. Para tal missão, foi designado pelo Governador de Tete – major António Tavares Almeida –, Albino Manuel Pacheco, que foi nomeado capitão-mor de Tete, tendo tomado posse em 2 de Maio de 1862¹⁶.

Sabe-se, através de ofícios¹⁷, que, no ano de 1869, a administração de Pacheco foi perturbada por acontecimentos externos e que este estava desgostoso com o cargo, tendo pedido para ser substituído.

O Zumbo chegou a ter *uma população de mil almas, um convento de invocação de S. Domingos*¹⁸, mais de duzentos fogos e dominava um extenso território entre as margens do Aruangua e do Zambeze¹⁹. Em 1873, há notícia que o número de europeus moradores tinha aumentado e que *nem todos eram da melhor camada social*.²⁰ Embora os dados sejam um pouco vagos, a verdade é que, à época da delimitação de fronteiras, havia uma permanência de uma população mais ou menos ligada às autoridades portuguesas de Tete e do litoral, desde finais do século XVI.

¹⁴ Augusto da Fonseca MAGALHÃES E SOLLA, “Apontamentos sobre o Zumbo”, in. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª série, n° 8, Lisboa, 1907, (p. 255).

¹⁵ Idem, *ibidem*, (p. 276).

¹⁶ LAPA e Cró de CASTRO FERRARI, *Elementos de um dicionário geográfico da provincia de Moçambique*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1889, (pp.148 e 149).

¹⁷ Augusto da Fonseca MAGALHÃES E SOLLA, “Apontamentos sobre o Zumbo”, in. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª série, n° 8, Lisboa, 1907, (p. 276).

¹⁸ Idem, *ibidem*, (p. 252).

¹⁹ *Encyclopedia Portuguesa Illustrada, Dicionário Universal*, Maximiliano Lemos (dir.), Volume XI, Lemos & Cª, Sucessor, Porto, 1900-1909, (p.461).

²⁰ Augusto da Fonseca MAGALHÃES E SOLLA, “Apontamentos sobre o Zumbo”, in. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª série, n° 8, Lisboa, 1907, (p. 284).

O extenso território do vale do Zambeze, dominado pelos portugueses, constituía as Terras da Coroa que, desde o início do século XVII, eram aforadas pela administração portuguesa, por prazos de três vidas, a particulares – donde provém, também, a designação de prazos – em troca de um foro em ouro, pago anualmente à Fazenda Real.

Além destas concessões enfitêuticas, os Portugueses detinham também as chamadas terras de “fatiota”, compradas por particulares aos chefes africanos. Estas terras, eram propriedades livres, não pagando foro, e cuja transação não estava sujeita à autorização da Coroa. A sua maioria estava localizada em território marave, a norte do Zambeze, no distrito de Tete, existindo também em Quelimane e Tete. Tanto as terras foreiras à Coroa como as de “fatiota” eram habitadas por africanos, escravos ou livres, embora estes designados por colonos. Os senhores exerciam autoridade sobre as populações das suas terras a quem exigiam diversos tributos, em serviços ou géneros, de que são exemplo, o trabalho doméstico, o comércio, e principalmente a mineração e a guerra²¹. Para mais informação sobre quem arrendou os prazos do Zumbo, deve-se consultar o *Boletim da Sociedade de Geografia*.

A dificuldade que o Estado português tinha em impor a sua presença no território, conduziu a uma abertura ao capital estrangeiro, através da concessão de vastas áreas do centro e norte de Moçambique a companhias dominadas por capital não português²², tais como as Companhias da Zambézia (1892-1910), de Moçambique (1888) e do Niassa (1893) que tinham a seu cargo a gestão do território, a construção de vias de comunicação, a educação, a exploração da mão de obra e, até, a cobrança de impostos, comportando-se como um verdadeiro Estado dentro do Estado.

²¹ José CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, Porto, Afrontamento, 1995. Allen ISAACMAN, *Mozambique: the africanization of a european institution. The Zambizi Prazos: 1750 – 1902*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1972. Alexandre LOBATO, *Evolução Administrativa e económica de Moçambique, 1752 – 1763*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957. Alexandre Lobato, *Colonização senhorial da Zambézia*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

²² João Paulo Borges COELHO, “O Alto Zambeze no primeiro quartel do século XX: transformação do espaço, transformação da população”, in *Actas, A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930)*, III Reunião Internacional de História de África, Lisboa, CEHCA – IICT, 2000, (p.118).

Em 1900, a Companhia da Zambézia subarrendava a maior parte dos prazos, existindo, por essa altura, empregados que juntavam ao serviço privado dos arrendatários, o exercício das funções administrativas e policiais preceituadas no regulamento dos prazos.²³ Esta Companhia foi incorporando os velhos prazos à medida que eles iam sendo ocupados militarmente ou que as suas concessões iam expirando.²⁴

A notícia sobre a enorme diminuição da população africana, motivada pelo êxodo em massa dos “colonos” para território inglês²⁵, data do ano de 1907, as principais razões apresentadas para esta “fuga,” eram as seguintes: diferença do imposto exigido ao “indígena”; serviços forçados, embora pagos, depois de satisfeitos os impostos; serviços gratuitos a prestar ao Governo e o vexatório sistema de recrutamento de “voluntários”. A diferença entre o imposto indígena exigido ao “colono” português incidia na forma de cobrança – enquanto na África central britânica e na Rodésia norte-oriental se aplicava o “imposto da palhota”, o que permitia que o africano ganhasse o suficiente para pagar o imposto (mussôco²⁶) e comprar vestuário ou objectos importados²⁷, além de suprir o problema da falta de mão-de-obra, no distrito da Zambézia cobrava-se o imposto por cabeça. Um subarrendatário de prazos da região, Carlos Wiese, afirmava que no sistema de imposto da palhota *o indígena encontra uma forma mais agradável e mais conforme aos seus usos e costumes* pois tal imposto era, para ele, menos vexatório visto não ser necessária a devassa da propriedade, nem a apresentação

²³ J. BETTENCOURT, *Relatório ao Governador 1906 – 1907*, Distrito de Tete, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1907, (p.29).

²⁴ João Paulo Borges COELHO, “O Alto Zambeze no primeiro quartel do século XX: transformação do espaço, transformação da população”, in *Actas, A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, CEHCA – IICT, 2000, (p.118).

²⁵ Carlos WIESE, “Zambézia, a Labour Question em nossa casa” in. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª série, nº7, Lisboa, 1907, (p. 242).

²⁶ Mussôco é o nome que designava o imposto da palhota. O Governo cobrava indirectamente este imposto, transferindo o seu direito de cobrança em cada prazo, a um arrendatário que, por uma renda fixa paga aos semestres, adquiria em hasta pública o direito de receber o mussôco. Joaquim Carlos Paiva de ANDRADA, *Manica: comunicação e proposta apresentada à Sociedade de Geografia Parecer da Comissão Africana na mesma Sociedade em 1882*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, (p. 5).

²⁷ Maria Emília Madeira SANTOS, Vitor Luís Gaspar RODRIGUES, «Política da “Sociedade das Nações” para a extinção da escravatura e do trabalho forçado em colónias africanas (1922-36): o caso português», no prelo, (p. 8).

das suas mulheres e filhas. Não tinha ainda que discutir com o encarregado do censo se os seus filhos tinham idade para pagar imposto²⁸. Estes inconvenientes, explicam, em parte o porquê do êxodo da população de territórios de além Chire para distritos ingleses. A aduzir a estas razões havia a questão da diferença do imposto que, tanto na África Central Britânica como na Rodésia Norte – Oriental, ambas limítrofes das então possessões portuguesas na Zambézia, o imposto era mais baixo, o que resultava em ser mais dispendioso, para o africano, viver em território português do que em inglês.

Apesar de datar de 1889-90, um manifesto efectuado pelos signatários do Acto Geral da Conferência de Bruxelas²⁹, em que vários Estados, incluindo Portugal, dão o seu assentimento a uma *Convenção relativa à Escravatura*, que tinha como escopo eliminar, em todo o mundo, não só o tráfico de escravos e a escravatura mas também todas as formas de trabalho forçado geradoras de situações análogas às de escravidão³⁰. O trabalho forçado persistia obrigatório em território português, sendo, nessa altura, inexistente em território inglês. Ora, não existindo trabalho forçado, em zona de influência inglesa, o africano, tendo satisfeito o seu imposto, encontrava-se livre por um ano, podendo dispor do seu tempo na cultura dos campos e outras actividades e, se era contratado, era-o em regime de recrutamento livre, sabendo por quanto tempo ia trabalhar e em que condições, podendo aceitar, ou não, o contrato.

Para o despovoamento da região da Zambézia, além dos factores citados, contribuíram também os serviços gratuitos a prestar ao Governo e o trabalho compulsivo, como era o caso do “Chibalo”. O regulamento exigia uma semana gratuita de serviço, que era utilizada na limpeza de estradas, linhas telegráficas etc., cláusula essa que era odiosa para os africanos que viam como os seus vizinhos, em território inglês, até

²⁸ Carlos WIESE, “Zambézia, a Labour Question em nossa casa” in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª série, nº7, Lisboa, 1907, (p. 242).

²⁹ Depois reafirmada em 1919 com a assinatura da Convenção de Saint – Germain – en Loye, e posteriormente assinada em Génève (1926), Maria Emília Madeira SANTOS, Vitor Luís Gaspar RODRIGUES, «Política da “Sociedade das Nações” para a extinção da escravatura e do trabalho forçado em colónias africanas (1922-36): o caso português», no prelo, (p. 9).

³⁰ Maria Emília Madeira SANTOS, Vitor Luís Gaspar RODRIGUES, «Política da “Sociedade das Nações” para a extinção da escravatura e do trabalho forçado em colónias africanas (1922-36): o caso português», no prelo, (p. 9).

procuravam tal serviço por ser remunerado. Este facto levou a que anualmente muitos africanos “portugueses” fugissem a essa tarefa indo para os territórios ingleses com as suas famílias e populações³¹, assistimos à fuga de populações inteiras para aqueles territórios, com medo de serem recrutados como “voluntários” para as forças armadas da província.

O fortalecimento da ocupação no Zumbo é mais notório quando, em 1886, começa a haver correio duas vezes por mês, a 1 e a 16, entre essa localidade e Tete. O correio era conduzido por duas praças que saindo de Tete se encontravam em Cachomba com duas do Zumbo, onde permutavam as malas.

Em Fevereiro de 1888, chega ao Zumbo o comandante-tenente, António Maria Cardoso, membro da expedição aos sertões de Moçambique. Esta expedição de ocupação política visava salvaguardar os interesses portugueses na área, tendo o comandante recebido a posse das terras. Foram inúmeros os actos de vassalagem dos chefes africanos locais, que se realizaram neste ano, acompanhados de entrega da bandeira portuguesa, expediente, de resto, utilizado em África por todas as potências coloniais.

A vila do Zumbo, constituída como capitania-mor, como já referimos, pertencia ao distrito de Tete, tendo sido, por decreto de 7 de Novembro de 1889, elevada a capital de um novo distrito de província, ficando deste modo desmembrada de Tete. Este facto levou a que o governo inglês, em 21 de Novembro, protestasse contra a criação do novo distrito do Zumbo, alegando que parte dos territórios nele compreendidos estavam na esfera de influência da Inglaterra. A resposta ao protesto foi lavrada por Henrique Barros Gomes.³² Todavia, em Dezembro ainda a questão estava pendente entre os dois governos, mas com os acontecimentos registados em Moçambique, que deram origem ao Ultimatum, de 11 de Janeiro de 1890, a Inglaterra, pelo tratado que impôs a Portugal a 20 de Agosto seguinte, cortou à vontade os territórios cuja posse contestava na África centro oriental. Contudo o Zumbo constituía

³¹ Carlos WIESE, “Zambézia, a Labour Question em nossa casa” in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª série, nº7, Lisboa, 1907, (p. 244).

³² *Encyclopedia Portuguesa Illustrada, Dicionário Universal*, Maximiliano Lemos (dir.), Volume XI, Lemos & Cª, Sucessor, Porto, 1900 – 1909, (p. 462).

o ponto de influência portuguesa mais internado no território desejado pela Inglaterra e também o mais antigo e até cartografado desde o século XVII, o que o transformava num marco iniludível. Assim no início de 1889, iniciou-se a construção das muralhas, com dois baluartes, para a defesa da Vila, tendo a construção sido concluída em Junho desse mesmo ano, passando a chamar-se Forte D. Afonso. Por decreto de 7 de Novembro, foi nomeado Governador, o tenente Luís Ignácio, acompanhando-o um delegado de saúde.

Nesse mesmo ano, o governador envia às instâncias superiores o mapa dos prazos do Zumbo da autoria de Lacerda e Almeida.³³ A ignorância sobre a área era grande, visto que o melhor mapa sobre os prazos datava do final do séc. XVIII, quando Lacerda e Almeida passara por Tete e penetrara a Noroeste a caminho do Cazembe. Na realidade, em 1831-1832, Gamito percorreu e mapeou o mesmo percurso, mas para a divulgação da sua obra não tinha sido suficiente.

No Zumbo, em 1891, no os únicos funcionários eram o Governador, o delegado de saúde, o pároco e um único oficial que desempenhava quatro funções no governo. Assim, em 1 de Março, extingue-se o Governo do Zumbo, pois *tudo faltava, material, pessoas, fundos – autorizações superiores – e mais do que tudo pessoal idóneo*.³⁴ Entretanto as expedições inglesas e portuguesas perpassavam, em vertiginosa liça de corredores, todas as regiões do interior, captando os régulos, dando-lhes bandeiras, presentes, procurando, assim, implantar o domínio da nação a que pertenciam, e fazendo tratados e concessões de terrenos e de direitos de toda a exploração, reservando o direito de soberania para os chefes africanos.

Pelo tratado³⁵ luso-britânico, de 11 de Junho de 1891, foram assim definidos os limites jurídicos da esfera portuguesa:

³³ Augusto da Fonseca MAGALHÃES E SOLLA, "Apontamentos sobre o Zumbo", in. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª série, n° 8, Lisboa, 1907, (p. 388).

³⁴ Idem., *ibidem*.

³⁵ **Tratado**, no sentido de direito internacional colonial, é um "Instrumento diplomático em que fica expressa a delimitação concertada entre os Governos soberanos nos territórios confinantes, muitas vezes combinada com outras cláusulas de natureza política, aduaneira, comercial, etc.. Só tem valor jurídico quando ratificado por lei publicada em cada um dos países de soberania limítrofe conforme a sua constituição política. César A. Moura BRÁZ, *As fronteiras do Território Nacional no Ultramar (África Ocidental)* Lisboa, 1948, Volume 1, (p. 5).

Art. I. *Daí (encontro da linha divisória das águas entre o rio Zambeze e o lago Niassa com o paralelo 14° de latitude Sul) correrá na direcção Sudoeste até ao ponto em que o paralelo 15° de latitude sul encontra o rio Aroangua, e seguirá a linha média deste rio até à sua junção com o Zambeze. Art. II – Ao sul do Zambeze os territórios compreendidos na esfera de influência portuguesa são limitados por uma linha que, partindo de um ponto fronteiro à embocadura do rio Aroangua ou Loangua, vai na direcção sul até ao paralelo 16° latitude Sul, segue este paralelo até à intercepção com 31° de longitude Leste Greenwich, corta o rio Mazoe e segue esse 33° para sul até à sua intercepção pelo paralelo 18° 30' sul.*³⁶

Após a assinatura do tratado luso-britânico, de 1891, não foi pacífica a salvaguarda dos limites territoriais nele estabelecidos, pois os conflitos fronteiriços surgiram, originados pelo desconhecimento da linha de limites da fronteira e emolados pelas instâncias diplomáticas europeias. A razão deste empolamento prende-se com o facto de o território atravessado pela fronteira ser muito rico em ouro, factor que aliás, justificou a inicial penetração portuguesa na área, com o objectivo de comerciar o ouro nas feiras em terras do Monomotapa.

Um documento da Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de 15 de Junho de 1901, que é uma cópia de uma nota britânica, relatava violência cometida por “indígenas” nas regiões do Mazoe, do Lomangudi, do Zambeze e da Machona, contra trabalhadores então regressados da construção do caminho de ferro da Rodésia, apontando para a necessidade urgente de se demarcar a fronteira, ao norte e ao sul do Zambeze, bem como de negociar um acordo de acção comum de modo a estabelecer a ordem entre os “indígenas”. A acusação era especialmente dirigida contra os habitantes do Mazoe e contra o seu chefe rebelde que, sovado pela polícia britânica, havia procurado refúgio em território português. No entanto, através da mesma fonte, sabemos que paralelamente, em território português,

³⁶ *Diário do Governo*, n° 147 de 7 de Julho de 1891. Colecção de Legislação. Livro Branco, Volume IV (Negociações do Tratado com a Inglaterra). Nova Colecção de Tratados, Tomo III.

procuravam refúgio prevericadores do território britânico. Mesmo assim, a nota referia que se aceitassem propostas no sentido de se exercer *repressão contra os indígenas turbulentos da fronteira*.³⁷ Note-se que a chamada turbulência não era mais que a alteração da ordem africana pela intromissão das potências coloniais, o que levou os habitantes da área a começarem a compreender o que era a sua nova “nacionalidade colonial”, mas apenas para poderem fugir às suas extorsões. Nesta nota, é evidente a urgência do governo inglês em demarcar uma fronteira que lhe era particularmente vantajosa, dada a sua soberania sobre a área aurífera da Maxonalândia.

Subsistindo, em 1902, as contendas, no mês de Outubro, um telegrama do Governador da Zambézia referia-se à acusação de um comandante da força armada da Rodésia – coronel Flint – sobre uma pretendida invasão do território britânico e prisão de “indígenas” britânicos. Tratava-se de uma coluna do comando de um tenente da marinha portuguesa – Portugal Durão –, que havia oferecido todas as garantias técnicas de não ter ultrapassado a fronteira do tratado de 1891. Face a tais episódios, mais uma vez, instou a administração inglesa, junto do Governador da Zambézia, por uma delimitação provisória da fronteira luso-inglesa, sugerindo o governador-geral de Moçambique que os trabalhos de delimitação fossem efectuados com carácter definitivo, devendo-se incumbir de tal missão *delegados do governo português e inglês, ou então, dois empregados das Companhias da Zambézia e da Chartered*³⁸

Acerca da necessidade de demarcação da fronteira, consta, ainda, uma nota do mês de Novembro, emanada do governo-geral de Moçambique, acompanhada de cópia de anotações do governo da Zambézia e do Comissário e Cônsul Geral na África Central Inglesa. Como as autoridades inglesas insistiam numa demarcação provisória, por funcionários locais, a qual posteriormente seria tornada definitiva por uma comissão mista, a Comissão de Cartografia, face à pressão inglesa, foi de parecer que a demarcação da região de Tete com os territórios britânicos era urgente, mas deveria, todavia, ser feita com carácter definitivo.

No mês de Dezembro, desse mesmo ano, o governador-geral interino de Moçambique dá conhecimento do facto de se terem estabelecido ingleses

³⁷ C.E.H.C.A., I.I.C.T., *Arquivo de Fronteiras*, Caixa 38 – Distrito de Tete – Norte e Sul do Zambeze, Volume I, doc. 1, (pp.1, 2, 3, 4.)

³⁸ Idem., *ibidem*, doc. 9, p. 14.

em território português. O governador de Quelimane, por seu lado, clamava pela delimitação da fronteira sul do Concelho de Tete em virtude dos conflitos havidos por desconhecimento da linha de limites, o que levava a que os ingleses, auxiliados pelos seus cipaios, cobrassem o “mussoco” nos dois territórios, facto que poderia, mais tarde, servir de pretexto para se apoderarem do território. Surgia, assim, não só o receio de uma ameaça ou perda de domínios, mas também se reacendia a questão da rendosa cobrança dos impostos. As populações mudavam de “nacionalidade colonial”, de dia para dia, não sem compreenderem que a sua terra tinha valor para os europeus que com eles negociavam, mas que em breve, terminadas as indefinições, os tratariam como súbditos, sujeitos a tributos, trabalho forçado e expropriação de propriedade.

No ano de 1903 mantinha-se o *modus vivendi* entre Portugal e a Inglaterra. Logo no mês de Janeiro, o governador-geral de Moçambique comunicava que havia ingleses estabelecidos no “seu” território e dos conflitos subsequentes, que se prendiam uma vez mais com a cobrança de impostos (mussoco), insistindo veementemente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros pela demarcação definitiva da fronteira ao norte e ao sul do Zambeze, considerados então como duas partes do mesmo conjunto. Com o avultar das contendas fronteiriças, a situação agravou-se em Março, tendo o Governador de Tete³⁹ proposto um novo arranjo provisório com as autoridades inglesas, facto que comunicou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, insistindo no entanto pela demarcação definitiva, conforme consta em telegrama – *governador de Tete propõe acordo provisório com a autoridade inglesa respeito fronteira sul, daquele distrito sem algum compromisso quando se tratar delimitação definitiva*⁴⁰.

Em resposta ao seu apelo, foi-lhe transmitida autorização no sentido de ser, entre as autoridades locais fronteiriças de Tete, ao norte e ao sul do Zambeze, negociado um acordo provisório sobre a fronteira no terreno, sem o menor comprometimento em relação à demarcação definitiva.

No dia 30 do mesmo mês de Março, e através de ofício da Direcção-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros

³⁹ Governador Vellez. Gago COUTINHO, *Obras Completas*, II volume, Lisboa, Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, (p. 429).

⁴⁰ C.E.H.C.A.,I.I.C.T., *Arquivo de Fronteiras*, Caixa 38 – Distrito de Tete – Norte e Sul do Zambeze, Volume I, doc. 17 (p. 32).

dirigida ao secretário de estado dos negócios da marinha e ultramar, sabemos que o Marquês de Lansdowne⁴¹ dirigiu uma nota ao Marquês de Soveral⁴², na qual declara o seu intuito de indicar com brevidade a nomeação de um comissário para a delimitação da fronteira em apreço. Em Setembro, o Marquês de Lansdowne endereçou uma nota ao ministro Português em Londres, na qual constavam várias propostas para os trabalhos de campo na delimitação do Zumbo e Tete, ao norte e ao sul do Zambeze, solicitando o ponto de vista do governo português, sobre o assunto. Sobre estas propostas, em Outubro, foi considerada, pela Direcção-Geral do Ultramar, a necessidade urgente de se nomearem comissários portugueses, em número de três, aventando-se a possibilidade de se aproveitarem alguns dos oficiais já treinados. São, assim, propostos os seguintes oficiais: 1º tenente Carlos Viegas Gago Coutinho, 1º tenente Joaquim Bernardo Carvalho de Moraes e Castro, 2º tenente Manoel dos Santos Fradique, tendo os mesmos sido nomeados por decreto de 13 de Novembro. O primeiro é nomeado comissário de limites e os restantes adjuntos da comissão de demarcação⁴³ da fronteira luso-inglesa do distrito de Tete, ao norte e ao sul do Zambeze. Para integrar a missão inglesa, são designados o major de engenharia O'Shee – comissário de limites –, o capitão de artilharia Campbell, os tenentes de artilharia Cox e Doucet – adjuntos – e o médico civil Park Ross.

Após a nomeação da Comissão, decorreram os trabalhos de campo, no ano de 1904 ao norte e no ano de 1905 ao sul do rio Zambeze. Estas duas zonas iriam ficar com um traçado de respectivamente 38 marcos – numa extensão de 343 Km², – e de 29 marcos – numa extensão de 320 Km (área total de 25.000 Km²) – do qual resultou o **mapa 3**⁴⁴.

Este mapa, datado de 1913, constitui um esboço elaborado sobre os trabalhos da comissão de delimitação de fronteiras, onde se podem visualizar os marcos limites da fronteira ao norte e ao sul do rio Zambeze.

⁴¹ Ministro dos Negócios Estrangeiros Britânico. *Enciclopédia Verbo Luso Brasileira de Cultura, Edição Século XXI*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1998.

⁴² Ministro Português em Londres. Idem, *ibidem*.

⁴³ Por Comissão de demarcação entende-se o “Conjunto das duas Missões de demarcação em que todos os actos técnicos de uma são controlados, acompanhados ou repetidos, mas sempre verificados no campo, pela outras até acordo, ou discrepância que leve à suspensão dos trabalhos ou simples menção dela nas actas.”, César A. Moura BRÁZ, *As fronteiras do Território Nacional no Ultramar (África Ocidental)*, Lisboa, 1948, Volume I, (p. 5).

⁴⁴ Ver no final do artigo

Bibliografia

Fontes manuscritas

Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga (CEHCA) – Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), Arquivo das Fronteiras, Caixa 38, Distrito de Tete – Norte e Sul do Zambeze. Volumes I, II e III.

MOURA BRÁZ, César A., *Fronteiras do Território Nacional do Ultramar* (África Ocidental), Volumes I e II, Lisboa, 1948. (Dactilografado)

Fontes impressas

ANDRADA, Joaquim Carlos Paiva de, *Manica: comunicação e proposta apresentada à Sociedade de Geografia Parecer da Comissão Africana na mesma Sociedade em 1882*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

BARRETO, Manuel, « Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama, vulgar e verdadeiramente chamados rios de ouro (1667) », in. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 4ª Série, nº 1, 1883, (pp. 33-66).

BETTENCOURT, J., *Relatório do Governador 1906 – 1907, Distrito de Tete*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1907.

CASTRO FERRARI, Lapa e Cró de, *Elementos de um dicionário geográfico da província de Moçambique*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1889.

COUTINHO, Gago, *Obras Completas*, Volume II, Lisboa, Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

GOMES, Pe. António, « Viagem que fez o Padre António Gomes, da Companhia de Jesus, ao Império de Monomotapa, e Assistência Que Fez Nas Ditas Terras Durante Alguns Anos », Manuscrito de 1648, publicado com anotações de Eric Axelson, in. *Studia*, Lisboa, nº 3, Jan. 1959, (pp. 155- 242).

GOMES, Henrique de Barros, *As negociações com a Inglaterra no período de 1886 a 1889 – Discurso proferido na Câmara dos dignos deputados do reino em sessão de 10 de Junho de 1891*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

MAGALHÃES E SOLLA, Augusto da Fonseca, “Apontamentos sobre o Zumbo”, in. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª Série, 1907, nº7 – Julho, (pp. 247 – 264); nº 8 – Agosto, (pp. 274 – 296); nº 9 Setembro, (pp. 319 – 328); nº 10 Outubro, (pp. 340 a 359); nº 11 Novembro, (pp. 382 – 392); nº 12 Dezembro, (pp. 436 – 461), Lisboa, Typographia Universal, 1907.

“O Zumbo”, in., *As Colónias Portuguesas – Revista Ilustrada*, Lisboa, VI anno, 2ª Série, 1888, (p. 63).

WIESE, Carlos, “Zambézia, A Labour Question em nossa casa”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25ª Série, nº7, 1907, (pp. 241 -247).

Dicionários e enciclopédias

LEMOS, Maximiano (dir), *Encyclopédia Portuguesa Ilustrada*, Volume XI, Porto, Lemos & Companhia, Sucessor, 1900 – 1909.

Enciclopédia Verbo Luso Brasileira de Cultura, Edição Século XXI, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1998.

Legislação

Diário do Governo, nº 147 de 7 de Julho de 1891. Coleção de Legislação. Livro Branco, Volume IV (Negociações do Tratado com a Inglaterra). Nova Coleção de Tratados, Tomo III.

Diário do Governo, PORTARIA nº 917, de 7 de Dezembro de 1907.

Estudos Gerais

BARBOSA, Duarte, *O Livro de Duarte Barbosa*, Edição crítica e anotada por Maria Augusta da Veiga e Sousa, Volume I e II, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia, IICT, Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

SANTOS, Maria Emília Madeira, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.

SANTOS, Fr João dos (introdução Manuel Lobato e Eduardo Medeiros), *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

Estudos específicos

CAPELA, José, *Donas, Senhores e Escravos*, Porto, Afrontamento, 1995.

COELHO, João Paulo Borges, “O Alto Zambeze no primeiro quartel do século XX: transformação do espaço, transformação da população”, in *Actas. A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930)*, III Reunião Internacional de História de África, Lisboa, CEHCA - IICT, 2000, (pp.117 – 122).

COUTINHO, João Azevedo, *Manuel António de Sousa, um capitão da Zambézia*, Lisboa, Pelo Império, 1936.

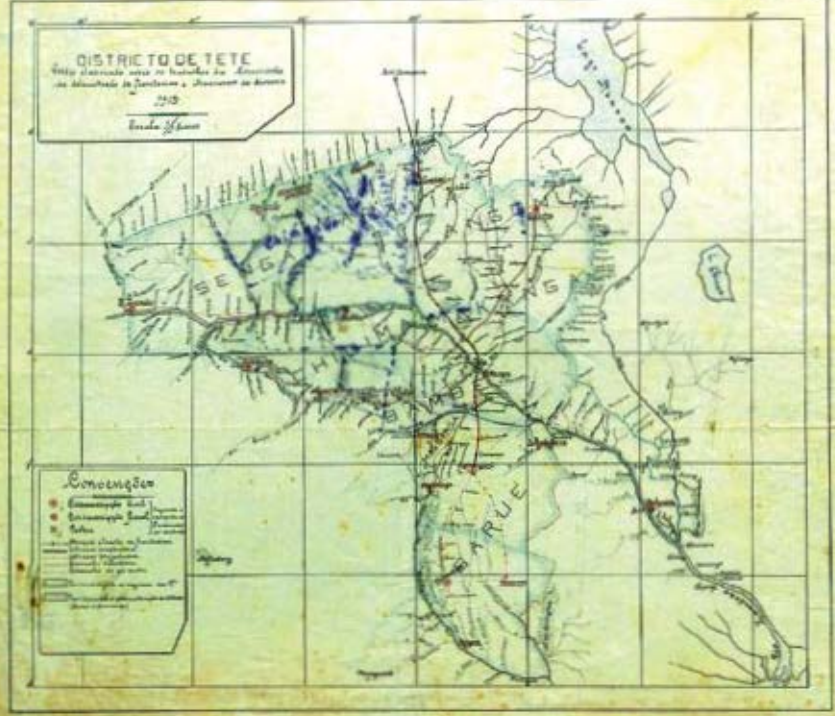
ISAACMAN, Allen, *Mozambique: the africanization of a european institution. The Zambizi Prazos: 1750-1902*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1972.

LOBATO, Alexandre, *Colonização senhorial da Zambézia*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

SANTOS, Maria Emília Madeira, RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar, «Política da “Sociedade das Nações” para a extinção da escravatura e do trabalho forçado em colónias africanas (1922-36): o caso português» (no prelo)

Parte 5 -

1877
15



BOUNDARY DEMARCATION BETWEEN BRITISH AND PORTUGUESE COLONIAL TERRITORIES IN EAST AFRICA

Peter Collier¹

pp 223-238

Introduction

The late 19th century saw an unprecedented growth in boundary surveys and demarcations. Britain, Portugal and other colonial powers were busy defining the territorial limits of their colonies and dependent territories in Asia, Africa and the Americas. Some territorial boundaries were never fully defined and are still bones of contention between successor nations (Malaysia and Yemen). That these boundaries were often decided paying no regard to the wishes of the indigenous inhabitants is well known. What is, perhaps, less well known is that in most cases the boundaries of these territories were decided at conferences, often held thousands of miles away from the boundary itself, with little or no say given to the surveyors who would, ultimately need to define the boundary on the ground. As the post-colonial period has seen a consensus amongst the peoples of the former colonial territories to respect the colonial boundaries, the work of the diplomats who delimited the boundaries, and the surveyors who carried out the demarcation has left a permanent legacy in boundary markers on the ground and in the depiction of those boundaries on maps.

¹ University of Portsmouth.

The consequence of boundary making by conference was that lines were drawn on a map, which often paid scant regard to the geography of the area to be divided. Ratzel (1897) made the first real attempt to bring some logic, or order, to bear upon the process of boundary making. In Ratzel's (1897) view, the boundary was an abstraction and that what really existed was the border area. The boundary for Ratzel was like the skin of an organism that defended the organism, but also allowed exchanges to occur. Ratzel also viewed boundaries as a factor influencing state power, and as a measure of state power. A State would grow, or contract at its periphery. Strong states would grow by the absorption of territory from weaker states, or by their wholesale incorporation. Weak states would lose territory, either through the assertion of independence by peripheral territories, or by the loss of territory to neighbouring states. In viewing boundaries in this way, Ratzel was simply reflecting the growth of Prussia and the establishment of the German Empire through the 19th century. Ratzel also drew attention to the need for defensible boundaries, a view that was also held very strongly by the two major British writers on boundaries, Curzon and Holdich. While Ratzel's attempt to establish general laws relating to boundaries has been shown to be futile because each boundary is unique (see Jones, 1945), nonetheless, his ideas were very influential in the boundary making of the early 20th century.

Types of Boundaries

Curzon's *Romanes Lecture* on frontiers, given in Oxford in 1907, provides a very clear overview of British political thinking on the subject of boundaries (Curzon, 1907), while Holdich's *Political Frontiers and Boundary Making* of 1916 provides a clear exposition of the views of someone intimately involved in the practice of boundary making and demarcation over many years. The main ideas contained in both Curzon's and Holdich's work had been discussed a little earlier by Hills (1906). Although virtually unknown today, Hills was a key player at the time, a well-known astronomer and a Major in the Geographical Section of the General Staff (GSGS). He was sent on a number of tours of colonial survey departments and seems to have acted as a 'trouble-shooter', for

example, he was called in to advise on the problematic boundary in the lower Shire watershed. Of the three writers, Hills (1906) was the most outspoken in his criticism of boundary definition by diplomats 'whose knowledge of geography may be small and whose knowledge of practical survey is *nil*' (emphasis in the original).

Hills, Curzon and Holdich all held the view that boundaries could be described as 'natural' or 'artificial'. By these terms they meant that boundaries were dependent on, or independent of, physical features such as rivers or mountain chains. These views were attacked since all boundaries could be regarded as being artificial. However, What Hills, Curzon and Holdich had in mind was that certain physical features were intrinsically more defensible. As Prescott (1965) noted, Curzon was very careful to distinguish between 'natural boundaries' based on physical features and a 'class of so-called Natural Frontiers....namely those which are claimed by nations as natural on grounds of ambition, or expediency, or more often sentiment. The attempt to realize Frontiers of this type has been responsible for many wars, and some of the most tragic vicissitudes in history'. Nearly one hundred years after Curzon's lecture, events in the Balkans, the Caucasus and the Middle East show this to be no less true today.

Curzon advanced three ideas, which were subsequently used by others, and are restated here because they directly relate to the central focus of this paper. Firstly, Curzon classified artificial boundaries into three types: astronomical, mathematical and referential. Astronomical boundaries followed a parallel of latitude or a meridian of longitude, mathematical boundaries connected two specified points, while referential boundaries were defined relative to points or points, and could include arc or straight lines. Thus, the United States border with Canada is for much of its length an astronomical boundary as it follows the 49th parallel. That between Alaska and Canada is, in part, a meridional boundary. State and province boundaries in the United States and Canada are also largely defined astronomically. Mathematical boundaries are used to define the boundaries between Libya and Chad or Algeria and Niger, or of more relevance here, much of the boundary between Kenya and Tanzania. Referential boundaries includes much

of the boundary between Gambia and Senegal, but are much more common in defining maritime boundaries. The boundaries between Portuguese and British East Africa were a complex arrangement of astronomical, mathematical and natural boundaries.

Secondly, Curzon mentions the idea that boundaries could be frontiers of separation or contact. The old 'Iron Curtain' was very much a boundary of separation, while that between North and South Korea remains one to the present day. Boundaries within the European Union are boundaries of contact, especially those between signatories to the Schengen agreement.

Thirdly, Curzon drew attention to the need to constantly reconsider the suitability of frontiers in the light of changes in military technologies. This was to be a major factor in the thinking of military theorists, but went largely unconsidered by geographers for many years (Prescott, 1965).

While the types of artificial boundaries discussed by Curzon are easy to define on paper, they often posed significant problems when it came to demarcation on the ground. To understand the nature of the problems encountered by a boundary survey party attempting to mark an astronomical boundary, it is first necessary to understand the limitations of the survey techniques of the day. The nature of these problems can best be illustrated by looking at the work of particular survey parties. The simplest artificial boundary to define, is one which follows a line of latitude, such as the 49th parallel between the United States and Canada (Anderson, 1876). It was relatively easy, if time consuming, to determine the latitude of an unknown point. 19th century surveyors could have measured their latitude by reference to the elevation of the sun above the horizon. This did not give a very precise answer, so for more precise surveys observations to stars were used instead. To carry out star observations for precise determination of latitude, it was also necessary to know the time to a high level of precision. In a time before time signals, this meant that the survey party would need accurate chronometers. Multiple observations of stars, using a zenith instrument, would then be needed to yield a latitude of

sufficient accuracy. However, this simply gave the surveyor the position of the unknown point, not the position of the boundary latitude. To work out where the boundary was relative to the determined point, it was then necessary to calculate the distance on the ground of the required latitude from the determined point, based on an accepted 'figure of the Earth' (i.e. an accepted size of the Earth at that latitude). This distance could then be measured and check observations of latitude made on the line of the parallel if necessary. This would work reasonably well, so long as there were no significant gravitational anomalies. Once the position of the parallel had been found to the required precision, the point could be marked. The direction, or azimuth, of the parallel could then be determined by more astronomical observations. The whole process took, on average 7 days to complete for each surveyed point.

A type of referential survey was that carried out on the part of the boundary between Portuguese and British East Africa. In this case the boundary was defined as a series of straight lines joining known points. Unfortunately, the known points turned out to occupy different positions to those that they were believed to occupy at the time of the Congress of Berlin. Triangulation, controlled by astronomical observation, was used to determine the position of the boundary during this survey. This technique was to become the norm for most future surveys. Smith (1894) gives some idea of how this kind of survey was conducted. In this case, the latitudes of eight stations were determined astronomically and linked in to the triangulation scheme, which was made up of 86 triangles. In addition to the triangulation, a plane table survey was normally carried out of the topography either side of the boundary.

An example of a natural boundary is that which separated Portuguese and British East Africa in the area of the Shire River. Although quite easy to define in theory, in practice this gave rise to problems where the watershed was difficult to define. In the case of the Shire there were problems near the Ndinde Marsh. The boundary commissioners were unsure whether the Ziwi Ziwi flowed into the Zambesi or from the Zambesi into the Shire. This uncertainty was due to the Shire backing up when the Zambesi was in flood, and the water finding an alternative route into the Zambesi via the Ziwi

Ziwi. Although the boundary commissioners were able to arrive at an amicable arrangement on the ground, if there had been a more difficult relationship between the commissioners, it could have led to the issue needing to be sent for international arbitration. Difficulties in defining the boundary between Portuguese and British East Africa did lead to arbitration in the case of Manica, on the boundary between modern Mozambique and Zimbabwe.

One of the more curious aspects of boundary demarcation between Portuguese and British East Africa lies in the differences in the accuracies with which the demarcations were executed. North of the Zambezi, where the boundary does not follow the Luangwa River, it is defined by rough bearings (nearest quarter degree) and approximate distances (to the nearest 0.1 miles). However, south of the Zambesi, the boundary is defined by more precise bearings (measured to the nearest minute), and distances (measured to the nearest metre). Since the two surveys were carried out only one year apart, in 1904 and 1905 respectively, the differences cannot be attributed to improvements in the standards of surveying. It is much more likely that the main cause was a shortage of properly trained boundary commissioners. Markham, the President of the Royal Geographical Society, had drawn attention to the lack of proper training in Britain, comparing it unfavourably with the situation in India. He was instrumental in starting a training course in surveying, run by the Royal Geographical Society, aimed at training colonial officials in appropriate survey techniques (Collier and Inkpen, 2003). However, the throughput of trainees was inadequate to meet the needs of the boundary demarcations taking place all over Africa.

Holdich's reservations about earlier work on boundary definition can be summed up in three points; there were problems of definition on the ground, the boundaries lacked a defensible nature and they ignored economic realities. Curzon had recognized the problems of defining artificial boundaries on the ground. He had alluded to them in the Romanes Lecture (1907) when he talked about the need to clear a 100 yard swath of vegetation and to monument the boundary. Curzon also made the point that the demarcation of such boundaries was extremely costly in time and money. Curzon, however, seemed much less aware

of the problems created for the surveyor by the inappropriate selection of a boundary. As an experienced boundary surveyor, what Holdich wanted were well defined and easily surveyed boundaries. From his work in South Asia, Holdich recognized that a line on the ground which did not relate to any kind of physical or cultural reality would not only be difficult to define, it would also be difficult to enforce. Holdich was well aware that the boundary between Russia and Afghanistan and Afghanistan and India were very porous (Holdich, 1916, pp.5-7). To the nomadic tribes people of the time nationality meant nothing, let alone national boundaries. In such circumstances, inappropriate natural boundaries would be of little use, and artificial boundaries would be even worse.

However, like Curzon, he recognized that not all 'natural' boundaries made good boundaries. The most obvious 'natural' boundary is a river, and rivers are commonly used as boundaries in many parts of the world. However, rivers are also commonly the physical entity that unites people. They have been conduits for trade and are often integral to the economic life of countries. They also serve to join countries. These important roles were recognized in the Congress of Vienna where special status was accorded to major waterways.

Artificial boundaries come in for particular criticism from Holdich, as they had from Hills. As practical men they knew that artificial boundaries posed technical problems for surveyors if they were to be demarcated at the level of precision required by the treaties governing them. The United States/Canadian boundary had been especially problematic, due to the difficulty involved in determining the precise position of the 49th parallel.

In addition to the cost in time and money that it took to carry out the demarcation of an artificial boundary, there was also the problem that, in settled areas, it was likely to cut through overlapping areas of settlement. By the time the boundary surveyors reach the Dakotas, they found Canadians south of the 49th parallel, and Americans to the north of it. Any line drawn through settled areas of Africa was bound to come up against similar problems. The only circumstance under

which a straight-line boundary was considered acceptable was in an uninhabited desert area, where the desert itself was believed to act as a defensible boundary. Unfortunately, the uninhabited desert areas of the late 19th and early 20th centuries were sometimes later found to contain mineral resources, which made them very contentious.

In addition to wanting boundaries, which were easy to define and survey, what Holdich wanted was that boundaries should be 'strong'. By this he meant one that was as short as possible, well-defined and defensible. For example, in his discussion of the boundary between the Belgian Congo and Rhodesia he differentiates between different parts of the boundary in terms of their strength (Holdich, 1916, p.237).

The dividing line between Belgian territory and Rhodesia is not an ideal boundary, but it is on the whole a natural boundary, definitely fixed, and should lead to no complications. It follows a fine watershed at the head of the southernmost affluent of the Congo till it is carried to the southern end of Lake Bangweolo, and from that lake to Lake Moreo it is defined by a connecting river.

This is a strong frontier so far. A straight line (which is never a strong line) connects Lake Moero with Lake Tanganyika and finishes off the southern borders of the Belgian Congo State.

It is interesting to note that this particular stretch of the Congo/Zambian boundary has still not been settled, 110 years after the boundary was first delimited, due to problems with the definition of the starting point on Lake Tanganyika.

Holdich's recommendations

Holdich, like Curzon and Hills before him, believed that international boundaries were lines between enemies actual or potential. There are frequent references to this function of international boundaries. However, even before getting on to any discussion of the defensibility, or otherwise, of a boundary, Holdich believed that the first consideration

had to be the acquisition of good geographical knowledge of the area to be delimited, normally in the form of properly surveyed maps. In his view, most 19th century boundary making had been bedeviled by the inadequacy of the geographical knowledge of those delimiting boundaries.

To Holdich:

The delimitation of a frontier is the business for the treaty makers who should decide on trustworthy evidence the lines of a frontier delimitation which will be acceptable to both the high contracting parties with all due regard to the local conditions of topography and the will of the people who are thus to have a barrier placed between them. Holdich (1916, p.179)

It is in the assertion that good geographical knowledge needs to precede any attempt at boundary delimitation that Hills (1906) and Holdich (1916) make their greatest contribution to the literature on boundary making. As anyone who has read the reports of the boundary commissions will know, the reports often contain the first real description of the area being demarcated. It was common for the parties to include scientists, such as botanists and geologist, to collect geographical data whilst the demarcation was in progress. If it is necessary to carry out a boundary delimitation in a previously unexplored area, Holdich is clear, that:

If, indeed, it is compulsory ignorance, if there is no possibility of waiting till maps can be made, and arbitrators are forced into the position of adopting the worst of all possible expedients – the straight line – a provisional or elastic agreement must take the place of a more elastic boundary. Holdich (1916, 184-85)

It is also clear from the above the kind of boundaries that Holdich thought desirable. Boundaries should, wherever possible, follow natural features. Ideally, they should be watershed boundaries of the kind used in his demarcation between Chile and Argentina. They should be defensible, bearing in mind the military technology in use at the time

of demarcation. Like Curzon (1907), he would also like the possibility of revision in the light of changing military technologies. However, both Curzon and Holdich are, at best vague about how this could be achieved. To ensure a more defensible boundary, it would be relatively easy for a strong power to force a boundary revision on a weaker neighbour. However, a strong power would have little need for such an arrangement with a weaker neighbour. Where it would need one would be with a stronger neighbour, a neighbour much less likely to agree to such an arrangement.

Holdich also believed in trying to get the agreement of the people living in the border region to alignment of the boundary. This belief is a recurring theme throughout his work and, no doubt, derives from his experiences on the borders of India and Afghanistan. This was already common British practice, even if other powers were happy to ignore the wishes of the local population.

In the light of all the problems discussed in his book, and elsewhere, he hoped that things would be different in future:

It may be assumed that no future treaty-maker or boundary-delimiter would care to face the risks of failure by following the methods of a past generation of political blunderers. Holdich (1916, p.180)

Holdich did not, however, restrict his argument to the physical nature of the boundary and the views of the local population. He also believed that due regard to be paid to economic issues, for example transport. Good transport links would aid the defensible nature of the boundary, but they would also foster the economic development of the border region and possibly trade across the boundary. Encouraging development, and hence settlement, of a border region could rendered it more defensible.

The boundaries between Portuguese and British East Africa were deficient in terms of many of Holdich's criteria. In appropriate straight-lines were used and poorly defined watershed were used as 'natural'

boundaries, leading, in one case, to the need for arbitration, and in others to the use of considerable discretion by the boundary commissioners. As old allies, it was always likely that Portugal and Britain would arrive at generally amicable solutions. Things were frequently much more difficult where Britain was dealing with potentially hostile powers.

In the case of the Manica boundary, which went to arbitration, Viglianni (1897) defined the boundary by a combination of astronomical and referential lines (see figures 1 and 2²).

However, on the ground, the commissioners decided that the boundary would be a series of straight lines joining consecutive points, even where the 1898-1899 agreement stated it should follow the watershed.

Boundary Commissioner's narrative reports – the Shire/Zambesi watershed example

The boundary commissioner's reports are important for two major reasons. Firstly, they often reveal the underlying motives behind the actions and decisions of the commissioners, which are not mentioned in the formal descriptions of the boundary. Secondly, they frequently contain some of the earliest geographical descriptions of area through which the boundary runs.

The demarcation of the Shire/Zambezi watershed boundary illustrates that British boundary commissioners were quite prepared to take advantage, even of a friendly power, if they believed it to be in the interests of Britain. In doing so, the British commissioners, led by Swann, took advantage of the provisions Article VII of the Treaty of 1891 (Hertslet, 1909). As Swann noted:

In defining this Boundary I have followed as closely as possible the Treaty concluded between Great Britain and Portugal in 1891, but I found it necessary to avail myself of the powers secured in Article VII of the Treaty, and in some instances to depart from the true watershed for local reasons. Swann (1900)

² In the end of this paper

What these local reasons might be is soon made clear:

I consider the country between Beacons No.22 and No.26 to be well worth prospecting, as numerous mineral veins run through the granite. The best time of year for such work is October, when the grass is burned and the river beds are dry.

A very large mass of a blue-black mineral is situated immediately South of Beacon 22. This deposit is by arrangement in British Territory as the watershed here makes an "S" bend, and we decided to accept a straight line which passes through its curves giving to each country an equal amount of territory. I had discovered this mass of metal previously and had we followed the watershed it would have left the deposit in Portuguese Territory.

Swann was able to take advantage of the situation as the Portuguese commissioner, Captain Coutinho, had not arrived until a month later than arranged. This gave Swann the opportunity to survey some 60 miles of the boundary before Captain Coutinho's arrival.

Between Beacon 27 and Beacon 34 Swann noted that there were considerable problems in delimiting the boundary due to the sinuous watershed, although there was no attempt in this area to simplify the boundary as there had been around Beacon 22. This was an area of volcanic rock which did not appear to contain mineral veins, and Swann probably saw little advantage to be gained by adopting a simpler boundary.

Near Chiwonga Swann discovered the problems that can arise in an area of a poorly defined watershed.

I found that the bank of the Shire River was the highest part of the land, and that when in flood the River Shire water flowed into the basin at the foot of the Matundu Hills and to the North of the line fixed by treaty. This being the case I followed the line due west and where it cut the watershed erected a Beacon.

I found that on this West line, there existed several other Beacons, composed of cement and said to have been erected by the British and Portuguese some years before. These Beacons being in a direct West line were accepted by me, and we then found that the Portuguese Commissioner could not accept the line we claimed owing to the Hills during a portion of the year draining into the Dindi Basin, and not directly into the River Shire. I claimed that the Shire River and the Dindi water were connected during the rainy season and therefore the Shire River watershed extended to the Matundu Hills.

As we could not agree, we decided to mark off the watershed as claimed by me, and to accept it in order not to disturb the native population who had lived for many years under British Jurisdiction, and we decided to deal with this disputed territory after the whole Boundary was surveyed as the rains were now on, and famine very acute. Swann (1900)

This section of Swann's report has been quoted at length as it gives a clear insight into the problems caused by a treaty drafted in ignorance of the situation on the ground. It also shows that, when it sited them, the commissioners were prepared to consider the feelings of the local population.

Of equal interest are the geographical observations of the commissioners. The report is peppered with observations on the local flora and fauna, and on the local population. For example, in describing an area of Angoni settlement near Beacon 20, Swann (1900) writes: 'On account of the large population having lived in these uplands for many years, the whole country is devoid of trees, all forests having been destroyed for building, firewood, and the cultivation of their crops.'

In addition to Swann's observations about minerals near Beacon 22, he also noted that 'On the right hand side of the road leading towards Beacon No. 26, there is a large out-crop of a mineral which may be of value. Specimen of this has been forwarded to you.'

This particular out-crop is in the Portuguese Territory.

Near Beacon 34 Swann noted that rhinoceros, elephant, buffalo and lion spoor were observed, as well as quantities of smaller game. However, the abundance of game did not make provisioning the demarcation party any easier. From Beacon 34 Swann had to march 60 miles to the Shire River near Chikwawa to procure food, and then to make a food base at Chiromo, another march of 50 miles. Water was also difficult to find during the dry season.

In the Matundu Hills, which Swann noted were nearly all composed of limestone, there were extensive bamboo forests that he believed might prove a source of revenue to the Protectorate. Elsewhere, between the Matundu Hills and Kirk Range Mountains, Swann noted that the plain was densely wooded and largely impassible on account of the thorn bushes, which grew very profusely.

It is also clear that Swann was also keen to identify any areas, which might be suitable for European settlement, and on occasion makes explicit reference to that fact. For example, the land near Beacon 20 is described as 'well suited to cattle farms' (Swann, 1900). While of the land around Beacon 222 he writes:

The climate here was very bracing and at night quite cold enough for a warm coat: in fact the whole Plateau appeared to be eminently suited for Europeans. Swann (1900)

Conclusions

Boundary making up until the end of the 19th century was carried out largely in the absence of any theories of boundary making. This led to many boundaries being defined in ways that ignored the geography of the regions being divided, and the difficulties that would ensue for the parties charged with boundary demarcation. In the early years of the 20th century Hills, Curzon and Holdich all argued for a more rational approach to delimitation, based on defensible boundaries rooted in the

physical landscape. Despite later writers citing Holdich as the leading British expert on international boundaries in the early 20th century, there is little evidence that his ideas played any role in the practice of boundary delimitation.

The narrative reports of boundary commissioners have attracted much less attention than the wording of the boundary treaties and the descriptions of the boundary as demarcated on the ground. However, they are often amongst the earliest accounts of the areas through which the boundary passed, and contain a wealth of geographical description. In addition, the boundary commissioners often felt much freer to discuss the motives behind their actions than they did in other, more public, records.

References

- ANDERSON, S. 1876, The North-American Boundary from the Lake of the Woods to the Rocky Mountains. *Journal of the Royal Geographical Society*, 46 228-262.
- COLLIER, P. and INKPEN R., 2003, The Royal Geographical Society and the development of surveying 1870-1914. *Journal of Historical Geography* 29 93-108.
- Curzon of Kedleston, Lord, 1907, *Frontiers*, The Romanes Lecture, Oxford. Available from: <http://www-ibru.dur.ac.uk/docs/curzon1.html>, accessed 1/11/04
- HERTSLET, E., 1909, *The Map of Africa by Treaty*, Vol. 3 pp. 1016-26: Treaty between Her Britannic Majesty and His Majesty the King of Portugal, defining their respective Spheres of Influence in Africa, Lisbon, June 11, 1891. London, Harrison and Sons.
- HILLS, E.H., 1906, The Geography of Frontiers, *The Geographical Journal* 28(2) 145-155.
- HOLDICH, T.H., 1916, *Political Frontiers and Boundary Making*, London, Macmillan and Co Ltd.
- JONES, S.B., 1945, *Boundary-making, a handbook for statesmen*, Washington Monograph Series of the Carnegie Endowment for International Peace, Division of International Law. no. 8.)).
- PRESCOTT, J.R.V., 1965, *The Geography of Frontiers and Boundaries*, London, Hutchinson.
- RATZEL, F., 1897, *Politische Geographie*, München and Leipzig, R. Oldenbourg.
- SMITH, C.S., 1894, The Anglo-German Boundary in East Equatorial Africa. Proceedings of the British Commission. *The Geographical Journal* 4(5) 424-437.
- SWANN, A.J., 1900, *Report of the Anglo-Portuguese Boundary Delimitation*. PRO FO63/1438
- VIGLIANNI, P.H., 1987. Award of the Arbitration between Great Britain and Portugal as regards Questions relative to the Delimitation of their Spheres of Influence in East Africa (Manica Boundar). Florence, January, 1897. In Hertslet, E., 1909, *The Map of Africa by Treaty*, Vol. 3, pp. 1036-66.

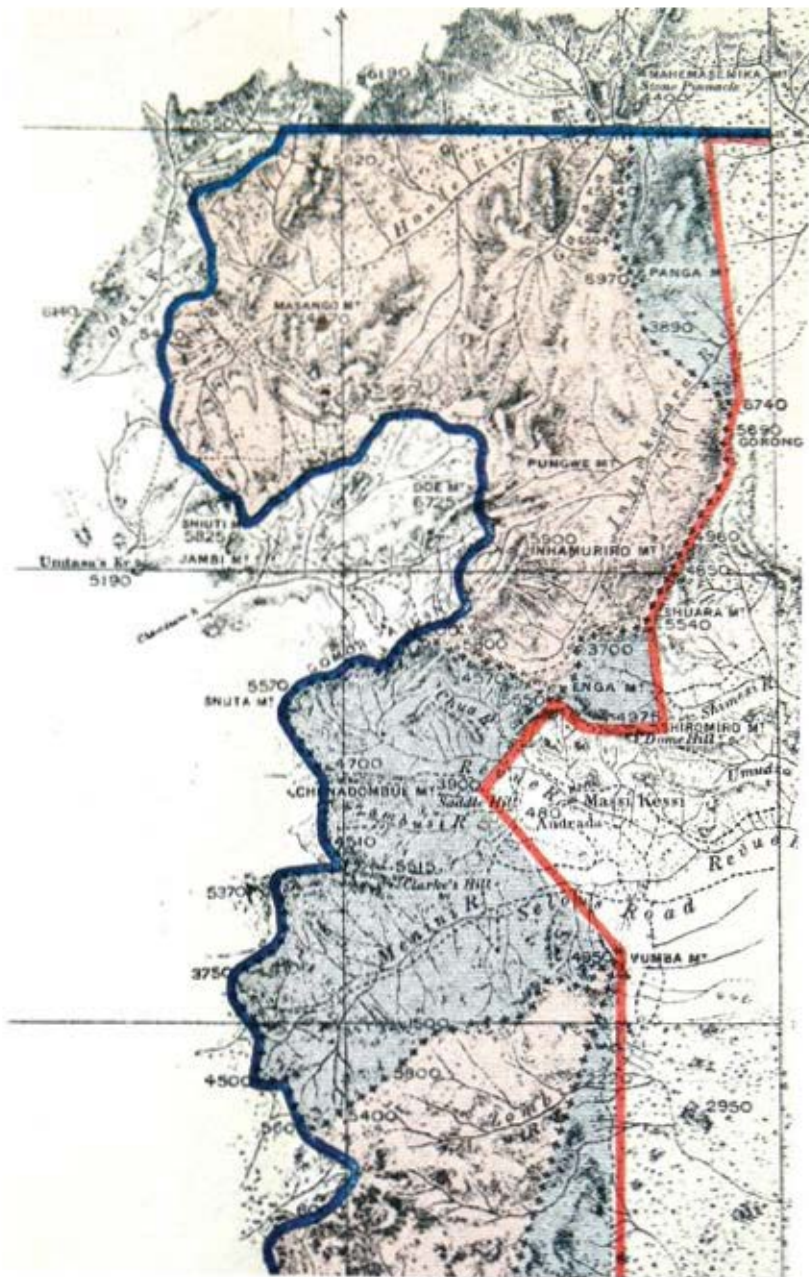


Figure 1. The northern section of the Manica Boundary, showing the differences between the Portuguese (blue) and British (red) claims, and the adjudication of Viglianni (the line of crosses)

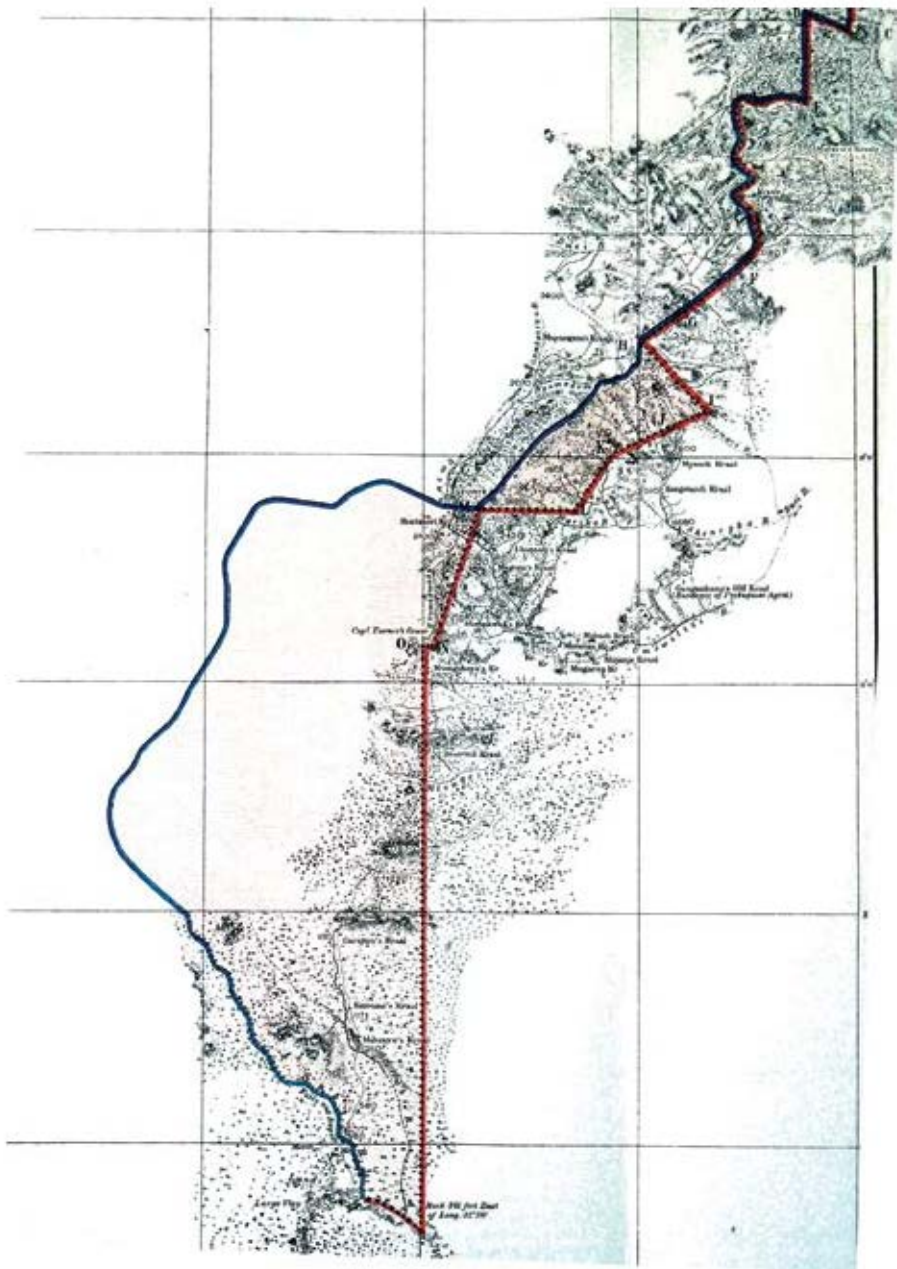


Figure 2. The southern section of the Manica Boundary, illustrating the competing claims and the lack of geographical knowledge in some of the disputed area.

**O MODUS VIVENDI ENTRE MOÇAMBIQUE
E O TRANSVAAL (1901-1909)
Um Caso de “Imperialismo Ferroviário”**

Felizardo Bouene
Maciel Santos¹

pp 239-268

Introdução

A geografia do imperialismo em África é indissociável dos caminhos de ferro. No caso da África do Sul, onde o capital industrial se acumulou com mais intensidade que em qualquer outra região do continente, a oferta ferroviária teve características específicas: tornou-se excedentária relativamente à procura. O desenvolvimento mineiro do Witwatersrand transformou as regiões de Moçambique, do Natal e mesmo do Cabo em pólos de serviços concorrentes e, o que não era menos importante, com bandeiras diferentes.

Os pontos seguintes tentam explicitar alguns momentos do complexo relacionamento que a região do Rand manteve, entre 1901 e 1909, com os fornecedores dos dois “factores” mais importantes para os capitais mineiros: trabalhadores e ferrovias. No ponto 1, tenta-se caracterizar a complementaridade entre a região mineira e o sul de Moçambique, que se materializou no denominado *Modus Vivendi* de 1901. No ponto 2, são acompanhadas, através de fontes inglesas e portuguesas, as principais etapas do processo negocial durante os anos de 1905-06. O ponto 3 procura explicitar os pontos fortes em que residiam as contradições e os consensos entre os negociadores britânicos e portugueses.

1 CEAUP

Para se avaliar da continuidade desta relação complexa mas estrutural, convém recordar que os *Modus Vivendi* se foram renovando formalmente até, pelo menos, 1964 e, informalmente, até ao final do período colonial português em 1975.

Características estruturais da ligação Sul do Save – Rand

Devido à maior integração da região do Sul do Save na economia monetária (que se iniciou com o comércio do marfim em meados do século XIX), às crises agrárias e climáticas que assolaram a região a partir dos anos 1890 e à instabilidade trazida pela expansão Vátua na região de Gaza-Inhambane, a população do Sul do Save cedo ganhou uma predisposição para a proletarização superior a qualquer outra da África austral.

Por outro lado, o mercado de trabalho sul-africano desenvolveu precocemente uma dependência estreita relativamente ao sul da colónia portuguesa de Moçambique. O estabelecimento de plantações de açúcar no Natal tinha levado a uma primeira migração regular de trabalhadores da região de Lourenço Marques. Em 1867, foram descobertas as minas de diamantes na região de Kimberley, Orange, o que fez aumentar a procura de trabalhadores nos territórios sul-africanos e vizinhos. A tal ponto que, alguns anos depois, as autoridades coloniais britânicas – que na altura controlavam provisoriamente as colónias boers – levaram o governo de Lourenço Marques a autorizar que escravos capturados pelos cruzeiros do Índico, depositados na cidade, migrassem para o Natal como trabalhadores “contratados”.² O volume da força de trabalho que se deslocava do sul de Moçambique para essa região levou mesmo à primeira legislação inter-colonial sobre migração (1875), prevendo-se agentes recrutadores do governo do Natal em Moçambique e, inversamente, um fiscal nomeado pelas autoridades portuguesas no Natal.³

Maior do que a pressão inglesa sobre a administração portuguesa era a atracção salarial sobre as populações dos distritos de Lourenço Marques e Inhambane. Um relatório consular de 1876 refere que a alta

² COVANE: 14

³ FERREIRA, 1963: 12.

salarial era um dos principais factores de endividamento dos agricultores do Natal.⁴ Neste quadro, a descoberta de filões de ouro na região do Witwatersrand, Transvaal, em 1886, foi decisiva para desequilibrar totalmente o mercado de trabalho na África Austral. A partir de então, a procura de operários por parte das minas do Rand permaneceria como o grande pólo de atracção salarial da região. Apesar das sucessivas reduções salariais ocorridas entre 1890 e 1898, neste último ano o salário médio mensal nas minas do Rand era de 2-9-9 £, cerca de 439 reis diários. O seu equivalente pago pelo Estado colonial nos distritos de Gaza e Inhambane – principal foco do fluxo migratório – era de 200 reis.⁵ Ficavam deste modo condicionados os investimentos em todas as outras actividades incapazes de concorrer com os salários pagos pelas minas, tanto na África do Sul como em Moçambique.

A complementaridade entre as sociedades do Sul do Save e do Rand não se limitava ao mercado de trabalho. O porto de mar mais próximo do pólo mineiro do Witwatersrand era Lourenço Marques e, com fluxos de mercadorias e trabalhadores tão elevados a circular em nos dois sentidos, rapidamente se contratou a construção de uma linha de caminho de ferro ligando a região de Joanesburgo ao que, em inglês, se denominava a “Delagoa Bay”. O primeiro acordo para a sua construção fora mesmo anterior ao surto mineiro do Rand. Depois de várias peripécias envolvendo o Estado e adjudicatários, a linha foi concluída em 1894.

Tendo sido estabelecido uma espécie de mercado comum entre as duas regiões, desenvolveram-se as dependências mútuas que espontaneamente tinham surgido.

⁴ *Nas terras da costa, a canna do assucar é feição tão proeminente da cultura, que todas as outras em comparação se reduzem a quasi nada. O resultado da grande escacez de trabalhadores por mim mencionada nos annos de 1873 e 1874 (quando os plantadores de assucar em alguns casos não tinham gente sufficiente para tratar dos cavallos e muares, e ninguem tinha empregados sufficientes para conservar as fazendas na devida ordem), está hoje pesando gravemente sobre os plantadores, e visto que a maioria não possuia uma quarta parte do capital necessario para o arroteamento e amanho das suas propriedades, e teve portanto de pedir dinheiro com juros e commissões elevadas, é rasoavel esperar que alguns d’elles terão de ceder as suas propriedades.*

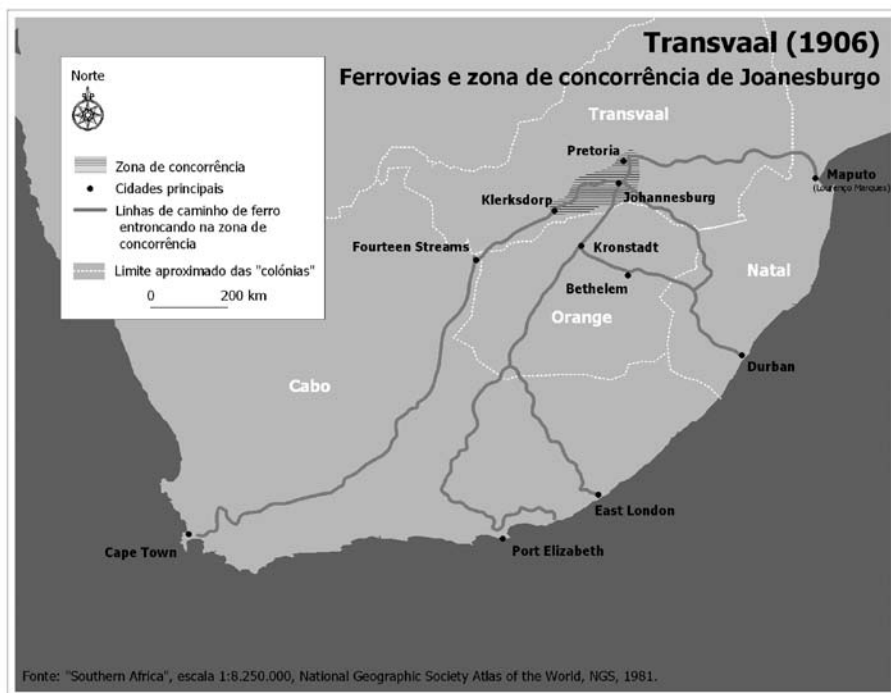
MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS, 1878: 347-8

⁵ FERREIRA, 1963: 76-77. Rita Ferreira dá o câmbio das libras entre 5\$0000 e 5\$600.

Da parte do Rand, podemos sintetizá-las em dois pontos:

a) dependência de vias comerciais

A baía de Lourenço Marques ficava à distância de 396 milhas ferroviárias de Joanesburgo; em contrapartida, e já com as linhas construídas depois da guerra boer, os portos de Durban, East London, Port Elizabeth e do Cabo distavam de Joanesburgo respectivamente, 484, 667, 714 e 956 milhas ferroviárias.⁶ Para os consumidores do Rand, cada tonelada importada por mar, via Lourenço Marques, custava em média menos 13 sh. que pela via Durban e menos 20 sh. que pela via Port Elizabeth.⁷



⁶ ANDRADE, 1949: 127.

⁷ Freire de Andrade apresentou no relatório "O memorando de Lord Selborne" o resultado de uma estimativa das poupanças que os consumidores do Transvaal teriam feito se, entre 1903 e 1906, toda a tonelage importada através do Cabo e do Natal tivesse chegado via Lourenço Marques: 1.031.590 libras. ANDRADE, 1950: 99-100.

b) dependência de força de trabalho

Como se viu, a construção da linha de caminho de ferro apenas intensificou uma migração que já estava enraizada. A procura era contudo superior à oferta e em 1896 calculava-se que o deficit anual não satisfeito seria da ordem dos 8.000 trabalhadores. Segundo a firma que apresentou uma das primeiras propostas oficiais de recrutamento, no contingente anual a contribuição dos trabalhadores moçambicanos estaria nessa altura entre 66 e 75%. A Câmara das Minas sabia que estava em Moçambique “*the chief and most satisfactory source of supply*”, especialmente no que respeitava aos trabalhos subterrâneos.⁸ A consagração institucional não tardou: em 1897 a Câmara das Minas criou, com a concordância das autoridades coloniais de Moçambique, uma agência de recrutamento - a Rand Native Labour Association (RNLA), depois denominada WNLA (Witwatersrand Native Labour Association). Nesse mesmo ano o governador militar Mouzinho de Albuquerque promulgou um primeiro “*Regulamento para o engajamento de indígenas para a República Sul Africana*”. O Regulamento de 1897 teria uma vigência curta porque dois anos depois começaria a guerra boer mas nessa altura já estariam a trabalhar no Rand cerca de 80.000 moçambicanos, dos quais a maioria se repatriou durante as hostilidades.⁹

Da parte moçambicana, a dependência relativamente ao Rand não era menor e também se pode sintetizar em dois pontos:

a) dependência orçamental

O financiamento da administração colonial em Moçambique passou a depender em grande parte das receitas cobradas a esta

⁸ FERREIRA, 1963: 64-5.

A chantagem portuguesa sobre o recrutamento incluía lamentos por esta divisão do trabalho: “*E o que é infinitamente triste é que só prêto de Moçambique (das regiões situadas ao sul do Save) se sujeite a taes trabalhos, porisso que os indigenas d’origem britannica se recusam terminantemente a descer ao poço, como se diz em linguagem mineira. Esses, os seus subditos, são empregados nos misteres e trabalhos mais remuneradôres. Os nosso são mettidos lá em baixo... quasi sem ar, muitas vezes sem luz, sujeitos ás consequencias dos desmoronamentos, etc.* PERFEITO, 1909: 27.

⁹ COVANE: 38.

emigração. Pelo artigo 6º do Regulamento de 1897 cada recrutador pagava a título de licença anual 450\$000 reis ouro, mais 9\$000 de emolumentos (art. 4º); cada passaporte emitido em Ressano Garcia pagava o emolumento de 1\$680 reis (art. 18º); por cada visto pagava o engajador ou o trabalhador por cada mais 2 sh e 6 pence (cerca de \$450) (art. 22º); e pelo regresso após o contrato seria cobrado um averbamento de mais 10 sh (cerca de 2\$250) (art. 24º), sendo que os recontratos obrigavam a pagar ao curador o emolumento de 10 sh (art. 25º).

Esta capacidade fiscal do sul não tinha paralelo em qualquer outra região da colónia, o que se reflectia nas receitas da emigração e no principal imposto directo.¹⁰ O quadro 1 resume a percentagem das três principais regiões de Moçambique – Sul do Save (distritos de Lourenço Marques e Inhambane), Centro (Quelimane e Tete) e Norte (distritos de Moçambique e Porto Amélia) no chamado “imposto indígena”.

Quadro 1. Percentagem das regiões no imposto de palhota – anos 1904 a 1907

Anos	Sul do Save	Centro	Norte
1904-05	93,0	4,7	2,2
1905-06	93,6	4,7	1,7
1906-07	93,7	4,5	1,9
1907-08	95,1	3,4	1,5

A. Freire de Andrade.

Relatórios sobre Moçambique, vol. IV, Lourenço Marques, 1909, pgs. 106, in CAPELA (1977)

Em 1914-15 só o imposto de palhota constituía mais de 25% do total de receitas da administração colonial de modo que dois dos objectivos prioritários da administração colonial eram fazer com que os trabalhadores migrantes gastassem o menos possível antes de chegar a Ressano

¹⁰ *Certo é que da emigração algumas vantagens nos adveem, pois além do rendimento directo, calculado para 1908-1909 em 285 contos, com o dinheiro que os pretos trazem se torna mais facil a cobrança do imposto de palhota, para o mesmo ano avaliado em 1:360 contos. In Jornal do Comercio, 26-01-1909*

Garcia e, em seguida, em fazer circular esse dinheiro pelo conjunto dos fogos tributáveis.¹¹ Na falta de pagamentos salariais diferidos – só conseguidos pelo *Modus Vivendi* de 1928 – seriam entretanto instalados direitos aduaneiros no posto fronteiro de Ressano Garcia, no sentido de dissuadir a entrada com mercadorias compradas no Transvaal.

b) dependência de monetarização

Este fluxo monetário não servia apenas para pagar o imposto: dada a sua grandeza – Freire de Andrade calculava que representasse 1.800 contos anuais¹² – constituía igualmente uma reserva monetária habilitada a pagar as importações metropolitanas, inicialmente apenas o vinho e mais tarde os têxteis. O quadro 2 dá uma ordem de grandeza do que por esta altura representava o comércio de bebidas na área de Lourenço Marques:

Quadro 2. Estabelecimentos comerciais de Lourenço Marques em Junho de 1907

Estabelecimentos de fazendas com vinho a copo	624
Botequins	124
Mercearias vendendo bebidas engarrafadas	64
Mercearias vendendo vinho a copo	96
Mercearias vendendo todas as bebidas a copo	116
Tabernas	18
Total	1042

In *Jornal do Comércio*, 5/11/1907

¹¹ “Não há duvida que o imposto vem do Rand. Se considerarmos a diferença entre o numero de indígenas que emigram e o dos que estão sujeitos ao imposto, é concludente que tem de haver um meio de o dinheiro que vem do Rand ser dividido pelos indígenas de todas as idades que possuam palhotas”. Relatório do Distrito de Inhambane, 1909 in CAPELA, 1977: 140.

¹² O cálculo corresponde ao produto de 10£ x 40.000 regressos anuais; exclui a emigração clandestina. ANDRADE, 1949: 139.

O primeiro Modus Vivendi

Ainda antes do final da guerra boer, as autoridades inglesas começaram a negociar com a parte portuguesa a normalização da migração mineira, cujo recrutamento estava então no ponto mínimo: apenas 13 009 trabalhadores ao serviço em Julho de 1901. Para pressionar as negociações, a administração de Moçambique tinha, em 9 de Maio de 1901, tomado unilateralmente a decisão de suspender a execução do Regulamento de 1897, bloqueando a ida de migrantes para o Rand.¹³

O acordo a que se chegou em 18 de Dezembro de 1901 *restabelecia tanto quanto possível o statu quo ante bellum e*, uma vez que deveria vigorar até à conclusão de um acordo inter-territorial, foi designado pela erudita expressão de *Modus Vivendi*. Em 13 artigos, limitava-se a expressar contratualmente a ligação estrutural Rand/Sul do Save: tarifas ferroviárias contra trabalhadores mineiros.

O articulado laboral voltava a autorizar o recrutamento em Moçambique, tutelado por uma Curadoria dos Indígenas de administração portuguesa que funcionaria em Joanesburgo, com poderes consulares (art. 3º); regulava as cobranças fiscais permitidas à administração portuguesa – um máximo de 13 sh. por cabeça (art. 6º) e definia os prazos dos contratos – nunca superiores a um ano mas renováveis mediante um emolumento de 6 pence (art. 9º).

No articulado ferroviário, a principal cláusula era o número IV, que estabelecia tarifas preferenciais para a linhas Lourenço Marques-Ressano Garcia-Joanesburgo e que garantia que estas seriam automaticamente modificadas – *in such a manner as to preserve the relationbetewwen the tariffs* – no caso de qualquer redução de tarifas em outras linhas sul-africanas. Isto é, apesar da vantagem geográfica do seu traçado relativamente aos outros portos, as autoridades portuguesas tinham consagrado juridicamente uma vantagem tarifária fixa para o tráfego na linha de Lourenço Marques, que em alguns casos (relativamente a Port Elisabeth, por exemplo) chegava a ser superior a 1 libra esterlina por tonelada (ver quadro 6).

Segundo as autoridades britânicas, estas alterações tarifárias teriam tido efeitos imediatos: assim, se entre 1898 e 1903, cerca de 1/3 de todas as importações marítimas do Transvaal tinham circulado por

¹³ FERREIRA, 1963: 66.

esta via, em 1904 essa percentagem estaria já entre 36 e 45% e em 1905 em perto de 50%.¹⁴ Em 1906, sabe-se que correspondia a mais de metade do que entrava na zona de Joanesburgo (ver quadro 7). Aos olhos dos governos sul-africanos, este *drift* a favor do “porto estrangeiro” era ainda mais odioso pelo facto de as reduções tarifárias que os caminhos de ferro do Transvaal praticavam na via de Lourenço Marques serem custeadas por tarifas mais altas cobradas pela companhia em troços via Durban e Cabo¹⁵. Parece portanto compreensível que fosse a parte inglesa a tentar introduzir alterações ao acordo sob pressão das colónias sul-africanas do litoral, especialmente quando estas conseguiam articular reivindicações comuns contra a linha de Lourenço Marques.

A conjuntura das negociações para a renovação do *Modus Vivendi* (1905-1909)

A conjuntura da indústria mineira

Durante os primeiros 5 anos do pós-guerra, o volume da mineração de ouro na África do Sul duplicou. O quadro 3 mostra, através de dois indicadores, (evolução desse crescimento)

Quadro 3. Produção de ouro nas minas do Rand – 1903-1907

Anos	£	onças de ouro	índice lbs	índice onças
1903	12.589.248	3.013.750	100	100
1904	16.054.809	3.771.872	128	125
1905	20.802.074	4.897.221	165	162
1906	24.579.987	5.786.622	195	192
1907	27.403.738	6.451.384	218	214

In *Jornal do Comercio*, 13/10/1907; 29/12/1907; 19/01/1908

¹⁴ N.A., F.O. 367-18, 10.579, Confidential Print n° 849.

¹⁵ O governo do Natal acusava o Transvaal de, nas secções de via partilhadas pelas duas administrações, a administração do Transvaal cobrar tarifas sem qualquer correspondência com os custos de construção. Assim, no troço Durban-Volkstrust – *which is all uphill and has very heavy curves*, a administração do Natal cobrava 3.04 d por tonelada enquanto no troço Volkstrust-Joanesburgo, muito menos custoso, a administração do Transvaal cobrava 5.05 d N.A., F.O. 367-18, 11.426, 03/03/1906.

Além disso, não era apenas a produção de ouro que estava em crescimento: a procura mundial continuava a absorvê-lo sem baixas significativas na cotação, o que significava o aumento das taxas de lucro para as empresas mineiras. Para os anos 1906-07, o **quadro 4** mostra também a sua evolução isto é, um aumento da massa dos lucros distribuídos na ordem dos 50%.

Quadro 4. Total dos dividendos distribuídos pelas empresas mineiras do Rand

anos	total de dividendos (libras)
1906	4.735.161
1907	7.131.612

In Jornal do Comercio, 15/02/1908

Sabendo que os índices de mecanização do trabalho eram ainda reduzidos, um aumento de produção desta natureza só podia significar um aumento proporcional de força de trabalho. E, uma vez que o recrutamento de trabalhadores para as minas continuava muito parcialmente a ser satisfeito pela população da região do Rand, o acréscimo da procura de trabalhadores significava o acréscimo da dependência relativamente ao recrutamento em Moçambique. O **quadro 5** mostra para os dois primeiros meses de 1908, a proporção dos trabalhadores segundo a sua origem geográfica:

Quadro 5. Força de trabalho africana nas minas do Rand

Região de origem	Jan. 1908	Fev. 1908
Moçambique, ao sul do paralelo 22	71.130	71.420
Distrito de Moçambique	4.925	4.796
Zambezia, Quelimane e Tete	2.512	2.264
Beira e Chinde	292	326
Nyassa	801	726
Total procedente do territorio portuguez	79.660	79.532
Basutolandia	4.948	4.454
Bechuanalandia	1.069	1.128

B.C.A. (British Central Africa)	524	473
Rodhesia - nordeste	229	208
Colônia do Cabo	23.647	26.517
Damaralandia	466	457
Natal e Zululandia	6.448	6.533
Colônia do Orange	691	747
Rhodesia do sul	1.908	2.041
Swazilandia	2.363	2.408
Transvaal	17.647	22.600
Outras procedencias	52	42
Total procedente da África austral não portuguesa	59.992	67.608
TOTAL de mineiros africanos	139.652	147.140

In Jornal do Comércio, 23/04/1908

Como se verifica, mais de metade da população activa das minas vinha da província de Moçambique (nestas amostras de 1908, respectivamente 57 e 54%).¹⁶ Contudo, considerando apenas a força de trabalho utilizada nas operações subterrâneas, Selborne calculava a percentagem do recrutamento ao abrigo do *Modus Vivendi* em 90%.¹⁷

Parte da explicação para a necessidade de recorrer a migrantes longínquos residia no facto de a expropriação de terras não ter avançado suficientemente no Transvaal e no Natal para que ocorresse a proletarização das populações da região envolvente do Rand. A Câmara das Minas tinha de recorrer assim a uma força de trabalho cada vez mais distante e a Damaralandia, isto é, o Sudoeste Africano, não era o ponto mais remoto de onde chegavam trabalhadores. Desde o final da guerra, que tinham sido importados mais de 50.000 trabalhadores chineses – os chamados *coolies* – que ainda no princípio de 1907 constituíam cerca de 28% dos mineiros do Rand.¹⁸ No entanto, estes últimos

¹⁶ Mesmo admitindo que nem todos os migrantes moçambicanos tinham sido recrutados ao abrigo do *Modus Vivendi*, em 1906 a percentagem que o fora dessa forma era estimada entre 33 a 50% do total entrado no Rand. N.A. F.O., 367-18, 10.579, Confidential Print n° 849

¹⁷ ANDRADE, 1950: 59-60.

¹⁸ Segundo números oficiais, em Abril de 1907 haveria 17.886 operários “brancos”;

não ficaram por muito tempo. No 2º semestre desse ano o governo de Londres começou a aplicar – não apenas por motivos de política interna inglesa, mas também devido a uma greve de trabalhadores europeus no Rand – um programa de repatriação dos chineses. O partido liberal que chegara ao poder em finais de 1905 tinha-se comprometido eleitoralmente com essa medida, por mais impopular que ela se apresentasse para as entidades patronais da colónia sul-africana.

Tudo somado, a dependência dos mineiros moçambicanos fazia-se sentir cada vez mais nos anos de 1906 e 1907, quando se iniciou a renegociação do *Modus Vivendi*.

As primeiras rondas negociais: Fevereiro de 1905 – Julho de 1906

Com uma indústria mineira que entre 1903-07 cresceu a uma taxa anual de 20%, o volume de tráfico comercial do Rand alimentava uma intensa concorrência entre linhas e empresas ferroviárias¹⁹. Como é sabido, a região do Rand comunicava com o oceano através de vários portos, desde o longínquo Cabo até Lourenço Marques mas a experiência já tinha mostrado em que sentido era feita, normalmente, a escolha.

Tinha sido precisamente o crescimento “ilegítimo” da via de Lourenço Marques que levava, em Fevereiro de 1905, à realização de uma reunião de peritos ferroviários em Joanesburgo. Essa conferência incluía delegados das 4 colónias sul africanas (Cabo, Natal, Transvaal, Orange) bem como da administração portuguesa de Moçambique, embora estes se fizessem representar sem mandato executivo.

Aos olhos das colónias inglesas, havia motivos de sobra para pressionar o Alto-Comissário, e por intermédio deste, o governo de Londres: como se viu, o peso de Lourenço Marques tinha aumentado, não só no comércio com o Rand, mas também relativamente ao total do tráfico comercial da África do Sul. Entre 1898 e 1905, a importação total da

114.640 “pretos” e 53.114 chineses. *in, Jornal do Comercio*, 07/07/1907, pg. 2.

¹⁹ A oposição das administrações ferroviárias do Natal e do Cabo tinha-se manifestado imediatamente após a assinatura do *Modus Vivendi*. O primeiro protesto formal do Natal data de Janeiro de 1902. N.A, F.O., 367-18, 11.426, 03/03/1926.

Africa do Sul tinha aumentado de 24,5 para 32 milhões; ora só entre 1904 e 1905, a percentagem introduzida pelos dois portos de Lourenço Marques e da Beira combinados tinha passado de 10,5 para 12%.

A vantagem geográfica da linha de “Delagoa Bay”, associada ao diferencial de tarifas inerentes ao *Modus Vivendi*, produzia portanto “*extreme irritation*” nos governos autónomos, especialmente nos do Cabo e no Natal. O objectivo destes era dividir o volume do tráfico para o Rand em três quotas iguais, atribuindo assim à linha de Lourenço Marques um máximo de 33%. Para este efeito resultou, da conferência, uma proposta de tabela que se propunha introduzir a primeira grande alteração ao *Modus Vivendi* de 1901.

Quadro 6. Diferenciais de tarifas ferroviárias relativos à linha Joanesburgo-Lourenço Marques e propostas da Conferência de Joanesburgo

Tipo de trânsito	Durban e East London - Diferencial em vigor pelo M.V. de 1901 (sh. e pence)	Durban e East London - Redução proposta (sh. e pence)	Durban e East London - Redução proposta - %	Port Elisabeth - Diferencial em vigor pelo M.V. de 1901 (sh. e pence)	Port Elisabeth - Redução proposta (sh. e pence)	Port Elisabeth - Redução proposta - %
Normal	13. 4	-	-	21.8	-	-
Intermediário	15.0	10.0	33,3	23.4	15.0	35,7
Intermediário B	13.4	9.2	31,2	20.0	12.6	37,5
Matérias primas	13.4	9.2	31,2	20.0	12.6	37,5

National Archives, 367-18, 10.579, Confidential Print n° 849

Tratava-se de uma alteração significativa que reduziria pelo menos um terço do diferencial gozado até então pela linha de Lourenço Marques na chamada “Zona de concorrência”, definida à volta da

região de Joanesburgo. Os delegados do governo de Moçambique manifestaram, como seria de esperar, as suas reservas, mas recusaram vincular-se a qualquer decisão pelo que o assunto passou para esferas políticas superiores.

O governo português contestou o fundamento das propostas feitas em Joanesburgo e as negociações passaram a uma fase bilateral europeia. Foi resolvido reunir em Lisboa uma nova conferência de peritos, nomeados tanto pelo governo português como pelo Alto Comissário britânico para a África do Sul. Da reunião de Agosto de 1905, em Lisboa, surgiu uma nova proposta, que aceitava a tabela de Joanesburgo mas que o Foreign Office considerou imediatamente mais favorável aos interesses moçambicanos em quatro pontos:

- 1) restringia o acordo apenas às quotas do tráfico comercial marítimo, o que permitia acordos bilaterais governamentais em outro tipo de transacções;
- 2) estabelecia que as novas tarifas permanecessem inalteradas pelo menos durante 2 anos e meio e *que só pudessem ser alteradas se ficasse provado ter a percentagem do tráfico comercial do Rand via Lourenço Marques subido a mais de 40%*;
- 3) assegurava à via de Lourenço Marques um *mínimo* de 1/3 do tráfico, pelo que estipulava que as tarifas seriam também automaticamente alteradas se a quota mínima não fosse preenchida;
- 4) estabelecia a duração do acordo por cinco anos, sendo só então sujeito a revisão anual unilateral.

Tornava-se cada vez mais evidente que a discussão se fazia menos sobre uma tabela de tarifas e mais sobre percentagens do tráfico. Deste modo, a proposta dos peritos foi, compreensivelmente, considerada inaceitável pelos governos sul-africanos do Cabo e do Natal.

Parecia estar criado um impasse que, para o Foreign Office, era certamente mais ameaçador que para o lado português. Tinha-se tornado essencial para Londres que os conflitos entre as várias regiões sul-africanas, todas agora sob hegemonia britânica, se reduzissem ao mínimo possível. O objectivo político a médio prazo era a constituição de uma União Sul-africana, isto é, uma federação política de governos

coloniais autonómicos mas isso só poderia acontecer se os interesses do Transvaal não colidissem frontalmente com os das regiões não mineiras. No entanto, o governo de Londres sabia que, para tal, se tornava necessário desligar o nexó entre tarifas ferroviárias e recrutamento.²⁰ Se o Cabo e o Natal se mostravam irredutíveis relativamente aos interesses das suas administrações ferroviárias, as autoridades inglesas sabiam que o Transvaal o seria ainda mais relativamente à ameaça de ver cortado o seu fornecimento de trabalhadores moçambicanos. Ora, era precisamente aí que poderia desembocar o impasse. Na medida em que alterações unilaterais de tarifas significassem uma rescisão unilateral do *Modus Vivendi* de 1901, em vigor, estava nele contida uma verdadeira espada de Damocles sobre as minas, o artigo XIII:

O presente Modus Vivendi vigorará até à conclusão de um convénio definitivo. Pode, comtudo, ser denunciado por qualquer das partes por meio de notificação com um anno de antecedência.

Logo que o Modus Vivendi seja denunciado por qualquer das partes, o engajamento de indígenas da província de Lourenço Marques ficará ipso facto suspenso. (sublinhado não original)

Mais do que qualquer outro funcionário em Londres, o Alto Comissário britânico para a África do Sul tinha compreendido o alcance do que estava em jogo para o Transvaal, como se depreende do seu telegrama para o Colonial Office:

The views of His Majesty's Government about Chinese labour put the Portuguese Government in a stronger position than ever, because after the withdrawal of Chinese at least five-eighths of remaining labour supply would be from Portuguese sources. This fact will make Transvaal Government more than ever timid and necessarily so of touching Modus Vivendi, but the result is that the

²⁰ Nas palavras de Selborne para o Colonial Office: *During the past twelve months the breach between the British Colonies has grown wider and threatens to prove a serious obstacle to that policy of federation which I believe His Majesty's Government desires to encourage. I heartily wish that the two questions of labour supply and railway rates had never been mixed up, but I must deal with the facts as they are.* N.A., F.O., 367-18, 10.579, 26/02/1906.

*present form of denunciatory clause puts the whole of British South Africa at the capricious mercy of the Portuguese Government and the position is very humiliating*²¹

E relativamente ao argumento colocado pelo governo do Natal de que as autoridades de Moçambique precisavam tanto do dinheiro dos emigrantes regressados que nunca se atreveriam a accionar o artigo XIII, Selborne não tinha dúvidas:

*The Portuguese Government could stop the supply almost entirely if they wished, and they would certainly do so, in spite of the loss of revenue involved, because they know their loss would be small in comparison with the loss inflicted on the Trasvaal Mining Industry. Their attitude is not one of mere “bluff”. To hazard the continuance of the supply of Portuguese native labour by denouncing the Modus Vivendi at this moment, when the question of the Chinese labour is in the balance, would be an act of criminal folly. A step which would result in the collapse of the gold mining industry and consequently of trade throughout South Africa is one for which I am not prepared to take the responsibility and which Natal itself would bitterly regret in the end.*²²

Em 26 de Fevereiro de 1906, dada a necessidade de rapidamente encontrar uma solução, Selborne enviou a Londres, juntamente com as cópias dos despachos de contestação dos governos do Cabo e do Natal às conclusões dos peritos, um novo esboço de acordo. Este *Draft* - que Selborne propunha designar por *Modus Vivendi* de 1906 no caso de

²¹ N.A., F.O., 367-18, 5577, 01/01/1906

²² O carácter sintético e melodramático desta passagem justifica que aqui se apresente a sua versão traduzida:

O Governo português poderia parar a oferta quase inteiramente se o quisesse, e eles certamente o fariam, apesar da perda de rendimentos decorrente, porque sabem que a sua perda seria pequena em comparação com a perda infligida à indústria mineira do Transvaal. A sua atitude não é a de mero “bluff”. Arriscar a continuação da oferta de trabalho indígena português, no momento em que a questão chinesa está na mesa, seria um acto de loucura criminoso. Um passo de que resultaria o colapso da mineração de ouro e consequentemente do comércio de toda a África do Sul é um passo do qual não estou preparado para tomar a responsabilidade e de que o próprio Natal se arrependeria amargamente. N.A., F.O., 367-18, 10.579, 26/02/1906.

ser aceite – tentava estabelecer um compromisso entre os documentos das conferências de Joanesburgo e Lisboa.

Relativamente aos pontos mais sensíveis para os interesses do Cabo e no Natal, o *Draft* previa que:

- a) as alterações de diferenciais tarifários (que no essencial mantinham as conclusões da conferência de Joanesburgo) fossem efectuadas anualmente: aumentando-os, caso a via de Lourenço Marques baixasse a sua percentagem do tráfico para menos de 1/3, e diminuindo-os caso passasse a mais de 40%.
- b) o acordo fosse revisto anualmente e não ao fim de 5 anos;
- c) os dispositivos previstos em 1901 para o recrutamento, incluindo os emolumentos máximos per capita cobrados em Moçambique, *se mantivessem inalteráveis desaparecendo a anterior redacção do artigo XIII*, que autorizava a suspensão imediata do recrutamento após uma rescisão unilateral.²³

A reacção dos governos autónomos da África do Sul voltou a não ser favorável. De facto, a proposta de Selborne voltava a dar exclusivamente à via de Lourenço Marques quotas de tráfico garantidas, oscilando acima do terço: entre 33 e 40%. Relativamente a todas as outras ferrovias, esta continuava artificialmente favorecida, para além das suas vantagens naturais. Deste modo, por influência de Durban, o porto do Índico mais afectado por Lourenço Marques, o governo do Natal, declarou negociar apenas com base nas resoluções de Joanesburgo. Os restantes aceitaram que fossem reiniciadas as negociações com base no *Draft* do Alto Comissário.

Do ponto de vista britânico, a ordem de preferências estava estabelecida. O governo português deveria ser levado a aceitar: primeiro, os resultados de Joanesburgo (era o único acordo consensual para todas as colónias sul-africanas); no caso de tal não ser possível, o *Draft*; por fim, a considerar um último recurso, uma promessa.

²³ Era este o ponto mais sensível e Selborne assinalava que, no caso de o *Draft* não vigorar, “*a similar alteration must be embodied in any fresh agreement or any modification of the existing one*”. N.A., F.O., 367-18, 10.579, 26/02/1906.

Ei-la: se o impasse tinha vindo por uma via férrea, a solução poderia vir através de outra. O governo português tinha subscrito um empréstimo – “*at an exorbitant rate in Lisbon*” - para iniciar uma segunda ferrovia concorrencial ao Natal: a via da Suazilândia, que reduziria ainda mais a distância entre a *Delagoa Bay* e o Rand. O troço moçambicano seria levado até à fronteira da Suazilândia e daí deveria continuar até Joanesburgo com fundos do Transvaal. Sem esses fundos, que até então não tinham sido disponibilizados, ou mesmo se a linha procedente de Joanesburgo não se encontrasse com a linha eventualmente construída desde Lourenço Marques, todo o investimento português seria “*dead metal*”. Por indicação do seu cônsul geral na capital moçambicana, o Foreign Office tinha registado que em troca da construção de uma secção Suazilândia-Joanesburgo, entroncada no troço português, talvez Lisboa aceitasse as resoluções da conferência de Joanesburgo, mantendo ao mesmo tempo inalteradas as condições do recrutamento. A ser assim, haveria uma solução boa para todos – menos para o Natal, mais uma vez, que ainda hesitou antes de a recusar. Embora Londres soubesse que, uma vez dada plena autonomia ao governo do Transvaal, a via da Suazilândia seria construída de qualquer maneira, convinha fazer crer aos portugueses que assim poderia não ser e que no momento presente constituiria uma concessão importante.²⁴ Na correspondência trocada sobre esse assunto durante os meses de Abril e Maio de 1906, o governador de Moçambique, João Coutinho, foi mantido na incerteza sobre essa eventual construção (que necessitaria de ser aprovada pelo Conselho Inter-Colonial) e sobre o seu traçado²⁵.

Selborne chegou a depositar mais esperanças nesta sugestão do major Baldwin (o cônsul em Lourenço Marques) sobre a linha da Suazilândia do que no *Draft*, mas os altos funcionários do Foreign Office não as partilhavam: parecia improvável que a parte portuguesa trocasse, no momento, vantagens reais por hipotéticas.

Devido à decisão de efectuar a ronda negocial seguinte em Londres e à ausência, em Lisboa, de Soveral, o embaixador português, as

²⁴ N.A., F.O., 367-18, 15.183, minutas.

²⁵ Na opinião do Foreign Office, nessa correspondência, Selborne fora até demasiado taxativo na forma como diminuía as expectativas portuguesas sobre a construção de uma linha comum. N.A., F.O., 367-18, 23.053, especialmente o ofício confidencial de 11/05/1906.

conversações só foram retomadas em Julho²⁶. Nesta altura, a margem de manobra do governo central britânico estava tão reduzida que se sabe que, aquando de uma das demoras impostas por Lisboa com o argumento de consultar as autoridades de Lourenço Marques, o Foreign Office já discutia a hipótese de uma vaga adicional de *coolies* chineses²⁷.

Uma contribuição unilateral: as novas linhas

Seria através da construção de novas linhas ferroviárias, embora não a da Suazilândia, que o nó górdio do *Modus Vivendi* começou a ser desatado.

Como se viu acima, o artigo IV tinha-se tornado no fulcro da contestação ferroviária sul-africana visto vincular qualquer redução de tarifas a uma redução proporcional na linha Lourenço Marques-Rand. Em 12 de Julho de 1906, surgiu um dado novo. Uma decisão judicial de peritos (*Law Officers*), consultados pelo Conselho Inter-Colonial a respeito dos efeitos dessa cláusula sobre a recém-inaugurada linha Bethlehem-Kronstadt, no Orange, decidiu pela sua inaplicabilidade. A doutrina do parecer foi de que o Artigo IV *deals with the relation which existed between rates on lines to Transvaal before the war* e apenas a esta (sublinhado não original). Sendo assim, qualquer nova linha construída ou a construir *depois de 1901* estaria livre para estabelecer tarifas sem correr o risco de desencadear reduções proporcionais na linha de Lourenço Marques e, naturalmente, sem dar direito à denúncia do *Modus Vivendi* de 1901²⁸.

²⁶ Com grande furor dos governos sul-africanos. Segundo o do Natal, *as the portuguese authorities are profiting so largely by the delay in the negotiations, there is very little hope as a settlement in the near future unless some pressure is brought to them.* N.A., F.O., 367-18, 25.250, 15/06/1906.

²⁷ De notar que se tratava do mesmo governo que se tinha comprometido a repatriar os já existentes. Churchill parece ter também instado para que e para que tal não tivesse de acontecer, o acordo com Portugal *should be done quickly.* N.A., F.O., 367-18, 25.387, 25/06/1906.

²⁸ N.A., F.O., 367-18, 26.591. O parecer foi reafirmado na consulta de 11 de Agosto. N.A., F.O., 367-18, 28.112.

O governo de Londres reagiu com satisfação embora prudentemente visto estar ainda para vir a resposta portuguesa. No mês seguinte esta apareceu. Numa representação do Ministério do Ultramar, o governo português representava formalmente contra duas linhas que, entrando na “zona de concorrência de Joanesburgo”, se preparavam também para entrar na ilegalidade do artigo IV: a já mencionada Bethlehem Kronstadt e a Fourteen Streams Klerksdorp, na linha Cabo-Rodésia. Na primeira, ficaria o porto de Durban favorecido contra Lourenço Marques, na segunda, ficaria o Cabo contra o mesmo porto e ... Durban. Dividindo para reinar, a representação portuguesa mostrava como por detrás da linha dos caminhos de ferro do Cabo se perfilavam os interesses da “*poterosissima companhia De Beers*”, que a tinha financiado para servir a região diamantífera de Kimberley e de como as suas receitas se fariam à custa dos contribuintes do Transvaal²⁹.

Na verdade, um ponto não previsto pelas autoridades britânicas e cujos efeitos se seguiram à “liberalização” do artigo IV foi a preparação de uma guerra tarifária entre as outras duas principais empresas ferroviárias sul-africanas, a do Cabo e a do Natal. Em Setembro desse ano, Selborne fazia o ponto da situação: as tarifas das novas linhas tinham aumentado as possibilidades de uma denúncia portuguesa do *Modus Vivendi* e só a intervenção do Railway Committee, que controlava as políticas ferroviárias dos territórios sul-africanos, tinha impedido reduções unilaterais de tarifas do Cabo e do Natal.³⁰ Nada de bom para a projectada União ... sul-africana. Sabe-se igualmente que embora com segundas intenções, a representação do governo português não tinha errado ao apontar os interesses do Cabo como os grandes perturbadores do equilíbrio. Para justificar a sua intervenção de regulador tarifário, o relatório do Railway Committee mostrava como os C.G.R., as ferrovias do Cabo, não tinham respeitado as formalidades em vigor quando da alteração de tarifas e como a nova linha de Fourteen Streams iria prejudicar o Natal, desviando a maior parte do tráfego ocidental do Transvaal da linha de Durban para a do Cabo³¹.

²⁹ N.A., F.O., 367-18, 31.091, de 16/08/1906.

³⁰ N.A., F.O., 367-18, 32.376, telegrama de 13/09/1906.

³¹ Sendo certo que a igualmente nova linha de Bethlehem também iria desviar tráfego do Cabo, os C.G.R. seriam os grandes beneficiários das alterações de traçados. N.A., F.O., 367-18, 40.119, 03/08/1916.

Reconhecendo o perigo, o governo de Londres tentou ganhar tempo. Em correspondência reservada para o Alto Comissário, o Colonial Office reconhecia o agravamento do risco de denúncia do acordo, dado o facto de já ter sido comunicada ao governo português a nova interpretação do artigo IV e a amplitude das reduções anunciadas pelas novas linhas sobre a preferência de Lourenço Marques³². Com tal interpretação e tarifas, sabia-se que o *Modus Vivendi* se tornava *valueless to the Portugues*. Para o Foreign Office, a solução do momento seria tentar manter o *status quo*, pelo menos até à constituição de um governo autónomo no Transvaal (convinha que as responsabilidades de uma eventual denúncia não pudessem ser assacadas à metrópole) e até à realização de uma nova conferência colonial³³.

***Modus Vivendi* para quê?**

O relatório anual de 1906 dos Central South African Railways (C.S.A.R.), a companhia ferroviária do Transvaal, permite compreender melhor o que estava em jogo nesta concorrência entre linhas novas e já existentes.

Um ponto fundamental – evidenciado aliás pela análise que desse relatório fez o governador de Moçambique Freire de Andrade – é conhecer, para cada companhia ferroviária, a amplitude da diferença entre a receita e a tonelagem transportada. O quadro seguinte estabelece essa comparação relativamente às quatro companhias que serviam a zona de concorrência do Rand: para além dos C.S.A.R., do governo do Transvaal, a Cape Government Railways (C.G.R.), a Natal Government Railways (N.G.R.) e os Caminhos de Ferro de Lourenço Marques (C.F.L.M). Por zona de concorrência entendia-se área circundante a Joanesburgo (Vereeniging-Pretória-

³² N.A., F.O., 367-18, 32.378, telegrama de 21/09/1906. A representação portuguesa referia reduções do diferencial de tarifas que, por exemplo, na linha de Bethlehem atingiam – nas duas classes de bens intermédios e na matérias primas – respectivamente as percentagens de 137,5; 187,5; 1000%.

³³ Para alguns dos altos funcionários do Foreign Office, a responsabilidade de uma denúncia do *Modus Vivendi* até poderia ser apenas imputada ao Colonial Office, consideradas as instruções que fazia seguir para o Alto Comissário Selborne. N.A., F.O., 367-18, 40.119.

-Springs-Klerksdorp), onde entroncavam as linhas procedentes dos portos do Atlântico e Índico (o Transvaal não dispunha de portos). As receitas consideradas para cada companhia são as que resultam do tráfego combinado entre as várias linhas.

Quadro 7. Companhias ferroviárias entroncando na zona de concorrência e portos – receitas e tonelagem em 1906

Companhia	Receita ferroviária (em £)	Portos correspondentes à rede ferroviária	Tonelagem comercial importada pelos portos
C. S. A. R.	2.076.398	-	
C.G.R.	675.248	Cabo, Port Elisabeth, East-London	72.716/Toneladas
N.G.R.	692.528	Durban	176.820/Toneladas
C.F.L.M.	244.853	Lourenço Marques	292.937/Toneladas

A. Freire de Andrade, *Relatórios sobre Moçambique*, 1950, pp. 41 e 116

A leitura deste quadro mostra que não havia correlação entre a receita cobrada e a tonelagem transportada. O caso mais paradoxal é o dos C.F.L.M: em 1906, 54,0 % da tonelagem importada pelo Transvaal veio através de Lourenço Marques mas os respectivos caminhos de ferro receberam apenas 6,6% das receitas ferroviárias da zona de competência. *Seguramente, diante destas cifras, não haverá nada que justifique o continuarmos a ouvir falar da protecção concedida ao porto e caminho de ferro estrangeiro (L.M.)*, concluía Freire de Andrade.³⁴

A explicação é simples: não tendo o Transvaal ferrovias com porto próprio, cada tonelada de bens importados no Rand precisava de ser transportada através de, pelo menos, duas companhias ferroviárias. As receitas correspondentes eram evidentemente determinadas pela extensão do troço que pertencia a cada companhia e, relativamente às linhas da zona de concorrência, os C.S.A.R. detinham a secção mais extensa precisamente na via de Lourenço Marques.

³⁴ ANDRADE, 1950: 42

Quadro 8. Sistema ferroviário dos C.S.A.R. na zona de concorrência

Porto de origem	Milhas dentro dos C.S.A.R.	Milhas fora dos C.S.A.R.	Total de milhas da via	% dos C.S.A.R.
Port Elisabeth	49	666	715	6,9
East London	49	618	667	7,3
Durban	178	307	485	36,7
Lourenço Marques	341	55	396	86,1

Selborn, *A Review of the present mutual relations os British South African Colonies*
In, Freire de Andrade, Relatórios sobre Moçambique, 1950, p.60

Os 86% de via própria na linha de Lourenço Marques explicam porque razão o “*foreign port*” tinha a preferência do Transvaal. Cada tonelada de mercadoria importada pela “Delagoa Bay” dava aos C.S.A.R mais 1-12-00 libras que as entradas por Durban e mais 0-15-08 que as entradas pelas linhas do Cabo³⁵. Em 1906, os C.S.A.R. fizeram 48,5% da sua receita na linha de Lourenço Marques contra 26,3% e 25,3%, respectivamente nas vias de Durban e dos portos do Cabo³⁶. O Alto Comissário sabia bem que seria impossível levar um eventual governo autónomo do Transvaal a abdicar da utilização de uma via onde fazia mais do dobro das receitas em favor daquelas em que detinha, por exemplo, apenas 7% da propriedade da quilometragem³⁷.

Deve acrescentar-se que tanto o governo de Londres como o Alto Comissário e, evidentemente, as autoridades portuguesas, tinham consciência de que, no caso de uma guerra tarifária, os prejuízos maiores seriam sul-africanos. Eram as companhias do Cabo e do Natal que estavam pior preparadas para as reduções de receita³⁸.

³⁵ Estimando a receita que entre 1903-1906 os caminhos de ferro do Transvaal poderiam cobrar se substituíssem integralmente as suas importações via Durban ou portos do Cabo pelos CFLM, Freire de Andrade apresentou a cifra de 1.793.897 £. ANDRADE, 1950: 101.

³⁶ ANDRADE, 1950: 41.

³⁷ *To have asked the separate Transvaal railway administrations, on sentimental grounds, to encourage traffic to come in by a route which gave them a haulade of 49 miles, instead of by routes which, being shorter in themseleves, gave the Transvaal railways a haulage of 178 and 341 respectively, was out of the question.* ANDRADE, 1950: 53-54.

³⁸ Um dos comentários rascunhados no Foreign Office às propostas de Selborne foi: as

Quadro 9. Companhias ferroviárias – resultados operativos em 1905

Companhia	A – Receita bruta (£)	B – Encargos de exploração (£)	C – Resultados operativos (£)	C/A (%)
C. S. A. R.	5.364.619	2.817.928	2.546.691	47,5
C.G.R.	4.047.065	3.076.920	970.145	24,0
N.G.R.	2.052.487	1.265.003	784.484	38,4
C.F.L.M. ¹	289.156	135.843	153.313	53,0
¹ No relatório de Freire de Andrade os totais relativos aos C.F.L.M. vêm dados em escudos. Para efeitos de comparação de valores absolutos, estes foram convertidos em libras usando a média cambial do Anuário Estatístico (4\$793).				

Freire de Andrade, *Relatórios sobre Moçambique*, 1950, p.130-132

Sendo assim, a conclusão para que convergiam os observadores mais informados do contexto do Rand, tanto britânicos como portugueses, era a da inutilidade de algum acordo do tipo do *Modus Vivendi*. A complementaridade entre o pólo mineiro do Rand e a economia de “serviços” do sul do Save era tão intensa que as ligações entre as duas regiões continuariam, com ou sem acordo.

Considerando, por exemplo, que o volume de tráfico constituía o objectivo principal das companhias ferroviárias, a rigidez portuguesa nas negociações sobre tarifas, foi várias vezes considerada “*short-sighted*” pelas autoridades britânicas.

For what is they look to? They look naturally to secure to Delagoa Bay a large share of the Transvaal traffic. They wish to secure that Delagoa Bay shall continue to receive the traffic to which its geographical position entitles it. That is the qui pro quo which they demand for their labour supply. But for that they need no treaty. For they may be sure that the future Transvaal Government will, in its own interests, secure to Delagoa Bay all that it can fairly demand,

far as I can see, all we can do is to threaten them with a rate-cutting war in the case of the Modus Vivendi being denounced. It is clear however that such a war would injure our neighbours more than theirs.

N.A., F.O., 367-18, 10.579

*since traffic over the eastern line is much the most paying to the Transvaal Government and certainly as cheap to the Transvaal consumer as that over any other line.*³⁹

Em apoio desta opinião está o facto de os negociadores portugueses terem, durante algum tempo, insistido num documento (o resultante da Conferência de Lisboa), no qual se estabelecia um máximo de 40% do volume do tráfego do Rand para a via de Lourenço Marques, quando nesse mesmo ano e no seguinte a percentagem dessa linha ultrapassaria os 50%.

Três anos de negociações falhadas para repor as vantagens de 1901 mas em que se verificou um surto de prosperidade para os CFLM, começaram também a convencer a parte portuguesa sobre a inutilidade de um acordo nos mesmos termos.

*O que é o Modus Vivendi e o que têm sido as conferências de caminhos de ferro? O primeiro deu a Moçambique o que lhe não podia tirar, e isso foi o reconhecer que o Transvaal, conquistado pelos ingleses, continuaria a manter tarifas que a prática livre de muitos anos tinha mostrado ao Transvaal independente serem-lhe as mais proveitosas; e ao mesmo tempo deu aos financeiros e accionistas ingleses a mão-de-obra sem a qual não poderiam trabalhar as minas de ouro. As segundas têm sido sempre reunidas e as suas decisões sempre tomadas contra Moçambique, a quem pouco e pouco se tem tirado todas as vantagens que o Modus Vivendi lhe dava, e isto em favor dos portos da África do Sul. Pois apesar de tudo isto, apesar de todos os esforços, e apesar de Portugal ser pobre e fraco, a força dos factos e das coisas é tal, que o trânsito por Lourenço Marques tem sempre aumentado.*⁴⁰

Mesmo admitindo que as tarifas preferenciais garantidas em 1901 poderiam, pelo menos, servir para que a “preferência natural” não fosse diminuída pelos fretes marítimos (mais elevados para Lourenço Marques que para os outros portos⁴¹), a experiência recente fazia prever que,

³⁹ N.A., F.O. 367-18, 40.119, Selborne para Elgin, 01/10/1906.

⁴⁰ ANDRADE, 1950: 58.

⁴¹ Freire de Andrade calculava que, antes de 1907, os fretes marítimos para Lourenço

mesmo abstraído da questão laboral, os interesses privados (menores tarifas) e públicos (maior receita ferroviária) do Rand continuariam a privilegiar o “*foreign port*”. A imprensa, tanto moçambicana como transvaaliana⁴² proporcionava frequentemente exemplos desta inclinação. O próprio Freire de Andrade, com responsabilidades governamentais directas estava tão convencido da fidelidade do Transvaal a Lourenço Marques que insistiu por mais do que uma vez na inutilidade de continuar a investir na modernização dos equipamentos portuários, por tal política atrofiar o desenvolvimento de outras infra-estruturas⁴³.

A evolução das estratégias negociais portuguesas começou portanto a derivar para o objectivo da obtenção da plena integração de Moçambique no mercado sul-africano. Deve notar-se que parte do articulado de 1901 que não tinha ainda levantado objecções (salvo alusões por parte do Natal, “*as usual*”) já estabelecia a entrada da aguardente de cana moçambicana no Transvaal nas mesmas condições da dos outros territórios sul-africanos (art.X) e que os bens em trânsito nos dois sentidos estavam iguados fiscalmente (art.XI). Esta terceira parte (adaneira) do acordo só se revelaria uma outra contradição séria durante a vigência do acordo de 1909, isto é, depois de ter começado uma forte concorrência zambeziana ao açúcar do Natal.

Marques fossem em média 2-6 shillings mais elevados que para os portos sul-africanos e que, com o cartel das companhias marítimas, a diferença pudesse passar para 5 sh. ANDRADE, 1949: 127-28; 1950:47.

⁴² Um exemplo de 1907, retirado de um artigo de um jornal partidário transvaaliano e reproduzido pela Tribuna, de Lourenço Marques: *O numero daquelles que comprehendem que o Transvaal não está disposto a sujeitar-se á dependencia de portos distantes, com sacrificio das immensas vantagens que lhe são offerecidas pelo mais proximo (Lourenço Marques), está augmentando de dia para dia.* O artigo terminava com estas palavras de ordem: *Aquelle que tentar despojar Lourenço Marques das suas vantagens geograficas, não só não é um bom africano (deveria ler-se afrikkaaner), como não é um bom transvaaliano.*

PERFEITO, 1909: 30-31

⁴³ ANDRADE, 1950:20-21. Sem falar na imprensa que veiculava os interesses não ferroviários: *Assim tem o resto da provincia sido sacrificado em beneficio exclusivo da capital, mas em beneficio mais aparente do que real, porque não assentando a prosperidade de Lorenço Marques numa base solida de desenvolvimento agricola ou industrial, elle se limita a servir de intermediario commercial ao Transvaal, que acompanha nas flutuações da sua prosperidade, ora cheio de vida, movimento e esperanças, quando ali se manifesta algum “boom”, ora decahindo e definhando com as dificuldades que aquella paiz atravessa.* in, *Jornal do Comercio*, 26-01-1909.

Para já, “Zollverein” e não “*Modus Vivendi*”, parecia tornar-se o nome técnico mais consensual para os interesses hegemónicos na parte portuguesa⁴⁴.

No entanto, a repetição de rondas negociais falhadas e a pressão da imprensa do Natal e do Cabo fazia, também, reaparecer em Lourenço Marques uma contradição menor mas sempre latente e que muitas vezes tinha acompanhado o desenvolvimento do mercado comum “lusotransvaaliano”: a hostilidade local ao recrutamento para o Rand.

Os capitais produtivos (agrícolas, industriais ou outros, com excepção do porto e do caminho de ferro) investidos a Sul do Save eram, sem dúvida, irrisórios comparados com as sociedades anónimas do Rand, do Orange ou mesmo da Rodésia.⁴⁵ Mas, numa conjuntura em que as práticas tradicionais do chibalo pareciam diminuir⁴⁶, tinham força suficiente para fazer chegar à imprensa e à opinião pública da cidade branca – esporadicamente ao Ministério do Ultramar – a sua oposição frontal a uma emigração que fazia elevar os salários para níveis muito superiores aos da procura local. Esta retórica podia tomar várias formas: desde a comisseração pela mortalidade (*duas vezes superior que nos chineses*⁴⁷) ou pela sinistralidade no Rand⁴⁸, à elaboração de planos agrícolas fantasistas (cultivo de 900.000 hectares de milho em Lourenço Marques).⁴⁹ Mesmo se apenas uma parte destas queixas correspondia a interesses reais que de facto eram prejudicados – o fracasso do algodão “branco” dos anos 1920 mostrou-o bem – pelo menos serviam para

⁴⁴ Como dizia um artigo – que o Foreign Office acusava de ter sido “encomendado” : *Esse Modus Vivendi tem sido apreciado e discutido unicamente sob o ponto de vista do caminho de ferro; parece esquecer-se que elle tambem trata da questão aduaneira, garantindo-nos uma franquia, que não tem dado os resultados que devia dar. E isso pela razão simples de que ninguém quer estabelecer negocios sob essa disposição do Modus Vivendi, que a cada momento pode ser denunciado.*
In, *Portugal em Africa*, n°149:231.

⁴⁵ ANDRADE, 1950; SANTOS, 1937.

⁴⁶ “Chibalo” é a designação ao sul do Save para trabalho forçado, a prestar tanto ao Estado como a particulares. Freire de Andrade pretendeu aboli-lo com a portaria n° 917, de 07/12/1906. ANDRADE, 1950: 13-15.

⁴⁷ In, *Jornal do Comercio*, 08/03/1908.

⁴⁸ Eis Valente Perfeito a concluir uma descrição das condições de trabalho no quartzo aurífero: *E o que faz o governo portuguez? Consente, meus senhores! E fallam os nossos fieis aliados da escravatura de S. Thomé!*
PERFEITO, 1909: 27.

⁴⁹ In, *Jornal do Comercio*, 31-01-1908

manter a pressão sobre Londres e o Cabo. Apenas um exemplo, saído de uma entrevista concedida por um dos mais incondicionais adeptos da “complementaridade luso-transvaaliana” – Freire de Andrade:

A uma nossa interrupção sobre o importante rendimento da emigração dos pretos para as minas do Transvaal sua excellencia acode logo a dizer:

Sim, os pretos emigram em grande numero e trazem muito dinheiro, é certo. Mas elles ficam tambem em grande numero no Transvaal e os districtos vão-se successivamente despovoando, decrescendo com esse despovoamento a entrada de dinheiro na provincia.

Sendo a população de Inhambane e Gaza approximadamente de 700 mil almas, comprehendendo homens, mulheres e crianças e não havendo entre elles mais de 150:000 homens validos, é de prever que em curto periodo aquelles districtos terminem por se despovoar por completo. As estatisticas dizem-nos que ficaram no Transvaal, nos ultimos cinco annos, perto de 50 mil pretos; e se assim continuar a succeder, esta fonte de receita da provincia estancar-se-ha em bem curto prazo.⁵⁰

Conclusão

Aparentemente devido a esta bateria de interesses desencontrados, as negociações para a renovação do acordo de 1901 continuaram inconclusivas até 1909. O *Modus Vivendi* de 1906, como Selborne chamava ao seu *Draft*, nunca existiu e só três anos depois seria assinada a convenção que substituiu definitivamente o *Modus Vivendi* de 1901.

No entanto, convém não perder de vista onde estavam os interesses hegemónicos: do lado transvaaliano, o capital mineiro com o seu consumo de trabalhadores e de vias baratas e do lado português, as necessidades orçamentais do Estado colonial.

A partir daí, a evolução seguida pela correlação de forças aproximou-se do que, pessimisticamente, pensava o Alto Comissário sul-africano e otimisticamente, Freire de Andrade. Dada a dependência transvaaliana

⁵⁰ *In, Jornal do Comercio, 24-04-1908 (entrevista original no Diario de Noticias)*

do trabalho moçambicano e das vantagens naturais da Delagoa Bay, a parte portuguesa não perderia muito por esperar e voltou a ter juridicamente vantagens garantidas. No acordo de 1909 o artigo XXIII fixou o intervalo de oscilação da percentagem do tráfico via Lourenço Marques entre 50 a 55%, isto é, bem acima de qualquer documento discutido nas conferências ferroviárias de 1905-06⁵¹. Apesar dos protestos dos elos mais fracos (do lado sul-africano, sempre o Natal, do lado moçambicano, sempre o pequeno comércio e a pequena agricultura)⁵², a evolução natural seguiu o seu curso. Só então, depois de assinada a convenção de 1909, se reuniram as condições para realizar a União Sul Africana, o que efectivamente aconteceu... em 1910.

Esta não é a única forma de avaliar a importância dos mineiros moçambicanos. Convém ter presente que as relações imperialistas se faziam com vários pacotes negociais: sem a sua posição de *beati possidentes*⁵³ da força de trabalho moçambicana, dificilmente o governo português teria assegurado a cumplicidade do Foreign Office durante os longos anos da questão do *slave cocoa*, recorrente a propósito das ilhas de S. Tomé e Príncipe.⁵⁴

⁵¹ In, *Jornal do Comercio*, 22/04/1909

⁵² Sobre a agitação no Natal após a assinatura do novo *Modus Vivendi*, in, *Jornal do Comercio*, 20-04-1909

⁵³ A expressão é de Selborne. N.A., FO 367/18, 10.579, 26/2/1906.

⁵⁴ SANTOS, 2003.

Fontes

1. Fontes primárias

1.1. Manuscritos e impressos confidenciais

National Archives (N.A.) - Foreign Office (F.O.), pasta 367-18

1.2. Impressos

ANDRADE, Alfredo Augusto Freire de – *Relatórios sobre Moçambique*. Lourenço Marques, 1º vol., 1949; 2º vol., 1950

JORNAL DO COMERCIO, Lisboa, 1906-1909

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS - *Relatorios dos Consules de Portugal ácerca do Commercio em Geral colligidos e publicados por ordem do Ministerio dos Negocios Estrangeiros*. Lisboa, 1878.

PORTUGAL EM AFRICA, 1906

PERFEITO, J. C. Valente – *Lourenço Marques e o Transvaal – Modus Vivendi Tratado “lusó-Transvaaliano”*, Porto, 1909

SANTOS, Carlos Afonso dos – *Relatório do Govêrno do Distrito de Inhambane nos anos de 1931-1932-1933 e 1934*. Lisboa, Agencia Geral das Colónias, 1937

Bibliografia

CAPELA, José – *O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*. Porto, Afrontamento, 1977

COVANE, Luis António – *As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964. Acordos e Regulamentos principais*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 6.

FERREIRA, A. Rita – *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1963.

SANTOS, Maciel - *S. Tomé e Príncipe em 1905 – o relatório Nightingale e a “raiz do mal”*. Faculdade de Letras da U.P., 2003.

**DOS TERRITÓRIOS LINHAGEIROS AOS REGULADOS
COLONIAIS NO VALE DO LÚRIO
E NA CIRCUNSCRIÇÃO DE MONTEPUEZ
DURANTE E APÓS A COMPANHIA DO NIASSA.
Notas exploratórias para uma análise
antropológica da cartografia.**

Eduardo Medeiros¹

pp 269-298

Apresentação

A utilização de mapas de escalas e épocas diferentes da região sobre a qual incide o trabalho de campo do etnógrafo é um procedimento habitual. Para o estudo das sociedades agrícolas do norte² de Moçambique como as do vale do rio Lúrio e região de Montepuez de que me ocupo neste texto, a cartografia fisiográfica, corográfica, geológica, de solos, agrícola e militar é indispensável. Também a análise comparada da cartografia de momentos históricos distintos torna-se necessária para a compreensão dos espaços sociais numa perspectiva diacrónica. Mas ao fazê-lo, esta última *démarche* alerta-nos igualmente para o entendimento antropológico que tiveram os cartógrafos em cada época histórica, e isto no respeitante aos espaços humanos indicados, fronteiras desses espaços, vias de comunicação, rotas de comércio, locais de mercado,

¹ Núcleo de Estudos Sobre África, do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), da Universidade de Évora.

² Neste artigo uso a expressão «norte de Moçambique» para designar o território que corre do rio Ligonha ao rio Rovuma.

residências chefais, etc. De um modo geral, quase toda a cartografia antiga da região³ é notável ao apresentar vários desses aspectos, mas lacunar noutros.

Através da reanálise etnológica dos dados etnográficos, históricos e cartográficos conhecidos do vale do rio Lúrio e da circunscrição de Montepuez, o meu propósito neste artigo é apresentar uma reflexão sobre os diversos espaços sociais, culturais e políticos que se foram forjando ao longo do tempo sobre uma matriz sócio-cultural comum que envolvia todas as comunidades que por ali se instalaram. Desta feita pretendo contribuir para uma releitura sócio-antropológica (de várias possíveis) do espólio cartográfico da região. A minha contribuição procurará mostrar o carácter «movediço» das «fronteiras “étnicas”, “sub-étnicas”, «clánicas» e «políticas», a emergência e morte de identidades sociais, e a «fixação» pelo cartógrafo e, portanto, pelo colonizador, de «fronteiras» durante a conquista e a montagem administrativa.

Começarei por afirmar, de modo muito sucinto, que o advento de territórios etnolinguísticos e espaços políticos que foram sendo mencionados na documentação portuguesa desde seiscentos ou que foram considerados como tais pela documentação posterior merecem hoje uma releitura e atenção metodológica particulares.

³ Refiro aqui alguns desses mapas: Augusto Cardoso/Serpa Pinto Carta provisória da viagem de exploração de Serpa Pinto e Augusto Cardoso [Material cartográfico: 1884-1886: Província de Moçambique. - Escala 1:2000000. - [Lisboa], Sociedade de Geografia de Lisboa, [1886]. - 1 carta impressa em papel: 35,70x39,60 cm em folha de 52,30x47,00 cm <http://purl.pt/1951> - Contém escala gráfica de “100 Kilom.” (Ver também Santos, 1988, 2ª ed.). J.R. da Palma Velho, Carta corografica da costa do distrito de Cabo Delgado [material cartográfico]. - 1882-1885 - 4 fls. - Cópia de 1899. Cota: 6-D-30 | Soc. Geog. Lx. Map of the district of Cabo Delgado [material cartográfico]: through wich the Nyassa railway is under construction from the sueveys - 1885-1887. - 1 mapa colorido: 373 x 563 mm. Cota: 2-D-22 | Sociedade de Geografia de Lisboa. Ministério das Colónias (Portugal). Cabo Delgado [material cartográfico]/Comissão de Cartografia. - Escala 1:1.000.000. - 1911 - 1 Mapa; 550X530mm. - Folha 6. Cota: MP 1-J-13 | ICP. MOÇAMBIQUE. Missão Geográfica. Carta da colónia de Moçambique [material cartográfico]: Marrupa - Meluca - Montepuez/Missão de Geográfica; col. por Repartição Técnica de Agrimensura. - Escala 1:500.000. - [Lisboa]: Ministerio das Colónias. Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, 1946. - 1 Mapa; 660 x 870 mm.. Cota: MP 1-B-48 | ICP. A reter também as indicações de Livingstone (vide Referências para este autor, 1881), Johnson, 1897, Maples, 1897.

O aparecimento na região de «etnias», «subetnias», «comunidades» e «espaços políticos» autónomos com ou sem especificidades dialectais e culturais resultaram de transformações internas e de diferentes impactos externos, incluindo de antigas comunidades de caça e colecta e dos comerciantes árabes e arabizados que se foram instalando no litoral Índico. Impactos estes que foram sendo absorvidos localmente de maneira diferente e que provocaram também especificidades na produção para o comércio inter-regional e do Índico. Equacionarei ao longo do texto algumas hipóteses que permitam compreender as origens e a estruturação regional das diferentes entidades históricas que foram surgindo neste norte de Moçambique.

Antes do segundo quartel do século XX não havia propriamente neste território o reduzido mapa «étnico» que existe hoje. Embora, como disse, com uma matriz sócio-cultural comum, a situação etnológica era muito mais diversificada. Havia vários grupos de cultivadores, cada qual com sua designação e com chefias territoriais matrilineares próprias, umas maiores que outras, sendo que o segmento local do clã da matriarca funcionava sempre como o principal pólo de lealdade para qualquer indivíduo. Esse tipo de integração (forçada muitas vezes, pois resultante do casamento por rapto e obtenção de cativos masculinos) era comum a todas as comunidades nortenhas.

A primeira construção conhecida da relação do eu (nós) com o “outro” (os estranhos), ou seja, a primeira construção da alteridade provocada por culturas alófilas no norte de Moçambique foi a Macua (Makhuwa)/Maca⁴, sendo o primeiro etnónimo usado pelas comunidades islamizadas que viviam no litoral para designar todos (sublinho este *todos*) os povos do interior, sem excepção. Este nome viria a ser retomado e fixado desde os primeiros escritos portugueses (Fr. João dos Santos, 1999 [1609]) e teve até aos nossos dias uma complexa história (Medeiros, 1995). Por sua vez, os povos do interior designavam os muçulmanos do litoral por Macas, termo que tanto podia significar “sal”,

⁴ Também a evolução da grafia e do uso dos epónimos e topónimos deveria mercer uma atenção particular, mas não o fazemos neste artigo. Optei por apresentá-los na formulação portuguesa actual.

como “Meca”. Num outro artigo (Medeiros, 2001), defendi que estas e outras designações que foram surgindo se polarizavam entre os extremos nós/eles, cultura/selvajaria, ordem/desordem, conhecido/exótico, e que foram retomadas pela historiografia moçambicana sem uma profunda crítica das fontes, pois as estruturas sociais reais de identidades eram e são geralmente mais complexas Liesegang (1998:109), e houve identidades dentro de outras identidades, identidades que ultrapassam outras, etc.

Como o estudo do outro faz parte do estudo antropológico da cognição, das relações sociais, da construção de identidades, etc., e a Antropologia colonial foi muito pouco expressiva sobre este Norte até à Independência, a Historiografia moçambicana, e portanto a análise cartográfica sobre estas questões manifestou-se com muitas lacunas.

Características sócio-políticas das comunidades do norte de Moçambique na longa duração

Nada permite identificar no estado actual dos nossos conhecimentos, espaços culturais e territórios políticos que os agricultores bantu da Idade do Ferro Inferior (IFI) tenham criado entre o II^o Século a.C. e os séculos XI-XV d.C. em toda a região nortenha que corre do rio Ligonha ao rio Rovuma. A Arqueologia e a Linguística apenas nos dizem que o povoamento deste território setentrional foi geograficamente heterogéneo e descontínuo, portanto, escalonado no tempo, difuso e lento. Por volta do século XI ter-se-á começado a processar em certas regiões uma passagem brusca da IFI para a Idade do Ferro Superior (IFS) (Adamovitch, 1985: 12), sendo que foi no decorrer dos séculos XIV e XV que se registou o povoamento mais importante por agricultores da IFS (Adamovitch, 1987:72). Mas qualquer que tenham sido as etapas da ocupação do território, não terá havido um único processo e uma padronização na mudança da IFI para a IFS, o que deixa supor as seguintes hipóteses: (i) ocupação de regiões por comunidades com mais avançadas tecnologias agrícolas e do trabalho do ferro, (ii) transformações assinaláveis em comunidades agrícolas preexistentes nas regiões com melhores condições para a agricultura e com minério de

ferro à superfície, (iii) influência exercida sobre as comunidades africanas pelos comerciantes que se instalaram no litoral e ilhas da costa oriental africana a partir do século VII, ou mesmo antes.

Tão pouco é cientificamente permitido projectar para um passado anterior ao século XVIII, e nalgumas regiões ao século XIX, identidades etnolinguísticas tais quais as conhecemos hoje. Dito de outro modo: nada nos permite projectar para um passado distante de um século e meio ou dois séculos as entidades sociais conhecidas nos tempos modernos. A história da formação de espaços e identidades conhecidas na sua fermentação desde há pouco mais de cem anos foi um fenómeno extraordinariamente complexo e o produto de um longo e localizado processo. Esses espaços sociais e políticos tiveram nomes atribuídos pelos estranhos e nalguns casos pelas próprias comunidades. No fundo, tratava-se pura e simplesmente de sistemas classificativos de culturas que se pretendiam diferentes, tendo essa classificação sido começada pelos próprios muçulmanos do litoral, como vimos. A documentação portuguesa registou alguns desses hepónimos. Mas esses hepónimos usados na documentação portuguesa dos séculos XVI, XVII, XVIII e mesmo no século XIX não tinham a significação que hoje lhes damos, nem passaram a ser reconhecidos por aqueles que se pretendiam designar nos tempos modernos. Os epónimos que passaram a ser universalizados desde a época colonial recente e agora no Estado Independente resultaram de políticas de classificação ontem, e resultam de discursos classificatórios de etnicidades, hoje.

Devo, no entanto, assinalar desde já que apesar do processo dos diversos povoamentos terem dado origem a diferenciações regionais que estiveram na origem de dialectos específicos e espaços sociais próprios, os estudos arqueológicos, antropológicos e linguísticos também têm mostrado que as populações que se instalaram neste Norte desde há muitos séculos – excluindo pequenas bolsas de ocupação recente, como as dos Angones⁵ – constituíam e constituem ainda hoje, do ponto de vista antropológico, uma área sócio-cultural e linguística muito homogénea.

⁵ Mostrei num outro texto que estes «Angones» têm uma origem no povo Angune do Sul, mas são já grupos «angunizados» (Medeiros, 1997).

Todos possuíam (possuem) sistemas idênticos de organização económica e social, caracterizados pela existência de clãs exogâmicos matrilineares, seccionados em linhagens e segmentos de linhagem, formando estas as unidades elementares de produção. Todos eles cultivavam, tubérculos e raízes nas regiões de floresta húmida, cultivavam e cultivam mapiras (sorgos), mexoeiras e eleusinas sobre queimadas, procurando ciclicamente novas terras de cultivo, naquilo que ficou designado por «agricultura itinerante». Só na última centúria – um pouco antes em raras regiões muito localizadas – estas culturas foram substituídas ou complementadas pelo milho grosso e pela mandioca.

As regiões mais propícias para a agricultura e com abundância de caça foram as mais procuradas. Pelo invés destas razões, as zonas mais inóspitas serviram de refúgio aquando das guerras, sobretudo do tráfico escravagista (*V.g.* a região maconde, e vários «quilombos» que se formaram em todo o Norte (Capela, 2006), dos quais o dos Namarrais), e a faixa costeira apenas se tornou mais povoada durante o século XIX por causa do comércio oceaníndico e, em particular, do comércio de escravos. Admitindo que no povoamento inicial da IFI e no povoamento posterior da IFS havia troncos linguísticos comuns, as diferentes comunidades assim dispersas acabaram por falar, com o tempo, dialectos de uma mesma língua, sobre a qual os bantuistas se têm preocupado muito pouco⁶. Mas apesar do relativo isolamento caracterizando cada uma das comunidades que foram ocupando ou reocupando cada uma dessas regiões, o contacto continuado dos diferentes dialectos com línguas recém-chegadas terá aprofundado a diferenciação dos diferentes falares que foram marcando o território. Nas zonas de fronteira linguística a comunicação terá sido, como o é hoje, quase sempre mais fácil entre dialectos mesmo provenientes de idiomas diversos do que entre dialectos afastados provenientes da língua comum. A delimitação dos territórios sociais e a sua reprodução são influenciadas pela existência de recursos ou supostos recursos, em torno dos quais os grupos se reúnem. A localidade foi sempre uma das fontes de territorialidade e identidade. Podemos por isso afirmar que a territorialidade nestas

⁶ Ressalvo a extraordinária contribuição do belga Coupez e seus colaboradores nas décadas de 1960-1970.

comunidades e os comportamentos ligados a identidades se localizam parcialmente numa zona tanto subconsciente como meta-linguística. As etnias e as etnicidades não são criadas segundo um plano. Surgem como aspectos da cultura, como resultado, às vezes secundário, da formação de domínios políticos e do surgimento de espaços sociais. As diferenciações regionais, incluindo linguísticas, foram-se formando, “numa territorialidade social com os seus sistemas de delimitação e de defesa de espaços sociais, bem como uma identidade e processos de identificação” [Liesegang, 1998:102]. Há mecanismos inatos e quase automáticos de defesa e de expansão de espaços, porque estes albergam recursos importantes para a sobrevivência do indivíduo e dos seus descendentes e do grupo em geral [Liesegang, 1998:103 e 104]. As divisões étnicas eram e são-no ainda hoje uma cobertura ideológica por onde se tornam visíveis as tensões sociais políticas e económicas das populações do território. Por sua vez a ideologia da etnicidade espontânea tem um eco imediato porque oferece resposta a problemas perenes da vida: como questões de sobrevivência, reprodução social, etc. Um território social não é uma forma vazia; é um espaço onde se exercem certas actividades com mais ou menos frequência, racionalidade, com mais ou menos saber, perfeição e sucesso. Em parte isto determina a sua sobrevivência.

Por causa das diferenciações no espaço e no tempo que se foram estabelecendo no seio destes agricultores houve portanto antes do século X, no século XIV, no século XVI, etc., grupos humanos que os antropólogos clássicos chamariam «étnicos». Cada um desses grupos, enquanto existiram como tal, foram tendo um núcleo territorial central, mas estendendo-se por vezes a «etnia» para além do território, de tal modo, que a mesma malha clânica enredava várias «etnias».

Veremos que no tempo colonial a localidade imposta pela administração teve também uma função no processo de identificação. As unidades administrativas coloniais constituíram unidades novas que se prolongaram aliás pelo Estado Independente.

Importa todavia assinalar que existe um tipo de formação claramente definido como «étnico» e nitidamente diferenciável de outro tipo

de argumentos (regionais, estratos sociais, etc.). Há «unidades étnicas» nas quais a componente cultural é importante, noutros casos são decisivos os etnocentrismos baseados em tradições políticas ou pertença religiosa. Não podemos compreender a formação da «etnia Meto» no vale do Lúrio e Montepuez sem a sua organização política e o Islão.

A territorialidade no vale do Lúrio e na região de Montepuez

Para um passado não muito distante, podemos caracterizar igualmente as comunidades modernas do vale do rio Lúrio e da região de Montepuez como sociedades agrícolas de sequeiro, numa agricultura itinerante, organizadas socialmente em clãs matrilineares (*mahimo*, singular: *nihimo*), cujas matrinhagens eram, a nível local, a base social da produção e da reprodução social.

Embora o modelo fosse o mesmo em todo o território nortenho, apresentado mais acima, houve especificidades locais na organização política de um conjunto territorial de linhagens. Isto deveu-se a diferentes causas. A destacar nas causas internas a anterioridade do povoamento da zona Lúrio-Montepuez, o fluxo e refluxo de gente, as calamidades naturais, as invasões, etc. Das causas externas são de realçar os diferenciados impactos do comércio mercantil do marfim e de outros produtos naturais, mas sobretudo do tráfico de escravos durante os séculos XVIII e XIX. Estes comércios implicavam «centros de produção» e «rotas do trato». A produção de oleaginosas e a recolha de produtos de origem vegetal para o mercado durante a segunda metade do século XIX pressupunham zonas de cultivo, territórios de colecta e a sua comercialização na costa oceanindica. Em meados do século XIX, começou a assistir-se, aliás, a uma nova forma de transaccionar o marfim, esta baseada na caça sistemática de elefantes levada a cabo por caçadores «profissionais» equipados com armas de fogo⁷. O fenómeno inseriu-se numa política cujo objectivo imperialista era intensificar a exploração dos recursos africanos, a qual se estava a revelar

⁷ Não existe trabalho consistente sobre o comércio de armas de fogo e pólvora no século XIX neste norte de Moçambique.

um poderoso instrumento de expansão rumo ao interior (Newitt, 1997: 244). Em cada uma destas diferentes regiões assistiu-se à formação de entidades próprias e ao surgimento, por períodos temporalmente datados, de estruturas políticas específicas que controlavam a “produção” e as rotas do comércio.

O tráfico de escravos envolveu directa ou indirectamente todas as comunidades que ali viviam e muitas outras a ocidente, algumas para além dos limites que seriam no final do século XIX as fronteiras coloniais. Esse envolvimento conduziu também à absorção de todos aqueles que nessa época invadiram o território, como Maraves e Angones, ou simplesmente daqueles que ali iam negociar, como Mujojos, Sacalaves de Madagáscar, Baneanes da Índia, Europeus e mestiços vários, dos quais o exemplo mais acabado foram os “Filhos do Ibo”. Na década de 1840, a confluência de factores como o comércio de escravos, as grandes secas, bem como a chegada dos Angones deram origem a uma série de mudanças políticas e económicas de importância considerável (Newitt, *Idem*). Da velha “anarquia linhageira” emergiu uma estrutura política e um poder centralizado que não dissolveu no entanto a antiga organização segmentária. Surgiram, porém, estruturas políticas particulares, desconhecidas até então, e uma nova terminologia política. Por intermédio de um aparelho de Estado embrionário e de executores especializados (conselheiros, sipaios, mensageiros, curandeiros, etc.) a aristocracia dominante passou a tributar parentes e súbditos directamente, servindo-se dos canais de subordinação dentro das linhagens e entre elas.

Em primeiro lugar, a linhagem dominante diferenciou-se das restantes linhagens livres, adquirindo os seus membros um estatuto aristocrático privilegiado. Em segundo lugar, o chefe desta linhagem, titular da chefatura tradicional, portanto o antigo *mwene mulupale* (chefe grande do clã a nível local) tornou-se o *mfalume*, *hakimu* ou *mpêwe*, isto é, “rei” de seu “reino”. A sua descendência aristocrática tornou-se a dos nobres, *achimpêwe*; depois, os filhos e os netos do *mfalume* viram a sua posição social e estatutária tornar-se mais importante e isto tanto para os filhos de mulheres livres como para os filhos de cativas. Os *amuanamwene* (“filhos” do *mwene*) e de uma mulher livre, pertencendo

por conseguinte ao clã da mãe, adquiriam uma notável posição no seio das respectivas linhagens. Mas eram os *amuanamwene*, filhos de cativas, que constituíam a armadura fundamental do novo edifício político: estes *amunamwene* (ou *amuanampêwe*) eram os enviados do chefe para reconhecer novas terras, para dirigir expedições de caça e campanhas de razia militar, para organizar e comandar caravanas que iam até ao litoral Indico. Os *mamwene* desconfiavam muito dos seus sobrinhos, pois estes podiam ambicionar à chefia do território ou provocar uma cisão linhageira e uma secessão territorial, por isso, o papel principal dos filhos do *mpêwe* e de cativas foi a formação de pequenas chefias territoriais dependentes, quer no interior mesmo das terras do *mpêwe*, mas sobretudo na rota das caravanas. Assim se compreenderá o povoamento do baixo Lúrio, vazio no Mapa de 1893, que analisarei mais adiante.

Finalmente, as linhagens livres do clã dominante e dos outros clãs representados no território mas subordinadas à descendência do *mpêwe* reproduziam de certa maneira a estrutura política antiga, formando assim um conjunto de pequenas chefias subordinadas. O tributo circulava no sentido inverso da cadeia *mpêwe-mwene mulupale-mamwene akhâni - mahumu - napili - tâta*, isto é, “rei” (chefe territorial grande), chefe territorial mais pequeno, chefe de linhagem, chefe de segmento de linhagem, chefe da família uterina local.

O largo conjunto geopolítico assim estruturado tinha tendência a definir-se como uma identidade própria, com mecanismos de reprodução baseados nos cativos e na procura de escravos noutras comunidades (idênticas), desde logo consideradas como bárbaras e selvagens.

Como as rotas do comércio se orientavam quase sempre no sentido ocidente-orientado e vice-versa, estabeleceu-se neste sentido uma cadeia de alianças entre as chefaturas participantes do tráfico e as chefaturas por onde transitavam as caravanas. Mas estas últimas nem sempre se prestavam à colaboração e muitas vezes capturadores e cativos caíam nas mãos das comunidades por onde passavam. As razias para a captura de escravos faziam-se sobretudo nas formações sociais que viviam a norte e a sul das chefaturas relacionadas entre si por pactos de aliança.

Mas por causa da perturbação causada pelo contínuo tráfico de escravos e pela actividade cada vez mais agressiva dos negreiros da costa, a captura de escravos para o comércio começou a fazer-se no interior do próprio grupo tribal e da chefatura, o que, no caso do Mêto, acentuou mais ainda as clivagens sociais no seio destas comunidades.

Presume-se ter sido a partir da segunda metade do século XVIII que se formou e se desenvolveu a grande confederação de chefaturas no sul de Cabo Delgado. Todavia, é para o século XIX e particularmente para a segunda metade desse Século que começa a conhecer-se bastante bem a confederação dos Mêto, e as chefaturas Eráti e Chaca de Namapa, na margem sul imediata do rio Lúrio.

Segundo a sua posição geográfica e ecológica havia chefaturas mais envolvidas que outras na produção mercantil; por exemplo, as mais próximas dos territórios de caça ao elefante e as fornecedoras de escravos. Para cada uma destas «produções», ambas necessitavam uma organização política centralizada e uma organização militar eficaz. Nas «etnias» e «subetnias» mais afastadas do comércio de longa distância e da produção mercantil a escravatura doméstica era menor e os cativos que se faziam eram, na maior parte, vendidos aos vizinhos esclavagistas. Estas comunidades eram geralmente presa fácil dos capturadores de escravos.

A prática esclavagista teve como primeira consequência o exacerbação da estigmatização das alteridades e, como segunda, a formação de circuitos económicos do tráfico num sistema em rede, decalcado, embora reestruturado e muito alargado, das antigas rotas do marfim. Na época do tráfico da escravatura, *grosso modo* nos séculos XVIII e XIX, a antiga estrutura do poder linhageiro modificou-se, acabando por dar origem à formação de grandes chefaturas nas quais se desenvolveu uma hierarquia de linhagens livres e uma constelação de linhagens cativas como deixei antever mais acima. Como consequência destas duas consequências registou-se a formação de espaços políticos de pequena, média e por vezes longa duração, estruturados amiúde pela rede do parentesco, na qual, filhos cativos dos chefes desempenhavam um papel fundamental no controlo dos pontos estratégicos das rotas,

“produção” de escravos e de marfim. Quase sempre estes espaços políticos não estavam definidos por fronteiras rígidas, e prolongavam-se para além de outros espaços. Outra característica definiu a rede chefal nesta zona a partir da segunda metade do século XIX: o Islão (Medeiros, 2006). A maioria dos chefes do sul de Cabo Delgado era sumariamente crente em Mahomed, e o clã Mwekoni pontificava e controlava as rotas das caravanas e dava origem à identidade Meto através de chefaturas maiores e menores – estes dois termos tem a ver com a senioridade clânica – relacionadas pelos laços consanguíneos do clã e por relações de aliança com outras chefaturas.

Como resultado das alteridades e da criação de espaços políticos de média e longa duração, registou-se a constituição de identidades culturais específicas, num jogo de diferenças, marcadas no idioma da classe dominante, o *emettho*, e simbolicamente na pele as tatuagens e na carne as mutilações corporais. Cada comunidade com referências sempre a mitos de origem distintos.

Ora, quando se processou a conquista colonial e, particularmente a montagem do(s) aparelho(s) administrativos, o colonizador encontrou essas especificidades, mas pretendeu actuar segundo modelos próprios no distrito de Moçambique (hoje província de Nampula) e nos de Cabo Delgado e Niassa, territórios concedidos a uma Majestática. No primeiro caso, a administração pretendia ser mais directa (Pinhal, 1971) e, no segundo, mais indirecta, servindo-se das chefias africanas (Medeiros, 1997). Num e noutro caso as chefaturas, «maiores» e «menores» foram sendo transformadas em regulados da administração colonial, nem sempre da maneira mais criteriosa.

O vale do rio Lúrio tornou-se assim uma linha de marcação para as diversas comunidades «macuas» das duas margens que souberam, no entanto, até aos anos trinta do século XX, tirar partido dessas diferenças administrativas (Pimentel, 1927, Geffray, 1984, Medeiros, 1986, 1997, 2000, 2002, João, 1989, 1993, Ivala, 1993, Conceição, 1993, 2006, Pedro, 1995).

A conquista e ocupação coloniais

O meu enfoque neste artigo restringe-se aos territórios do baixo Lúrio e Montepuez. Por isso, é para estes territórios que apresento algumas etapas da conquista. Depois do período de reconhecimentos – durante o qual foi produzida alguma cartografia⁸ –, e dos acordos de delimitação de fronteiras entre os territórios de influência colonial britânica, alemã e portuguesa, entre 1887 e 1891, – *Idem* –, começou a esboçar-se a ocupação e conquista coloniais propriamente ditas. Esta fase ocorreu nos territórios atribuídos à *Majestática*, *grosso modo* entre 1899 e 1912. Foi um longo período de combates, coexistência de zonas dominadas e semi-dominadas onde se pagava o imposto, e de zonas independentes (Pélissier, 1988, Newitt, 1997 (1995)). Durante a Primeira Guerra Mundial, administradores e funcionários da *Companhia* abandonaram o território, palco de combates, e alguns chefes africanos tentaram readquirir ou reafirmar a sua independência. Foi uma quimera! Tudo terminou por volta de 1918/20, quando todo o território passou a estar definitivamente envolvido na teia das relações de subordinação ao capital-colonial. O monstro ausente e desconhecido – a *Companhia* – parecia não existir. Mas em nome desse “monstro”, um outro mundo de relações (coloniais) de subordinação política e económica se forjariam.

Até 1891, os portugueses ocupavam quase que exclusivamente a Ilha do Ibo e algumas povoações costeiras, e mantinham contactos comerciais regulares com estabelecimentos no litoral em direcção ao Rovuma, povoações estas que procuravam manter defendidas. A defesa constituía a principal actividade policial e militar de ocupação das terras de Cabo Delgado. Em 1894, a *Companhia do Niassa* tomou posse formal do território e instalou ao longo da costa quatro postos alfandegários: Ibo, Quisanga, Palma e Mocímboa. Por volta de 1897 sucederam-se os ataques no território do Mêto por parte do Mualia com o apoio do Mueri de Montepuez. Em 1898, a *Majestática* conseguiu obter a jurisdição do Ibo que até à data pertencia directamente ao Estado português, e instalou novos postos alfandegários em Pemba e na foz do rio Lúrio. Foi a partir desta data que começou a ocupação do Niassa.

⁸ Vide Maria Emília Madeira Santos, 1988.

No país Mêto, de Ancuabe a Balama e do rio Lúrio ao rio Messalo, o clã dominante *mwekoni*, apesar da resistência armada de alguns dos seus chefes das linhagens espalhadas pelo território, em particular Mualia, aceitaram rapidamente o papel de subordinados na administração colonial da *Companhia*, que pretendeu estabelecer na altura um princípio de organização territorial associando vários chefes sob a responsabilidade de um capitão-mor. Deste modo, os chefes *ekoni* (plural de *mwekoni*) passaram a participar na colecta do imposto de palhota e continuaram a controlar as caravanas do comércio de longa distância que passavam pelas suas terras, incluindo o comércio de contrabando das firmas instaladas no território que faziam negócio com o distrito de Moçambique por causa da diferença das pautas alfandegárias mais vantajosas no território da *Majestática*. O país Mêto era rico em produtos agrícolas e pensava-se que havia no seu subsolo importantes jazidas de ferro e carvão, particularmente na região de Montepuez. Outros «Macuas» de Marrupa a Cuamba aceitaram o combate, mas foram derrotados. Foi o caso do Cuamba (Kwamba) em 1899 e Maua (Mahúa) em 1902.

Em 1900, uma outra coluna do exército da *Companhia* foi até ao Lago passando pelo Mêdo (Montepuez-Namuno). Esta região tornava-se deste modo um ponto estratégico fundamental para a conquista a ocidente, norte e sul.

Mas antes do assalto final ao Mataca, no Niassa, a *Companhia* chegou a retroceder em todo o território entre 1902 e 1908, período em que não se registaram novas expedições militares. Os postos militares do ocupante, isolados e eram atacados sempre que tentavam intrometer-se nos assuntos locais. A circulação dos colonos entre o Mêto e os Lagos tornou-se praticamente impossível e as caravanas que abasteciam os postos militares e administrativos também eram atacadas.

Em 1911 e 1912, foram criados mais onze postos militares no interior dos distritos costeiros, entre os Maconde e os Macua, onde se cobrava o imposto de palhota e se fazia o comércio. Registou-se neste período um novo ataque das chefaturas *ekoni* do Mêto.

Com as hostilidades militares entre alemães, ingleses e portugueses no norte de Moçambique, em 1918, no contexto da Iª Guerra Mundial, a administração da *Companhia do Niassa* desapareceu completamente de muitas zonas, não obstante, as acções militares dos dois campos imperialistas deram origem a uma maior extensão e melhoramento de estradas e picadas abertas por milhares de Moçambicanos que para tal foram compelidos.

De um modo geral, as comunidades locais mantiveram-se à margem das acções militares dos portugueses e alemães. Contudo, alguns chefes puseram-se ao lado dos germânicos e outros do lado dos portugueses e ingleses com vista a posteriores benefícios políticos que não se revelaram verdadeiros, nem para um lado nem para outro.

No fim da contenda mundial, o exército português e as milícias da *Companhia* lançaram o último assalto às regiões ainda livres do controlo colonial. No dobrar de 1918 para 1919 foi restabelecido o domínio colonial em toda a região do Niassa (bem como na Zambézia e em Nampula). Os chefes suspeitos de se terem revoltado ou de se terem colocado ao lado dos alemães foram presos e exilados.⁹ Mas só em 1929, no término da *Concessão*, é que os portugueses conseguiram efectivamente o controlo efectivo do planalto maconde.

A montagem da administração colonial

A 26 de Setembro de 1891 o Estado português concedeu a uma Companhia Majestática poderes soberanos sobre os territórios situados entre os rios Lúrio e Rovuma. Pela mesma ocasião foi suprimido o distrito de Cabo Delgado (Art.º 7 do Decreto de 1891, *Collecção da Legislação*, 1894). Distrito este onde o domínio português se limitava às Ilhas e ao litoral imediato, mas mesmo aqui com parcelas africanas independentes (*Companhia*, 1897:86-87). Quando a 27 de Outubro de 1894 Rolão Preto assinou o auto de posse dos territórios concedidos, Portugal não ocupava efectivamente aquelas terras. A área de ocupação efectiva

⁹ Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) Cod. 11-4094, Ribáuê, 2.2.1919.

da concessão reduzia-se ao Ibo, Quissanga, Mocímboa e Túngué, que foram elevadas à categoria de concelho (*Companhia*, 1895:19). O do Ibo tinha a sua sede na Vila do Ibo, os de Quissanga e Mocímboa nas povoações do mesmo nome, e o de Túngué em Palma. A Companhia conservou no entanto as capitánias-mor de Arimba, Querimba, Memba e Túngué do regime anterior que existiam na área da nova divisão administrativa (*Idem*, 20). Estas capitánias visavam manter as populações locais fiéis à Coroa portuguesa. O cargo de capitão-mor recaía numa autoridade tradicional que, entre outras obrigações, acatava as ordens do administrador do concelho respectivo, recebia e protegia os súbditos e comerciantes portugueses e asiáticos que por ali passavam, auferindo, por estes serviços uma pequena gratificação.

Pela Carta, a *Majestática* obrigava-se a criar e a sustentar um corpo de polícia militar e um corpo de polícia aduaneira, ambas para actuarem em todo o território. Obrigava-se também a conquistá-lo e a administrá-lo. Como benefícios, a *Companhia* passou a ter o monopólio da colecta do imposto indígena, o monopólio dos direitos alfandegários, a exclusividade das transacções fundiárias, o direito de subconcessionar e de exercer actividades comerciais, mineiras, agrícolas e industriais.

Para tudo isto precisava de um aparelho administrativo e de uma governação local. Mas a conquista andou ao sabor dos conflitos regionais, dos conflitos entre o exército colonial português e as chefias africanas e, sobretudo, ao sabor das disponibilidades financeiras da própria *Companhia*. O embrião do aparato administrativo nas terras continentais foi surgindo com a ocupação efectiva, mas em muitos casos, foi posterior ao início da colecta do imposto de palhota, para a qual se serviam dos chefes africanos subordinados ou aliados, cujas ligações já vinham dos portugueses no período anterior e cujos tributos do tipo *msonko* já eram colectados. Esses mesmos portugueses, mestiços na sua maioria, não deixaram de facto de estar presentes, pois constituíam o grosso dos funcionários médios e inferiores da *Companhia* e os militares de patente das suas milícias. O Estado português acabou por manter no Ibo um resquício de aparelho judiciário e um *Intendente*, que apenas assegurava as relações entre a *Majestática* e Lisboa, na medida em que o governo português pertencia ao conselho

deixará de suceder na cartografia colonial a partir dos anos 20-30, com o repovoamento que aconteceu da área e o surgimento da chefatura dos Muegama (Medeiros, 1986), chefatura esta que passou a controlar a rota do contrabando escravista da foz do rio Lúrio e a rota de Pemba a Namapa, no distrito de Moçambique, por onde passava o tráfico ilegal de armas, pólvora e outros produtos.

Ora, as rotas e as povoações chefais assinaladas neste Mapa são as antigas rotas do comércio (ajaua) do marfim e posteriormente do tráfico de escravos, época em surgiram, como já assinalai, os grandes chefes muekoni e começou a formação da identidade étnica que designei Mêto (Medeiros, 1995, 2000).

A partir de 1900, a *Companhia do Niassa* passou a administrar o território a partir de Porto Amélia (actual Pemba), mais próximo do Mêto. No outro extremo da concessão, junto ao Lago, estava instalada a *Missão das Universidades para a África Central* (U.M.C.A.) Sempre que o capital inglês da *Companhia* era majoritário havia uma acomodação de interesses entre as duas partes e eram delimitadas sem conflito as esferas de influência económica, religiosa e administrativa nessa zona. Mas quando a *Companhia* era dominada pelo capital alemão ou quando, localmente, os funcionários da Majestática se tornavam mais opressivos, lá estava o *Foreign Office* e a administração local do Niassalândia para preservar a propriedade e os interesses da Missão. Os limites entre as terras da Missão e os territórios da *Companhia* eram muitas vezes difíceis de determinar, mas sempre foram reais enquanto a (U.M.C.A.) contou com o apoio dos Nianjas e com os aliados britânicos, mais fortes que a autoridade da *Majestática* e que os portugueses (Stuart, 1985: 30).

Em 1901, foram criados na faixa costeira e Ilhas os concelhos de Tungue, Mocímboa, Quissanga, Ibo e Pemba; no interior, os concelhos do Mêdo e Metarica; e na região dos Lagos, os de Amaramba, com sede em Mandimba, e o do Lago, com sede em Metangula (*Companhia*, 1902: 4 e 5).

Em 1904 foi criado o concelho do Lúrio (*Companhia*, 1905:4) e, no ano seguinte, montou-se o posto de Mecúfi (*Companhia*, 1906:4). Em

1906 e 1907, criou-se o posto militar de Mahua [Maúia] (*Companhia*, 1907:5), com vista à conquista do Mataka. Em 1909 criaram-se os postos militares de Pemba, e Mecúfi, no concelho do Lúrio (*Companhia*, 1910: 31-32). Em 1912, foi fundado o posto de Malema, na actual província de Nampula, iniciando-se a ocupação da zona sul do Alto Lúrio, na região de fronteira com a província do Niassa, que prosseguiu com a criação em Agosto de 1914 do posto administrativo de Mutuali.

Em 1919 os territórios da *Companhia* passaram a estar divididos em onze áreas administrativas (Concelhos), das quais, o Concelho do Lúrio (Postos do Lúrio, Vena e Chiure), o Concelho de Pemba (Postos de Metuge, Ankuabe, Pomune, Namecala e M'rebué); o Concelho do Mêdo (Postos de Montepuez, Msalu, Mesa e Mloko); o Mêdo abrangia toda a vasta área que ia das terras do chefe Mogabo (Mugabu), em Ancuabe, até ao rio Lureco, sem limites bem definidos a Norte e a Sul. Montepuez era a sede e os Postos citados situavam-se nas terras do Mualia, em Massangano e Iaparata. Em Montepuez, o chefe Muera da altura mantinha boas relações com os colonos, enquanto o Mualia, para os lados de Balama, atacava os representantes da *Companhia*; os outros chefes *ekoni* também resistiam activamente à implantação colonial. Só em 1920 foi criado o concelho de Mahua, (Maúia), que, aliás, viria a ser extinto em 1923. Deste modo, os espaços étnicos foram parcialmente transformados na primeira fase do período colonial, embora a maioria não tenha mudado totalmente.

Voltemos ao mapa de 1893. Ele está incompleto para essa data pois não menciona os Muanes (Mwani) no litoral de Quissanga e Ilhas Quirimba, os Mêto, no Mêdo, os Chaca, Erátis, e Maraves no baixo Lúrio, de um e outro lado do rio, os Nianja no Lago. Mas menciona os Anguros que se dissolverão (administrativamente falando) na hegemonia Lómuê da alta Zambézia. Mas o mapa apresenta os Uandonde, Matambu e Mavia que foram «transformados» em Macondes no planalto que lhes deu o nome, e nalgumas bolsas de Angones nas terras do rio Messalo. Com a implantação administrativa começou a assistir-se lentamente à “tribalização” oficial das «etnias», as que foram consideradas pelo colonizador.

No entanto, à revelia desse mesmo colonizador, manteve-se a totalidade dos antigos clãs e o sistema linhageiro no território, independentemente dessa «tribalização». E foi a permanência desta malha clânica que possibilitou novas lógicas identitárias, como ela o tinha permitido ao longo dos séculos. Recordemos que pelo menos desde os séculos XII-XV os povos que muito mais tarde no século XX foram designados «macuas» ocupavam já e definitivamente as terras do vale do rio Lúrio e de Montepuez, em contínua expansão para as terras baixas do litoral Índico, menos propício à agricultura de sequeiro e à colecta. Todas estes povos eram profundamente segmentários a nível da organização clânico-linhageira, mas ao longo da sua história de mais de cinco séculos surgiram identidades locais e chefias políticas que o comércio do marfim, escravos e o capital comercial da segunda metade do século XIX ajudaram a engendrar. Estas entidades (e identidades) étnicas só muito lentamente e muito recentemente começam a ser conhecidas, embora nalguns casos tivessem sido assinaladas pela cartografia mas ignoradas pelos etnólogos. E foi a partir da ocupação e montagem tardia do aparelho administrativo e da progressiva mudança da economia colonial que se interrompeu a formação identitária Mêto, “substituída” pela homogeneização missionária e administrativa do «mundo» macua no sul de Cabo Delgado, no sul do Niassa e no distrito de Moçambique. Mas mesmo assim, com novas reformulações sociais regionais cujo estudo sai do âmbito deste artigo. Retenhamos apenas a questão dos regulados.

A longa gestação dos regulados coloniais até 1942.

A conquista e a ocupação coloniais foram destruindo o poder e a organização político-territorial dos grandes *mamwene* do Mêto, como Mualia, Mugabu, Mueri, Cuamba, Petécula e Muegama,¹⁰ de entre outros no médio e alto Lúrio, “que dispunham de uma organização política

¹⁰ Assinalo que estes nomes, assim como os de outros que tenho vindo a mencionar, são nomes dinásticos, cada chefe do momento tem o seu próprio, mas tomando também o nome dinástico quando é investido. Por isso, quando se lê, por exemplo, Mualia fez a guerra, ou Mueri auxiliou os portugueses, foi um dado Mualia e um dado Mueri.

semi-feudal poderosa, governando numerosos súbditos e vastas regiões” (Vilhena, 1905:95). Se o grande chefe vencido tinha uma autoridade fictícia sobre os seus súbditos, ou se, exercendo-a, tivesse sido cruel, era substituído e as suas terras divididas entre régulos menores, como no caso do Mugabu, Mualia e Mueri (Vilhena, 1905:94), transformando deste modo chefes menores e respectivas terras em régulos e regulados. É notável esta informação de Vilhena que acrescenta: «os regulados, assim criados, tanto num caso como noutra, passaram a ter chefes reconhecidos pelo colonizador que cobravam o imposto sob fiscalização da *Companhia*» (Vilhena, 1905:95). Nos regulados criados no «reino» do Mualia e no do Mugabu, o governo colonial «exercia-se segundo as puras regras indígenas, com o acompanhamento da servidão do vencido, e todas as atrasadas regras peculiares aos povos africanos; nos outros agrupamentos da costa, e embora fosse feita toda a diligência para conservar nos chefes uma certa autoridade, de que pudéssemos aproveitar no exercício da nossa administração, a verdade é que os indígenas, iam, pouco a pouco, fugindo ao laço comum da tribo e do regulado» (Vilhena, 1905:88). Noutros casos, a administração portuguesa e da *Companhia* mantiveram, «dentro do possível e com os ajustamentos que se impuseram, a divisão territorial [das chefaturas] sob a designação de regulados, mais tarde de regedorias. Nos ajustamentos que se foram fazendo nem sempre houve, porém, o cuidado que o problema requeria o que determinou, em alguns casos, o estabelecimento de uma espécie de hierarquia paralela: a reconhecida pela Administração colonial e a hierarquia aceite pela população, o que por vezes causava compreensíveis complicações» (Amaral, 1990:136). Isto é, até cerca dos anos 40 do século XX a malha política administrativa colonial representada pelos geógrafos não coincidia frequentemente com a malha política africana que se foi mantendo e nalguns casos reforçando com o Islão, como no vale do Lúrio e no Méto.

O regulado colonial ou regedoria passou pois a ser uma circunscrição territorial bem definida, englobando, normalmente, vários chefes de grupo de povoações, cada uma destas com a respectiva chefia. O régulo era simultaneamente o chefe da sua própria povoação e, por vezes, também do seu grupo de povoações. O grande chefe tradicional que continuava a ser reconhecido pela população mantinha o seu

poder através da malha clânica, e podia ser, aos olhos do colonizador um régulo ou um simples chefe de povoação.

Mas não obstante a rigidez de ambas as hierarquias, sobretudo a da administração colonial, as povoações mantinham um acentuado cunho de autonomia dado que a estrutura tradicional era dependente, quisesse o colonizador ou não, da estrutura clânica e linhageira de cada comunidade. Podia mesmo suceder que, do ponto de vista da hierarquia clânica, um chefe de grupo de povoações fosse mais importante e tivesse mais prestígio político que o próprio régulo.

Apesar de tudo, com o estabelecimento das normas coloniais as funções governativas dos chefes tradicionais foram cessando e foram sendo «apoderadas» pelos régulos que não eram legítimos chefes aos olhos da tradição, mesmo quando a sucessão provocava com frequência antagonismos entre irmãos do defunto e sobrinhos, e não raras vezes estes antagonismos davam origem ao desmembramento do regulado ou dos grupos de povoações, sem que o colonizador se apercebesse disso, e quando se apercebia criava nova divisão administrativa a nível dos regulados e suas divisões (Vd a seguir o mapa que fez dessa divisão em Montepyuez o administrador Dagoberto Garcia). Mesmo assim, a partir de 1942, à medida que aumentava o poder administrativo dos régulos, sob coberto da tradição, ia diminuindo o poder tradicional. De facto com o estabelecimento das normas coloniais, as funções governativas dos chefes tradicionais cessaram, apesar da população continuar a ver nos chefes tradicionais os seus verdadeiros governantes, sujeitos, sim, a uma autoridade superior, mas longínqua e de presença insuficientemente materializada. Estas carências de dominação foram-se porém atenuando com o tempo. À medida que aumentava o poder administrativo dos régulos, sob coberto da *administração colonial* diminuía ou transformava-se o poder tradicional africano.

Só na segunda metade de sessenta a administração colonial elaborou o mapa clânico do Distrito de Moçambique, e por conseguinte da margem sul do rio Lúrio, mas com prolongamento até ao rio Messalo, em Cabo Delgado (Branquinho, 1969), e elaborou também uma *Carta Étnica de Moçambique* (Serviços de Centralização e Coordenação de

Informações de Moçambique (SCCIM), 1969 [?]), curiosamente com indicação de identidades ditas «tribais» que até então tinham passado despercebidas ao colonizador. Mas já fora do tempo.

Breves considerações finais

A cartografia colonial mais antiga da região que tratei neste artigo apresenta-nos elementos muito interessantes para a análise etnológica (Santos, 1988, 2^a ed., Cahen, 2002), mas, exceptuando Jorge Dias e sua equipa (1964-1970) para o planalto Maconde, cuja interpretação e conclusões deverão aliás ser reavaliadas, ela não produziu um novo conhecimento etnológico. Os administradores e missionários (etnólogos) da época colonial mais recente elaboraram os seus próprios mapas (locais), ou debruçaram-se sobre os existentes (Santos, 1951, Silveira, 1943, Pinhal, 1971) de acordo com as suas funções e interesses, como o apresentado mais acima de Dagoberto Garcia (1965), o referido mapa clânico de Branquinho (1969) e o *Mapa Étnico de Moçambique* do SCCIM. Todavia a Antropologia pós-colonial não tem sabido explorá-los, nem uns nem outros, quer naquilo que são pistas importantes de investigação, quer nas lacunas que apresentam e deverão também merecer a interrogação dos investigadores. Exceptuamos aqui o trabalho da equipa de Cahen (2002). Foi meu propósito mostrar neste artigo aspectos do complexo tecido social e cultural na longa duração do vale do baixo Lúrio e de Montepuez, no sentido de permitir algumas interrogações etnológicas à cartografia existente.

Bibliografia

ADAMOVITTCHE, Leonardo

1985 – Report and comments on the progress of CIPRIANA 81/85, Archaeological research project, in Nampula province. Maputo, Faculdade de Letras/Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), “Textos para Debate”, n° 6, Abril, 1985.

1987 – Contribuição para o conhecimento da Arqueologia entre os rios Lúrio e Ligonha, Província de Nampula, in: *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* (Maputo/UEM/DAA), n°3, Junho de 1987: 45-144.

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE - (AHM) Cod. 11-4094, ordem de Ribáuê, 2.2.1919.

AMARAL, Manuel Gama

1990 – *O povo Yao*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

BRANQUINHO, José Alberto Gomes de Mello

1969 – *Prospecção das forças tradicionais do distrito de Moçambique*. Lourenço Marques, Serviços de Coordenação e Centralização de Informações, 1969. Policopiado, pp. 252-253, com 1 mapa clânico [Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), n° 20 S.E. 2 III].

CAHEN, Michel, Philippe Waniez, et Violette Brustlein

2002 – Pour un atlas social et culturel du Mozambique, in *Lusotopie. Enjeux contemporains dans les espaces lusophones*, vol. Annuelle, Paris, Karthala, 2002: 305-362.

CAPELA, José

2006 – CAPELA, José - «Como as Aringas de Moçambique se transformaram em Quilombos», *Tempo* (Departamento de História da Universidade Federal Fluminense) n° 20, Janeiro-Junho 2006: 83-108.

COLLECÇÃO da Legislação novíssima do Ultramar (**1891**). Lisboa, 1894, Vol. XIX

COMPANHIA DO NYASSA

1895 – *Relatório e contas apresentadas à Assembleia Geral ordinária de 6 de Junho de 1895*. Lisboa.

- 1897** – Decretos, portarias, regulamentos e mais diplomas relativos à COMPANHIA DO NYASSA. Lisboa.
- 1902** – *Relatório e contas apresentadas à assembleia geral ordinária de 31 de Maio de 1902*. Lisboa.
- 1905** – *Relatório e contas apresentadas à assembleia geral ordinária de 31 de Maio de 1905*.
- 1906** – *Relatório e contas apresentadas à assembleia geral ordinária de 31 de Maio de 1906*.
- 1907** – *Relatório e contas apresentadas à assembleia geral ordinária de 31 de Maio de 1907*.
- 1910** – *Relatório e contas apresentadas à assembleia geral ordinária de 31 de Maio de 1910*.

CONCEIÇÃO, Rafael da

- 1993** – *Entre mer et terre*. Paris, Universidade de Paris VIII.
- 2006** – *Entre Mar e Terra* (Tradução portuguesa do título precedente publicada em Maputo pela PROMÉDIA).

CORRÊA, A. E. Pinto

- 1940** – *Província do Niassa. Inspeção aos serviços admionistrativos e dos negócios indígenas. Relatório da Inspeção ordinária às circunscrições do distrito de Moçambique, 1938-1940; e territórios que foram da Companhia do Nyassa, Vol.II, p. 254* [AHM, Funda da Administração Civil. 1940].

DIAS, Jorge *et al*

- 1964-1970** – *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 4 Vols. Reedição de **1998** (1º Vol.), pela Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, com uma Introdução de Rui M. Pereira.

GEFFRAY, Christian.

- 1984** – *Structure lignagère, économie domestique et développement rural dans le district du Erâti. Rapport n° 1: Structures precoloniais*. Maputo, DAA/Universidade Eduardo Mondlane.

1985 – Rapport n° 2: Identification des groupes sociaux et principaux status. Éléments sur l'organisation territoriale de a paysannerie. Maputo, DAA/UEM. Mimeo.

IVALA, Adelino Zacarias

1993 – *Transformações Sócio-Políticas no Alto Lúrio: o caso do Regulado de Umpuhua, c. 1850-1933*. Maputo, Departamento de História/Faculdade de Ciências Sociais/Instituto Superior Pedagógico, Tese de Licenciatura em Ensino da História e Geografia, sob a orientação de Eduardo Medeiros.

JOÃO, Benedito Brito

1989 – *Abdul Kamal (1892-1966) et l'histoire du Chiúre aux XIXe et XXe siècles. Étude sur la chefferie traditionnelle, les réseaux islamiques et la colonisation portugaise*. Paris, EHESS, Mémoire d'Histoire et Anthropologie dirigée par M. Elikia M'Bokolo, Agosto de 1989.

1993 – Factores de reorganização das chefaturas no Norte de Nampula e Sul de Cabo Delgado na segunda metade do século XIX, in *ARQUIVO*, revista do Arquivo Histórico de Moçambique, n.º 14, Outubro de 1993: 175-184.

JOHNSON, Harry H.

1897 – *British Central Africa, the territories under british influence north of the Zambezi*. London: Methuen & C°.

LIESEGANG, Gerahrd

1998 – Territorialidades sociais e identidades com referência a Moçambique, in: Carlos Serra (Dir.), *Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização*. Maputo, Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998: 99-159.

LIVINGSTONE, David et Charles

1881 – *Explorations du Zambèse et de des affluents et découverte des lacs Chiroua et Nyassa: 1858-1864*, par David et Charles Livingstone. Paris: Librairie Hachette, 1881.

MAPLES, Chauncy

1897 – *A sketch of his life, with selections from his letters*. London, Longman's, Green and C^a.

MEDEIROS, Eduardo

- 1986** – «A chefatura dos Megama do Chiúre: contexto económico e político da sua formação», in: *Cadernos de História* (Maputo), n.º 4, Maio de 1986, pp.21-27. (Arquivo Histórico de Moçambique - AHM bB 894).
- 1995** – Etnias e Etnicidades em Moçambique: Notas para o estudo da formação de entidades tribais e étnicas entre os povos de língua(s) emakhuwa e elómwè e advento da etnicidade macua e lómuè, in: *Cientistas Portugueses Residentes no Estrangeiro*. Aveiro: Fundação Jacinto de Magalhães, 1996:107-127.
- 1996** – «Abdul Camal – O Megama do Chiúre», in: SAVANA (Maputo, Ano III, n.º 113, de 15 de Março de 1996, páginas centrais).
- 1997** – *História de Cabo Delgado e do Nyassa (c.1836-1929)*. Maputo, Central Impressora) [«Macua-Meto» e a «Recuperação das chefias tradicionais pela administração colonial»].
- 2000** – «Reestruturação do poder político Makhuwa-Mmetthu sob o domínio da Companhia do Nyassa, 1894-1929», in: Santos, Maria Emília (Dir.) *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930)*. Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 311-329 [Actas da IIIª Reunião Internacional de História de África].
- 2001** – *A historiografia moçambicana e a questão étnica*, comunicação ao III Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico. Lisboa, Fundação C Gulbenkian, 11-13 de Dezembro 2001.
- 2002** – «A escravatura no norte de Moçambique: formação de novos espaços e entidades políticas na segunda metade do século XVIII e durante o século XIX», in: *Escravatura e transformações culturais* (África-Brasil-Caraíbas), Org. Isabel de Castro Henriques. Lisboa, Vulgata, pp. 211-231. Col. Tempos e Espaços Africanos.
- 2006** – *Chefias africanas, Islão e nacionalismo no Sul de Cabo Delgado, c. 1919-1974*. Não publicado.

NEWITT, Marlyn

- 1997** – *História de Moçambique*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1997 (trad. portuguesa de *A History of Mozambique*, **1995**, por Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado).

PEDRO, Martinho

1995 – *A conjuntura da Reestruturação das Autoridades Tradicionais no sul do Médio Lúrio, c. 1834-1921*. Maputo, Departamento de História/Faculdade de Ciências Sociais/Instituto Superior Pedagógico, Tese de Licenciatura em Ensino da História e Geografia, sob orientação de Eduardo Medeiros.

PÉLISSIER, René

1984 – *La Naissance du Mozambique. Résistance et révoltes anticoloniales (1854-1921)*. Orgeval, Edition de l'Auteur, 1984, Tome I, 393p, Tome II, 405-883p. Tradução portuguesa: *História de Moçambique – Formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa, Editorial Estampa, vol., I, 1987, 506p, vol. II, 1988, 609p. Col. Imprensa Universitária, n.º 61 e 62.

PIMENTEL, Francisco Alexandre Lobo.

1927 – Relatório sobre usos e costumes no Posto Administrativo de Chingá, apresentado ao governador do distrito de Moçambique, em 13.11.1927. Texto transcrito por Eduardo Medeiros e Gerhard Liesegang. [AHM]

PINHAL, Euclides Mendes

1971 – *Aspectos da divisão e ocupação administrativa em Moçambique a norte do Zambeze, 1885-1910*. Lisboa, ISCSPU, 1971

SANTOS, António Policaro de Sousa

1951 – *Relatório da Inspeção ordinária do Distrito de Cabo Delgado, 1950-51*. [AHM]

SANTOS, Frei João dos

1999 (1609) – *Ethiopia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*. Introdução de Manuel Lobato. Notas de Manuel Lobato e Eduardo Medeiros. Fixação do texto por Maria do Carmo Guerreiro Vieira (coord.), Célia Nunes Carvalho e Maria Amélia Rodrigues Coelho. Lisboa: CNCDP, 1999. Coleção Outras Margens. 8º, orig. illus. wrps. 759 pp. ISBN: 972-8325-76-2.

SANTOS, Maria Emília Madeira

1988 [1976] – *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. 2ª Edição. Centro de estudos de História e Cartografia antiga.

Lisboa. 1988. In-8º gr. de 422 págs. Obra com ilustrações e diversos mapas.

SILVEIRA, C. H. Jones da

1943 – *Província do Niassa. Relatório e Documentos*. (1ª Parte), 1943. [AHM].

STUART, Richard

1985 – Os Nyanja, o U.M.C.A., e a Companhia do Niassa, 1880-1930, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 3, Janeiro-Dezembro de 1985: 9-44.

VILHENA, Ernesto Jardim de

1905 – «A Influência islâmica na costa oriental d’Africa. Segunda parte: do meado do século XVIII até ao presente», in: *A Companhia do Nyassa: Relatórios e memórias sobre os territórios*. Lisboa, Typographia da “A Editora”, 1905 (Vol.III), pp. 278-325 [AHM B 180]

REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE. Estudo do fenómeno urbano

Olga Iglésias¹

pp 299-333

Introdução

Projecto: Estruturas Urbanas da Expansão Portuguesa

O Projecto: “Estruturas Urbanas da Expansão Portuguesa – Elaboração de Uma Base de Dados”, foi chefiado pelo Arquitecto, Professor Doutor José Manuel Fernandes² e desenvolvido entre 1993 e 2004, tempo que permitiu pesquisar as cidades do ultramar português e identificar locais de povoamento criados pelos portugueses ao longo da colonização.

Neste grupo de investigação trabalharam arquitectos, geógrafos e historiadores, num ambiente multidisciplinar, do que resultou uma base de dados, com a sistematização de informação relevante, tendo cada um sido responsável por uma área específica, cabendo-me a área afro-oriental, onde se localiza a Colónia de Moçambique, pelo que irei apresentar neste Colóquio Internacional alguns dados da nossa pesquisa.

O estudo de núcleos urbanos partiu do conceito abrangente de uma estrutura onde se identifica a presença de duas ou de três funções urbanas significativas, isto é: Fortificação, Igreja e Câmara. Em cada núcleo urbano, registaram-se três grupos de indicadores classificativos, sendo o

¹ Professora Auxiliar Convidada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT).

² Tendo sido entregues os resultados à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em Julho de 2004, uma vez que a investigação foi apoiada por esta instituição, de 2002 a 2004.

primeiro a estrutura global, o segundo a história urbana e o terceiro, os elementos internos. Igualmente foi registada a bibliografia disponível e consultada, a cartografia e a iconografia relativa a cada núcleo. Por oposição ao núcleo urbano, fez-se o levantamento e estudo de vários lugares de povoamento de colonização portuguesa.

Uma base de dados

O resultado do Projecto foi, então, a elaboração de uma base de dados, o mais completa possível, que segundo o coordenador devia estar disponível na plataforma da *internet*, finalidade não conseguida por dificuldades da instituição que o acolheu mas que tem estado a dar os seus frutos com a edição de livros temáticos sobre as cidades, de que *Angola no século XIX. Cidades, Território e Arquitecturas*, por Aida Freudenthal, José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, ilustrada com postais da colecção de João Loureiro é um belíssimo exemplar. Outros mais estão na forja...

A base de dados foi sendo construída por texto, cartografia e iconografia, preparada para estar disponível através das novas tecnologias de informação, como atrás mencionámos, de forma a ser consultada de uma forma acessível por investigadores interessados no estudo das características geográficas, históricas, urbanísticas e arquitectónicas dos núcleos urbanos da Expansão Portuguesa, desde a sua origem ao fim do império.

O início dos trabalhos aconteceu ainda no ano de 1993, com a aprovação do Projecto, do ponto de vista científico pela Comissão dos Descobrimentos Portugueses e foi parcialmente financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Oriente, a Junta Nacional de Investigação Científica e a Comissão dos Descobrimentos, tendo contado com o apoio logístico da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, onde estão “arquivados” os resultados de uma longa pesquisa.

É de destacar a construção da base em si, a definição dos dados a registar, desde a geografia do lugar à evolução histórica do mesmo, assinalando-se a instalação do primeiro povoamento, a passagem a vila e a cidade, o processo urbanístico e a arquitectura construída. Consultando os Relatórios do progresso da investigação, pode-se constatar a

importância do trabalho de campo, sobretudo em Arquivos, Cartotecas e Fototecas nacionais, a recolha e captação de imagens em cidades e povoamentos previamente definidos e a realização de entrevistas a personalidades locais, o que permitiu seleccionar dados relevantes que, posteriormente foram analisados e digitalizados, de forma a organizar o processo de cada núcleo de povoamento e urbano, como se pode observar nas Fichas das cidades em anexo³.

Fontes

Definidos os lugares a investigar, quer os núcleos de povoamento quer os urbanos, passou-se à pesquisa bibliográfica, cartográfica e iconográfica, iniciada na Biblioteca Nacional, no Arquivo Histórico Ultramarino e na Sociedade de Geografia de Lisboa, com o apoio dos Dicionários Corográficos, dos Boletins Oficiais e Anuários da Colónia e, posteriormente Província de Moçambique⁴.

Decisivo foi o estudo da documentação do Fundo da Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais no Arquivo Histórico de Moçambique, onde se encontrou uma obra em parte inédita intitulada: “Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses”, de autoria de Mário José Ferreira Mendes⁵. Neste importante Arquivo Nacional foi possível seleccionar mapas e cartas da Colónia de Moçambique, bem como plantas dos núcleos urbanos, onde eram visíveis os diversos momentos da sua evolução.

Na Fototeca estão depositados Álbuns fotográficos preciosos, como os de Lazarus, os de Rufino e fotografias de colecções particulares que têm vindo a ser integradas no Arquivo. A Escola de Fotografia de Ricardo Rangel em Maputo, contém igualmente um acervo notável de imagem, que foi-nos posto à disposição, permitindo colmatar muitas lacunas, sobretudo no tratamento da vida quotidiana.

³ Ver as Fichas, bem como gravuras relativas a Lourenço Marques/Maputo, João Belo/Xai-Xai, Inhambane, Beira, Quelimane, Tete, Ilha de Moçambique, Porto Amélia/Pemba e Ibo.

⁴ Ver Bibliografia.

⁵ Esta obra dactilografada tem a data de 1947. Dizemos que tem uma parte inédita, pois das 230 pp., foi publicada apenas uma parte até à p. 126, na Revista *Monumenta*. Contém informação relevante sobre fortes em Manica, Mossuril, Ilha do Ibo, Inhambane, Lourenço Marques, Massangano, Milange, Tambara, Zumbo, Muchelia e Fernão Veloso.

A este nível, é de destacar em Lisboa, a colecção particular de João Loureiro, de milhares de fotografias e de postais ilustrados sobre lugares – cidades, vilas e aldeias a atestar o património português construído, a acção de missões religiosas, de administradores, etc., que gentilmente nos disponibilizou a sua consulta, revelando-se preciosa e frutífera.

Os detalhes da vida quotidiana foram sendo esclarecidos, através da memória de mais velhos que acederam a ser entrevistados, recordando espaços e tempos de outrora...

O espaço

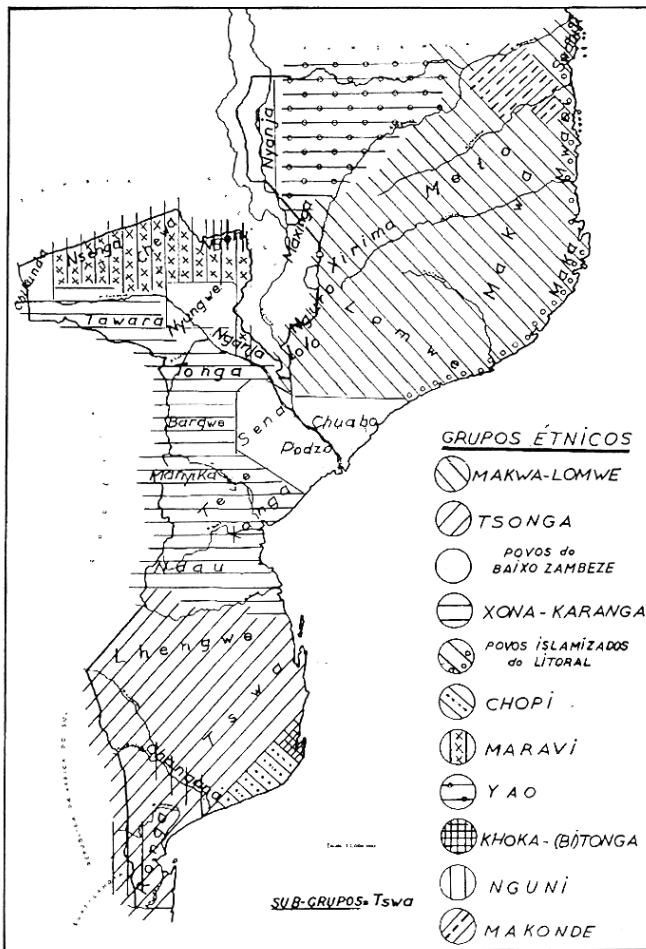
Rural

No Mapa de Moçambique⁶, encontramos a localização de diferentes Povos, diferentes formações sócio – linguísticas ou etnias⁷, existentes no território, sendo as mais importantes, de Norte para Sul: Makonde (Cabo Delgado), Makwa-Lomwe, (Nampula – Zambézia), Yao (Niassa), Nguni (Niassa e Tete), Maravi (Tete), Swahili ou Povos islamizados do litoral (Cabo Delgado e Nampula), Povos do Baixo Zambeze (Zambézia), Xona-Karanga (Sofala, Manica e Tete), Tsonga (Inhambane e Gaza), Khoka – (Bi)Tonga (Inhambane) e Chopi (Inhambane). Se quisermos exemplificar como se subdividem, no caso dos Tsonga, um Povo do Sul, temos os Lhengwe e Tswa (Inhambane), Changana (Gaza) e Ronga (Maputo). Os sub – grupos eram constituídos por famílias extensas ou alargadas, organizadas em clãs⁸.

⁶ Ver Anexo. Cf. IGLÉSIAS, Olga “Moçambique”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. XI – *O Império Africano, 1890-1930*, Lisboa, Ed. Estampa, 2001, p. 485. Na documentação estudada da Direcção dos Negócios Indígenas, no AHM, apercebemo-nos de um movimento fronteiriço mais intenso, de povos com famílias de um lado e do outro da fronteira, quando as autoridades cobravam impostos ou redobravam a repressão.

⁷ De todos os conceitos utilizados pela Antropologia, Sociologia, História e Linguística, parece-nos ser o mais correcto o conceito de formação sócio – linguística, pois trata-se de uma formação social, com uma língua própria. Sobre a exploração do “factor étnico”, ver PÉLISSIER, René, *op. cit.*, pp. 247-257. Cf. AMIN, Samir, “État, Nation, Ethnie et Minorités dans la Crise. Quelques Aspects de la Critique de l’ Ideologie de la Nation et de l’ Ethnie”, in Colóquio Internacional: *A Formação da Nação nos “Cinco”: Angola, Cabo Verde, Guiné – Bissau, e S. Tomé e Príncipe*, Bissau, Ed. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1986, pp. 36-47.

⁸ Sobre o conceito de clã, ver SERRA, Carlos (dir.), *História de Moçambique*, vol. I, Ma-



Moçambique – Grupos étnicos

Era assim, a Colónia de Moçambique constituída como já atrás mencionámos, por diversos povos e culturas, o que não nos permite uma abordagem generalista da chamada África das aldeias. Essa percepção

puto, Tempo/UEM, 1988, p. 144: “Grupo formado por uma ou por várias linhagens. Pode ser ou não localizado, exógamo ou não. Os membros de um clã são geralmente incapazes de estabelecer a sua ligação genealógica com o antepassado epónimo (i.e, aquele que deu o nome ao clã), o que distingue o clã de uma linhagem, a qual é um conjunto de parentes entre os quais se podem sempre traçar laços genealógicos.”

tiveram-na missionários como A. Henri Junod⁹, administradores como A. Rita – Ferreira¹⁰ e antropólogos como Jorge e Margot Dias¹¹, pois nos seus trabalhos trataram povos e culturas específicas, com um detalhe impressionante e rigoroso. Nesta linha se inscreve a pesquisa de José Fialho¹², em relação ao povo Tsonga e a de Paulo Granjo¹³ sobre um dos seus sub – grupos, os Ronga.

A sociedade tradicional, representada na memória dos mais velhos, situa-se no espaço rural, de uma vivência comunitária pautada por rituais próprios, desde o nascimento à morte, preparando colectivamente os seus membros para as diferentes fases da vida. Historicamente, a sociedade tradicional sofreu o impacto de várias expansões, desde a idade do Ferro, a Bantu; no século XII, a Árabe e no século XV, a Portuguesa, o que levou a várias rupturas importantes, no modo de produção, do habitat¹⁴, do pensamento e das crenças religiosas, sobretudo sob a influência do islamismo e do cristianismo.

A Expansão Portuguesa nas terras do Índico, iniciou-se com a viagem de Vasco da Gama à Índia em 1498, quando a armada lusa encontrou “terra de boa gente”, em Inhambane. A rota da Índia necessitou de pontos de paragem na costa para o abastecimento de víveres e de água, pelo que se deu a penetração portuguesa, primeiro no litoral e apenas no interior, seguindo o rio Zambeze, em busca do ouro do Monomotapa.

⁹ JUNOD, Henri Alexandre, *Usos e Costumes dos Bantos – A vida dum tribo do Sul de África*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917. (Versão do Inglês por Carlos Bivar.)

¹⁰ RITA-FERREIRA, António, *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Porto Afrontamento, 1975.

¹¹ DIAS, Jorge, e DIAS, Margot, *Os Macondes de Moçambique III – vida social e ritual*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1970.

¹² FELICIANO, José Fialho, *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

¹³ GRANJO, Paulo, *Lobolo em Maputo. Um Velho Idioma para Novas Vivências Conjugais*, Porto, Campo das Letras, 2005.

¹⁴ BRUSCHI, Sandro, *Campo e Cidades da África Antiga*, Maputo, FAPF, CEDH, UEM, 2001, pp.147-148 e p. 150.

Urbano

Colónia portuguesa, desde o século XVI, só na última década do século XIX, mais precisamente no ano de 1891, é que se delimita tal como é hoje, na sequência de um tratado assinado entre Portugal e a Grã – Bretanha¹⁵. Como, aliás, sucedeu a todos os outros Estados africanos, as suas fronteiras resultaram da partilha definida pelas potências europeias coloniais e da capacidade ou não da administração portuguesa ocupar de facto e, explorar o território¹⁶.

Citando Lobato: “ (...) anteriormente ao liberalismo, não existia a unidade política – administrativa que se chama hoje Moçambique”¹⁷. A Constituição de 1822, bem como a Carta Constitucional de 1826, referem como parte integrante da nação portuguesa, na costa oriental de África, “Moçambique, Rio Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane e as ilhas de Cabo Delgado”, mencionando a Constituição de 1838, para além destas regiões, a “ Baía de Lourenço Marques ”¹⁸. Recorda-se que o termo “Moçambique” referido, significava apenas a Ilha, no distrito do mesmo nome, a primeira capital da Colónia até 1898, data em que foi substituída por Lourenço Marques, no sul do território.

Fruto do impacto da colonização europeia, o fenómeno urbano que se consolidou ao longo do século XX é, segundo a tese de Fernandes e

¹⁵ As modernas fronteiras de Moçambique foram determinadas pelo Tratado com a Grã-Bretanha, celebrado a 11 de Junho 1891. Ver MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Ed. Presença, 1998, p. 224-225; cfr. ALEXANDRE, Valentim (coord.), *O Império Africano.Séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000, pp. 19-20.

¹⁶ Referência à Conferência de Berlim (1884-1885). Ver ALEXANDRE, Valentim, *O Império Africano:1825-1890*, vol. X, coord. Valentim Alexandre e Jill Dias, “Nova História da Expansão Portuguesa”, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Estampa, 1998, pp. 119-120; cfr. CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1990, pp. 85-87.

¹⁷ Sobre o que era a Colónia de Moçambique no início do século XIX ver LOBATO, Alexandre, *Economia, Engenharia e História em Moçambique*, p. 14.

¹⁸ Cfr. MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas*, pp. 24, 94 e 154.

Janeiro¹⁹, uma prova da “continuidade e prática do modelo urbano”²⁰, encetado no último quartel do século XIX.

Na análise dos dados registados nos núcleos urbanos, verificou-se a permanência de duas ou de três funções urbanas significativas, como atrás mencionámos: o Forte, a Igreja e a Câmara. Para cada núcleo urbano havia um plano urbanístico, com uma Rua Direita, à semelhança dos burgos portugueses, que ligava os poderes em presença. Vejamos então, em síntese uma breve caracterização da evolução da história urbana, destacando os seus principais momentos:

1. Lourenço Marques/Maputo

Actualmente, a capital da República de Moçambique e da Província de Maputo, é designada de Maputo no pós- independência, tendo sido chamada de 1544 a 1976 de Lourenço Marques. Localiza-se na costa Sul do território a 100 km da fronteira com a África do Sul. Conhecida a região pelos navegadores e comerciantes portugueses desde 1502, na demanda da Índia.

Nas suas fases de desenvolvimento, podemos destacar as seguintes épocas: 1781 – iniciou-se a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição para defender a posição portuguesa face aos interesses de Ingleses e Holandeses. 1782: instalação do povoado, fundação de uma minúscula feitoria. Joaquim de Araújo fundou o presídio, edificou a povoação para o destacamento de 130 homens em terras cedidas pelo régulo da Matola. 1876 (09.12) – Passagem a vila²¹. A 1ª planta conhecida é desta data.

¹⁹ FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes, “Estruturas urbanas da Expansão Portuguesa em África, até ao Século XIX, uma síntese”, in *UR-Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 5, pp. 26-39. São igualmente importantes os estudos que analisaram o fenómeno urbano num tempo pré-colonial, tais como os coordenados por Catherine Coquery-Vidrovitch, *Processus d'Urbanisation en Afrique Noire*, Paris, L'Harmattan, 1988 e *Histoire des Villes d'Afrique Noire*, Paris, Albin Michel, 1993 e os organizados por Michel Cahen, *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, L'Harmattan, 1989. Mais abrangente é o estudo do Professor italiano Sandro Bruschi, *Campo e Cidades da África Antiga*, Maputo, CEDH-UEM, 2001.

²⁰ *Idem*, p. 26.

²¹ Ver Decreto de 09.12.1876. In *Mapa das povoações criadas até 31.12.1959 e sua situação legal*, Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Agrimensura, Imprensa Nacional de Moçambique, 1960.

O pequeno aglomerado estava organizado em torno da Praça da Picota (Praça 7 de Março, actualmente 25 de Junho) Tinha um total de 1 417 pessoas. 1887 (10.11)– Passagem a Cidade²². O 1º plano de urbanização da cidade é de autoria do Engenheiro militar Joaquim José Machado. A cidade tinha como base económica o porto e os caminhos de ferro. 1907 (23.05)– Passagem à categoria de capital²³ da Colónia, substituindo a Ilha de Moçambique.

Edificada a partir do Presídio litoral (1867-68), com um plano reticulado de Joaquim José Machado (1887), de grande rigor e arejada escala, a cidade desenvolveu-se para o Alto-Maé até 1895 e depois para Maxaquene e Polana até 1925. Durante este período e até décadas depois, a cidade manteve-se fiel ao traçado inicial, ganhando nos anos 60 um novo bairro a nordeste, “Sommerchild” e uma via circular a norte. A cidade baixa, desenvolvida a partir da Praça 7 de Março/25 de Junho, onde se encontra o forte, rasgou os muros do Presídio, ligando-se através da Av. da República/25 de Setembro com as novas vias do plano de 1887. Neste, os eixos principais constituem as Av. 24 de Julho e Pinheiro Chagas/Eduardo Mondlane (ligando de Este a Oeste, os bairros de Alto Maé, Maxaquene e Polana) enquanto no sentido Sul-Norte, as vias principais são as Av. Manuel de Arriaga/Karl Marx e Augusto Castilho/Lenine, para além da via mais cosmopolita, a Av. Aguiar/D.Luís/Samora Machel, ligando a baixa à alta. Na frente para o Oceano Índico, a Av. António Enes/Júlio Nyere prolonga-se para os novos bairros²⁴.

²² *Idem*. Ver Decreto de 10.11.1887.

²³ O aparelho administrativo – militar, montado nesta cidade, destinado a controlar a “pacificação” do Sul, terá tido peso na decisão do Governador- Geral, expressa na circular de 22 de Novembro de 1898 de transferir a sede do Governo e Secretaria – Geral para Lourenço Marques, a partir de 1 de Dezembro desse ano. Todavia, a mudança da capital só se efectiva em 1907, através da “Reorganização Administrativa da Província de Moçambique”, reforma decretada a 23 de Maio de 1907.

²⁴ Ver auto de demarcação definitiva do concelho de Lourenço Marques, in *Boletim Oficial*, n.º 36, 3ª série, de 04.09.1940. In *Mapa das povoações criadas até 31.12.1959 e sua situação legal*, Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Agrimensura, Imprensa Nacional de Moçambique, 1960. Consultar LOBATO, Alexandre, *Xilunguine*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970. Ver MENDES, Maria Clara, *Maputo Antes da Independência. Geografia de uma Cidade Colonial*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1979.

2. João Belo/Xai-Xai

Localiza-se na margem esquerda do rio Limpopo, a 50 km de Inhambane. A instalação do povoado é de 11.12.1897. Desenvolveu-se com a ligação em via férrea reduzida com a Rodésia em 1909-1912. Elevada a vila a 27.10.1911. Foi Capital do Distrito de Gaza. Em 1922 passou a denominar-se Vila Nova de Gaza. Em 1928 foi designada Vila de João Belo. Em 1950 tinha 49.000 habitantes. Elevada a cidade a 07.10.1961.

3. Inhambane

Situação actual: Capital da Província de Inhambane. Localização: Porto situado na extremidade de uma península, no local onde floresceu uma antiga colónia árabe, cerca de 450 km a nordeste da fronteira com a África do Sul. Instalação do povoado: 1727-30

Elevação a vila: 1761-64²⁵. A cidade foi reconhecida como portuguesa em 1763. A população cristã no final do século XVIII era de 200 pessoas. Em 1858 teria 4.000 habitantes, 75% dos quais eram escravos. Em 1928 era já o 3º centro urbano de Moçambique²⁶. A descrição mais antiga da povoação portuguesa data de 1781, e nota a existência de uma paliçada dentro da qual sobressaiam a igreja, as moradias do capitão e do padre e uma pequena horta²⁷. Pertence ao período pombalino a instalação do Forte de S. João Baptista e ao período mariano/liberal o desenvolvimento da Praça de Nossa Senhora da Conceição.

4. Beira

Situação actual: Capital da Província de Sofala. Localização: Porto de águas profundas a cerca de 190 km a sudoeste da foz do rio Zambeze. Fundado em 1891 no local de uma antiga colónia árabe, desenvolveu-se como ponto de escoamento dos países do interior sem acesso ao mar, com ligação ferroviária ao Zimbabué e ao Malawi. O centro urbano foi implantado em 1887,

²⁵ Ver Carta Régia de 09.05.1761. In *Mapa das povoações criadas até 31.12.1959 e sua situação legal*, Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Agrimensura, Imprensa Nacional de Moçambique, 1960.

²⁶ Ver BRIGSS, Philip, *Guide to Mozambique*, London, 1997.

²⁷ Ver TELXEIRA, Cândido, "A Fundação de Inhambane e a sua Estrutura Administrativa e Governamental nos meados do Século XVIII", in *Arquivo*, n.º 8, Maputo, 1990, p. 18.

para escoamento da produção da Rodésia por via ferroviária e marítima. A conclusão da ligação por caminho de ferro com a Rodésia foi em 1898, tendo a construção do porto sido iniciada em 1891.²⁸ Em 1907 recebeu a sua designação em homenagem ao Príncipe da Beira, herdeiro da Coroa Portuguesa.²⁹ Nos anos de 1900, a Beira era uma cidade com arquitectura de pavilhões de ferro pré-fabricados e sede da poderosa Companhia de Moçambique. A cidade rapidamente se tornou na segunda de Moçambique, com 20.000 habitantes em 1928, 45.000 em 1960 e 89.000 em 1970. A cidade é constituída por um conjunto de malhas reticuladas, sendo a inicial a do extremo sudoeste e as mais recentes a norte (área da estação dos caminhos de ferro) e a nascente. Em 1929 houve um plano pelo Arq. Rebelo de Andrade, não realizado, e cerca de 1950, outro plano pelo Arq. José Porto que foi seguido. Nos anos de 1940-50, transformou-se numa cidade de arquitectura moderna de betão armado, com importantes obras de autor.

5. Ilha de Moçambique

Localização: Antigo porto árabe a cerca de 580 km a sul da fronteira com a Tanzânia, situado numa pequena ilha de coral. Ali aportou Vasco da Gama em 1498. Em 1502, os Portugueses instalaram-se e Afonso de Albuquerque mandou construir a primeira fortaleza. A esta sucedeu a de S. Sebastião, levantada por ordem de D. João de Castro em 1542. Elevada a vila em 1761.³⁰ Elevada a cidade em 1818.³¹ Foi a capital da Colónia até 1907. A Povoação – Ilha segue o modelo aplicado em todo o Índico de criação de núcleos urbanos fortificados em ilhas costeiras ou baías continentais. A estrutura urbana desenvolve-se desde o forte de S. Sebastião a nordeste, pela rua direita até à praça – cais com a Alfândega, as Igrejas e o Palácio do Governo. Prosseguindo pela rua direita para sudoeste, encontram-se outras

²⁸ Ver BRIGSS, Philip, *Guide to Mozambique*, London, 1997.

²⁹ Decreto de 29.06.1907.

³⁰ Ver Carta Régia de 09.05.1761, in *Mapa das povoações criadas até 31.12.1959 e sua situação legal*, Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Agrimensura, Imprensa Nacional de Moçambique, 1960.

³¹ *Idem*. Ver Carta Régia de 17.09.1818.

igrejas e o largo da Câmara Municipal, ao mesmo tempo que, o tecido urbano dá lugar à cidade indiana e depois, no extremo sudoeste, à povoação indígena.

6. Quelimane

Situação actual: Capital da Província da Zambézia. Localização: Porto marítimo junto da foz do rio Quelimane, a cerca de 300 km a nordeste da Beira. Conhecido como porto de escravos nos séculos XVIII e XIX. Com origem seiscentista (1544), Quelimane desenvolveu-se na fase Pombalina. Elevada a vila em 1763. David Livingstone foi seu cônsul britânico honorário, em 1858. Com foral aprovado por decreto de 21.12.1908. Era a segunda cidade do território em 1950, com 64.000 habitantes.

7. Tete

Situação actual: Capital da Província de Tete. Localização: situada nas margens do rio Zambeze. Instalado o povoado no ano de 1532. A 1^a. instalação correspondeu ao forte de S. Tiago Maior. Ponto fulcral na penetração portuguesa para o vale do Zambeze. Constitui-se como centro administrativo e defensivo, confirmado por Carta Régia pombalina. É assim, elevada a vila a 09.05.1761. Um novo forte de S. Pedro de Alcântara ou do Carrazedo foi executado no século XIX.

8. Porto Amélia/Pemba

Localizada na Baía de Pemba. É capital hoje da Província de Cabo Delgado.

Conquistada em 1857, na tentativa de ocupação para defesa, no quadro da Colónia “8 de Dezembro” de Cabo Delgado. O reduto foi edificado em 1863 e abandonado em 1865.

Elevada a vila por decreto de 30.12.1899. A instalação do povoado é do ano de 1904, devido à sua refundação pela Companhia do Niassa. Foi sede da Companhia de 1904 a 1929. Elevada a cidade a 11.01.1930, quando o governo central decidiu retomar a administração directa da região, efectivada em 1934.

9. Ibo

Localização: Situada a cerca de 5 milhas do continente, sendo a mais importante das ilhas do arquipélago das Quirimbas. Foi elevada à categoria de vila em 1763, tendo importantes edifícios públicos, como a fortaleza de S. João Baptista, a alfândega,

um forte e uma igreja em honra de Sto. António, escolas e município. Foi sede da Companhia de Niassa em 1897 até à sua transferência para Porto Amélia em 1902.

Conclusões

Defendemos a tese de que a colónia de Moçambique, desde o século XIX e ao longo do século XX, se caracterizou por ter uma sociedade complexa, com vários povos e culturas em presença. Sistematizando-a, Ribeiro observou que são várias as “realidades que compõem a sociedade moçambicana (regionais, étnicas, religiosas, entre rurais e urbanos, de classe ou outras)”³².

Por outro lado, uma das características que desde muito cedo se evidenciou foi o cosmopolitismo da capital, Lourenço Marques e das cidades costeiras, Inhambane, Beira, Quelimane, Ilha de Moçambique, Pemba e Ibo pela presença de estrangeiros, traço que persiste até aos nossos dias. Minorias em terras estranhas, unidas pela aventura, o comércio, a navegação e o lucro.

Como traço de raiz, foi surgindo um fosso entre as elites e a maioria da população, que teimou em crescer desmesuradamente, vincando a hierarquização e a branquização do modo colonial. Para um segundo plano, nas primeiras décadas do século XX, passaram os filhos-da-terra, intermediários entre os dois mundos – o europeu e o africano, no dizer de José Craveirinha, grande poeta moçambicano que viveu essa realidade e a imortalizou numa escrita de revolta, nacionalista e identitária de moçambicanidade.

Nas dinâmicas sociais, dialecticamente identificámos como factores e fenómenos de união e de fragmentação:

- a língua portuguesa, idioma do discurso oficial, da administração e das relações sociais a nível da elite, minoritariamente falada num território com várias formações sócio – linguísticas em presença;

³² Ver RIBEIRO, 2000, p.165.

- a religião católica, entre muitos credos, desde o animismo ao sincretismo religioso, o islamismo e o protestantismo, a crença oficial, praticada por uma minoria branca e mulata;
- e o Estado colonial, com o seu regime autoritário, violento e repressivo, impondo a “lei e a ordem” a um conjunto populacional, em que a maioria não era considerada como cidadã.

Importa destacar as semelhanças da sociedade colonial com as de uma sociedade de *Antigo Regime*. E porquê? Por ser uma sociedade estamental, em que a posição do indivíduo se definia pela sua situação jurídica e pela posse de determinados privilégios³³. Veja-se a condição de colonos, assimilados e indígenas, os três estados, as três ordens ou braços. Mas esta sociedade estamental é justaposta com uma sociedade burguesa, por um lado, uma sociedade de classes e, por outro cruza-se com uma sociedade tradicional africana, comunitária e antiga.

Além das manifestações de ordem mágico – religiosa, destaca-se o fenómeno de resistência cultural que se verificou no tempo colonial, quer a nível rural como urbano, através da manutenção da tradição viva, da tradição oral, passando de geração para geração, a história de antepassados comuns, de acontecimentos relevantes para a vida da comunidade.³⁴

Nos subúrbios das grandes cidades, sobretudo em Lourenço Marques e Beira, ainda hoje podemos observar como se fixaram as famílias, segundo as suas formações sócio – linguísticas, mantendo viva a tradição e perpetuando-a, em representações simbólicas. Por outro lado, no estudo que desenvolvemos sobre a elite urbana, intelectual e desenraizada, podemos constatar no movimento proto – nacionalista, como os filhos – da – terra partiram em busca de origens longínquas, revisitando a tradição, no teatro e na pintura, na poesia e na imprensa polémica e nativista, denunciadora da aculturação forçada que a assimilação tentou impor.

³³ In *Gran enciclopedia Larousse*, vol. 4, Barcelona, Ed. Planeta, 1974, p. 542.

³⁴ Ver a Secção de História Oral no Arquivo Histórico de Moçambique, onde estão preservados importantes testemunhos, recolhidos por investigadores moçambicanos.

Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim, *O Império Africano: 1825-1890*, vol. X, coord. Valentim Alexandre e Jill Dias, “Nova História da Expansão Portuguesa”, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Estampa, 1998, pp. 119-120;
- AMIN, Samir, “État, Nation, Ethnie et Minorités dans la Crise. Quelques Aspects de la Critique de l’ Ideologie de la Nation et de l’ Ethnie”, in Colóquio Internacional: *A Formação da Nação nos “Cinco”: Angola, Cabo Verde, Guiné – Bissau, e S. Tomé e Príncipe*, Bissau, Ed. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1986
- BRIGSS, Philip, *Guide to Mozambique*, London, 1997.
- BRUSCHI, Sandro, *Campo e Cidades da África Antiga*, Maputo, FAPF, CEDH, UEM, 2001
- CABRAL, A. A. Pereira, *Raças, Usos e Costumes dos Indígenas da Província de Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1926.
- CABRAL, A., *Dicionário de Nomes geográficos de Moçambique – Sua Origem*, Lourenço Marques, Empresa Moderna, 1975.
- CAHEN, Michel (org), *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, L’Harmattan, 1989
- CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1990
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, *Processus d’Urbanisation en Afrique Noire*, Paris, L’Harmattan, 1988 e *Histoire des Villes d’Afrique Noire*, Paris, Albin Michel, 1993.
- DIAS, Jill R., “Photographic Sources for the History of Portuguese – Speaking Africa, 1870-1914”, in Andrew Roberts (ed.), *Photographs as Source for African History*, London, SOAS, 1988, pp. 45-65.
- DIAS, Jorge, e DIAS, Margot, *Os Macondes de Moçambique III – vida social e ritual*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1970.
- DIAS, Saúl, “Glossário toponímico, histórico – administrativo, geográfico e etnográfico [de Moçambique]”, Lisboa, s.ed., 1981.
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS E CADASTRAIS, “Primeira Relação dos Nomes Geográficos da Província de Moçambique” (Portaria n.º 15

- 964, de 19 de Março de 1962), Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1962.
- FELICIANO, José Fialho, *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.
- FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes, “Estruturas urbanas da Expansão Portuguesa em África, até ao Século XIX, uma síntese”, in *UR-Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 5.
- FREUDENTHAL, Aida, FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes, *Angola no Século XIX. Cidades, Território e Arquitecturas*, Ilustrada com postais da colecção de João Loureiro, Lisboa, s. ed., 2006.
- Gran enciclopedia Larousse*, vol. 4, Barcelona, Ed. Planeta, 1974.
- GRANJO, Paulo, *Lobolo em Maputo. Um Velho Idioma para Novas Vivências Conjugais*, Porto, Campo das Letras, 2005.
- HOPPE, Fritz, *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.
- IGLÉSIAS, Olga “Moçambique”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. XI – *O Império Africano, 1890-1930*, Lisboa, Ed. Estampa, 2001
- JUNOD, Henri Alexandre, *Uso e Costumes dos Bantos – A vida duma tribo do Sul de África*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917. (Versão do Inglês por Carlos Bivar.)
- LAPA, Joaquim José e FERRERI, Alfredo Brandão Cró de Castro, *Elementos para um Dicionário Corográfico da Província de Moçambique*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1889.
- LOBATO, Alexandre, *Xilunguine*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Ed. Presença, 1998, p. 224-225; cfr. ALEXANDRE, Valentim (coord.), *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000
- MENDES, Maria Clara, *Maputo Antes da Independência. Geografia de uma Cidade Colonial*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1979.
- MENDES, Mário José Ferreira, “Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses”, s.l., Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas, 1947.
- PÉLISSIER, René, *op. cit.*, pp. 247-257.
- PILILÃO, Fernando, “Moçambique. Evolução da Toponímia e da Divisão Territorial, 1974-1987”, Maputo, Divisão Gráfica da Universidade Eduardo Mondlane, 1989.

- RITA-FERREIRA, António, *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Porto Afrontamento, 1975.
- ROMANO, Manuel Pedro, “A localização das capitais de Província e de Distritos de Moçambique”, Lourenço Marques, s.ed., 1969.
- SERRA, Carlos (dir.), *História de Moçambique*, vol. I, Maputo, Tempo/UEM, 1988
- TEIXEIRA, Cândido, “A Fundação de Inhambane e a sua Estrutura Administrativa e Governamental nos meados do Século XVIII”, in *Arquivo*, n.º 8, Maputo, 1990.
- VASCONCELOS, Ernesto de, *Dicionário Corográfico da Província de Moçambique*, 1.º Fascículo – *Territórios de Cabo Delgado (Companhia do Nyassa)*, Lisboa, Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, 1919; *Idem*, 2.º Fascículo – *Distrito de Moçambique*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921; *Idem*, 3.º Fascículo – *Zambézia, Distrito de Quelimane. Distrito de Tete*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

ÁFRICA ORIENTAL

LOURENÇO MARQUES/DELAGOA BAY/MAPUTO

ESTRUTURA GLOBAL:

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	BALIA
IMPLANTAÇÃO:	PANTANO/PRAIA
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	LESTE-OESTE
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBANA:	RECTANGULAR
MALHA URBANA:	RETÍCULA
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	SÉC. XXI
TRAÇADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	SÉC. XXI
PALÁCIOS:	SÉC. XXI
MONUMENTOS:	SÉC. XXI
CASARIO:	SÉC. XXI

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	CONCESSÃO
FUNÇÃO INICIAL:	COMERCIAL
PRÓMOTOR/FUNDADOR:	ESTADO REI
EXECUTORES (*):	ENGENHEIROS MILITARES
POPULAÇÃO:	COLONOS/ÍNDIG./MIGRANTES
ETNIA/RELIGIÃO:	ANIMISTA/MUÇUL./CRISTÃ
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	ESTADO DA ÍNDIA
CATEGORIA INICIAL:	FEITORIA
LEGISLAÇÃO:	REGIMENTO de 25.11.1781

CRONOLOGIA:

CONQUISTA:	
PERDA:	1721; 1777; 1796
RECONQUISTA:	1730; 1781; 1796
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1782
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	19-12-1876
ELEVAÇÃO A CIDADE:	10-11-1887

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	CONTACTOS INICIAIS
JOANINO/REGENCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	
MARIANO/LIBERAL:	CONSTRUÇÃO DO PRESIDIO/FEIT
POSTERIOR:	

(*) A. J. ARAUJO/J. J. MACHADO

Edificada a partir do Presídio litoral (1867-68), com um plano reticulado de Joaquim José Machado (1887), de grande rigor e arejada escala, a cidade desenvolveu-se para o Alto-Maé até 1895 e depois para Maxaquene e Polana até 1925. Durante este período e até décadas depois, a cidade manteve-se fiel ao traçado inicial, ganhando nos anos 60 um novo bairro a nordeste, "Sammerchieid" e uma via circular a norte. A cidade baixa, desenvolvida a partir da Praça 7 de Março/25 de Junho, onde se encontra o forte, rasgou os muros do Presídio, ligando-se através da Av. da República/25 de Setembro com as novas vias do plano de 1887. Neste, os eixos principais constituem as Avs. 24 de Julho e Pinheiro Chagas/Eduardo Mondlane (ligando de Este a Oeste, os bairros de Alto-Maé, Maxaquene e Polana) enquanto no sentido Sul-Norte, as vias principais são as Avs. Manuel de Arriaga/Karl Marx e Augusto Castilho/Lenine, para além da via mais cosmopolita, a Av. Aguiar/D. Luís/Samora Machel, ligando a baixa à alta. Na frente para o oceano Índico, a Av. António Enes/Julius Nyerere protonga-se para os novos bairros.

*Legislação: Dec. n.º 19.11.1876; Dec. de 10.11.1877; ver auto de demarcação definitiva de concelho de LM no B.O. n.º 36, 3.ª série, de 4.9.1940. In "Mapa das povoações criadas até 31-12-1959 e sua situação legal", Direcção de Serviços de Agrimensura, Imprensa nacional de Moçambique, LM, 1960.

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HOMOGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	UM CENTRO
ARRUAMENTOS:	RECTILÍNEO
ESPAÇO AGREGADOR:	PRAÇA PRINCIPAL
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	RECTANGULAR
PRAÇA PRINC-LOCALIZAÇÃO:	ABERTAMAR
QUARTEIRÕES-FORMA:	REGULAR
QUARTEIRÕES-DIMENSÃO:	PEQUENA
LOTES-FORMA:	REGULAR
LOTES-DIMENSÃO:	ESTREITO
VOLUMETRIA:	1 PISO
MATERIAIS:	PEDRA; MADEIRA
INFRAESTRUTURAS:	POÇOS DE AGUA; MURALHAS

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	PERIFERIA
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADEIA:	RUA
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	HOSPITAL; PERIFERIA
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	PRAÇA PRINCIPAL
ALFÂNDEGA:	PRAÇA PRINCIPAL
FORTALEZA:	PRAÇA PRINCIPAL
MERCADO:	RUA

LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

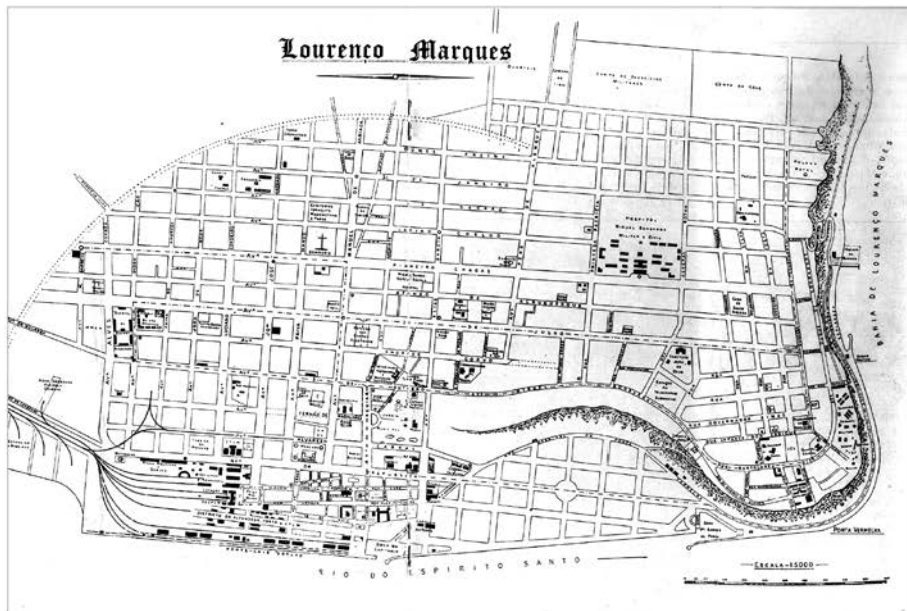
LOBATO, Alexandre, "Lourenço Marques, Xilunguine" Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1970.
MENDES, M.ª Clara, "Maputo Antes da Independência. Geografia de uma Cidade Colonial", Centro de Estudos Geográficos das Universidades de Lisboa, I.N.I.C., Lisboa, 1979.

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

LOURENÇO MARQUES/DELAGOA BAY/MAPUTO

N.U.

Lourenço Marques



Mapa

Cf. RUFINO, José dos Santos, "Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique", vol. I, (?)Hamburgo, Broschek & Co, 1929, p. 6. Também em SILVEIRA, estampa 401 (SGL F/82), com a data de 1926, ass. 1925.

Data: 1926

Autor:

Fonte: In "Lourenço Marques e o seu Distrito", Lourenço Marques, Publicação dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, 1929, pp. 16-7.

JOÃO BELO / XAI-XAI**ÁFRICA ORIENTAL****ESTRUTURA GLOBAL:****HISTÓRIA URBANA:****ELEMENTOS INTERNOS:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	INTERIOR
SITUAÇÃO:	RIO
IMPLANTAÇÃO:	PRAIÁ
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NORTE-SUL
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URB:	RECTANGULAR
MALHA URBANA:	RETÍCULA (9)
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	RIO-MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	SECUNDÁRIO

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	
PROMOTOR/FUNDADOR:	
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	ÍNDIG./BANIANES/MOUROS/PORT
ETNIA/RELIGIÃO:	ANIMISTA-MUÇUL./CRISTÁ
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	
CATEGORIA INICIAL:	
LEGISLAÇÃO:	PROC. Nº 236 DE 11-12-1897 (6)
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	11-12-1897
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	27-10-1911
ELEVAÇÃO A CIDADE:	7-10-1961

DENSIDADE:	
TECIDO URBANO:	
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	
HIERARQUIA URBANA:	
ARRUAMENTOS:	
ESPAÇO AGREGADOR:	
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	
PRAÇA PRINCIPAL-LOCALIZAÇÃO:	
QUARTEIRÕES-FORMA:	
QUARTEIRÕES-DIMENSAO:	
LOTES-FORMA:	
LOTES-DIMENSAO:	
VOLUMETRIA:	
MATERIAIS:	
INFRAESTRUTURAS:	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	-
TRAÇADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	-
PALÁCIOS:	-
MONUMENTOS:	-
CASARIO:	SÉC. XXI

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGENCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	
MARIANO/LIBERAL:	
POSTERIOR:	FUNDAÇÃO

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADELA:	
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	
FORTALEZA:	
MERCADO:	

(*)

Situa na margem esquerda do rio Limpopo, a 50 km de Inhambane, desenvolveu-se com a ligação em via férrea reduzida com a Rodésia em 1909-12. Foi capital do Distrito de Gaza. Em 1950 tinha 49.000 habitantes a) Planta aprovada por portaria nº 405 de 17-5-1910. Em 1922 passou a denominar-se Vila Nova de Gaza. Em 1928 foi designada Vila de João Belo. b) Proc. nº 36, 288, 430 de 1899; des. de 9-6-1909; foral aprovado pelo dec. nº 2490, de 1-7-1916. In: "Mapa das povoações criadas até 31-12-1959 e sua situação legal", Dir. Serv. de Agrimensura, Informação Nacional de Moçambique, LM, 1960, pp.4,5.

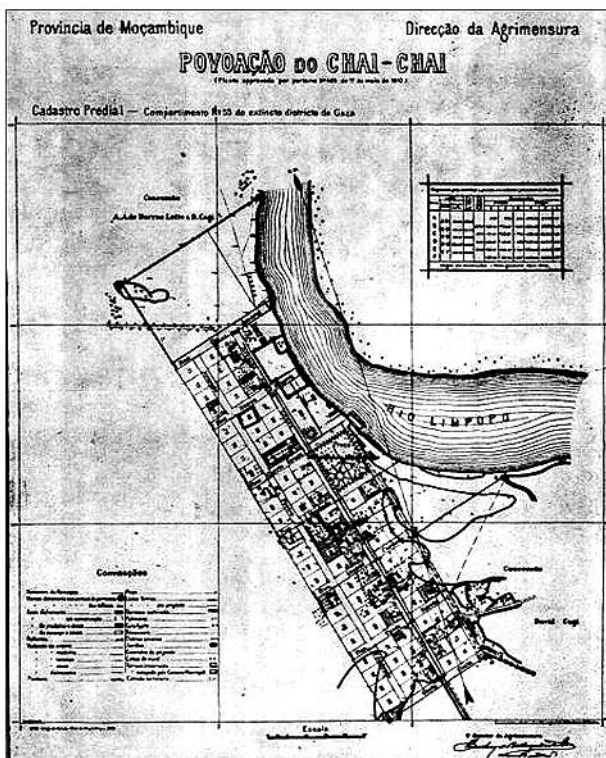
LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

JOÃO BELO / XAI-XAI

N.U.

Povoação do Chai-Chai



Direcção dos Serviços de Agrimensura, Província de Moçambique. Cadastro predial.

Mapa

Data: 1910

Autor:

Fonte: J.L.U. Pasta 10, nº 67. In SILVEIRA, Luís, "Ensaio de Iconografia das Cidades do Ultramar", Est. 406, vol. II, Lisboa, Ministério do Ultramar, Junta Inv. Do Ultramar, s/d, p. 254.

INHAMBANE

ÁFRICA ORIENTAL

ESTRUTURA GLOBAL:**HISTÓRIA URBANA:****ELEMENTOS INTERNOS:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	BAIA
IMPLANTAÇÃO:	PRAIA
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NORTE-SUL
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBNS:	POLIGONAL
MALHA URBANA:	RETÍCULA
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	COMÉRCIO/DEFESA
PROMOTOR/FUNDADOR:	
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	INDÍG./BANIANES/MOUROS/PORT
ETNIA/RELIGIÃO:	ANIMISTA/MUÇUL./CRISTÃ
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	
CATEGORIA INICIAL:	
LEGISLAÇÃO:	CARTA RÊGIA de 9-5-1761

DENSIDADE:	
TECIDO URBANO:	
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	
HIERARQUIA URBANA:	
ARRUAMENTOS:	
ESPAÇO AGREGADOR:	
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	
PRAÇA PRINC-LOCALIZAÇÃO:	
QUARTEIRÕES-FORMA:	
QUARTEIRÕES-DIMENSAO:	
LOTES-FORMA:	
LOTES-DIMENSAO:	
VOLUMETRIA:	
MATERIAIS:	
INFRAESTRUTURAS:	

CRONOLOGIA:

CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1727-30
ELEVACÃO A FREGUESIA:	
ELEVACÃO A VILA:	1761-64
ELEVACÃO A CIDADE:	1956

PERIODIZAÇÃO:

PERIODO HENRIQUINO:	
PERIODO MANUELINO:	
JOANINO/REGENCIA:	
PERIODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERIODO JOANINO:	
PERIODO POMBALINO:	INSTALAÇÃO (FORTE)
MARIANO/LIBERAL:	DESENVOLVIMENTO (PRAÇA)
POSTERIOR:	

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADELA:	
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	
FORTALEZA:	
MERCADO:	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	-
TRAÇADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	SÉC. XXI
PALÁCIOS:	-
MONUMENTOS:	-
CASARIO:	SÉC. XXI

(*)

A cidade foi reconhecida como portuguesa em 1763. A população cristã no final do séc. XVIII era de 200 pessoas. Em 1858 teria 4.000 habitantes, 75% dos quais eram escravos. Em 1928 era já o 3º centro urbano de Moçambique(a). A descrição mais antiga da povoação portuguesa data de 1781, e nota a existência de uma palçada dentro da qual sobressaíam a Igreja, as moradias do capilão e do padre e uma pequena horta (b). No séc. XVIII tinha o forte de S. João da Boavista e a Praça de N.ª S.ª da Conceição.

a) Ver BRIGSS, Philip, "Guide to Mozambique", London, 1997. b) TEIXEIRA, Cândido, "A Fundação de Inhambane e a sua Estrutura Administrativa e Governamental nos meados do Séc. XVIII". In "Arquivo", nº8, Maputo, 1990, p.18

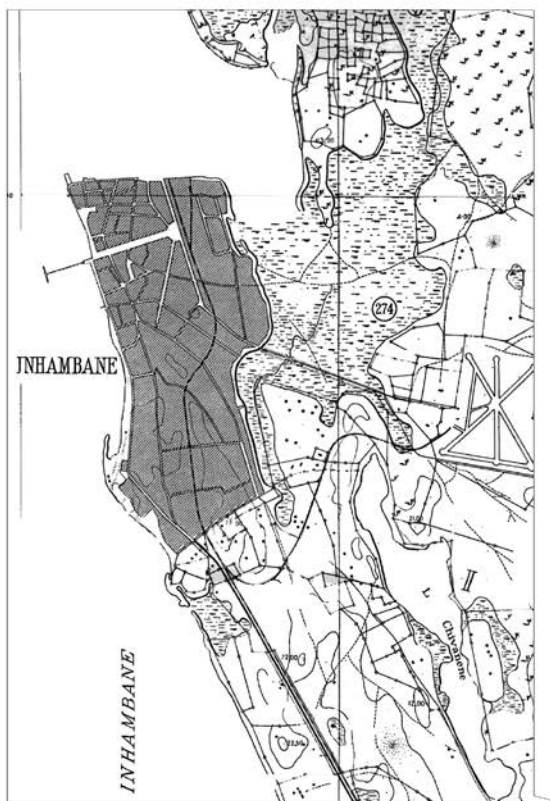
LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

INHAMBANE

N.U.

Mapa de Inhambane



Mapa

Cartografia elaborada na Direcção dos Serviços de Agrimensura segundo fotografia aérea de 1948, actualizada em 195

Data: 1958

Autor:

Fonte: Arquivo Histórico da Praia, Santiago, Cabo Verde

BEIRA**ÁFRICA ORIENTAL****ESTRUTURA GLOBAL:****HISTÓRIA URBANA:****ELEMENTOS INTERNOS:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	FOZ
IMPLANTAÇÃO:	PLANTANO/PRAIA
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NO-SE
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBANA:	POLIGONAL
MALHA URBANA:	RETÍCULA
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR/C.F.
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	COMERCIAL (PORTUÁRIA)
PROMOTOR/FUNDADOR:	
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	
ETNIA/RELIGIÃO:	
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	
CATEGORIA INICIAL:	
LEGISLAÇÃO:	PROC. Nº 303 DE 22-3-1887

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HOMOGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	2 OU MAIS CENTROS
ARRUAMENTOS:	RETILÍNEOS
ESPAÇO AGREGADOR:	PRAÇA PRINCIPAL
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	REGULAR
PRAÇA PRINCIPAL-LOCALIZAÇÃO:	FECHADA-CENTRAL
QUARTEIÕES-FORMA:	REGULAR
QUARTEIÕES-DIMENSÃO:	GRANDE
LOTES-FORMA:	REGULAR
LOTES-DIMENSÃO:	LARGO
VOLUMETRIA:	3 OU +PISOS
MATERIAIS:	-
INFRAESTRUTURAS:	C.F./PORTO

CRONOLOGIA:

CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1887
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	
ELEVAÇÃO A CIDADE:	1894

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGÊNCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	
MARIANO/LIBERAL:	
POSTERIOR:	FUNDAÇÃO

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	-
COLEGIO JESUITA:	-
CASA DE CÂMARA E CADEIA:	LARGO 2
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	-
FRANCISCANOS:	-
PALACIO DO GOVERNO:	-
ALFÂNDEGA:	-
FORTALEZA:	-
MERCADO:	-

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	-
TRACADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	-
PALÁCIOS:	-
MONUMENTOS:	-
CASARIO:	SÉC. XXI

(*)

O centro urbano foi implantado em 1887, para escoamento da produção da Rodésia por via ferroviária e marítima. A conclusão da ligação por C.F. com a Rodésia foi em 1896, tendo a construção do porto sido iniciada em 1891 (a). A cidade rapidamente se tornou a segunda de Moçambique, com 20.000 habitantes em 1928, 45.000 em 1960 e 89.000 em 1970. Em 1907 recebeu a sua designação em homenagem ao Príncipe da Beira, herdeiro da Coroa Portuguesa. A cidade é constituída por um conjunto de malhas reticuladas sendo a inicial e do extremo sudoeste e as mais recentes a norte (área da estação de C.F.) e a nascente. Em 1929 houve um plano pelo arqº Rebelo de Andrade, não realizado, e cerca de 1950, outro plano pelo arqº José Porto, que foi seguido. Nos anos de 1900 a Beira era uma cidade com arquitectura de pavilhões de ferro pré-fabricados (e sede da poderosa Companhia de Moçambique) e nos anos de 1940-50 transformou-se numa cidade de arquitectura moderna de betão armado.

a) Ver BRIGGS, Philip, "Guide to Mozambique", London, 1997. Dec.de 19-9-1894, Dec. de 29-6-1907. Proc. nº 8668 de 27-3-1937

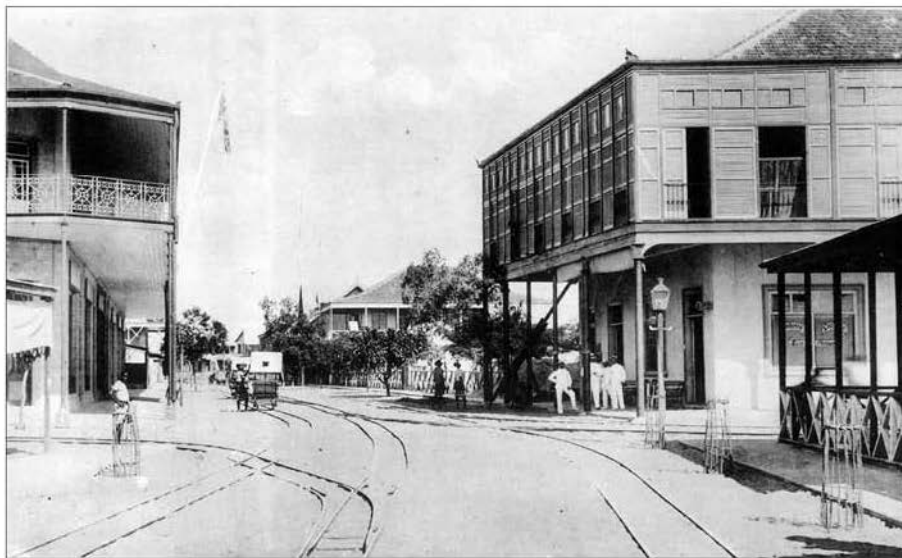
LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

BEIRA

N.U.

Rua Valsassina.



Fotografia

Data: s/d

Autor: J. & M. LAZARUS

Fonte: LAZARUS, J. & M., "Views of Beira", Lourenço Marques and Beira, s/d.

ILHA DE MOÇAMBIQUE+FORTE S.LOURENÇO**ÁFRICA ORIENTAL****ESTRUTURA GLOBAL:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEGRÁFICO:	ILHA COSTEIRA
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	BALIA
IMPLANTAÇÃO:	PLATAFORMA
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NORTE
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBANA:	IRREGULAR
MALHA URBANA:	LINEAR
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	SÉC. XXI
TRAÇADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	SÉC. XXI
PALÁCIOS:	SÉC. XXI
MONUMENTOS:	SÉC. XXI
CASARIO:	SÉC. XXI

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	CONQUISTA
FUNÇÃO INICIAL:	DEFESA
PROMOTOR/FUNDADOR:	ESTADO/REI
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	MIGRANTES
ETNIA/RELIGIÃO:	CRISTÃO/HINDU/MUÇ./ANIMISTA
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	ESTADO DA ÍNDIA
CATEGORIA INICIAL:	FEITORIA
LEGISLAÇÃO:	CARTA FORAL DE 1761

CRONOLOGIA:

CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1302
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	1761
ELEVAÇÃO A CIDADE:	1818

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	CONQUISTA (PRAÇA)
JOANINO/REGENCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	MUNICÍPIO
MARIANO/LIBERAL:	ELEVAÇÃO A CIDADE
POSTERIOR:	

(*) MIGUEL DE ARRUDA, ALVARO FERNANDES

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HETEROGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	2 OU + CENTROS
ARRUAMENTOS:	SOBRE CAMINHOS
ESPAÇO AGREGADOR:	RUA DIREITA
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	IRREGULAR
PRAÇA PRINCIPAL-LOCALIZAÇÃO:	ABERTA-MAR
QUARTEIROS-FORMA:	IRREGULAR
QUARTEIROS-DIMENSÃO:	PEQUENO
LOTES-FORMA:	IRREGULAR
LOTES-DIMENSÃO:	ESTREITO
VOLUMETRIA:	1/2 PISOS
MATERIAIS:	PEDRA/MADEIRA
INFRAESTRUTURAS:	CAIS

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	LARGO1
COLÉGIO JESUITA:	LARGO 2
CASA DE CÂMARA E CADELA:	RUA
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	LARGO 2
ALFÂNDEGA:	LARGO 2
FORTALEZA:	PERIFÉRIA
MERCADO:	

Antiga capital do território até ao séc. XIX, a Povoação-Ilha segue o modelo aplicado em todo o Índico de criação de núcleos urbanos fortificados em ilhas costeiras ou baías continentais. A estrutura urbana desenvolve-se desde o forte de S. Sebastião a nordeste, pela rua direita até à praça-cais com a Alfândega, as Igrejas e o Palácio do Governo. Prosseguindo pela rua direita para sudoeste, encontram-se outras igrejas e o largo da Câmara Municipal- ao mesmo tempo que o tecido urbano dá lugar à cidade indiana e depois, no extremo sudoeste, à povoação Indígena.

Carta Régia de 9-5-1761; Carta Régia de 17-9-1818. In: "Mapa das povoações criadas até 31-12-1959 e sua situação legal", Direcção de Serviços de Agrimensura, Imprensa nacional de Moçambique, LM, 1960.

LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

ILHA DE MOÇAMBIQUE

N.U.

Planta da Ilha de Moçambique



Planta

Data: 1966

Autor: -

Fonte: In LOBATO, Alexandre, "Ilha de Moçambique Panorama Estético", Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1966

QUELIMANE

ÁFRICA ORIENTAL

ESTRUTURA GLOBAL:

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	FOZ
IMPLANTAÇÃO:	MARGEM
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NO-SE
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBES:	RECTANGULAR
MALHA URBANA:	RETÍCULA
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	RIO/MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	COMÉRCIO
PROMOTOR/FUNDADOR:	
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	COLONOS/MOUCOS/ÍNDIGENAS
ETNIA/RELIGIÃO:	CRISTÃO/MUÇULMANA/ANIMISTA
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	
CATEGORIA INICIAL:	FEITORIA (1544)
LEGISLAÇÃO:	
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1544
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	1763
ELEVAÇÃO A CIDADE:	1942

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HOMOGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	2 OU + CENTROS
ARRUAMENTOS:	RECTILÍNEOS
ESPAÇO AGREGADOR:	
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	
PRAÇA PRINCIPAL-LOCALIZAÇÃO:	
QUARTEIRÕES-FORMA:	REGULAR
QUARTEIRÕES-DIMENSAO:	GRANDE
LOTES-FORMA:	REGULAR
LOTES-DIMENSAO:	
VOLUMETRIA:	2/3 PISOS
MATERIAIS:	
INFRAESTRUTURAS:	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	
TRACADO URBANO:	SÉC. XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	SÉC. XXI
PALÁCIOS:	
MONUMENTOS:	
CASARIO:	SÉC. XXI

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGENCIA:	INSTALAÇÃO
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	ELEVAÇÃO A VILA
MARIANO/LIBERAL:	
POSTERIOR:	DESENVOLVIMENTO

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADEIA:	
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	
FORTALEZA:	
MERCADO:	

(*)

Com origem aetacientista, Quelimane desenvolveu-se na fase Pombalina e depois, já no século XX, quando foi elevada a cidade. Era a segunda cidade do território, em 1950, com 64.000 habitantes. David Livingstone foi seu consul britânico honorário, em 1858.

Foral aprovado por dec. de 21-12-1908; P.M. Nº 1 de 28-8-1942. In: "Mapa das povoações criadas até 31-12-1959 e sua situação legal", Direcção de Serviços de Agrimensura, Imprensa nacional de Moçambique, LM, 1960.

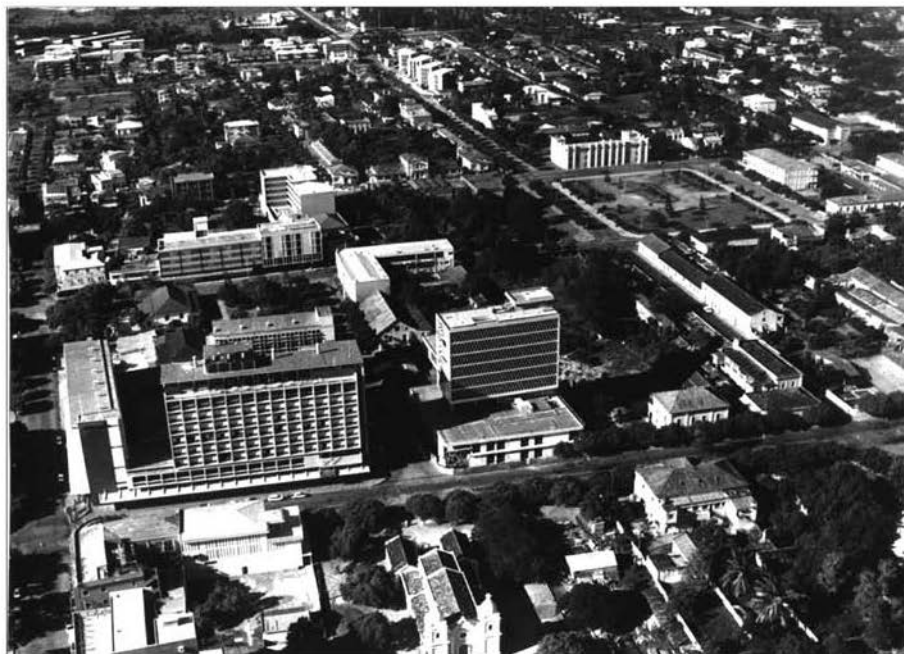
LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

QUELIMANE

N.U.

Vista Aérea de Quelimane



Fotografia

Data: 1971

Autor:

Fonte: Arquivo Francisco de Castro

TETE**ESTRUTURA GLOBAL:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	INTERIOR
SITUAÇÃO:	RIO
IMPLANTAÇÃO:	MARGEM
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	SE-NO
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBANA:	POLIGONAL
MALHA URBANA:	RETÍCULA
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	RIO
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	COMÉRCIO/DEFESA
PROMOTOR/FUNDADOR:	
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	COLONOS PORT./GOESES/MOUR
ETNIA/RELIGIÃO:	CRISTÁ, MUÇULMANA
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	ESTADO DA ÍNDIA
CATEGORIA INICIAL:	FEITORIA
LEGISLAÇÃO:	
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1532
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	9-5-1761
ELEVAÇÃO A CIDADE:	21-3-1936

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	
TECIDO URBANO:	
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	
HIERARQUIA URBANA:	
ARRUAMENTOS:	
ESPAÇO AGREGADOR:	
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	
PRAÇA PRINC-LOCALIZAÇÃO:	
QUARTEIRÕES-FORMA:	
QUARTEIRÕES-DIMENSAO:	
LOTES-FORMA:	
LOTES-DIMENSAO:	
VOLUMETRIA:	
MATERIAIS: PEDRA/BARRO AMASSADO/CAL	
INFRAESTRUTURAS: FORTIFICAÇÃO	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	SÉC. XXI
TRAÇADO URBANO:	-
IGREJAS E CONVENTOS:	SÉC. XXI
PALÁCIOS:	-
MONUMENTOS:	-
CASARIO:	SÉC. XXI

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGÊNCIA:	INSTALAÇÃO
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	REINSTALAÇÃO
MARIANO/LIBERAL:	DESENVOLVIMENTO
POSTERIOR:	ELEVAÇÃO A CIDADE

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADELA:	
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	
FORTALEZA:	
MERCADO:	

(*) Vasco Fernandes Homem Caelano de Melo Castro

A primeira instalação correspondeu ao forte de S. Tiago Maior nos sécs. XVI/XVII. Um novo forte de S. Pedro de Alcântara ou do Carrizado foi executado no séc. XIX. Ponto fulcral na penetração moçambicana para o vale do Zambéze, Tete constituiu-se como centro administrativo e defensivo, confirmado pela Carta Régia pombalina de 9-5-1761, com uma guarnição de cem soldados. Em 1951 tinha 38.000 habitantes.

LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

TETE

N.U.

A cidade de Tete da margem norte do Zambeze



Pintura a óleo

O quadro encontra-se na Royal Geographical Society, cat. Nº 4.6.

Data: 1859

Autor: Thomas Baines

Fonte: Catálogo da exposição "David Livingstone and the Victorian Encounter with Africa", National Portrait Gallery, Londres, 1996

PORTO AMÉLIA / PEMBA

ÁFRICA ORIENTAL

ESTRUTURA GLOBAL:

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEOGRÁFICO:	CONTINENTE
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	BAIA
IMPLANTAÇÃO:	PROMONTÓRIO
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NORTE-SUL
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBANA:	IRREGULAR
MALHA URBANA:	RECTICULAR
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	PRINCIPAL

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	
FUNÇÃO INICIAL:	COMERCIAL/ADMINISTRATIVO
PROMOTOR/FUNDADOR:	PARTICULARES (COMP.NIASSA)
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	PORTUGUESES-ÍNDIGENAS
ETNIA/RELIGIÃO:	CRISTÃ-ANIMISTA
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	
CATEGORIA INICIAL:	
LEGISLAÇÃO:	
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	1857
PERDA:	1865
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	1904
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	1899
ELEVAÇÃO A CIDADE:	11-4-1930

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGENCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	
MARIANO/LIBERAL:	IMPLANTAÇÃO
POSTERIOR:	REIMPLANTAÇÃO-CIDADE

(*)

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HOMOGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	DOIS OU MAIS CENTROS
ARRUAMENTOS:	IRREGULARES
ESPAÇO AGREGADOR:	RUA
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	
PRAÇA PRINCIPAL-LOCALIZAÇÃO:	
QUARTEIRÕES-FORMA:	IRREGULAR
QUARTEIRÕES-DIMENSAO:	
LOTES-FORMA:	
LOTES-DIMENSAO:	
VOLUMETRIA:	2-3 PISOS
MATERIAIS:	
INFRAESTRUTURAS:	

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	LARGO 1
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADEIA:	
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	
FORTALEZA:	
MERCADO:	

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	
TRACADO URBANO:	SÉC.XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	
PALÁCIOS:	
MONUMENTOS:	
CASARIO:	SÉC.XXI

Depois de uma primeira tentativa de ocupação para defesa, no quadro da Colônia "8 de Dezembro" de Cabo Delgado, em 1957, seguindo-se à Carta Régia de 22-11-1855, o reduto foi edificado em 1863 e abandonado em 1865. Porto Amélia chegou a elevar-se a vila (por decreto de 30-12-1899). Na verdade, o lugar só tornou a constituir-se como espaço urbano com a sua refundação, pela Companhia do Niassa, em 1904, tendo sido sua sede até que em 1929 o Governo Central decidiu retomar a administração directa da região, efectuada em 1934.

LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

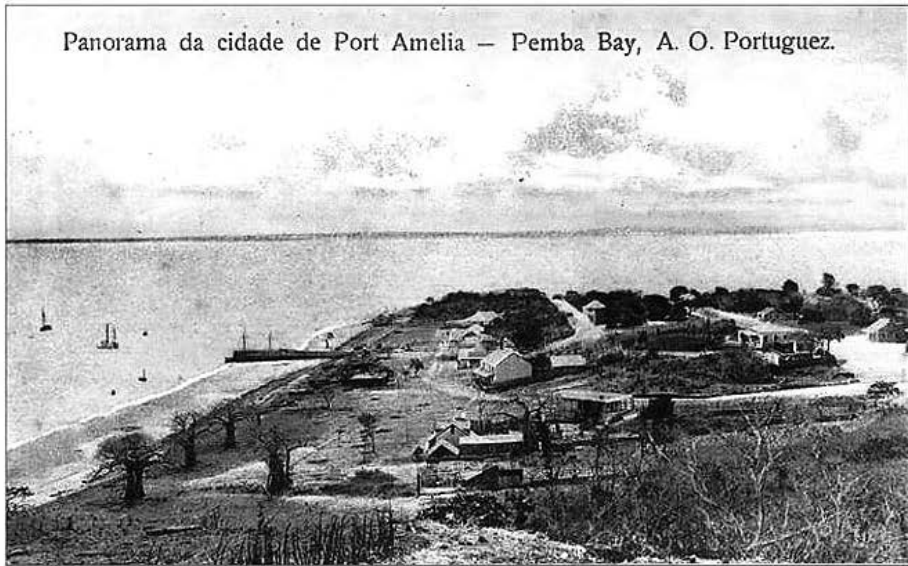
SILVEIRA, Jonas da, "Porto Amélia", in Moç.Doc.Trim., n.4, 1935

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

PORTO AMÉLIA / PEMBA

N.U.

Panorama da cidade de Port Amelia - Pemba Bay, A. O. Portuguesa



Postal

Data: ca. 1915

Autor: Editor: J.P. Fernandes

Fonte: LOUREIRO, João, "Memórias de Moçambique", Lisboa, João Loureiro e Associados, Lda., 1997, p. 177.

IBO**ÁFRICA ORIENTAL****ESTRUTURA GLOBAL:**

ÁREA:	ÍNDICO
REGIÃO:	ÁFRICA ORIENTAL
TIPO GEGRÁFICO:	ILHA COSTEIRA
LOCALIZAÇÃO:	COSTEIRA
SITUAÇÃO:	ILHA
IMPLANTAÇÃO:	PRIMA
ORIENTAÇÃO DOMINANTE:	NASCENTE-POENTE
PERÍMETRO:	ABERTO
FORMA URBES:	POLIGONAL
MALHA URBANA:	LINEAR
COMUNICAÇÃO PRINCIPAL:	MAR
HIERARQUIA NO TERRITÓRIO:	SECUNDÁRIA

HISTÓRIA URBANA:

POSSE:	CONQUISTA
FUNÇÃO INICIAL:	DEFESA/COMERCIAL
PROMOTOR/FUNDADOR:	ESTADO
EXECUTORES (*):	
POPULAÇÃO:	PORTUGUESES-ÍNDIGENAS
ETNIA/RELIGIÃO:	CRISTÁ-ANIMISTA
INSERÇÃO ADMINISTRATIVA:	ESTADO DA ÍNDIA
CATEGORIA INICIAL:	FORTIFICAÇÃO
LEGISLAÇÃO:	
CRONOLOGIA:	
CONQUISTA:	
PERDA:	
RECONQUISTA:	
INSTALAÇÃO DO POVOADO:	
ELEVAÇÃO A FREGUESIA:	
ELEVAÇÃO A VILA:	1763
ELEVAÇÃO A CIDADE:	

ELEMENTOS INTERNOS:

DENSIDADE:	CONCENTRADO
TECIDO URBANO:	HOMOGÉNEO
DIFERENCIAÇÃO DAS ÁREAS:	POR FUNÇÕES
HIERARQUIA URBANA:	UM CENTRO
ARRUAMENTOS:	RECTILÍNEOS
ESPAÇO AGREGADOR:	RUA DIREITA
PRAÇA PRINCIPAL-FORMA:	IRREGULAR
PRAÇA PRINC-LOCALIZAÇÃO:	ABERTA (AO MAR)
QUARTEIROS-FORMA:	IRREGULAR
QUARTEIROS-DIMENSÃO:	PEQUENO
LOTES-FORMA:	IRREGULAR
LOTES-DIMENSÃO:	ESTREITO
VOLUMETRIA:	1-2 PISOS
MATERIAIS:	PEDRA, MADEIRA
INFRAESTRUTURAS:	FORTIFICAÇÕES

PERMANÊNCIA URBANÍSTICA:

FORTIFICAÇÕES:	SEC.XXI
TRAÇADO URBANO:	SÉC.XXI
IGREJAS E CONVENTOS:	
PALÁCIOS:	
MONUMENTOS:	
CASARIO:	SÉC.XXI

PERIODIZAÇÃO:

PERÍODO HENRIQUINO:	
PERÍODO MANUELINO:	
JOANINO/REGÊNCIA:	
PERÍODO FILIPINO:	
RESTAURAÇÃO:	
PERÍODO JOANINO:	
PERÍODO POMBALINO:	ELEVAÇÃO A VILA
MARIANO/LIBERAL:	
POSTERIOR:	DESENVOLVIMENTO

ELEMENTOS POLARIZADORES:

MATRIZ:	LARGO 2
COLÉGIO JESUITA:	
CASA DE CÂMARA E CADELA:	LARGO 1
MISERICÓRDIA/HOSPITAL:	LARGO 2 (HOSPITAL.)
FRANCISCANOS:	
PALÁCIO DO GOVERNO:	
ALFÂNDEGA:	LARGO 2
FORTALEZA:	CAIS-PORTO/PERIFERIA
MERCADO:	

(*)

A povoação do Ibo foi elevada à categoria de vila em 1763. Tinha importantes edifícios públicos, como a fortaleza de S. João Baptista, a alfândega, um forte e uma igreja em honra de Sto. António, escolas e município. Foi sede do governo da Companhia do Niassa, em 1897 até à sua transferência para Porto Amélia, em 1902. A planta de 1884-85, muito detalhada, mostra a existência de um forte (S. João Baptista, a norte, com planta de cinco pontas, de 1791) e de dois fortins (S. José, no centro, e S. António, a nascente). Uma praça ou largo central, frente ao mar, reunia igreja, alfândega, hospital e fortim, enquanto o outro largo incluía a câmara.

1. "A mais importante das ilhas do grupo de Querimba ou de Cabo Delgado, território da Companhia do Niassa. Está situada a cerca de 5 milhas do continente, ao norte da ilha de Quesimba e sul da ilha Matemo, entre 12° 20' e 12° 23' Sul, aproximadamente ... Segundo Lapa e Ferrei, esta ilha tem 5 milhas de comprimento e 3,5 milhas de largura. É 1888: assenta sobre rocha calcária. A sua população quando era sede do governo do distrito de Cabo Delgado, era de 2.400 habitantes. Junto à praia, do lado NW, ergue-se o grande forte de S. João, abaluartado, construído em 1791 pelo capitão - general Aº Manuel de Melo e Castro, com alojamento para 300 praças. No extremo da vila, a SSE, há o forte de Sto. Aº., rectangular, feito a expensas dos moradores em 1847..."

LARGO 1-que contém só um elemento LARGO 2 - que contém 2 ou mais elementos

1. VASCONCELOS, Ernesto de, "Dicionário Geográfico da Província de Moçambique", Fascículo 1º. - "Territórios de Cabo Delgado (Companhia do Nyassa", Lisboa, Ministério das Colónias, Comissão de Cartografia, 1919, p. 30.

ÁREA: ÍNDICO
REGIÃO: ÁFRICA ORIENTAL

IBO

N.U.

Ibo - África oriental portuguesa / Panorama mostrando Tribunal, Hospital etc.



Postal

Data: Cerca de 1912

Autor:

Fonte: LOUREIRO, João, "Memórias de Moçambique", Lisboa, João Loureiro e Associados, Lda., 1997, p. 181.

CARTOGRAFIA E QUILOMBOS: TERRITÓRIOS ÉTNICOS AFRICANOS NO BRASIL¹

Rafael Sanzio Araújo Dos Anjos²

pp 337-355

Introdução

Uma das questões estruturais relacionada à forma de assimilação e incorporação das matrizes culturais africanas no Brasil, que continua merecendo investigação e conhecimento, diz respeito aos aspectos geográficos da África e suas relações com a formação do nosso território. Nessa direção, configura-se uma necessidade de recuperação, resgate e divulgação das informações e referências que possam permitir a construção de um perfil do continente africano e da população brasileira de ascendência africana. Um primeiro ponto de partida é o estabelecimento e reconhecimento de outras perspectivas para uma compreensão do tráfico, da escravidão, da diáspora e da tecnologia africana como elementos formadores e estruturadores da configuração do mundo contemporâneo. Preconizamos que essas questões estruturais são fundamentais para se compreender, ter respeito e valorizar as diferenciações étnicas e culturais existentes no Brasil.

O esquecimento das comunidades descendentes de antigos quilombos, sítio geográfico estratégico onde se agrupavam, principalmente,

¹ Este artigo é uma versão ampliada e atualizada da palestra "Cartografia Étnica: A África, o Brasil e os Territórios dos Quilombos", proferida no VI Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Brasil (ANPEGE), realizado na cidade Fortaleza – Ceará – Brasil, no período de 28 a 30 de setembro de 2005.

² Geógrafo, Doutor em informações espaciais (epusp-br/ird-fr), Prof. adjunto do depto. de Geografia/Diretor do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília.

povos de referência africana, mas, também, índios e descendentes de europeus excluídos da sociedade, que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres, autosustentáveis e com forte organização territorial, constitui uma das questões emergências e estruturais da sociedade brasileira atual. É inconcebível realizarmos leituras do nosso território, de dimensões continentais e diversidade étnica particular, sem contemplar a geografia dos quilombos.

Neste breve ensaio buscamos auxiliar na ampliação das reflexões sobre os aspectos da geografia africana e seu impacto na formação do território e do povo brasileiro. Assim como trazer à luz as questões geográficas fundamentais que tornam as comunidades tradicionais quilombolas, territórios de resgate e manutenção das heranças africanas que fazem parte do Brasil.

Utilizamos, como ferramenta básica de trabalho, os recursos das imagens cartográficas pela sua possibilidade de ser eficiente no conhecimento e na apreensão de conteúdos historiográficos e contemporâneos. É importante lembrar que os dados geográficos se tornam mais significativos e possibilitam construções analíticas mais completas quando observados num contexto espacial, assim como a ferramenta cartografia constitui um meio poderoso e eficaz no vasto universo da comunicação visual da informação geográfica (Anjos, 1997).

Por outro lado, as demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da sociedade são grandes e existem poucas disciplinas mais bem colocadas que a cartografia para explicar o momento histórico do espaço geográfico. Não podemos perder de vista que um mapa não é o território, mas nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação do que aconteceu, do que esta acontecendo e do que poderá acontecer no território

Este trabalho faz parte de uma das etapas desenvolvidas no **Projeto Geografia Afro-Brasileira**, que está sendo desenvolvido no **Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)**, do **Departamento de Geografia da Universidade de Brasília**.

Com essas referências e estruturação sintética, este *paper* busca contribuir efetivamente para a ampliação e a continuidade das discussões, de maneira que o conhecimento do continente africano, a educação geográfica, os quilombos e a questão racial no Brasil sejam tratados com mais seriedade.

A geografia e o território étnico

A geografia é a ciência do território e este componente básico continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu – porque apresenta as marcas da historicidade espacial – do que está acontecendo – porque, tem registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual – e do que pode acontecer, – porque é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo. Não podemos perder de vista que é essa a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço. A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial.

Nesse sentido, essa disciplina assume grande importância dentro da temática da pluralidade cultural no processo de ensino, planejamento e gestão, principalmente no que diz respeito às características dos territórios dos diferentes grupos étnicos e culturais que convivem no espaço nacional, assim como permite apontar as espacialidades das desigualdades socioeconômicas e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, possibilitando um contato com um Brasil de uma geografia complexa, multifacetada e cuja população não está devidamente conhecida.

O território é, na sua essência, um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente o Estado está presente e onde estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, onde geralmente a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma auto-afirmação política, social, econômica e territorial.

O território africano, componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel da população de ascendência africana na sociedade brasileira, não pode deixar de

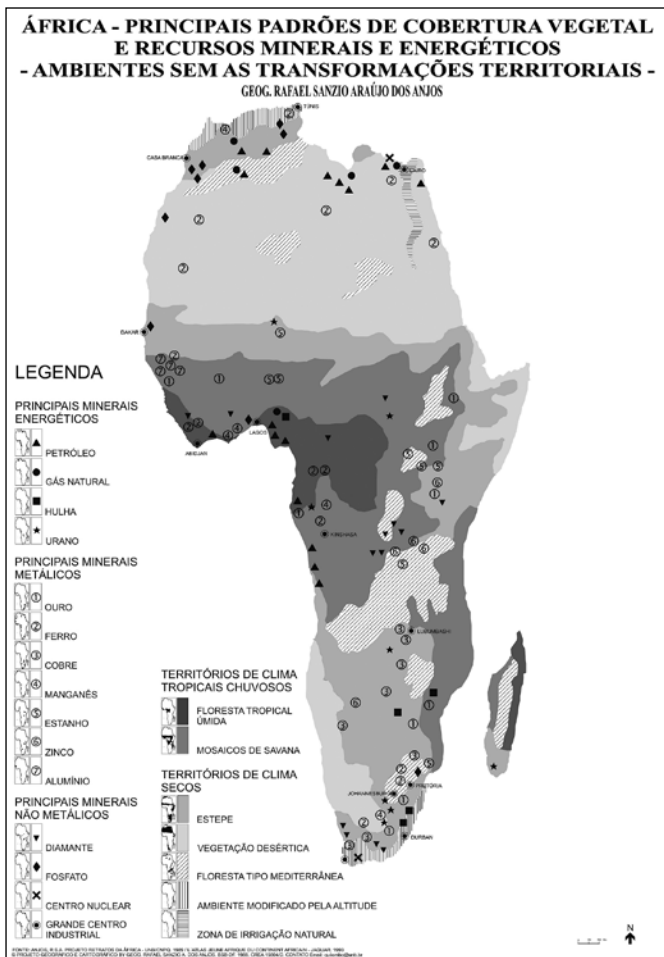
ser entendido como um espaço produzido pelas relações sociais ao longo da sua evolução histórica, suas desigualdades, contradições e apropriação que esta e outras sociedades fizeram, e ainda fazem, dos recursos da natureza. Alguns aspectos da geografia da África são tratados no item a seguir.

Um pouco da geografia africana

É importante apontar que o continente africano foi o centro dos interesses mundiais, profundamente marcada por vários séculos de opressão, presenciando gerações de exploradores, de traficantes de escravos, de missionários, de negociantes de mercadorias de várias naturezas, de saques tecnológicos e de materiais de relevância dos seus grupos étnicos. Enfim, de seres humanos de toda a ordem que acabaram por fixar uma imagem hostil dos trópicos, cheios de forças naturais adversas ao colonizador europeu e de homens ditos indolentes. Essa imagem que foi sendo ampliada não considerava os processos históricos como fatores modeladores da organização social, mesmo diante dos elementos da natureza. Nesse contexto, não é de causar espanto o lugar insignificante e secundário que foi dedicado à historiografia africana em todas as histórias da humanidade.

Por possuir a maior parte do território na zona intertropical, a África é o continente mais uniformemente quente do planeta. Esse calor faz-se acompanhar de seca, crescente em direção aos trópicos, ou de umidade, geralmente mais elevada nas baixas latitudes. O **mapa 1** revela os grandes padrões de vegetação desse continente, destacando os espaços desérticos no norte e no sul. Este mapa temático revela, também, a distribuição dos recursos minerais e energéticos, informação básica para compreendermos a cobiça pela dominação territorial que se processou, de forma secular, no continente africano. A expressão geográfica da riqueza mineral da África é um dos fios condutores básicos para a compreensão do interesse e da exploração mais intensa em algumas partes do continente e, também, da(s) sua(s) importância(s) em determinado momento histórico.

Mapa 1



Fonte: Anjos, R.S.A. Projecto retratos da África – UNB/CNPQ. 1989/L'Atlas jeune Afrique ou continent Africain – Jaguar 1993

Protegida por dois oceanos, um imenso deserto e um litoral não muito hospitaleiro, a África permaneceu por séculos fora das rotas comerciais. O isolamento nunca foi completo, o oceano Índico favoreceu o contato entre a África Central e o sul da Ásia, assim como o extremo norte da África sentiu as influências do mundo mediterrâneo. Esse deserto atuou como uma espécie de filtro natural, limitando a penetração de influências do mundo europeu.

Povos árabes, indianos, chineses e outros do Oriente há muito mantinham relações comerciais e miscigenavam-se com os povos africanos. No entanto, as estruturas sociais mesclaram-se sem provocar rupturas violentas nas sociedades africanas. Com os povos europeus isto não aconteceu. O europeu hostilizou a imagem dos trópicos, até o ponto de firmar teorias errôneas de que as realizações humanas são limitadas pelo clima tropical.

Reconhece-se hoje que dentre os principais fatores que fizeram com que os povos europeus se voltassem para a África e a transformassem no maior reservatório de mão-de-obra escrava jamais imaginada pelo homem, foi a tradição dos povos africanos de bons agricultores, ferreiros, construtores, mineradores e detentores das mais avançadas tecnologias dos trópicos. Outro fator, que justificava para o europeu a substituição do índio pelo africano como escravo colonial, era que, trocando na África produtos manufaturados por homens cativos e na América estes por mercadorias coloniais, as classes dominantes das metrópoles da Europa apropriavam-se mais facilmente das riquezas produzidas no Brasil. Esse jogo de trocas imprimiu relações precisas entre clientes e fornecedores dos dois lados do Atlântico e levou, estrategicamente, à distribuição indiscriminada das populações africanas de diferentes “reinos e nações”, nos territórios da América.

Uma das conseqüências geográficas mais graves da diáspora africana é a desestruturação dos antigos Estados políticos do continente, componente fundamental para a compreensão da amplitude das formas de organização social, política e territorial dos povos africanos. O que chamamos aqui de “reinos e nações” são núcleos de domínio com limites e fronteiras bastante fluidos, que alcançam maior ou menor extensão territorial segundo o nível de autoridade e dinamismo dos governantes. Essas expressões não designam, portanto, um Estado político nos padrões ocidentais, caracterizados por fronteiras rígidas e limites precisos. Os impérios e os reinos representados no **mapa 2** não retratam graficamente a complexidade das organizações políticas africanas, pretendemos, apenas, mostrar a diversidade de unidades territoriais e a distribuição espacial das formações políticas que figuram com mais evidência na historiografia africana até o século XIX, dentro dos limites oferecidos pelas fontes. É oportuno repetir a observação, já feita por vários estudiosos, de que a África oferece uma oportunidade única para a reconstituição do modo

É importante marcar decisivamente, que os povos africanos não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra escrava, eles marcaram (e marcam), de forma irreversível, a nossa formação social, tecnológica, demográfica e cultural. Ao longo desses séculos, esta influência foi preservada e recriada, mesmo com políticas contrárias ao sistema. Os povos de matriz africana são os responsáveis pela adequação, nos trópicos, das técnicas pré-capitalistas brasileiras, nomeadamente em áreas como a mineração, a medicina, a nutrição, a agricultura, a arquitetura e a construção.

Existem vários obstáculos criados pelo sistema ao desempenho da população de referência africana na sociedade brasileira. Entretanto, do ponto de vista geográfico, podemos destacar a inferiorização do continente africano no processo de ensino. Primeiro, são os livros didáticos, que ignoram o povo africano e o brasileiro com matriz na África, como agentes ativos da formação territorial e histórica do país. Em seguida, a escola tem funcionado como uma espécie de segregadora informal. A ideologia subjacente a essa prática de ocultação e distorção das comunidades brasileiras de referência africana e seus valores tem como objetivo não oferecer modelos relevantes que ajudem a construir uma auto-imagem positiva, nem dar referência à sua verdadeira territorialidade no Brasil e, sobretudo, na África. Nos livros didáticos de Geografia Geral e principalmente nos Atlas Geográficos, o continente africano está colocado na parte final das publicações; geralmente com um espaço de conteúdo a ser transmitido/trabalhado bem menor que os outros blocos continentais. Verificamos, ainda, que não existe uma lógica de distribuição dos continentes nos sumários desses tipos de publicações, ou seja, como a ordem alfabética não é respeitada, a África é geralmente o último a ser estudado. O dano se agrava porque o tempo escolar já é curto para as demandas da escola e para o cumprimento do seu programa, dessa forma o continente não é estudado.

Aí esta, mais uma das questões estruturais que nos possibilita entender a desinformação geográfica da população brasileira sobre a África. Verificamos aí um paradoxo estrutural no sistema escolar, uma vez que o continente africano, como berço do ser humano, deveria ser estudado em primeiro lugar. De alguma forma, a significativa maioria dos educadores esquecem esta informação fundamental, que colocaria a África como o primeiro nos índices dos compêndios educacionais.

Tomemos como referência, que a África é a base territorial principal para explicar os movimentos humanos de dispersão, migração, adaptação aos outros blocos continentais ao longo dos tempos.

Não podemos perder de vista que essa exclusão da geografia da África e o aparente desaparecimento das populações de referência africana no Brasil, principalmente dos livros didáticos, faz parte da estratégia de branqueamento e inferiorização das matrizes étnicas africanas da população brasileira.

Uma outra referência perversa criada no processo de educação no Brasil é a forma de abordagem dada aos quilombos. É como se estes não fizessem mais parte da vida do país. A historiografia brasileira, só recentemente, está passando a se referir aos quilombos como se não fossem algo do passado. Um breve panorama dos contextos geográficos dos territórios dos antigos quilombos e das atuais comunidades quilombolas no país são tratados no item a seguir.

O espaço dos quilombos no Brasil – uma introdução

É importante não perder de vista que existiram várias formas de inserção na ocupação territorial das populações de origem africana durante o sistema escravista no Brasil. São três as principais referências: o espaço das senzalas nas fazendas, o do “fundo” das residências (áreas urbanas) e os territórios dos quilombos. Este último vai se configurar como o fato espacial mais expressivo; distribuído por quase todo o território brasileiro, era principalmente aí, nos Quilombos, que se agrupavam os povos africanos e seus descendentes escravizados que se rebelavam contra o sistema vigente, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas. O quilombo foi uma reconstrução e elaboração concreta de um tipo de território africano no “novo espaço” denominado Brasil. O **mapa 3** mostra a distribuição espacial dos grandes quilombos existentes no Brasil, entre os séculos XVI e XIX, assim como as áreas de concentração dessas organizações espaciais. É importante notar que as regiões de maior concentração e importação de escravos, que constituem os espaços de desenvolvimento dos vários ciclos econômicos, corresponderão aos espaços de maior incidência de registros dos quilombos.

As relações dos povos africanos e seus descendentes dentro do sistema escravista são marcadas sistematicamente por tensões e conflitos. As rebeliões urbanas constituem registros significativos que fazem parte da história de cidades importantes como Salvador, Recife, São Paulo, Porto Alegre, São Luís, Belém, Rio de Janeiro, dentre outras. A espacialização das ocorrências das principais revoltas e insurreições com participação de povos de referência africana pulverizadas pelo país durante o sistema escravista está representado, também no **mapa 3**. Este documento cartográfico nos reafirma a dimensão territorial significativa das várias formas de resistências desses povos no Brasil.

Mapa 3



Fonte: Base cartográfica IBGE 1997.

Projecto cartográfico e adaptação historiográfica by Geog. Rafael Sanzio A. dos Anjos, Brasília - Distrito Federal - 2000

Mesmo passado mais de um século da sanção da Lei Áurea pelo regime imperial, a história e o sistema oficial brasileiro ainda continuam a se referir ao povo negro escravizado e aos quilombos sempre no passado, como se esses não fizessem mais parte da vida do país. Mesmo não sendo ainda assumida devidamente pelo Estado, a situação precária dos descendentes de quilombos no Brasil é uma das questões estruturais da sociedade brasileira, uma vez que, além da falta de visibilidade territorial e social, essa questão é agravada pelo esquecimento verificado na história oficial.

No Brasil os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombola” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável, que só recentemente passaram a ter atenção do Estado e ser do interesse de algumas autoridades e organismos oficiais. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato e utensílios de cerâmica e palha, os dialetos, a relação sagrada com o território, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e de técnicas de referência tropical. Poderíamos dizer que sobrevivem no Brasil contemporâneo, “pedaços seculares de territórios africanos” fundamentais para o entendimento da territorialidade complexa, multifacetada e diversa do país.

As comunidades descendentes de antigos quilombos emergiram e estão presentes nesse momento histórico, apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro e dentro das demandas das políticas afirmativas e de reparação social do país e, principalmente, nos revelam que não foram poucos os sítios quilombolas formados durante a escravidão no território brasileiro. Esse processo ocorre dentro de um contexto de luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU), da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos (Conaq) e de uma rede de entidades negras organizadas e representativas, com ações desde os anos 1980 em todo o Brasil.

As ações governamentais também assumem importância vital nesse processo. Uma das mais importantes é o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que

assim dispõe: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos*, Outra ação relevante é o estabelecimento, em 2003, do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) na condução oficial dos processo de demarcação e titulação dos territórios quilombolas.

Apesar das disposições constitucionais (1988) e da obrigatoriedade de alguns organismos do setor decisório, é possível constatar, de uma forma quase que estrutural, que a situação das comunidades descendentes de quilombos no Brasil tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias, fato que compromete o direcionamento de uma política definida para o equacionamento dos seus problemas fundamentais, ou seja, o seu reconhecimento dentro do sistema brasileiro e a demarcação e titulação dos territórios ocupados. Essa problemática tem componentes mais políticos e sociais, do que antropológicos. Poderíamos complementar um pouco mais essa constatação apontando a continuidade da falta de informação sistematizada e de visibilidade espacial, assim como, as disputas e os conflitos institucionais por espaço para a condução das questões de interesse das comunidades descendentes dos quilombos, como fatores que dificultam as resoluções dos seus problemas.

Do ponto de vista geográfico, dos pontos estruturais que ainda permeiam a situação das comunidades quilombolas no Brasil, destaca-se a carência de informações sistematizadas referentes à distribuição desses sítios no território. As estimativas são inconsistentes, divergentes e são poucas as pesquisas direcionadas para investigar a questão com essa abordagem. Em 1997, iniciamos uma coleta e sistematização de dados referentes ao nome da comunidade quilombola e seu município de localização, junto a três segmentos básicos: universidades públicas do país, organismos dos governos estaduais e da esfera federal, e as entidades negras representativas, principalmente o MNU. Desse processo de trabalho, fechado em 1999, resultou o primeiro cadastro dos registros municipais dos territórios quilombolas do Brasil. Nesse primeiro mapeamento foram sistematizados 840 (oitocentos e quarenta) registros municipais que serviram e ainda tem atendido a muitas demandas governamentais.

Em 2003, iniciamos o trabalho de atualização do referido cadastro. A formação da base informacional buscou três premissas: corrigir

aspectos da toponímia dos registros já sistematizados, excluir comunidades a partir de documentação escrita fornecida e acrescentar as outras ocorrências informadas. Esse processo de coleta e sistematização dos dados foi formado a partir das seguintes referências: informações do conjunto das entidades negras representativas; dados oriundos de organismos oficiais, principalmente o Incra (MDA) e a Fundação Cultura Palmares (MINc); e, finalmente, pesquisas realizadas pela Rede dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) das universidades do país. Nessa segunda configuração espacial, o mapeamento tem registrado 2.284 (duas mil duzentas e oitenta e quatro) comunidades quilombolas com ocorrências informadas.

O **mapa 4** mostra a distribuição geral dos municípios com ocorrência no país, apontando alguns aspectos importantes:

1. a significativa visibilidade espacial provocada pelo destaque nos municípios com registro desses territórios étnicos brasileiros, que tem dentre os seus problemas estruturais a questão da titulação dos seus espaços, sistematicamente ameaçados pelo sistema;
2. as comunidades quilombolas estão presentes, com exceção de Roraima, Acre e Distrito Federal, em todas as unidades políticas.
3. a extensão territorial com início em Minas Gerais, passando pela Bahia, Maranhão e Pará, assume importância particular em razão da elevada concentração de registros.
4. as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul são extremamente importantes, pelo desenvolvimento dos diferenciados ciclos econômicos, o que nos auxilia no entendimento da distribuição espacial e na concentração em determinados espaços do país.
5. O Mato Grosso, o Amapá e o Rio Grande do Sul apresentam registros nas suas fronteiras com outras unidades políticas internacionais, Bolívia, Uruguai e Guiana Francesa. Esse fato espacial também indica a necessidade de alargarmos a compreensão espacial da extensão dos territórios quilombolas além das fronteiras do Brasil (ver o **gráfico 1** com a estatística básica do mapeamento).

Mapa 4

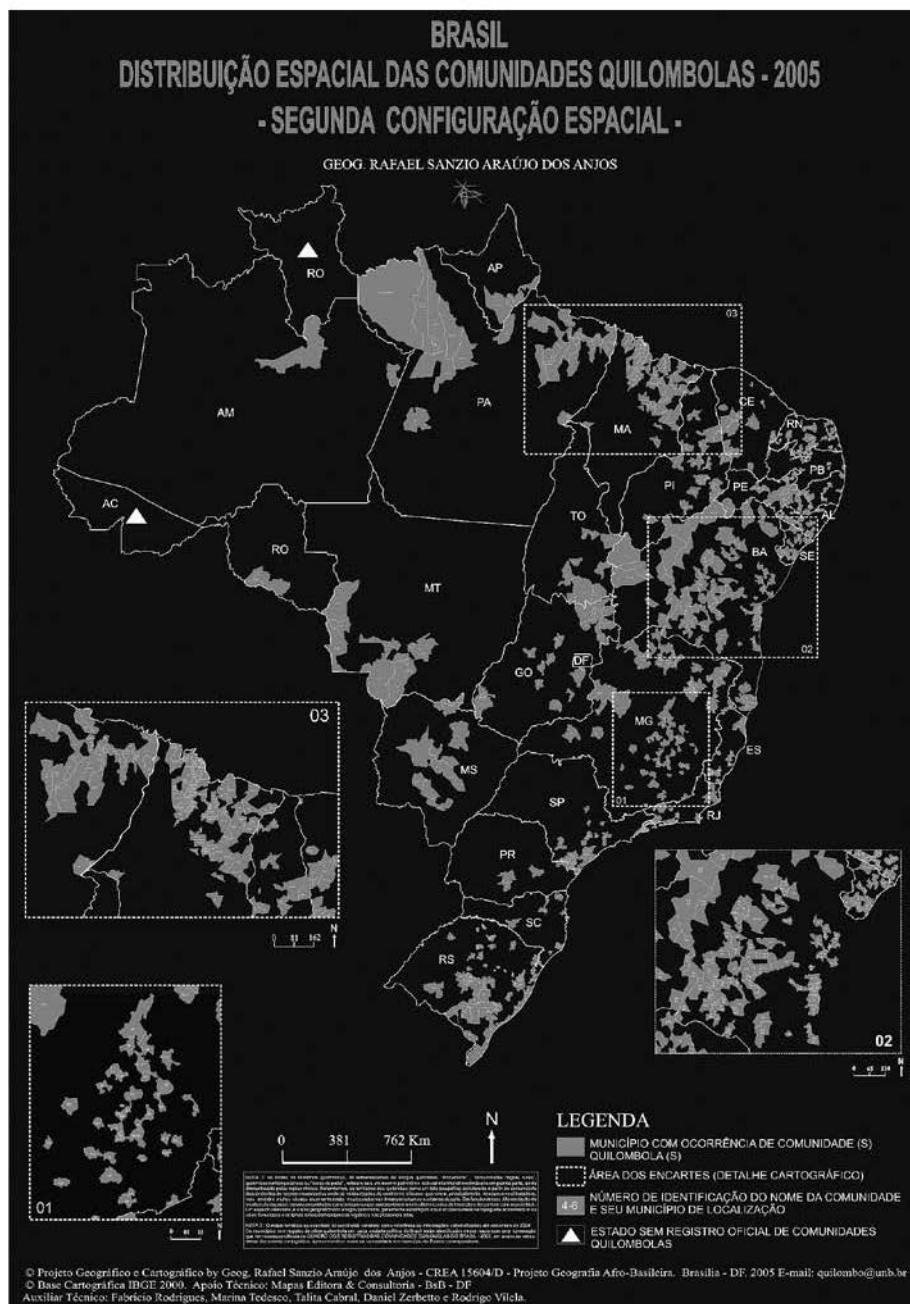
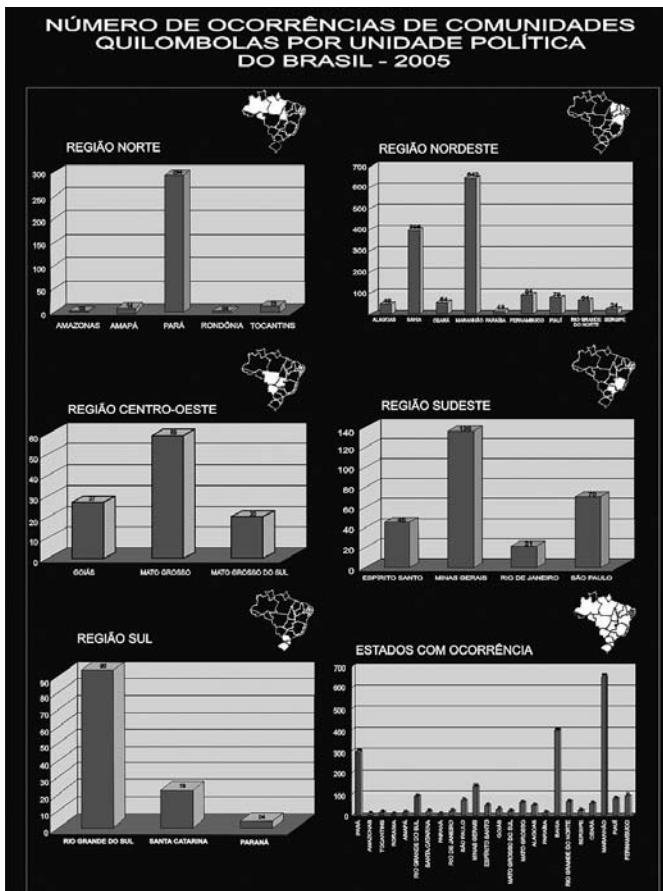


Gráfico 1



Fonte: Anjos, R.S.A. Território das comunidades Quilombolas do Brasil – Segunda configuração espacial. Mapas Editora & Consultadoria, Brasília 2005.
 Projecto geográfico e cartográfico by Geogr. Rafael Sanzio Araújo dos Santos.
 CREA 15604 D. Projecto geografia Afro-Brasileira – Centro de Cartografia Aplicada e informação Geográfica – GEA – IH- UnB Auxiliares Técnicos: Fabricio Alves/Marina Tedesco/Talita Cabral/Rodrigo Vilela/Daniel Zerbetto – GEA UnB

Referente às principais estruturas sócio-históricas-territoriais de formação e origem das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, destacamos os seguintes contextos:

1. ocupação de fazendas falidas e/ou abandonadas;
2. compras de propriedade por escravos alforriados;
3. doações de terras para ex-escravos por proprietários;

4. pagamento por prestações de serviços em guerras oficiais;
 5. terrenos de ordens religiosas deixadas para ex-escravos;
 6. ocupações de terras sob o controle da Marinha do Brasil;
 7. extensões de terrenos da união não devidamente cadastrados.
- Essas são apenas algumas das principais situações das terras que constituem o “pano de fundo” dos conflitos para demarcação e regularização fundiária desses territórios.

Considerações finais e recomendações

Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos:

- Que a questão do desconhecimento da população brasileira no que se refere ao continente africano é um entrave para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos criados pelo sistema à inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira está a inferiorização desta no ensino. Esse contexto somente poderá mudar com uma política educacional mais agressiva e com o foco direcionado para desmistificar o continente africano para a população do Brasil. O brasileiro não pode mais ficar achando que a África é um país; nem tão pouco achar que somente existem doenças; seres humanos e culturas primitivas; espaços para safári e animais exóticos, etc. O dano principal dessa informação errônea é auxiliar na manutenção de uma população preconceituosa às referências africanas;
- Que a questão das comunidades quilombolas no território brasileiro não pode ser tratada mais com ações pontuais e esporádicas, e nem atrapalhada por conflitos de atribuições institucionais presentes de forma significativa, como nesta primeira década do século XXI. As vitórias localizadas não refletem um plano de ação com premissas e parâmetros de curto/médio prazo, explicitando, principalmente, quantos sítios serão beneficiados, em quanto tempo e com que recursos.

Dentre outros pontos relevantes para equacionar os problemas estruturais dos territórios quilombolas, recomendamos o seguinte:

1. A realização de um censo nacional para a montagem de um perfil demográfico-econômico-territorial;
 2. A definição de um cronograma público da política de demarcação/titulação das terras quilombolas;
 3. A criação de um programa de contenção da mobilidade demográfica nas comunidades com a saída dos jovens para as periferias das grandes cidades brasileiras;
 4. Um planejamento de sustentabilidade territorial básico visando a autonomia econômica da comunidade quilombola;
 5. O monitoramento dos programas atuais de infra-estrutura física nas comunidades buscando evitar o risco da descaracterização da paisagem quilombola;
 6. Uma atenção especial para os riscos da turistificação dos territórios dos quilombolas e da “quebra” da tradição oral nessas comunidades. Por isso, entendemos que esses são, atualmente, espaços geográficos de risco no sistema atual e, portanto, merecem uma atenção/reparação emergencial e permanente.
- Ainda algumas contribuições que fazem parte das atividades do Projeto Geografia Afro-Brasileira: **Exposição Cartográfica Itinerante: A África, o Brasil e Os Territórios dos Quilombos**, inaugurada em Maio de 2000, continua viajando pelo país e exterior na proposta de dar maior visibilidade espacial para esses territórios étnicos. Outro segmento importante são as publicações: **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**, com toda a documentação cartográfica da pesquisa (2000 e 2005) e os volumes da **Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem**, que constituem conjuntos de 12 (doze) mapas temáticos para auxiliar o professor a transmitir informações sobre a geografia da África e a geografia Afro-Brasileira. Outras informações desses produtos podem ser acessadas no site www.unb.br/ih/ciga

Esse estudo tem como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que, com o auxílio da ciência e da tecnologia, temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração da situação da população de matriz africana no Brasil.

Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer aos geógrafos da Equipe CIGA, Suzana Rabelo, Marina Tedesco, Fabrício Alves, Rodrigo Vilela e Talita Cabral pelo apoio na construção da documentação cartográfica e apoio nos trabalhos desenvolvidos. Agradeço, também, à Mapas Editora & Consultoria pelas facilidades instrumentais colocadas e pelas publicações. Finalmente agradeço a todos os anjos que me ajudam e a todos os orixás africanos.

Referências bibliográficas

- ANJOS, R. S. A. “A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada”. *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 6 (22): 12-32, 1989.
- “A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil. *Revista Palmares em Ação*. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINC. Ano 1 No.2 : 56-66, 2002
- “A geografia, os negros e a diversidade cultural”. Série O Pensamento Negro em Educação – Núcleo de Estudos Negros. Florianópolis, 1998, p. 93-106
- “A geografia, a África e os negros brasileiros”. In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999, p. 169-182.
- CARRIL, L. F. B. “Territórios negros: comunidades remanescentes de quilombos no Brasil”. *AGB Informa* no.67. São Paulo, 1997, p. 6-7.
- “Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem”. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2ª. Edição. 2005 – BsB – DF.
- “ Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil”. *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9 (47): 87-98, 1999.
- “Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil – Primeira configuração espacial”. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 3ª. Edição. 2005 – BsB – DF.
- “Territórios das comunidades quilombolas do Brasil – Segunda configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2005 – BsB – DF.

A Sociedade de Geografia de Lisboa e as edições próprias de cartografia ultramarina oitocentista

Luís Aires-Barros,
Helena Grego
e Cristina Matias

Resumo

Neste artigo são referidos e comentados os conjuntos cartográficos elaborados e editados pela Sociedade de Geografia de Lisboa de 1881 a 1894. Esta actividade foi realizada em ligação com a Comissão de Cartografia.

São estudadas quinze (15) cartas itinerárias, editadas entre 1882 e 1890, cinco (5) cartas relativas à delimitação de fronteiras, editadas entre 1882 e 1894, onze (11) plantas de cidades apresentadas ao Ministério da Marinha e Ultramar em 1888 e 1889. Há ainda um conjunto de dez (10) cartas hidrográficas de Angola e Moçambique e um conjunto de três (3) cartas gerais.

Palavras-chave

Sociedade de Geografia de Lisboa. Comissão de Cartografia. História da Cartografia.

Abstract

In this paper are referred and studied maps and city plans elaborated and edited by the Geographical Society of Lisbon from 1881 to 1894. This activity has been carried out in liaison with the Commission of Cartography.

This activity has provided the following groups of maps and plans: fifteen (15) itinerary maps edited from 1882 to 1890, five (5) maps regarding the border delimitations of some old Portuguese colonies, edited from 1882 to 1894, and eleven (11) city plans presented to the Portuguese Ministry of Marine and Overseas in 1888 and 1889. Besides, it is also referred a group of ten (10) hydrographic maps of Angola and Mozambique and also a group of three (3) generic maps.

Keywords

Geographical Society of Lisbon. Commission of Cartography. History of Cartography

As missões geográficas (1883-1940), Construção de um documento cartográfico

Paula Cristina Santos

Resumo

Ultrapassado o ciclo histórico dos descobrimentos a cartografia portuguesa torna-se principalmente numa cartografia de áreas continentais, atingindo particular relevo no início do século XVIII com a construção de mapas do Brasil e dos trabalhos de delimitação de fronteiras. Com a independência das colónias americanas, as atenções dos países europeus, então dominantes política e economicamente, transferem-se para África. Na Conferência Internacional de Berlim, 1884, é enunciado, como modo de legitimação de um território africano, o princípio da “ocupação efectiva” que não atende a direitos históricos mas ao seu conhecimento geográfico. Para proceder a esses estudos o governo português havia instituído, em Abril de 1883, a Comissão de Cartografia que, para o efeito, criou as Missões Geográficas.

Palavras – chave

Missões Geográficas, Geodesia, Cartografia

Abstract

After the historical cycle of the discoveries, the Portuguese cartography was mainly dedicated to continental areas, achieving special importance in the beginning of the XVIII century with the production of Brazilian maps and with work concerning delimitation of frontiers. With the independence of the American colonies the attention of the politically and economically dominating European countries was transferred to Africa. At the Berlin International Conference, in 1884, it was announced, the principle of the “effective occupation” as a way to legitimate an African territory, recognising the geographic knowledge instead of historical rights. To obtain that knowledge the Geographic Missions were created by the Cartography Commission established by the Portuguese government in April 1883.

Keywords

Geographical Missions, Geodesy, Cartography

Cartografia de propaganda e unidade geográfica do Império (c. 1920 – 1945)

Nuno Silva Costa

Resumo

Partindo de aspectos gerais sobre a produção da cartografia de propaganda coeva, pretende-se compreender como se figuravam os espaços coloniais. Isto é, que tipo de imagens, quais as formas e técnicas cartográficas que eram utilizadas na construção interna dos documentos e como estas tentavam criar e divulgar determinadas representações sobre os territórios ultramarinos junto do público tendo em conta as características do imaginário colonial da época, as transformações das visões ideológicas e do próprio sistema colonial.

Palavras-chave

Cartografia, Propaganda, Império.

Abstract

Starting from general aspects of the production of cartography of contemporary propaganda, we will try to understand how the colonial spaces were designed. That is, what kind of images, which forms and cartographic techniques were used in the internal construction of documents and how these tried to create and divulge certain representations of the ultramarine territories to the general public, considering the characteristics of the colonial imagery of the time, the transformations of the ideological visions and the colonial system itself.

Keywords

Cartography, Propaganda, Empire.

**The Traditional Authorities cross the colonial border:
Opposing views on the Paper of Religious Leaders Jola Huluf and
Ajamaat of Lower Casamance (1886-1909).**

Jordi Tomàs

Abstract

The aim of this communication is to explain the situation of the joola húluf and the joola ajamaat (or felupos) in the border between French Senegal and Portuguese Guinea after the Convention of 1886 between France and Portugal, doing special emphasis in the paper of the traditional authorities joola of the kingdom of the Bubajum áai (with capital in Oussouye) and its relation with the French colonial authorities. Through the information provided by the colonial archives, specially, as well as those obtained on the land and with the existing bibliography, we will try to describe that the border - in its western end, from the quarry stone of Niambalang to the Atlantic- only existed on the paper, and neither the French colonial authorities nor the Portuguese did not have any control on it. We will also explain as, in addition to the population in general, the traditional authorities not only continued maintaining their bonds in all the joola territory to both sides of the border, but also that took advantage of that border to flee from the colonial power. In this sense we will explain the case of Jamulon (or Diamoullon) priest of the great altar of traditional religion of the locality of Oussouye called Jaañaañande (in territory under French administration), that, fleeing from the French, took refuge in a town under the trusteeship of the Portuguese administration. While French and Portuguese still took several years in specifying with exactitude the border line, both the traditional authorities and the general population continued working with their own territorial organisation, kinship, social, political, religious and economic terms. In addition, we will show how while the French vision on the traditional authorities was based on a western idea - the main heads of a society are also their military leaders -, the reality, according to the joola, was very different: the heads joola - kings and traditional priests of religion *awaseena*- cannot take part in wars or confrontations in which blood is spilled. They were two visions on a same reality that produced deep consequences on the joola societies.

Keywords

Kingdom of Oussouye – Joola – Casamance – Traditional authorities – colonial administration.

Résumé

Cette article essaye d'expliquer la situation des joola huluf et des joola ajamaat (ou felupos) dans la frontière entre le Sénégal colonial et la Guinée Portugaise après la Convention de 1886 entre France et Portugal. On insiste sur le rôle des autorités traditionnelles joola du royaume d'Oussouye et sa relation avec les autorités coloniales françaises. A travers de l'information des archives coloniaux, spécialement, ainsi comme à travers de l'information obtenue sur le terrain et l'information bibliographique, on va essayer de montrer que la frontière, au début, seul existait théoriquement et ni les français, ni les portugais avait un contrôle réel sur elle. On va expliquer aussi comment les autorités traditionnelles ont utilisé cette même frontière crée pour les européens pour fuir des européens même. Dans ce sens, on va expliquer le cas de Jamulon (ou Diamoullon), prêtre du grand autel Jaañaãñande (en territoire sur contrôle français) qui a fuit vers les villages joola en Guinée. Tandis que le français et le portugais n'ont pu pas fixer la frontière pendant des années, les populations locales et les autorités traditionnelles ont continué leurs relations sociales, politiques, religieuses et économiques. En plus, on va montrer que tandis que la vision française des autorités traditionnelles est fondée sur une idée totalement occidentale -les leaders occidentaux sont aussi les leaders militaires-, la version joola est très différent: les rois et leaders religieux joola ne peuvent pas participer dans les guerres ou les actes de sang. Deux visions sur la même réalité qui ont produit des effets très profondes sur les sociétés joola.

Mots-clefs

Royaume d'Oussouye – Joola – Casamance -Autorités Traditionnelles – Administration coloniale.

Regulado do Gabú 1900-1930: a difícil compatibilização entre legitimidades tradicionais e a reorganização do espaço colonial

Eduardo Costa Dias

Resumo

Através da descrição das vicissitudes por que passou o régulo do Gabú, Monjour Meta Balô, e a partir da descrição de várias peripécias da política da administração colonial, nos anos 1900-1930, este artigo procurara compaginar as diferentes *nuances* da política colonial de relacionamento com os chefes indígenas e apontar, no caso particular do Gabú, algumas das razões da difícil compatibilização nesses anos das “realidades” dos poderes tradicionais locais com as necessidades da reorganização do espaço colonial.

Palavras-chave

Gabú, Monjour, Quadricula Político-administrativa, Espaço Político Tradicional, Reorganização Espaço Colonial

Abstract

Through the description of the hardships the *regulo* of Gabú, Monjour Meta Balô, went through, and from the description of several events of the colonial administration's policy, between 1900 and 1930, this article intends to gather the different nuances of colonial policy in what concerns the relationship with the indigenous chiefs and point out, in the particular case of Gabú, some of the reasons of the difficult compatibility, in those years, of the “realities” of local traditional powers and the need of reorganising the colonial space.

Keywords

Gabú, Monjour, Political-administrative framework, traditional political space, reorganisation of the colonial space.

A cartografia dos poderes. Da matriz africana à organização colonial do espaço

Maria Emília Madeira Santos

Resumo

Elaboradas na sequência das primeiras aproximações dos poderes coloniais a África, a cartografia de pequena e média escala permite às ciências sociais ter acesso a dados cobrindo amplos períodos cronológicos. Os mapas e cartas imediatamente anteriores à completa ocupação militar fornecem informações multifacetadas sobre territórios e populações africanas tradicionais, bem como sobre as etapas de implantação da nova ordem colonial.

No presente artigo, exemplifica-se através dos exemplos do Bié, da Chibia e da região Cuanhama a importância da cartografia como fonte histórica plenamente inter-disciplinar.

Palavras-chave

Geografia política, Cartografia, Angola, Bié, Chibia, Cuanhama

Abstract

Elaborated in the sequence of the first approaches of colonial powers in Africa, small and medium scale cartography allows the social sciences to have access to data covering wider chronological periods. The maps and charts, made immediately before full military occupation, give us different information on territories and traditional African populations, as well as on the stages of the building of a new colonial order.

In this article we show, through the examples of Bié, Chibia and Cuanhama region, the importance of cartography as an historical source fully inter-disciplinary.

Keywords

Political geography, cartography, Angola, Bié, Chibia, Cuanhama

A ocupação do Ambriz (1855): geografia e diplomacia de uma derrota inglesa

João Pedro Marques

Resumo

O Ambriz situa-se a norte de Luanda e numa região onde, de acordo com os tratados então em vigor, os ingleses não reconheciam qualquer soberania portuguesa. Não obstante, em 1855 as tropas portuguesas ocuparam o Ambriz, aí instalando estruturas administrativas e fiscais que passaram a limitar o comércio feito do e para o interior.

Ainda que apresentasse várias reclamações, o governo de Londres acabou por aceitar a ocupação, uma decisão surpreendente quando se sabe que um dos objectivos prioritários da política inglesa relativamente a África era o de garantir que a costa e as vias de penetração para o interior se mantivessem, tanto quanto possível, porosas e abertas ao comércio britânico.

O presente artigo, baseado na documentação do Foreign Office, procura mostrar como essa posição surpreendente da Inglaterra se relaciona com um conjunto de desenvolvimentos ligados à determinação da latitude do lugar.

Palavras-chave

Ambriz, diplomacia, comércio

Abstract

Ambriz is situated north of Luanda and in a region where, according to the treaties then in force, Britain did not recognize any kind of Portuguese sovereignty. Nonetheless, in 1855, Portuguese troops occupied Ambriz, installing administrative and fiscal structures that limited free trade from and to the interior.

After presenting several claims, the British Government eventually accepted the occupation. It was a surprising decision, bearing in mind that one of the main goals of British policy in Africa was to guarantee that the coast would remain, as much as possible, open to British trade.

The present article, based on Foreign Office documentation, tries to show how this unexpected British attitude derives from a set of events related to the determination of the latitude of Ambriz.

Keywords

Ambriz, diplomacy, trade.

Angola-Congo. L'invention de la frontière du Lunda (1889-1893)

Jean-Luc Vellut

Résumé

Que les frontières étatiques héritées de la colonisation aient un caractère arbitraire, artificiel, qui les distingue des autres frontières internationales, figure parmi les idées reçues sur la période coloniale. En même temps, le paradoxe est que, dans le temps postcolonial, ces frontières «artificielles» ont rarement été mises en question et qu'elles ont constitué le cadre d'identités «nationales» fortes. L'exemple de la frontière Angola-Lunda, fruit dans les années 1890 d'une négociation politique entre le Portugal et l'Etat Indépendant du Congo, montre que, dans ce cas, la définition d'une nouvelle frontière fut le fruit d'une tension dialectique entre projets européens et facteurs locaux, entre le centre et la périphérie du système impérialiste. Parmi les contraintes locales de la «question du Lunda», a figuré la mise en question des frontières politiques de l'ancienne alliance lunda, succombant devant l'émergence de nouvelles identités économiques et culturelles. Les frontières coloniales ont ajouté une nouvelle dimension à l'univers complexe des anciennes frontières africaines qui coexistaient sans exclusive les unes avec les autres. Les frontières coloniales n'ont pas détruit pour autant les tissus existants ce qui aide à comprendre pourquoi elles ont sans peine acquis une légitimité qu'elles ont conservé, au moins jusqu'aujourd'hui.

Mot-clés

Afrique équatoriale – Angola-Congo - Géopolitique – frontières précoloniales – frontières coloniales – Lunda/Tshokwe – diplomatie de l'impérialisme.

Abstract

It is a well-received idea that colonial boundaries were arbitrarily designed and that, more than other international boundaries, they were artificial in character. At the same time, the paradox is that, in the postcolonial era, these 'artificial' borders were hardly contested and that they sheltered the development of strong 'national' identities. The case of the Angola-Congo boundary as negotiated in the 1890's by Portugal and the Congo Free State shows that its definition resulted

from a dialectical interplay between actors in the centre as well as in the periphery of the imperialist system. The 'Lunda question' resulted in part from local factors and in particular from the challenge faced at the time by the 'Lunda alliance' confronted as it was by new economic and cultural identities. Colonial boundaries added a new dimension to the complex world of overlapping and non exclusive African borders. Yet they did not destroy the existing networks of ancient boundaries. This may help to understand why, up to now at least, the new boundaries were accepted as an added form of legitimacy.

Keywords

Equatorial Africa - Angola-Congo – Geopolitics – precolonial borders – colonial borders – Lunda/Tshokwe – diplomacy of imperialism.

Reconhecimentos Hidrográficos na Cartografia Portuguesa da Costa Centro e Sul de Moçambique no século XIX

Ana Cristina Roque
e Livia Ferrão

Resumo

Com base nas cartas da Comissão de Cartografia do Arquivo do CEHCA, apresenta-se uma síntese dos trabalhos de reconhecimento hidrográfico levados a cabo pela Comissão em Moçambique, no século XIX, em particular no Centro e Sul do país. Salienta-se a sua importância histórica para a região e, em particular, para uma avaliação da evolução e das alterações de aspectos específicos da / na costa de Moçambique. Encaradas como documentos escritos, as cartas encerram informação que ultrapassa em muito a sua leitura em termos meramente cartográficos e contribuem, hoje, para um melhor conhecimento das vastas áreas nelas representadas.

Palavras-chave

Moçambique; Cartografia; Comissão de Cartografia; Reconhecimentos hidrográficos; Alterações geo-climáticas

Abstract

Through the analysis of a map collection made by the members of the Cartography Commission that can be found in the archives of the CEHCA, we intend to present a synthesis of the hydrographical reconnaissance operations undertaken by this Commission, in the central and southern areas of Mozambique, in the 19th century. We wish to emphasize its historical importance for this region and particularly for an evaluation of the evolution and changes of certain aspects in the Mozambican coast. These maps enclose important information and contribute today for a better knowledge of these areas.

Keywords

Mozambique; Cartography; Commission of Cartography; Hydrographical reconnaissance; Geo-climate changes

O Zumbo: um problema de “direitos históricos” na delimitação da fronteira

Cristina Sampaio

Resumo

A sedimentação da presença portuguesa ao longo do Zambeze até ao Zumbo desde o século XVI, veio a constituir uma marca iniludível no traçado de fronteiras coloniais efectuado pela diplomacia europeia nos finais do século XIX, início do século XX.

O presente artigo, versa sobre os antecedentes históricos que confluíram para a delimitação europeia da fronteira Zumbo – Tete, definida em tratado luso – britânico de 1891, bem como sobre os acontecimentos que, posteriormente, estiveram na origem da demarcação da fronteira no terreno até à nomeação das missões portuguesa e inglesa.

Palavras-chave

“direitos históricos”, fronteiras, Zumbo, Tete, Monomotapa, Feiras, Imposto palhota, “mussôco”, Zambézia, Chibalo.

Abstract

The sedimentation of the Portuguese presence along the Zambezi until the Zumbo since the XVIth century, had constitute a unmistakable sign in the colonial frontier's outline made by the European diplomacy in the ending of the XIXth century, beginning of the XXth century.

This text is about the historical antecedents that flowed into the frontier's delimitation of Zumbo – Tete defined by Portuguese-British treaty, of 1891, and also about the events who had been in the origin of the ground frontier's demarcation until the nomination of Portuguese and English missions.

Keywords

“historical rights”, frontier's, , Zumbo, Tete, Monomotapa, fairs, Imposto palhota, “mussôco”, Zambézia, Chibalo.

Boundary demarcation between British and Portuguese colonial territories in East Africa

Peter Collier

Resumo

Muito do limite colonial do século XIX que faz do foi realizado nas conferências, pelos diplomatas que eram ignorant da geografia das áreas a ser limitadas. Em uma tentativa de pôr o limite que faz em um fundamento mais racional, dois oficiais de exército britânicos, os Hills e Holdich, e um político, Curzon, fizeram um número de recomendações. Este papel discute seu trabalho no contexto do delimitation e do demarcation dos limites entre África do leste Portuguesa e Britânica. Vai então sobre discutir a importância de um byproduct do processo do demarcation do limite, os relatórios narrativos compilados pelos commissions do limite. Usando o exemplo do limite do watershed de Shire/Zambesi, mostra como os relatórios narrativos fornecem descrições geográficas adiantadas úteis das áreas de beira então mal exploradas.

Palavras-chave

Fronteiras, Geografia política, Moçambique, Rodésia.

Résumé

Beaucoup de la frontière coloniale du 19ème siècle faisant du a été effectuée dans les conférences, par les diplomates qui étaient ignorants de la géographie des secteurs à délimiter. Afin d'essayer de mettre la frontière faisant sur une pose plus raisonnable, deux officiers d'armée britanniques, Hills et Holdich, et un politicien, Curzon, a fait un certain nombre de recommandations. Cet article discute leur travail dans le contexte de la délimitation et de la démarcation des frontières entre l'Afrique de l'Est Portugaise et Britannique. Il continue alors pour discuter l'importance d'un sous-produit du processus de la délimitation de frontière, les rapports narratifs compilés par les commissions de frontière. En utilisant l'exemple de la frontière de ligne de partage de Shire/Zambezi, il montre comment les rapports narratifs fournissent des descriptions géographiques tôt utiles des zones frontalières puis à peine explorées.

Mot-clés

Frontières, Géographie politique, Mozambique, Rhodésie

O *Modus Vivendi* entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909) Um caso de “imperialismo ferroviário”

Felizardo Bouene
Maciel Santos

Desde abertura das minas do Transvaal que as ligações entre a colónia portuguesa de Moçambique e os territórios sul-africanos constituíam um ponto prioritário na agenda política anglo-portuguesa. As negociações bi-laterais sobre o corredor ferroviário entre o porto “natural” das minas e o *hinterland* mineiro rapidamente ultrapassaram as instâncias administrativas coloniais do Cabo e de Lourenço Marques, para serem tuteladas pelos respectivos governos centrais.

O acesso á contratação de trabalhadores em Moçambique e tarifas ferroviárias foram as grandes questões a renegociar sob a forma de um documento inicialmente assinado em 1901 mas cuja renovação se faria apenas em 1909.

A comparação entre a documentação do *Foreign Office* e os relatórios portugueses relativa a um período fulcral das negociações (1906-1909), contribui para esclarecer um dos processos mais marcantes da nova geografia económica da África Austral.

Palavras-chave

Transvaal, Moçambique, emigração, caminhos de ferro

Abstract

Since the opening of the Transvaal mines, the complex connections between the Portuguese colony of Mozambique and the South-African territories were considered crucial to the Anglo-Portuguese political agenda. Bilateral negotiations about the railway line, from the “natural port” of the mines to its hinterland, quickly left the colonial level of Cape Town and Lourenço Marques to become a metropolitan diplomatic issue.

Access to labour recruitment in Mozambique and railway differentials were the main items in the renewal of the 1901 agreement, the *Modus Vivendi*, which would only be signed in 1909.

Comparing the Foreign Office papers and the Portuguese official reports helps us to understand one of the most determinant processes of the new economic geography of Southern Africa.

Keywords

Transvaal, Mozambique, migrant labour, railways

Dos territórios linhageiros aos regulados coloniais no vale do Lúrio e na circunscrição de Montepuez durante e após a *Companhia do Niassa*. Notas exploratórias para uma análise antropológica da cartografia

Eduardo Medeiros

Resumo

A utilização de mapas de escalas e épocas diferentes da região sobre a qual incide o trabalho de campo do etnógrafo é um procedimento habitual. Para o estudo das sociedades agrícolas do norte de Moçambique como as do vale do rio Lúrio e região de Montepuez de que me ocupo neste texto, a cartografia fisiográfica, corográfica, geológica, de solos, agrícola e militar é indispensável. Também a análise comparada da cartografia de momentos históricos distintos torna-se necessária para a compreensão dos espaços sociais numa perspectiva diacrónica. Mas ao fazê-lo, esta última *démarche* alerta-nos igualmente para o entendimento sociológico que tiveram os cartógrafos em cada época histórica, e isto no respeitante aos espaços humanos indicados, fronteiras desses espaços, vias de comunicação, rotas de comércio, locais de mercado, residências chefais, etc. De um modo geral, quase toda a cartografia antiga da região é notável ao apresentar vários desses aspectos, mas lacunar noutros. É sobre a construção dos espaços sociais, culturais e políticos na longa duração que me ocupo neste artigo.

Palavras-chave

História, Cartografia, Norte de Moçambique, Companhia do Niassa, Lúrio, Montepuez, Etnias, Regulados.

Abstract

The use of scale maps of the region and the study of different eras is standard procedure in the field work of the ethnographer. In order to study the farming societies of northern Mozambique, like those of the Lurio River valley and the Montepuez region examined in this paper, a range of types of maps are essential: the physiographic, chorographic and geological, maps of soils and farming, and military maps. Furthermore, the comparative analysis of maps showing different points in history is necessary for understanding social spaces from a diachronic

perspective; it provides a knowledge of the sociological understanding of cartographers in each historical era with regard to human spaces, their frontiers, channels of communication, trading routes, marketplaces, seats of chiefdoms, and so on. In general, almost all the old maps of this region are of note because they present a variety of relevant aspects, but there are gaps. This paper deals with the construction of social, cultural and political spaces over the long term.

Keywords

History, Cartography, Northern Mozambique, Nyassa Company, Lúrio, Montepuez, Ethnic groups, Chiefdoms

Reorganização do espaço na Colónia de Moçambique. Estudo do fenómeno urbano

Olga Iglésias

Resumo

No presente texto, iremos analisar o fenómeno urbano como fruto do impacto da colonização portuguesa ao longo dos séculos XIX e XX. A pergunta de partida foi-nos sugerida à medida que íamos seleccionando a informação: Como foi organizado o espaço de Moçambique, no tempo colonial? Hipóteses levantadas: A ocupação permitiu uma transposição do modelo urbanístico português ou levou a uma adaptação com elementos africanos? A finalidade da pesquisa: repensar a cidade como lugar de mes-tiagem cultural, revisitando as fontes orais, escritas e iconográficas.

Palavras-chave

Moçambique; Sociedade Colonial; Cidades.

Abstract

In the present text, we will analyse the urban phenomenon as a result of the impact of the Portuguese settling throughout the centuries XIX and XX. The starting question was suggested to us while we were selecting the information: How was Mozambique's space organized in the colonial time? The raised hypotheses were: Did the occupation allow a transposition of the Portuguese urban model or did it lead to an adaptation with African elements? The purpose of the research: to rethink the city as a place of cultural melting pot, revisiting the oral, the written and the iconographic sources.

Keywords

Mozambique; Colonial Society; Cities.

Cartografia e Quilombos: Territórios étnicos africanos no Brasil

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Resumo

Uma das questões estruturais relacionada à forma de assimilação das matrizes africanas no Brasil, diz respeito aos aspectos geográficos da África e suas relações com a formação do nosso território. O esquecimento das comunidades quilombolas, sítio geográfico estratégico onde se agrupavam, principalmente, povos de referência africana, que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres, autosustentáveis e com forte organização territorial, constitui uma das questões emergenciais e estruturais da sociedade brasileira atual. Neste trabalho buscamos auxiliar na ampliação das reflexões sobre os aspectos da Geografia Africana e seu reatamento na formação do território e do povo brasileiro. Assim como, trazer à luz as questões geográficas fundamentais que tornam as comunidades tradicionais quilombolas, territórios de resgate e manutenção das heranças africanas que fazem parte do Brasil. Utilizamos, como ferramenta básica de trabalho, os recursos das imagens cartográficas pela sua possibilidade de ser eficiente no conhecimento e na apreensão de conteúdos historiográficos e contemporâneos. Com essas referências o trabalho busca contribuir efetivamente para a ampliação e a continuidade das discussões, de maneira que o conhecimento do continente africano, a educação geográfica, os quilombos e a questão racial no Brasil sejam tratados com mais seriedade.

Palavras-chave

cartografia aplicada, informação geográfica, quilombo, comunidade quilombola

Abstract

This work aims at contributing with geographical information in the construction of a new profile of the African cultures and of the Brazilian black people in the formation of the country; which still lacks investigation and knowledge. In Brazil, the remains of quilombo, "mocambo", "comunidades negras rurais"(rural black communities) or "terras de preto" (nigger's lands) are part of the same immeasurable

cultural patrimony, most of which is still unknown to the State, to the authorities and to the official land control and territorial policies. The study pointed out that the topic of quilombos remains in Brazil cannot be treated with punctual actions nor be involved by conflicts of institutional attributions. The achievements in this matter do not reflect a plan of action which clear premises and parameters of short and medium terms, clarifying mainly the number of sites that will be benefited by this, for how long and what resources will be used. The data bank of registration of quilombos communities remains revealed 1300 occurrences. This spatial fact shows the importance of the Northeast and the North regions of the country to the understanding of the expansion and concentration of the quilombos remains; as well as it reassures the relevance the these states in the rescue of the identity and in the construction of a memory related to the Afro-Brazilian culture.

Keywords

Applied cartography, Black community, Geographical information, Cultural heritage

Critérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas.
Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues 2 exemplares dactilografados em papel A4, acompanhados de um ficheiro informático em disquete ou CD, de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte Areal ou Times New Roman, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado, no original em papel, na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número anteriormente atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias, etc sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70.000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim como a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos)

- 4) As resenhas não poderão exceder os 25.000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenhas que ultrapassem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

Normas de revisão e citação bibliográfica

- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem, em últimas provas, os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referencia citada for de vários autores ficará: (Rodrigues *et alia.*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando 5 linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Colectâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, nº 8, págs. 12 a 35.
 - Artigos em Colectâneas : Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, *in*, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva,

António, orgs, *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.

- As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1ª publicação e o tradutor.
- Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*, recebendo os autores 2 exemplares da revista e 25 separatas.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.

Errata da Africana Studia Nº 8 – 2005

Na página 47, linha 6, onde se lê “militares africanos”, deve ler-se “militantes africanos”.

Na página 52, linha 4, onde se lê “sobre os rios”, deve ler-se “na costa do oceano Indico”.

Na página 60, linha 2, onde se lê “coisas muito semelhantes”, deve ler-se “coisas muito diferentes”.

TÍTULOS DO N.º 8 DA AFRICANA STUDIA

Os Estados Lusófonos em África - 1975-2005

Representações sociais, valores e atitudes face ao político em Angola e Moçambique

Franz Heimer, Elisete Marques da Silva e Gabriel Mithá Ribeiro

Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico - o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular

Michel Cahen

Moçambique, 30 anos de independência

Felizardo Bouene

A Terceira Vitória da Frelimo em Moçambique: Marginalização Política ou Estabilidade Económica?

Rita Pais

Cabo Verde, 30 anos de independência nacional

Daniel Pereira

Guiné Bissau, 30 anos de independência

Leopoldo Amado

O Semi-presidencialismo e o controlo da constitucionalidade em São Tomé e Príncipe

Gerhard Seibert

Problemáticas das sociedades islâmicas africanas

“Islão negro” versus “verdadeiro Islão” - dilema ou sintoma de persistente e injustificada discriminação dos muçulmanos africanos subsarianos?

Eduardo Costa Dias

Analyse du changement politique dans la République de Djibouti de 1992-2005: Contexte et Processus

Mohamed Abdillahi Bahdon

Problemáticas da escravatura africana

Foram os escravos decisivos na abolição da escravidão? Considerações a propósito de um livro de Nelly Schmidt

João Pedro Marques

No rescaldo da escravatura. As ciências sociais chamadas à liça nos anos 30 (século XX)

Maria Emília Madeira Santos e Vítor Rodrigues

Recensões

Adelmir Fiabani, Mato, Palhoça e Pilão. O Quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004] – Recensão de José Capela

Alberto da Costa e Silva, Um Rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África. Das Mãos do Oleiro – Recensão de José Capela

Robert William Fogel, The Slavery debates, a retrospective (1952-1990) – Recensão de Maciel Santos

Rui Miguel Costa Pinto, A Costa Oriental Africana (1640-1668). O Monopólio dos capitães – Recensão de Eugénia Rodrigues

Susanne Gehrman, János Riesz (éd) Le Blanc du Noir Représentations de l' Europe et des Européens dans les littératures africaines – Recensão de José Capela

Carlos Ferreira, “Quase Exílio” – Recensão de Jacinto Rodrigues